

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
SOCIAL

JOÃO PAULO HENRIQUE PINTO

**A identidade nacional angolana – definição, construção e usos  
políticos**

Niterói,

2016

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

João Paulo Henrique Pinto

**A identidade nacional angolana – definição, construção e usos políticos**

Material apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense como requisito para obtenção do título de mestre em História.  
Área de concentração: História Social

Orientador: Professor Doutor Marcelo Bittencourt Ivair Pinto

Niterói,

2016

JOÃO PAULO HENRIQUE PINTO

**A identidade nacional angolana – definição, construção e usos políticos**

Material apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense como requisito para obtenção do título de mestre em História.  
Área de concentração: História Social

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

---

Professor Doutor Marcelo Bittencourt Ivair Pinto (orientador)

---

Professora Doutora Sílvia Adriana Barbosa Correia (arguidora)

---

Professora Doutora Andrea Barbosa Marzano (arguidora)

## Agradecimentos

Os últimos três anos não foram fáceis. A fase de transição para uma vida adulta após minha graduação, em 2013, trouxe novos desafios: O que fazer? Onde trabalhar? O que estudar? Onde morar? Junto com tantas dúvidas, vieram transformações importantes e, conseqüentemente, escolhas complicadas. Hoje, olhando para trás, vejo que os acertos e erros que cometi valeram a pena e contribuíram para a minha formação.

Certamente o caminho que trilhei até aqui foi facilitado pelo amor pela generosidade de muitas pessoas. Portanto, por mais que uma dissertação pareça um trabalho solitário que depende somente de seu autor, sei que eu jamais teria conseguido concluir esta etapa sem o apoio de pessoas muito queridas. Sendo assim, rendo aqui a minha mais singela e profunda homenagem àqueles que contribuíram para a concretização de mais esta conquista. Há muito mais do que somente meu esforço nas páginas que seguem, há pequenas contribuições da cada um de vocês. Pode parecer pouco, mas minha eterna gratidão é o que de melhor posso lhes oferecer.

Aos meus pais, Dulce e Olavo, agradeço a crença em mim - talvez até de uma forma exagerada - e, principalmente, a família que souberam construir baseada em todos os valores que acreditamos ser essenciais. Sem vocês, eu jamais teria conseguido chegar a este momento. Obrigado pelo exemplo que são e por todo o esforço que fizeram para que eu realizasse mais este sonho. Esta conquista é muito mais de vocês do que minha!

À Nata, irmã e companheira de todas as horas, agradeço o privilégio de conviver e desfrutar das suas histórias e gargalhadas. Sua presença, seu amor e seu cuidado comigo nas horas de maior cansaço tornaram minha luta muito menos penosa nestes últimos anos.

À Isa, agradeço a companhia nas intermináveis tardes de estudo nas bibliotecas e o estímulo que me deu desde o início desta caminhada que se encerra com esta dissertação. Obrigado por compartilhar meus sonhos e viver minhas angústias, pelos seus conselhos nas horas mais difíceis, pela paciência com meus estudos e por tudo o que vivemos juntos nestes quase oito anos de namoro. Sem sua companhia, eu teria desistido nas primeiras horas de estudo. Sem seu amor, esta dissertação nunca teria sido escrita.

À Gogó e à Ana Luz, agradeço a participação em cada etapa desta conquista, desde os primeiros dias da graduação até o final do mestrado. Obrigado por me darem um lar e tanto carinho durante todo em que moramos juntos.

Ao Buba, agradeço os bons conselhos e o grande exemplo de estudante que me deu. Obrigado por me provar que, havendo oportunidade, é possível realizar um sonho através de estudo, dedicação e fé, mesmo que a dificuldade encontrada pareça intransponível.

À minha madrinha, agradeço o exemplo de professora e o estímulo que me deu para seguir a carreira do magistério desde que ser professor ainda era uma ideia muito vaga. Por exemplos como você, hoje levo esta opção em meu coração.

À Aninha e ao Gael, agradeço a torcida, o carinho e os constantes estímulos dados ao longo de tanto tempo.

Às queridas tias Cacá e Cipe, agradeço por tanta torcida e por todo o carinho de sempre.

Ao Vinícius, irmão do coração, agradeço a amizade sincera, as longas conversas no alpendre, a torcida pelo meu sucesso e - claro! - os shows e carnavais dos últimos tempos. Para uma amizade de dezenove anos, a distância é muito pequena e, por isso, você sempre pôde estar presente.

Aos queridos Mauro Luciano e Douglas, amigos de longa data, agradeço a torcida pelo meu sucesso e o companheirismo de sempre.

Aos amigos Alexandre, Mateus e Moisés, agradeço o apoio, as conversas, os aprendizados e os bons momentos vividos desde a época da graduação.

Aos meus professores dos ensinamentos fundamental e médio Christiane, Adriano e Evaldo, agradeço os ensinamentos que despertaram em mim o interesse pela realidade, seja através do estudo da História ou da Geografia. Se esta dissertação pôde ser escrita, certamente a base para este estudo foram suas aulas e, mais importante ainda, a formação

humana e cidadã que tive o prazer de ter. Vocês serão sempre referências na minha vida. Deixo aqui registrado meu eterno carinho e admiração.

Aos meus queridos alunos do Curso Pré-Vestibular Vetor e do Colégio Maia Marques, agradeço por, nos períodos de maior imersão na pesquisa, sempre terem vivido comigo uma dimensão do conhecimento histórico que vai além da pesquisa. Nossos encontros certamente me fizeram refletir a partir de um outro ângulo sobre as diversas questões surgidas durante a elaboração deste trabalho. Por mais que vocês não percebam, sei que, assim como eu, algo de bom vocês levaram dos nossos encontros.

Ao professor Marcelo Bittencourt, orientador dos meus estudos há mais de cinco anos, agradeço a oportunidade de conviver com um profissional apaixonado pelo seu ofício, as imensas contribuições a este trabalho e a generosidade de sempre. Obrigado por despertar em mim o interesse pela História de Angola. Esta dissertação jamais seria feita sem você.

À Amanda Palomo Alves e à Flávia Carvalho, agradeço a boa vontade em ler o projeto de pesquisa que deu base a esta dissertação e, principalmente, o estímulo que me deram para continuar neste caminho em um momento de grandes incertezas.

À Karina Ramos, agradeço as dicas de estudo, as conversas sobre Angola e as excelentes fontes de pesquisa que me forneceu. Sem elas, o rumo desta pesquisa seria outro.

À Maria Aparecida Rezende Mota, exemplo mais completo de intelectual e professora que conheci, agradeço a contribuição para a ampliação das referências teóricas desta pesquisa e o apontamento de novos caminhos no início da confecção desta dissertação.

À professora Sílvia Correia e ao professor Murilo Meihy, agradeço a oportunidade de cursar, na qualidade de ouvinte, a disciplina *Conflito e Memória no Século XX – as contribuições de África, Ásia e Europa para os estudos culturais* ministrada no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Os conhecimentos a que tive acesso durante este breve curso foram de suma importância para que eu encontrasse um caminho teórico adequado a esta pesquisa.

Às professoras Andrea Marzano e Sílvia Correia, agradeço as críticas e sugestões expostas no exame de qualificação desta dissertação. Suas orientações me desafiaram a encarar os problemas da fase inicial desta pesquisa e me apontaram novos caminhos e referências.

À Biblioteca Nacional, à Biblioteca do Centro Cultural Banco do Brasil, à Biblioteca Pública de Niterói, à Biblioteca Central do Gragoatá (UFF) e à Biblioteca do Colégio Bennet, agradeço o importantíssimo espaço de estudo de que pude desfrutar. Instituições como estas facilitam a vida dos estudantes e estimulam a construção do conhecimento.

Deixo aqui também meu agradecimento especial à Cristina, que iluminou com sua simpatia as tardes mais cansativas de estudo na Biblioteca do Colégio Bennet.

À CAPES, agradeço a bolsa que a mim foi concedida, sem a qual provavelmente esta pesquisa não se realizaria.

## **Resumo**

Esta dissertação tem como objetivo principal analisar como se construiu a definição da identidade nacional angolana no período compreendido entre o final do século XIX e a conquista da independência de Angola em 1975. No primeiro capítulo deste trabalho, analisa-se as manifestações identitárias dos filhos da terra e o surgimento de um discurso identitário construído através da literatura e da música luandenses nas décadas de 1940 e 1950. Já no segundo capítulo, busca-se compreender como UPA/FNLA, MPLA e UNITA, os três principais movimentos de libertação de Angola, definiram a identidade nacional em seus documentos fundadores. Por fim, no terceiro capítulo deste trabalho, são analisadas três crises internas do MPLA (a dissidência de Viriato da Cruz, a Revolta do Leste e a Revolta Ativa), onde a identidade nacional foi instrumentalizada e se tornou um importante capital político.

Palavras-chave: Angola, identidade nacional angolana, MPLA.



## **Abstract**

The core purpose of this master thesis is to analyse how it was built the definition of Angola's national identity in a period of time comprehended between the end of the XIX century and Angola's Independence in 1975. In the very first chapter of this thesis there is na analysis on the manifestation of identity of the sun of land (filhos da terra), and the rising of an identity ideal built upon literature and Luanda music of the 40's and 50's. In the second chapter, there is a search of understanding on how UPA/FNLA, MPLA e UNITA, three of the mains liberation movements of Angola, defined national identity in its foundation documents. Conclusively, in the third chapter of this thesis are analysed the three internal crisis of the MPLA (the dissidence of Viriato da Cruz, the Eastern Revolt, and the Active Revolt), in which, it's national identity was operationalized and became an essencial political capital.

Keywords: Angola, angolan national identity, MPLA.

## Lista de Mapas

1. Mapa Etnolinguístico de Angola (Anexo 1)
2. Mapa de Angola com destaque ao enclave de Cabinda (Anexo 2)
3. Regiões Político-Militares do MPLA (Anexo 3)

## **Lista de quadros**

Quadro 1 – Comitê Diretor do MPLA saído da remodelação de maio de 1962

Quadro 2 – Comitê Diretor saído da Primeira Conferência Nacional do MPLA

## **Lista de siglas e abreviações**

ABAKO – Association des Bakongo

ANANGOLA – Associação dos Naturais de Angola

ALLIAZO – Aliança dos Zombo-Bazombo

CONCP – Conferência das Organizações Nacionais das Colônias Portuguesas

CVAAR – Corpo Voluntário Angolano de Assistência aos Refugiados

ELNA – Exército de Libertação Nacional de Angola

EPLA – Exército Popular de Libertação de Angola

EUA – Estados Unidos da América

GRAE – Governo Revolucionário de Angola no Exílio

FAPLA – Forças Armadas Populares de Libertação de Angola

FDLA – Frente Democrática de Libertação de Angola

FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola

FRAIN – Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional das Colônias Portuguesas

JMPLA – Juventude do Movimento Popular de Libertação de Angola

MAC – Movimento Anti-Colonialista

MDIA – Movimento de Defesa dos Interesses de Angola

MFA – Movimento das Forças Armadas

MINA – Movimento de Independência Nacional de Angola

MLA – Movimento de Libertação de Angola

MLN – Movimento de Libertação Nacional

MLNA – Movimento de Libertação Nacional de Angola

MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola

PCA – Partido Comunista Angolano

PCP – Partido Comunista Português

PDA – Partido Democrático de Angola

PIDE – Polícia Internacional de Defesa do Estado

PLUAA – Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola

OMA- Organização da Mulher Angolana

ONU – Organização das Nações Unidas

OUA – Organização da Unidade Africana

UEA – União dos Escritores Angolanos

UPA – União das Populações de Angola

UPNA – União das Populações do Norte de Angola

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

RTP – Rádio e Televisão de Portugal

## Sumário

<b>Introdução.....</b>	<b>16</b>
------------------------	-----------

<b>Capítulo 1 - Versos e melodias que construíram a nação – as raízes culturais da identidade nacional angolana .....</b>	<b>19</b>
---	-----------

Introdução.....	19
-----------------	----

1.1. O colonialismo português e os filhos da terra .....	21
--	----

1.2. O nacionalismo cultural na literatura angolana .....	44
---	----

1.3. O nacionalismo cultural na música luandense .....	74
--	----

Conclusão .....	98
-----------------	----

<b>Capítulo 2 - Nacionalismo e identidade no campo político .....</b>	<b>101</b>
---	------------

Introdução.....	101
-----------------	-----

2.1. A formação da UPA/FNLA.....	102
----------------------------------	-----

2.2. A formação do MPLA .....	116
-------------------------------	-----

2.3. A formação da UNITA .....	131
--------------------------------	-----

Conclusão .....	143
-----------------	-----

<b>Capítulo 3 – A guerra de libertação e as crises internas do MPLA – usos e abusos da ideia de identidade nacional angolana.....</b>	<b>147</b>
---	------------

Introdução.....	147
-----------------	-----

3.1. A crise de 1962-1964.....	148
--------------------------------	-----

3.2. A Revolta do Leste (1969-1974) .....	182
---	-----

3.3. A Revolta Ativa.....	211
3.4. O Congresso de Lusaka.....	242
Conclusão.....	250
<b>Conclusão.....</b>	<b>255</b>
<b>Anexos.....</b>	<b>261</b>
<b>Lista de Fontes.....</b>	<b>264</b>
<b>Referências Bibliográficas.....</b>	<b>273</b>

## Introdução

O tema central desta dissertação é a identidade nacional angolana. Intenta-se, neste estudo, analisar quais foram os discursos que definiram e construíram esta identidade nacional angolana. Para isso, é necessário que nos debruçemos sobre um longo período, compreendido entre o final do século XIX e o ano de 1975. O ponto de partida do período aqui estudado faz referência direta ao surgimento dos primeiros discursos identitários em finais do século XIX, que deram base à ideia de identidade nacional que seria construída a partir da década de 1950 e apropriada pelos movimentos de libertação nacional desde então. Já a data limite que definimos para encerrar este estudo se refere à conquista da independência de Angola em 11 de novembro de 1975.

Os primeiros discursos identitários estudados nesta dissertação foram elaborados pelos filhos da terra angolanos, grupo social que se caracterizava por uma proximidade cultural, econômica e política com os colonos portugueses, mas ao mesmo tempo também eram identificados como angolanos, mantendo, até certo ponto, uma ligação com as populações locais. Como veremos no primeiro capítulo desta dissertação, no momento de recrudescimento do colonialismo português em Angola, os filhos da terra acabaram sofrendo um intenso processo de decadência socioeconômica em função da chegada de muitos portugueses em Luanda, o que lhes afastou das posições de privilégio que desfrutavam até então. Para tentar se defender, os filhos da terra elaboraram um discurso identitário que já iniciava uma valorização das culturas que eles próprios definiam como legitimamente angolanas. Um pouco mais adiante, em meados do século XX, estes discursos dos filhos da terra serviriam de base aos movimentos culturais surgidos em Luanda.

Através da literatura e da música, Luanda foi palco do surgimento de um discurso identitário que se tornaria a principal base da identidade nacional que se construiu a partir de meados do século XX. Estes movimentos literário e musical foram responsáveis pela definição e pela difusão do discurso de identidade nacional angolano, por isso nos deteremos na análise de suas obras também no primeiro capítulo.

Destaca-se deste discurso construtor da identidade nacional angolana a necessidade de união de todos os povos residentes em Angola a partir, principalmente, da



valorização de suas culturas. Sendo assim, a seleção dos aspectos culturais construtores da ideia de identidade nacional seria feita segundo os critérios definidos por aqueles que proferiam os discursos identitários. Portanto, será necessário entender que, mesmo que se afirmasse que a legítima cultura angolana seria a base da identidade nacional, a construção desta foi certamente uma seleção dos aspectos culturais que os próprios construtores desta ideia consideravam ser legitimamente angolanos.

Uma vez analisado o discurso definidor da identidade nacional angolana, intenta-se, no segundo capítulo deste trabalho, compreender como se deu o surgimento dos três principais movimentos de libertação angolanos (MPLA, UPA/FNLA e UNITA) nas décadas de 1950 e 1960. A partir da análise da documentação fundadora destes movimentos, será possível discutir pormenorizadamente como cada um deles definiu a questão identitária em suas projeções para o futuro da Angola independente.

Ainda no segundo capítulo deste trabalho, discute-se, em linhas gerais, as tentativas de aproximação entre os movimentos de libertação nacional angolanos, buscando compreender quais foram os fatores que impediram que esta união se concretizasse de maneira definitiva e permanente.

No terceiro e último capítulo desta dissertação, o foco central recai sobre o MPLA, movimento que, após a independência, dominou o Estado angolano, conquistando, portanto, o protagonismo na construção de uma identidade nacional oficial para o país recém independente. Sendo assim, busca-se compreender como este movimento discutiu a questão da identidade nacional a partir das crises internas que marcaram todo o período em que se desenvolveu a luta de libertação nacional.

Para tanto, analisaremos as três principais crises internas do MPLA durante as décadas de 1960 e 1970. A primeira destas crises, ocorrida entre 1962 e 1964, seria promovida justamente a partir de uma discussão ocorrida sobre a questão racial dentro do movimento, que resultaria, ao fim, em uma importante dissidência no movimento. Acompanhando o percurso desta crise, buscaremos compreender como o discurso identitário foi acionado pelas partes em contenda, principalmente pela direção do movimento.

Em seguida, a análise da segunda crise estudada no terceiro capítulo apresentará o primeiro momento de contato mais efetivo entre a direção do MPLA e as populações do Leste. As dificuldades na guerrilha da região e o autoritarismo que marcaram as relações entre combatentes e soldados acabaram por gerar uma crise onde a questão identitária seria novamente um ponto de discussão. Interessa, sobretudo, compreender como a direção do MPLA se valeu do argumento da identidade nacional para deslegitimar as manifestações das bases do Leste.

Por fim, analisaremos a Revolta Ativa, promovida a partir das bases do Norte no início da década de 1970. Como veremos, a questão identitária se tornou um dos aspectos que foram discutidos durante esta crise, servindo, portanto, como um importante capital político tanto para a direção do MPLA quanto para os revoltosos.

# Capítulo 1 - Versos e melodias que construíram a nação – as raízes culturais da identidade nacional angolana

## Introdução

Este capítulo de abertura da dissertação tem como objeto central de estudo as diversas manifestações culturais surgidas em Luanda na última fase do colonialismo português. Justifica-se o interesse por este objeto de estudo pois, em última instância, estas manifestações culturais contribuíram para delinear a identidade nacional angolana. Serão analisadas, então, obras literárias e musicais surgidas principalmente a partir da década de 1940. Ao analisarmos estas fontes, fica claro que, paulatinamente, as manifestações culturais angolanas buscaram construir um padrão cultural considerado pelos construtores destes discursos como legitimamente angolano, valorizando-se as tradições dos povos que partilhavam da identidade nacional. Aos poucos, estas manifestações culturais também se envolveriam indiretamente com temas políticos ao tratarem das dificuldades vividas pelos angolanos.

Além de propor uma discussão sobre o conceito de resistência, neste primeiro capítulo, discute-se também o conceito de identidade, já que a principal proposta deste estudo é analisar a elaboração de um discurso cultural e político definidor da identidade nacional angolana. Aborda-se também o conceito de nação por este ser básico para a discussão proposta na dissertação.

Estes conceitos serão fundamentais para que se alcancem os objetivos mais específicos desta primeira etapa da pesquisa, tais como a investigação sobre os filhos da terra<sup>1</sup> e seu posicionamento em relação ao colonialismo; um entendimento aprofundado sobre como os intelectuais definiram e tentaram construir uma identidade nacional angolana; e, por fim, o papel desempenhado pela música dos musseques luandenses no sentido de estimular a construção de uma cultura considerada legitimamente angolana.

---

<sup>1</sup> Define-se, nesta pesquisa, filhos da terra como sendo um grupo intermediário entre os colonos portugueses e os povos angolanos. A grande especificidade notada neste grupo é uma mestiçagem de tipo cultural bastante acentuada, de maneira que os filhos da terra dominavam códigos culturais de matriz europeia ao mesmo tempo em que permaneciam próximos às matrizes culturais africanas.

Através destas discussões, será possível abordar também as múltiplas possibilidades de posicionamento na situação colonial, combatendo assim uma abordagem historiográfica tradicional que só percebeu possibilidades de apoio ou recusa total ao colonialismo. Busca-se, portanto, compreender a sociedade colonial de uma forma mais complexa, negando definitivamente os binômios coloniais baseados em polarizações extremas, tais como colonizador/colonizado, opressor/resistente, colaborador/resistente.

Para que estas discussões sejam feitas, aborda-se, ainda que panoramicamente, o desenvolvimento do colonialismo português em África e, especificamente, em Angola. Desta sociedade colonial, destaca-se o surgimento dos filhos da terra e seu posicionamento intermediário entre portugueses e os povos residentes em Angola. Por se constituir um grupo privilegiado em um momento de intensificação da colonização portuguesa no final do século XIX, os filhos da terra se rebelaram e iniciaram uma série de contestações ao governo português, contudo empreender uma luta pela independência.

Estas manifestações dos filhos da terra serão de suma importância para a compreensão do surgimento de um discurso identitário que seria relido algumas décadas mais tarde pelo movimento dos Novos Intelectuais de Angola, que se fortaleceu a partir da década de 1950. A obra desta geração de intelectuais será analisada neste capítulo principalmente porque um patrimônio cultural foi selecionado e considerado legitimamente angolano, partindo assim para a discussão a respeito do que é ser angolano. Discutiu-se, portanto, mesmo que nas entrelinhas das obras literárias, a formação de uma identidade nacional angolana.

Além da manifestação literária promovida pelo movimento dos Novos Intelectuais de Angola, o fortalecimento e a divulgação de uma música considerada popular também será apresentado como um dos principais elementos da construção da identidade nacional. Para isso, é necessário também analisar a sociedade colonial e a formação dos musseques em Luanda.

A análise da literatura e da música revela que, cada vez mais, estas manifestações culturais se aliam à causa anticolonial, agindo muitas vezes nos

entrelugares onde era possível empreender alguma ação subversiva em um contexto de dura repressão do colonialismo português. Portanto, neste capítulo, temos como objetivo também analisar os primórdios da resistência angolana ao colonialismo.

## 1.1. O colonialismo português e os filhos da terra

Estimuladas por um desenvolvimento industrial sem precedentes, as potências europeias voltaram seus olhos para a África a partir do século XIX e intensificaram a exploração colonial em busca de matérias-primas, mercados consumidores e áreas para investimento de capitais, processo que deu início à globalização da economia mundial.<sup>2</sup>

Neste contexto, Portugal também intensificou sua presença em Angola, já que, a partir da Conferência de Berlim (1885-1886), o critério para a posse de colônias na África seria a ocupação efetiva do território.<sup>3</sup> Por isso, o fluxo de imigrantes portugueses para Angola aumentou substancialmente a partir da segunda metade do século XIX. Os números referentes à presença de brancos em Angola dão uma noção mais exata sobre a intensidade do processo de colonização de Angola naquele contexto: a população branca da colônia saltou de 1832 indivíduos, em 1845, para 9198 indivíduos (aproximadamente 0,2% da população), em 1900, ou seja, a presença de brancos em Angola quintuplicou em pouco mais de meio século. Estes números ainda aumentariam substancialmente durante o século XX: em 1920, atingiram 20700 indivíduos (0,48% da população); em 1940, 44083 indivíduos (1,2% da população); em 1960, 172529 indivíduos (3,6% da população); e aproximadamente 300000 indivíduos em 1974.<sup>4</sup>

A ocupação do território angolano pelas forças portuguesas ocorreu a partir de pequenos pontos litorâneos e de algumas regiões do interior experientes no comércio

---

<sup>2</sup> HOBBSBAM, Eric. *A Era dos Impérios (1875-1914)*. São Paulo: Paz e Terra, 2009. p. 106

<sup>3</sup> BRUNSCHWIG, Henri. *A Partilha da África Negra*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1993.

<sup>4</sup> BENDER, Gerald. *Angola sob o domínio português: mito e realidade*. Lisboa, Sá da Costa Editora, 1980. p.47 e p.48

com regiões longínquas. As tropas portuguesas, os missionários e os comerciantes avançaram sobre o interior de Angola e dominaram gradativamente o território nas chamadas “guerras de pacificação”, que se estenderam até as primeiras décadas do século XX, variando o grau da penetração de acordo com as especificidades de cada região.<sup>5</sup> Apesar do sucesso desta expansão, não foram poucos os movimentos de resistência à presença portuguesa no território angolano.<sup>6</sup> A partir desta penetração, iniciaram-se breves ciclos de exploração de produtos africanos, como a borracha, o açúcar e o café.

Em Angola, assim como em outras colônias africanas, destacou-se neste processo de expansão colonial a presença de segmentos nativos, chamados de crioulos, angolenses, euro-africanos, filhos do país ou filhos da terra.<sup>7</sup> A ascensão deste grupo em Angola ocorreu devido à proximidade com os portugueses nas esferas política, econômica e, principalmente, cultural. O que de fato identificava os filhos da terra como um grupo destacado na sociedade colonial era sua identificação com a cultura europeia e com as instituições coloniais, o que lhes garantiu a ocupação de importantes cargos de prestígio na administração colonial, no exército, em funções religiosas e no judiciário, legitimando seu poder e influência na colônia.<sup>8</sup> Sendo assim, falar sobre este grupo de filhos da terra é, em suma, compreender a questão da mestiçagem cultural decorrente do processo de colonização em Angola.

Ao estudar a elite de filhos da terra, Mário Antônio Fernandes de Oliveira definiu este grupo social como um amálgama biossocial, formado pela fusão de elementos biológicos e culturais portugueses e angolanos, originando um grupo social particularmente mestiço.<sup>9</sup> Portanto, devido à sua herança cultural mista, tanto europeia

---

<sup>5</sup> BITTENCOURT, Marcelo. *Estamos juntos! O MPLA e a luta anticolonial (1961-1974)*. Tese de doutorado defendida na Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002. p. 27

<sup>6</sup> PÉLISSIER, René. *História das Campanhas de Angola: resistências e revoltas (1845-1941)*. Lisboa, Editorial Estampa, volumes I e II, 1986.

<sup>7</sup> A denominação desta elite africana variou conforme o tempo e a abordagem de cada autor, sendo os termos mais conhecidos filhos da terra, filhos de Angola, crioulos e angolenses. Ver MARZANO, Andrea Barbosa. *Filhos da terra: identidade e conflitos sociais em Luanda*. IN RIBEIRO, Alexandre Vieira. GEBARA, Alexsander de Almeida Lemos. *Estudos africanos – múltiplas abordagens*. Niterói: Editora da UFF, 2013.

<sup>8</sup> DIAS, Jill. *Uma questão de identidade: respostas intelectuais às transformações econômicas no seio da elite crioula da Angola portuguesa entre 1870 e 1930*. In Revista Internacional de Estudos Africanos. Lisboa, número 1, janeiro/julho de 1984. p.67

<sup>9</sup> OLIVEIRA, Mario Antônio Fernandes de. *Luanda: Ilha Crioula?* Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1968. p. 16

quanto africana, é possível compreender a importância dos filhos da terra em Angola, já que este era o elo que ligava cultural, política e economicamente os interesses da metrópole aos seus negócios desenvolvidos na colônia e sobretudo aos colonos portugueses.

A utilização de códigos culturais africanos e europeus podia ser percebida através de alguns elementos característicos presentes entre os filhos da terra, como a forma cadenciada de falar o português, a utilização de palavras em quimbundo para expressar hábitos cotidianos, o ritmo da música, a forma de dançar, a culinária, a indumentária, a religiosidade, os festejos populares e, principalmente, a existência de uma identidade própria dos filhos da terra, o que conferia historicidade própria ao grupo em questão.<sup>10</sup>

Entretanto, apesar de ser possível identificar os filhos da terra como um grupo social devido à sua mestiçagem cultural e à posição intermediária ocupada na sociedade colonial, é importante mencionar que havia algumas fissuras entre seus membros, principalmente em relação aos aspectos sociais, religiosos e de classe. A oposição entre católicos e protestantes, brancos e não brancos, o acesso à educação e aos principais cargos públicos, as rivalidades entre proprietários e não-proprietários, as origens (do interior ou da cidade) e inclusive as rixas entre famílias de filhos da terra permitem ver que este grupo social não era exatamente homogêneo, havendo inclusive diferenças culturais no interior do grupo.<sup>11</sup>

Sendo, pois, a mestiçagem cultural a principal característica definidora dos filhos da terra, vale sublinhar que faziam parte deste grupo indivíduos brancos, mestiços e negros. Sem que a questão racial fosse um aspecto irrelevante para a identidade dos

---

<sup>10</sup> BITTENCOURT, Marcelo. *A resposta dos crioulos luandenses ao intensificar do processo de colonização em finais do século XIX*. In. *A África e a instalação do sistema colonial (c.1880 – c.1930)*. Atas da III Reunião Internacional de História da África (1999). Lisboa: IICT. Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, 2000, p.655-671] p.660

<sup>11</sup> BITTENCOURT, Marcelo. *As linhas que formam o “EME” – um estudo sobre a formação do Movimento Popular de Libertação de Angola*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo, 1996. p.51

filhos da terra, em um período posterior esta assumiu uma dimensão muito mais grave entre este grupo social.

Nos primeiros séculos da colonização de Angola, foi possível que os filhos da terra se estabelecessem como elite local e se diferenciasssem dos demais povos residentes em Angola, principalmente em virtude da sua mestiçagem cultural e da sua proximidade com os colonizadores portugueses. Ligados, em geral, à atividade do comércio de escravos e à administração colonial, este grupo social ganhou importância econômica e política na colônia, o que lhes garantiu elevados níveis de riqueza e educação que os diferenciavam dos demais habitantes da colônia.<sup>12</sup>

Uma prática importante que deve ser considerada para a compreensão do estabelecimento dos filhos da terra enquanto elite local é a substituição da propriedade coletiva de terras e bens móveis por propriedade individual. A transmissão destes bens através de testamentos de pai para filho subvertia a lógica mbundo de distribuição da herança entre os parentes maternos, possibilitando, então, a acumulação de riquezas por alguns núcleos familiares.<sup>13</sup> As atividades econômicas e políticas deste grupo eram coordenadas através de relações de parentesco e clientela, que conectavam as famílias de filhos da terra da capital aos seus pares do interior.

Apesar do grande prestígio e poder conquistados durante os primeiros séculos de colonização portuguesa em Angola, a segunda metade do século XIX reservava para os filhos da terra um intenso processo de decadência, estimulado principalmente pelo encerramento tráfico de escravos para o Brasil e pela efetiva expansão colonial em África.

Datam do início do século XIX, no contexto da transferência da Família Real portuguesa ao Brasil, os primeiros compromissos assumidos pelo governo português no sentido de acabar com o tráfico de escravos em seus territórios. Contudo, esta lucrativa

---

<sup>12</sup> DIAS, Jill. *Uma questão de identidade: respostas intelectuais às transformações econômicas no seio da elite crioula da Angola portuguesa entre 1870 e 1930*. In Revista Internacional de Estudos Africanos. Lisboa, número 1, janeiro/julho de 1984. p.63

<sup>13</sup> Segundo Jill Dias, a elite crioula angolana se constituía como uma aristocracia minúscula que tinha em seu núcleo pouquíssimas famílias, entre eles os Matoso de Andrade, Pinheiro Falcão, Velasco Galiano e Vandunem. Ver DIAS, Jill. *Uma questão de identidade: respostas intelectuais às transformações econômicas no seio da elite crioula da Angola portuguesa entre 1870 e 1930*. In Revista Internacional de Estudos Africanos. Lisboa, número 1, janeiro/julho de 1984. p.64



atividade só cessou de fato no Brasil a partir da promulgação da lei Eusébio de Queirós em 1850. Ainda que já prenunciado desde o início do século, o fim do tráfico de escravos teve um grande impacto na vida dos filhos da terra angolanos, que, em sua maioria, estavam ligados diretamente a esta atividade comercial.

Sem sua principal fonte de renda, esta elite de filhos da terra teve que redirecionar seus negócios para outras atividades, que não foram suficientes para lhes garantir os mesmos níveis de renda e prestígio desfrutados outrora. Logo, esta decadência socioeconômica seria sentida mais intensamente.

Neste contexto de crise, as atividades dos filhos da terra se concentraram em outros nichos de mercado, como a exportação de “serviçais”, isto é, da mão-de-obra forçada para São Tomé, o comércio de mercadorias oriundas do sertão angolano, a exploração da mão de obra escrava em empreendimentos agrícolas de açúcar e café e, por fim, as atividades ligadas diretamente à administração colonial, que passaram a ser cada vez mais disputadas. Entretanto, mesmo com o redirecionamento de suas atividades, as ações dos filhos da terra não foram capazes de suprimir os reveses que atingiram o grupo, principalmente porque os colonos portugueses que chegavam a Angola acabavam tomando posse dos espaços por eles ocupados até então. Além disso, as novas atividades comerciais eram menos suscetíveis ao domínio de um pequeno número de famílias de filhos da terra, o que contribuiu para minar o sistema de clientelismo em que seu poder se baseava até aquele momento.<sup>14</sup>

Dentre os membros do grupo, as dificuldades recaíram principalmente nos ombros dos filhos da terra não-brancos e daqueles que ocupavam posições intermediárias ligadas ao funcionalismo público e às profissões liberais. Os portugueses recém-chegados em Angola acabaram ocupando os melhores cargos na administração colonial em

---

<sup>14</sup> DIAS, Jill. *Uma questão de identidade: respostas intelectuais às transformações econômicas no seio da elite crioula da Angola portuguesa entre 1870 e 1930*. In *Revista Internacional de Estudos Africanos*. Lisboa, número 1, janeiro/julho de 1984. p.67

detrimento dos interesses dos filhos da terra não-brancos. Ao mesmo tempo, estes eram excluídos dos matrimônios e relações sociais com pessoas de pele clara.<sup>15</sup>

O aumento substancial na presença de portugueses em Angola foi responsável, então, pelo início de manifestações contrárias à decadência socioeconômica impingida a essa elite. A partir da década de 1870, os filhos da terra começaram a se manifestar contrariamente às ações da metrópole e dos colonos em artigos de jornais. É possível observar que a luta principal deste grupo era pela manutenção do seu estatuto privilegiado na colônia, chegando raríssimas vezes a um questionamento do colonialismo português,<sup>16</sup> pois fazê-lo seria ir contra uma estrutura que durante séculos lhes havia propiciado a ocupação de um lugar social destacado, configurando-se como uma elite colonial.

O discurso mais corriqueiro contido nestes artigos dos filhos da terra angolanos criticava principalmente a forma como a metrópole agia para beneficiar os portugueses na administração colonial em prejuízo dos seus interesses, como pode ser visto no artigo de José de Fontes Pereira:

---

<sup>15</sup> MESSIANT, Christine. *Social and political background to the democratization and the Peace process in Angola*, Leiden, African Studies Centre / Seminar Democratization in Angola, 18 de setembro de 1992. p.16

<sup>16</sup> Entretanto, em alguns casos, a independência foi claramente mencionada nos jornais dos filhos da terra, como no artigo de José de Fontes Pereira publicado no jornal *O Futuro d'Angola* de 26 de abril de 1889: “passando uma pequena revista sobre o muito que foi escrito, destaca-se a magna questão da independência desta nossa querida pátria, cuja ideia vem criando raízes no coração africano, afirmando-nos a adesão unânime por esta propaganda. O sol que se descobre no horizonte aponta-nos um futuro igual ao que salvou o Brasil e a felicita a América. Trabalhador do futuro, dia e noite espargimos a semente fecunda da emancipação e cultivando sem cessar buscamos germinar o doce ideal da nossa independência, procurando quebrar o ovo fecundo dos rochedos da escravidão. Há de um dia chegar. Esperar e crer.” Citado em GAMBOA, Fernando M. “A independência de Angola: metamorfoses de um conceito num periódico oitocentista”, In: *Os periódicos como fonte de pesquisa histórica. A imprensa escrita de Angola no século XIX*. Luanda, Arquivo Histórico Nacional, 1993. p.21

Que tem Angola beneficiado sob governo português? A escravatura mais negra, a zombaria e a ignorância mais completa. Os piores de todos são os colonos, indolentes, arrogantes, com pouco cuidado e ainda menos conhecimento. Contudo, até o governo tem feito o mais que pode para estender a humilhação e o vilipêndio sobre os filhos desta terra, que possuem, todavia, as qualificações necessárias, para promoção. Que civilizadores e que portugueses!

(...)

Os filhos da colônia que possuem as qualificações necessárias estão a ser regularmente privados de emprego, em benefício de ratazanas que nos mandam de Portugal. Não empregam as suas inteligências para civilizar um povo, pelo qual não têm respeito algum, e isto prova-se por aquele ditado vulgar – “com preto e mulato nada de contrato.”<sup>17</sup>

Ao compararem o colonialismo português com outras experiências coloniais em África, os filhos da terra constatavam que o problema presente em Angola era o pouco progresso e desenvolvimento civilizacional promovidos pela metrópole portuguesa e não exatamente o sistema colonial. Não se questionava, em geral, o pressuposto de que o colonialismo era um sistema capaz de desenvolver e civilizar as colônias, mas evidenciava-se a incapacidade de Portugal para fazê-lo em Angola,<sup>18</sup> como pode ser observado no artigo de Cordeiro da Matta publicado no jornal *Comércio d'Angola*:

“Enquanto a civilização não penetrar nos sertões de África, os seus habitantes continuarão a desconhecer a maior parte das necessidades da vida social” – escreveu um Ministro do Ultramar. Tem há muito tempo a civilização penetrado nos sertões de África e até hoje seus habitantes continuam a desconhecer a maior parte das necessidades da vida social. Pobre África!<sup>19</sup>

---

<sup>17</sup> EVERDOSA, Carlos. *Roteiro da literatura angolana*. 3 ed. Luanda, União dos Escritores Angolanos, 1985.

<sup>18</sup> BITTENCOURT, Marcelo. *As linhas que formam o “EME” – um estudo sobre a formação do Movimento Popular de Libertação de Angola*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo, 1996. p.62.

<sup>19</sup> CORDEIRO DA MATTA apud MORENO, Helena Wakim. *Voz d'Angola Clamando no Deserto – protesto e reivindicação em Luanda (1881-1901)*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de

Nota-se, portanto, a marca da ambivalência no discurso de Cordeiro da Matta, que, apesar de valorizar uma cultura considerada legitimamente angolana, não dispensava a ação civilizatória da metrópole portuguesa.

Sem se comprometerem com a causa da independência, mas com a necessidade de aumentar a coesão de grupo para amplificar o peso de suas reivindicações, os filhos da terra elaboraram uma identidade cultural própria através da evidenciação da sua posição intermediária na sociedade colonial. Desta forma, os filhos da terra passaram a valorizar em parte a sua dupla herança cultural e racial, que os diferenciava tanto dos portugueses quanto dos demais nativos classificados como indígenas pela estrutura colonial.

Em finais do século XIX, surgiu, então, um interesse pelo quimbundo e pela literatura, justamente no sentido de valorizar alguns aspectos de uma cultura considerada tradicionalmente própria dos povos de Angola. Neste sentido, merece destaque o empenho de Cordeiro da Matta em conhecer e valorizar o quimbundo. No prefácio de sua *Cartilha Racional para se aprender a ler o Kimbundo*, o autor defendia que os:

filhos se instruem [instruíssem] e aprendam [aprendessem] a ler, sejam [fossem] gente para amanhã engrandecer a nossa terra há que lhes ensinar a nossa língua, língua dos nossos antepassados. (...) Aprendei a ler correctamente, filhos de Ngola Kiluanji Kia Damba! Lede! Lede!<sup>20</sup>

O interesse de Cordeiro da Matta ainda foi além do estudo e divulgação do quimbundo, pois o autor se empenhou em resgatar alguns elementos culturais mbundo, tais como provérbios, enigmas, ditos populares e contos. Esta coletânea foi reunida em *Filosofia Popular em provérbios Angolenses*, publicado em 1891.

---

Pós-Graduação em História Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014. p.110.

<sup>20</sup> CORDEIRO DA MATTA apud OLIVEIRA, Mario Antonio Fernandes de. “*Um João de Deus angolano*”. Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa. Lisboa, 1982, pp. 209.

Ao mesmo tempo em que selecionavam os aspectos culturais que cumpriam a função de diferenciá-los dos colonos portugueses, como o quimbundo e os costumes mbundo, os filhos da terra não se identificavam com as demais populações locais, que eram vistas como mão de obra disponível para o trabalho e não como um povo que partilhava dos aspectos culturais considerados próprios de Angola. Reforçava-se, portanto, a característica definidora do grupo de filhos da terra, isto é, a interpenetração cultural.<sup>21</sup>

É importante sublinhar, neste ponto, que a partir destas manifestações iniciais contra as medidas portuguesas, começou a aparecer entre os filhos da terra uma memória positiva sobre o período em que a exploração colonial não era intensa. Em meados do século XX, esta memória se tornaria coletiva e seria expandida para englobar um período anterior à colonização, onde o reino do Congo era rememorado a partir da ideia de autenticidade da história angolana. O colonialismo seria compreendido, então, como uma interrupção no curso da história e da liberdade em Angola, o que promoveu, em última análise, a projeção de um futuro independente de Portugal e marcado pela liberdade da colônia. Tratava-se, então, de elaborar uma visão positiva sobre o passado que desse base a um projeto identitário dos filhos da terra.

Contudo, apesar da intenção de demonstrar coesão de grupo, as fissuras existentes no seio da elite de filhos da terra logo seriam evidenciadas nos artigos de jornal de finais do século XIX e início do século XX. Este choque interno se deu em função do constante aumento da competição pelos cargos administrativos da colônia, que, cada vez mais, eram ocupados pelos portugueses recém-chegados em Angola. Sendo assim, além de combater as ações da metrópole que beneficiavam os colonos, os filhos da terra passaram também a competir pelos cargos entre si, deixando cada vez mais clara a heterogeneidade do grupo.

Além de pequenos atritos existentes entre algumas famílias, nos textos dos periódicos de filhos da terra pode-se destacar como fatores desagregadores do grupo

---

<sup>21</sup> DIAS, Jill. *Uma questão de identidade: respostas intelectuais às transformações econômicas no seio da elite crioula da Angola portuguesa entre 1870 e 1930*. In Revista Internacional de Estudos Africanos. Lisboa, número 1, janeiro/julho de 1984. p.79

aqueles elementos relacionados às diferenças sociais, raciais e de trajetória de vida. Em geral, a clivagem entre os habitantes de Luanda e os filhos da terra do interior ganhava cada vez mais força. Enquanto o segmento de filhos da terra luandenses era mais comedido em suas críticas e buscava adequar a situação colonial à maneira que melhor lhes aprouvesse para manter os cargos ocupados na administração, os filhos da terra do interior revelavam-se muito mais reivindicativos, já que, além de estarem perdendo seu espaço, também tinham mais dificuldades em desfrutar das possibilidades educacionais que seus pares estabelecidos na capital.<sup>22</sup>

As ações dos filhos da terra para se defender da decadência imposta pela nova situação colonial também fizeram frutificar em Angola diversas associações com fins recreativos, espirituais, de instrução e de ajuda mútua, que reforçavam o espírito de grupo e acentuavam cada vez mais o fosso que os separava da grande maioria da população angolana. A Liga Angolana e o Grêmio ou Centro Africano, fundados respectivamente em 1913 e 1914, foram as mais destacadas associações de filhos da terra angolanos no início do século XX, obtendo inclusive o reconhecimento da autoridade colonial. Contudo, em 1922, ambas se tornaram ilegais sob acusação de conspiração separatista, apesar desta acusação não ter sido comprovada.<sup>23</sup>

Neste ponto, é possível fazer uma breve inflexão para compreender as ações dos filhos da terra decadentes enquanto manifestações culturais e políticas que, se não podem ser consideradas como resistência ao colonialismo, devem ser entendidas como um primeiro movimento no sentido de questionar as ações do governo colonial português. Ao tentarem manter a sua diferenciação em relação à grande maioria dos povos residentes em Angola para conservar os privilégios alcançados historicamente, os filhos da terra davam um claro sinal do interesse em manter a sua condição intermediária na sociedade colonial. Sendo assim, interessava mais aos filhos da terra a negociação do que uma

---

<sup>22</sup> BITTENCOURT, Marcelo. *As linhas que formam o “EME” – um estudo sobre a formação do Movimento Popular de Libertação de Angola*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo, 1996. p.70.

<sup>23</sup> PÉLISSIER, René. *La Colonie du Minotaure, II – nationalismes et revoltes en Angola (1926-1961)*, Orgeval, 1978. pp. 222-235.

ruptura abrupta com o colonialismo, o que mostra que a situação colonial ia muito além do binarismo resistente/opressor.

Portanto, sem questionar a legitimidade do colonialismo português, os filhos da terra preferiram a negociação através dos interstícios do poder, usando o termo de Homi Bhabha,<sup>24</sup> para continuar no mesmo entrelugar social, político, econômico e cultural que ocupavam desde os primeiros contatos com o colonialismo português.

Neste ponto, é necessário abrir um parêntese e discutir brevemente a forma de abordagem da situação colonial a partir da qual estruturamos este trabalho. Esta questão está intrinsecamente ligada ao surgimento de uma historiografia nacionalista feita por africanos, muito influenciada pelo contexto político pós-Segunda Guerra Mundial e marcada, portanto, pelo início das lutas de libertação asiáticas e africanas.

Depois de um longuíssimo período de exploração colonial, esta historiografia nacionalista africana buscou incessantemente valorizar a resistência ao colonialismo em sua dimensão histórica. A batalha travada pelos historiadores africanos era claramente contrária à historiografia dos apologistas do colonialismo, que desvalorizava a resistência africana ao caracterizá-la como irracional e desesperada devido à sua estreita vinculação com a religiosidade.<sup>25</sup> Esta primeira geração de historiadores africanos empenhava-se em encontrar uma História da África autêntica, sem as marcas da influência europeia e, em função disso, sugeria a conexão entre os movimentos de resistência do início da colonização com o nacionalismo moderno de massa.<sup>26</sup>

Percebendo a necessidade dos povos africanos estudarem e conhecerem a sua própria História e estimulada pelo contexto político das independências africanas, a UNESCO iniciou um investimento substancial para promover e divulgar os estudos sobre a África a partir de 1969. Durante toda a década de 1970, foram realizados encontros entre especialistas no assunto, estimulando o intercâmbio e a produção de novos

---

<sup>24</sup> BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

<sup>25</sup> RANGER, Terence. *Iniciativas e resistência africanas em face da partilha e da conquista*. In BOAHEN, Albert Abu. *História Geral da África (volume 7) – A África sob dominação colonial (1880-1935)*. Brasília: UNESCO, 2010. p.54-55

<sup>26</sup> COOPER, Fredrik. *Conflito e Conexão – repensando a história colonial da África*. Porto Alegre: Anos 90, volume 15, número 27, 2008. p.26

conhecimentos.<sup>27</sup> A coleção *História Geral da África* foi publicada a partir de 1981 e, apesar dos problemas apontados acima, ainda é considerada uma importante obra de referência que marcou a evolução da historiografia africanista. Os trabalhos expostos nesta coleção podem ser considerados exemplos desta historiografia africana da resistência, como pode ser observado principalmente no volume sete, editado por Albert Abu Boahen, onde predominam as temáticas sobre as iniciativas e resistências africanas face ao colonialismo.<sup>28</sup>

Ao tratar do tema da resistência, esta geração de historiadores africanos operava, sobretudo, com o binômio antinômico resistente/opressor, em uma clara continuação dos padrões utilizados pela historiografia tradicional marcada pelas estruturas imperialistas. Ao fazê-lo, estes trabalhos acabavam negando a existência de qualquer outro comportamento que não se adequasse ao binômio colonial, privando-se definitivamente de uma análise mais matizada sobre as posições intermediárias ou ambivalentes das sociedades estudadas. Obviamente, os comportamentos dos africanos que se aliaram ao colonialismo e desfrutaram de benefícios devido à sua proximidade com os colonizadores passaram longe dos temas abordados por esta historiografia<sup>29</sup>.

Apesar de representar o florescimento de uma historiografia produzida segundo um olhar mais próximo à África, as concepções daqueles historiadores sobre o comportamento do homem que viveu sob o domínio colonial acabavam limitando a percepção de uma realidade certamente mais rica e complexa.

Os estudos sobre a história de Angola seguiram esta tendência da historiografia nacionalista, principalmente após a conquista da independência em 1975. A partir de então, o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) assumiu o Estado e iniciou um processo de implementação de um discurso acerca do que seria a

---

<sup>27</sup> FAGE, J. *A evolução da historiografia da África*. In KI-ZERBO, Joseph (editor). *História Geral da África (vol. 1) – metodologia e pré-história da África*. Brasília: UNESCO, 2010. p. 21-22

<sup>28</sup> BOAHEN, Albert Abu. *História Geral da África (volume 7) – A África sob dominação colonial (1880-1935)*. Brasília: UNESCO, 2010. Ver também Felipe Paiva Soares. *A Polifonia Conceitual – a resistência na História Geral da África (Unesco)*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2014.

<sup>29</sup> COOPER, Fredrik. *Conflito e Conexão – repensando a história colonial da África*. Porto Alegre: Anos 90, volume 15, número 27, 2008. P.28



identidade da nação que se formava, tarefa difícil em função da grande variedade de grupos etnolinguísticos presentes no território angolano.

Entre outros aspectos, a identidade nacional angolana foi forjada com base na imagem da resistência angolana ao colonialismo. Portanto, discutir sobre o posicionamento de africanos face ao colonialismo a partir do caso angolano é uma questão que envolve polêmicas em relação à identidade nacional construída no período pós-independência, já que deste estudo podem surgir elementos que não se adequam à memória oficial construída pelo MPLA.<sup>30</sup> Certamente, ao construir a identidade de uma nação de resistentes, o Estado angolano independente suprimiu diversos aspectos importantes de sua história, inclusive em relação àqueles indivíduos que ficaram à margem das lutas de libertação nacional e aos colaboradores do colonialismo, que seriam considerados traidores da nação angolana. Fica clara, portanto, a relação intrínseca estabelecida entre a História oficial, a construção da memória e a identidade nacional elaborada após a independência.

É possível dar um passo adiante e questionar até que ponto estes trabalhos foram capazes de dar conta da realidade africana em seus estudos. Seriam todos os africanos resistentes ou colaboradores? Não haveria algum espaço alternativo entre o binômio resistente/opressor sobre o qual a sociedade colonial se posicionou? Levando esta discussão para o caso dos filhos da terra angolanos, em qual categoria poderíamos enquadrar o seu posicionamento? Seriam eles resistentes por não aceitarem todos os desmandos da metrópole e proporem alternativas elaboradas segundo os seus próprios desejos e necessidades? Ou seriam os filhos da terra traidores do povo angolano por se aproximarem dos colonizadores e se estabelecerem enquanto uma elite local que se beneficiava das estruturas colonialistas?

Nas últimas décadas, a historiografia vem desenvolvendo novas formas de abordagem da situação colonial que permitem abordar esta questão sob um olhar muito mais denso e enxergar possibilidades que vão muito além do enquadramento da realidade

---

<sup>30</sup> Sobre as relações entre memória e identidade ver POLLAK, Michel. *Memória e Identidade Social*. In Estudos Históricos, Rio de Janeiro, volume 5, número 10, 1992, p.200-212. Disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080>. Acesso em 22 de janeiro de 2016.

de acordo com as categorias de resistente, colaborador e opressor típicas de uma historiografia ainda marcada pelo padrões coloniais. Respostas a estas questões podem ser buscadas através de uma abordagem pós-colonial do problema.

A obra *Orientalismo – o Oriente como invenção do Ocidente*<sup>31</sup>, escrita por Edward Said, em 1978, que pode ser considerada a fundadora da teoria pós-colonial, parte de uma denúncia contra o conhecimento ocidental: a base epistemológica das ciências humanas é marcada pela divisão binária Ocidente/Oriente, criada e definida pelos intelectuais ocidentais, principalmente britânicos, franceses e norte-americanos. A partir desta crítica, Edward Said definiu o conceito de orientalismo como “*o estilo ocidental para dominar, reestruturar e ter autoridade sobre o Oriente*”.<sup>32</sup>

Tributário da crítica à episteme elaborada por Michel Foucault,<sup>33</sup> Edward Said defendeu que a produção do conhecimento no Ocidente atende a um princípio circular que se refere a si mesmo, sendo que os conhecimentos construídos pelo Ocidente acabam reafirmando as premissas da dominação do sistema de representação do mundo baseado no binômio Ocidente/Oriente. Portanto, ao mesmo tempo em que o Ocidente (eu) aponta e define o Oriente (outro) como primitivo, ignorante, exótico ou caricato, os construtores deste discurso, ou seja, os cientistas ocidentais, se diferenciam e se afastam dos orientais para criar uma imagem positiva sobre si mesmos, autorizando e legitimando, então, a dominação sobre os povos que não partilham de seus valores culturais.

Dando continuidade à ideia de Edward Thompson<sup>34</sup> e de Frantz Fanon<sup>35</sup> de buscar a representação do mundo a partir da perspectiva dos de baixo ou dos colonizados, surgiram diversos estudos sobre o dito Oriente em que este sistema de pensamento

---

<sup>31</sup> SAID, Edward. *Orientalismo – o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

<sup>32</sup> SAID, Edward. *Orientalismo – o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p.15

<sup>33</sup> FOUCAULT, Michel. *A palavra e as coisas – uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

<sup>34</sup> THOMPSON, Edward Palmer. *As Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos*; organizadores: Antônio Luigi Negro e Sérgio Silva. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001. e THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

<sup>35</sup> FANON, Frantz. *Peles negras, mascaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

hegemônico<sup>36</sup> construído pelo Ocidente é questionado. Neste sentido, é dever do pesquisador desconstruir<sup>37</sup> este discurso orientalista para se alcançar de fato uma nova interpretação do mundo. Além de questionar o sistema científico que estrutura o poder ocidental, os estudos pós-coloniais tentam, então, questionar a essência da polarização Ocidente/Oriente, promovendo uma releitura das realidades. Em suma, as polaridades estáticas baseadas nos essencialismos do mundo colonial não são consideradas capazes de elaborar uma análise densa e profunda sobre as realidades estudadas.

As gerações seguintes dos estudos pós-coloniais trataram de aprofundar e expandir as influências da obra de Edward Said, sendo Stuart Hall um dos seus mais importantes expoentes. Entre outras obras de grande repercussão no mundo acadêmico, chama a atenção *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*,<sup>38</sup> onde o autor analisa profundamente os problemas identitários do mundo pós-colonial e globalizado.

Neste livro, Stuart Hall apresenta três formas pelas quais a identidade cultural pode ser interpretada: a primeira forma de compreensão da identidade apresentada pelo autor é aquela referente ao pensamento iluminista, que se baseava em uma concepção do homem como um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado de razão e consciência, sendo a identidade estruturada com base na racionalidade e na consciência individual.<sup>39</sup>

A segunda forma de entendimento da identidade identificada por Stuart Hall se baseava na sociologia e ia contra a ideia de autonomia individual defendida pelos iluministas, já que a identidade seria formada pela interação entre indivíduo e sociedade, sendo a identidade um produto do meio social onde o indivíduo vive.<sup>40</sup>

Por fim, a identidade pós-moderna não seria definida pela singularidade, mas pela multiplicidade e fragmentação, sendo o sujeito deslocado e descentrado do seu lugar

---

<sup>36</sup> Para o conceito de hegemonia em que Edward Said se baseia para desenvolver seu trabalho, ver Antônio GRAMSCI. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

<sup>37</sup> Sobre o conceito de desconstrução sobre o qual Edward Said estrutura seu trabalho, ver DERRIDA, Jacques. *A escritura e a diferença*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1995.

<sup>38</sup> HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005.

<sup>39</sup> HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005.P.7.

<sup>40</sup> HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005.P.8.

social, cultural e de si mesmo. Esta concepção da identidade cultural pós-moderna parte do princípio de que a identidade está em crise, de maneira que a fragmentação evidencia que as paisagens culturais de classe, gênero, etnia, sexualidade, raça, nacionalidade etc. estão passando por um substancial processo de mudança. Neste sentido, a identidade na pós-modernidade se revela de diversas maneiras, dependendo da situação que interpela o indivíduo ou o grupo em questão. Não há necessariamente, então, a coerência identitária como nos casos da identidade iluminista e sociológica.<sup>41</sup>

Indo ao encontro desta argumentação acerca da crise da identidade na pós-modernidade, Homi Bhabha expandiu o questionamento sobre a relevância de se estabelecer polaridades nos estudos sociais. Ao defender que a identidade do indivíduo pós-moderno não pode ser definida de uma maneira homogênea, mas sim plural e fragmentada, Homi Bhabha busca superar os binarismos de toda a espécie – Ocidente/Oriente, colonizador/colonizado, tradicional/moderno, resistente/opressor, resistente/colaborador etc. – para privilegiar as análises sobre os interstícios destas fronteiras estáticas definidas pelo orientalismo. Neste sentido, o pesquisador deve ser capaz de perceber os entrelugares onde o sujeito pode assumir suas identidades, configurando o que Homi Bhabha chama de hibridização, um processo de interação de natureza simbólica que permite ao indivíduo acionar diferentes identidades em um mesmo contexto.<sup>42</sup>

Após esta sucinta incursão sobre o pensamento pós-colonial, percebe-se, enfim, que os binarismos estáticos não são capazes de promover um conhecimento amplo e complexo sobre o mundo colonial. Neste sentido, os teóricos do pós-colonialismo contestaram frontalmente a primeira geração de historiadores africanos que via a resistência ao colonialismo em toda parte ou, quando não o faziam, enfatizavam a opressão colonial. Sendo assim, estes intelectuais buscaram refutar definitivamente a visão de uma África sempre resistente ao colonialismo para entender de maneira mais profunda e matizada os diversos posicionamentos possíveis na situação colonial,

---

<sup>41</sup> HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005.P.9-10.

<sup>42</sup> BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

inclusive aqueles comportamentos que não se adequavam à imagem de um continente absolutamente oprimido pelo colonialismo europeu.

Então, retomando a discussão sobre o posicionamento dos filhos da terra no contexto colonial analisado anteriormente, é possível elaborar uma nova visão à luz dos estudos pós-coloniais. Como foi demonstrado, os filhos da terra não se posicionavam, em geral, contrariamente ao colonialismo português, mas lutavam para garantir a manutenção e a melhora de sua situação social e econômica. Portanto, enquadrar esta elite intelectual como um grupo resistente ao colonialismo é, no mínimo inadequado, visto que não se pretendia lutar pelo rompimento com a metrópole.

Contudo, afirmar que os filhos da terra eram exatamente colaboradores do colonialismo português no contexto do século XIX também não é de todo correto, uma vez que seus protestos também não sugeriam uma submissão total à autoridade colonial, mas uma adequação que promovesse uma negociação do lugar social que consideravam pertencente aos filhos da terra.

A única forma possível de analisar este posicionamento dos filhos da terra no contexto da intensificação do colonialismo português no século XIX é tratando a questão a partir de um prisma mais múltiplo de posicionamentos, sem cair então em uma análise baseada no binômio colonial. Sendo assim, a condição intermediária dos filhos da terra e a sua ação nos interstícios do poder colonial mostram que uma análise que busca somente resistentes, opressores ou colaboradores na sociedade colonial é ineficiente para caracterizar a ação de muitos indivíduos e grupos sociais que viveram naquele contexto. A produção dos intelectuais filhos da terra mostra, portanto, as múltiplas possibilidades de relacionamento com os colonos portugueses e com a metrópole.

Apesar das reivindicações e protestos dos filhos da terra angolanos, a metrópole intensificou o domínio da colônia durante a primeira metade do século XX. Criado em 1906, o imposto indígena pode ser considerado um bom exemplo do aumento do controle metropolitano sobre a colônia. Tratava-se, segundo as autoridades portuguesas, de uma taxa cobrada em decorrência da ação civilizatória empreendida pelo governo português em Angola. Na verdade, este imposto buscava mobilizar cada vez mais a mão de obra local, pois o indígena teria de comercializar com os portugueses, sempre

em situação desvantajosa, ou ainda poderia trabalhar para os colonos portugueses para obter a renda necessária para pagar o imposto. Entretanto, caso o indígena não conseguisse os meios necessários para fazê-lo, este seria submetido ao trabalho forçado nas plantações de colonos portugueses. Na década de 1930, o trabalho forçado foi rebatizado de trabalho por contrato.<sup>43</sup>

A intensificação do colonialismo português em Angola também gerou alterações na legislação que regia a colônia. Estas alterações começaram a ser implementadas em 1920 e foram reforçadas nas décadas seguintes, até o ano de 1961. As novas leis decretadas por Portugal atingiam frontalmente o grupo dos filhos da terra, que, para manter um estatuto diferenciado da grande massa dos povos residentes em Angola, deveria alcançar a condição de assimilado, designação dada ao africano que conseguia atingir a categoria de civilizado.

A condição de assimilado era acessível através de um exame realizado por funcionários da colônia, onde se analisava o grau de civilidade dos negros e mestiços (brancos não precisavam passar por este teste, pois eram considerados *a priori* civilizados). Obviamente, o padrão de civilidade determinado pelo governo português era baseado no padrão de cidadania europeu. Para a constatação deste grau de civilidade, levava-se em consideração o domínio da língua portuguesa, a condição econômica, a moradia do indivíduo, os hábitos e o domínio dos códigos culturais portugueses entre outros aspectos.<sup>44</sup>

Negros e mestiços que não conseguiam atingir a categoria de assimilado eram considerados indígenas e eram submetidos à cada vez mais dura regulamentação trabalhista, ligada diretamente à cobrança do Imposto Indígena. Este tributo obrigava os indígenas a entrar no mercado de trabalho formal e abandonar o processo doméstico de produção e comercialização. Sem entrar neste mercado formal, o indivíduo tornava-se

---

<sup>43</sup> SERRANO, Carlos M. H. *Angola: nasce uma nação*, Tese de doutoramento defendida no Departamento de Antropologia da USP em 1988. p. 131.

<sup>44</sup> De acordo com dados de 1950 levantados por Gerald Bender, apenas 0,7% dos negros e 88% dos mestiços eram considerados assimilados. Ver Gerald BENDER. *Angola – mito y realidade de su colonización*. México: Siglo Vintiuno Editores, 1980.

incapaz de adquirir moeda para pagar o Imposto Indígena e acabava sendo submetido ao serviço obrigatório realizado segundo os interesses das autoridades coloniais.<sup>45</sup>

É importante ressaltar que, na primeira metade do século XX, o grupo de filhos da terra se expandiu em função da chegada de indivíduos vindos do interior de Angola atraídos pelas oportunidades abertas pela urbanização de Luanda. Christine Messiant ressalta a importância de se distinguir o antigo segmento de filhos da terra – portador de uma historicidade, no qual a língua portuguesa e a proximidade com os portugueses eram fatores de identidade - do grupo que ela chama de “novos assimilados” – constituído em sua maioria por negros vindos do interior, que dificilmente tinham o português como língua materna e eram, em geral, próximos ao protestantismo e ao seu grupo etnolinguístico. A categoria de “novos assimilados” é utilizada em um sentido diferente da designação jurídica atribuída aos angolanos pela metrópole portuguesa. Nesta pesquisa, a categoria de novos assimilados é entendida através das características históricas e culturais do grupo analisado. Juridicamente, tanto filhos da terra como novos assimilados podiam compor o grupo dos assimilados.<sup>46</sup>

A consolidação do Estado Novo, na década de 1930, esteve intimamente relacionada ao nacionalismo e à mística imperial portuguesa. Neste sentido, o salazarismo se esmerou em construir uma imagem positiva de seu território imperial, recorrendo ao argumento de que, ao entrar em contato com os altos níveis civilizacionais portugueses, o indígena tomaria consciência do seu progresso limitado e tentaria assimilar os valores culturais europeus para ascender à civilização. Destaca-se nesta argumentação a visão de que a cultura considerada legítima dos povos angolanos deveria ser superada e substituída por uma cultura baseada nos padrões portugueses, considerados mais evoluídos e progressistas. Buscava-se, em suma, civilizar os povos colonizados de Angola a partir da imposição dos valores culturais portugueses.

Contudo, esta posição portuguesa sobre a imposição de seus valores culturais se modificou após o fim da Segunda Guerra Mundial, momento em que os preceitos de

---

<sup>45</sup> BITTENCOURT, Marcelo. *Estamos juntos! O MPLA e a luta anticolonial (1961-1974)*. Tese de doutorado defendida na Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002. p.36.

<sup>46</sup> MESSIANT, Christine. *L'Angole colonial, Histoire et Société. Les premisses du mouvement nationaliste*. Tese de doutoramento. Paris, Ecole des Hautes Etudes em Sciences Sociales, 1983.

pureza racial eram contestados, a autodeterminação dos povos era defendida na Organização das Nações Unidas e os povos asiáticos começavam a se levantar contra o colonialismo.<sup>47</sup> Naquele momento, porém, a importância das colônias para o Império Português atingiu seu grau máximo,<sup>48</sup> obrigando o salazarismo a modificar e defender seu argumento em relação às suas possessões coloniais.

Para isso, a teoria luso-tropical desenvolvida por Gilberto Freyre foi apropriada pelo Estado português para legitimar a posse dos chamados territórios ultramarinos.<sup>49</sup> Apesar de ainda não desenvolvida, o embrião da teoria luso-tropical pode ser encontrado na obra clássica de Gilberto Freyre intitulada *Casa Grande & Senzala*, onde o autor busca explicar a especificidade do povo brasileiro. Formado por três matrizes culturais distintas – indígena, africana e europeia –, a característica básica deste povo seria a harmonização das diferenças. Esta harmonia – ou democracia racial – só teria sido possível devido às características mestiças do povo português e a sua predisposição à miscigenação, o que teria contribuído para a existência de uma sociedade luso-tropical.<sup>50</sup>

Os estudos de Gilberto Freyre não tiveram repercussão imediata em Portugal, principalmente devido ao fato de que o governo português, durante as décadas de 1930 e 1940, ainda afirmava sua presença em África a partir da ideia de superioridade da raça portuguesa, o que levava automaticamente a uma condenação da mestiçagem que Gilberto Freyre tanto valorizava.<sup>51</sup>

Entretanto, a política externa portuguesa na década de 1950 estimulou uma mudança de postura do governo salazarista, principalmente devido ao anseio de ingressar na ONU e responder às críticas que Portugal sofria pelo seu colonialismo. Para fortalecer o argumento de que nas suas colônias africanas também vigorava uma sociedade luso-tropical tal e qual a sociedade supostamente construída no Brasil, o governo de Salazar convidou Gilberto Freyre para fazer uma visita às colônias portuguesas na África, onde a

---

<sup>47</sup> HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos – o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995. Ver especialmente os capítulos “O fim dos impérios” e “O Terceiro Mundo”.

<sup>48</sup> CLARENCE-SMITH, Gervase. *O III império português, 1825-1975*. Lisboa, Teorema, 1985.

<sup>49</sup> CASTELO, Cláudia. *O modo português de estar no mundo – o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Porto: Edições Afrontamento, 1998.

<sup>50</sup> FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*, 50ª edição. Global Editora, 2005.

<sup>51</sup> CASTELO, Cláudia. *O modo português de estar no mundo – o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Porto: Edições Afrontamento, 1998.



sociedade luso-tropical poderia, teoricamente, ser observada. Esta visita deu origem ao livro *Aventura e Rotina*,<sup>52</sup> escrito pelo sociólogo durante a viagem às colônias portuguesas, que serviu como justificativa da manutenção do colonialismo português, já que este respeitaria a grande multiplicidade cultural de suas colônias.

Sendo assim, a teoria luso-tropical de Gilberto Freyre ressaltava a boa relação estabelecida entre os portugueses e os povos coloniais, a interpenetração cultural e, principalmente, a mestiçagem como provas da especificidade do colonialismo português, que seria de um tipo mais brando do que a experiência colonial desenvolvida pelas outras metrópoles europeias. A especificidade do povo português foi defendida no trecho destacado abaixo, onde Gilberto Freyre relata sua viagem a Angola:

Viagem longa, por terras de paisagem diversa. Nos arredores de Vila Luso suas formas e suas cores são docemente líricas. São verdes tocados por um branco de casario que é o de Portugal, o do Brasil, o de portugueses a se harmonizarem com os trópicos, através das casas, das roças, das hortas, como se esta simbiose lusotropical fosse uma fatalidade não só sociológica como quase biológica. Não é nem uma coisa nem outra: tais fatalidades não existem. Desenvolvem-se, porém, em certos grupos humanos vocações ou predisposições para se harmonizarem com certos espaços, certas condições de vida, certas formas de paisagem que correspondem não só às realidades mais fortes de sua experiência como aos mitos de maior influência sobre as constantes de seu caráter. O português parece ter se desenvolvido em povo extra-europeu, fascinado principalmente pelas atrações das terras de climas quentes, das quais os mouros lhes revelaram encantos que nunca mais deixaram de atuar sobre o espírito de aventura da gente lusa. Há nessas terras, para os portugueses, numerosas mouras encantadas: encantadas em mulheres, em matas, em águas, em valores com os quais eles têm sabido se harmonizar como nenhum outro povo europeu. Daí nos sentirmos, em trechos da África onde esta harmonização é mais evidente, como na Angola mais aportuguesada, num perfeito Portugal Africano.<sup>53</sup>

---

<sup>52</sup> FREYRE, Gilberto. *Aventura e Rotina – sugestões de uma viagem à procura das constantes portuguesas de caráter e ação*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora: 1980.

<sup>53</sup> FREYRE, Gilberto. *Aventura e Rotina – sugestões de uma viagem à procura das constantes portuguesas de caráter e ação*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1980. p.340

Ao considerar a presença portuguesa em África como um ponto fora da curva do imperialismo europeu, Gilberto Freyre fechava os olhos para quaisquer pontos negativos desta experiência, tais como a falta de liberdade, a exploração das colônias e inclusive a história marcada pelo tráfico de escravos e pela escravidão. Todas essas experiências eram consideradas sob um ponto de vista segundo o qual o colonialismo português teria sido mais brando e levado o progresso para a África, como pode se observar no trecho abaixo, onde Gilberto Freyre discute os efeitos da escravidão:

Foi o regime de trabalho escravo que permitiu ao português, nos primeiros séculos de colonizador europeu da África, fazer o homem da Angola trabalhar contínua e regularmente nos campos (...)

(...) através do desenvolvimento das relações íntimas entre adventícios e nativos resultou na rápida assimilação pelos nativos de muitos dos valores dos adventícios. Com o português e o descendente de português, a escravidão foi, no Brasil, escola de cristianização e europeização de pretos e pardos; e não apenas sistema de exploração dos pretos e pardos pelos brancos, como entre outros europeus e outros descendentes de europeus. O explorado ganhou oportunidades de ascensão, dentro de novo complexo social de que se tornou membro, por efeito das inevitáveis consequências do contato de europeus em expansão – mas pouco retardados; de europeus reduzidos em número em africanos numerosíssimos: ventres geradores não só de novos escravos como de novos portugueses. Da escravidão, assim socialmente dinâmica, resultou que, através da miscigenação e da assimilação, indivíduos de cor pudessem subir até aos brancos: mesmo até aos brancos mais altos.<sup>54</sup>

Percebe-se, então, nos escritos de Gilberto Freyre, uma nítida tentativa de tornar positiva a obra civilizadora que teria sido empreendida pelos portugueses tanto no Brasil quanto nas colônias africanas. Apesar da declaração parecer absurda no contexto

---

<sup>54</sup> FREYRE, Gilberto. *Aventura e Rotina – sugestões de uma viagem à procura das constantes portuguesas de caráter e ação*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1980. p.326

em que foi escrita, a escravidão era defendida pelo sociólogo brasileiro como estrutura importante para a ascensão de negros e mestiços ao nível sociocultural dos brancos.<sup>55</sup>

Portanto, ao se apropriar e buscar desenvolver a teoria luso-tropical, o governo salazarista intentava, em suma, justificar a sua presença em África e dar uma aura benevolente a esta dominação, principalmente a partir do momento em que as colônias africanas e asiáticas iniciavam o processo de conquista da independência.

Foi exatamente neste contexto de intensificação do colonialismo português e de contestação internacional ao domínio colonial que as principais manifestações de resistência ao colonialismo surgiram em Angola. A partir de finais da década de 1940, um grupo de intelectuais deu continuidade à redescoberta identitária promovida pelos filhos da terra. No entanto, desta vez, a radicalização deste movimento cultural seria um dos pilares que deram base à luta de independência de Angola e principalmente à construção de uma identidade nacional angolana. Não é de se estranhar que a teoria luso-tropical entraria em choque com as principais ideias defendidas por estes intelectuais.

---

<sup>55</sup> É importante mencionar, ainda que superficialmente, que, apesar dos grandes avanços promovidos pelos estudos de Gilberto Freyre ao valorizar a formação do povo brasileiro a partir da interpenetração de aspectos culturais de brancos, afrodescendentes e indígenas, a sociologia brasileira iniciou a contestação da obra de Freyre em meados da década de 1950, principalmente a partir da escola paulista de sociologia. O argumento central que criticava o famoso sociólogo brasileiro era exatamente a visão harmônica sobre a sociedade brasileira, onde os conflitos existentes eram minimizados. Ver Florestan Fernandes e Roger BASTIDE. *Relações Raciais entre Brancos e Negros em São Paulo*. Revista Anhembi, publicada periodicamente em diferentes edições, São Paulo, 1955. Otavio Ianni. *O Estudo da Situação Racial Brasileira*. Revista Brasiliense, n° 19, São Paulo, 1958. e Fernando Henrique Cardoso. *O Negro e a Expansão Portuguesa no Brasil Meridional*. Revista Anhembi n° 94, vol. XXXII, São Paulo, 1958.

## 1.2. O nacionalismo cultural na literatura angolana

A história de nossa literatura é testemunho da geração de escritores que souberam, na sua época, dinamizar o processo de nossa libertação exprimindo os anseios profundos de nosso povo, particularmente o das camadas mais exploradas. A literatura angolana surge assim não como simples necessidade estética, mas como arma de combate pela afirmação do homem angolano.<sup>56</sup>

O trecho citado faz parte do documento de fundação da União dos Escritores Angolanos (UEA) e data de 1975. Destas breves palavras, destaca-se a ideia de que a literatura angolana surgiu do projeto de libertar Angola da dominação portuguesa. Por ser um documento escrito no auge do processo de independência angolana, deve-se relativizar esta ideia, já que não se pode separar estas palavras da emoção sentida pelos fundadores da União dos Escritores Angolanos (UEA) ao verem o sonho da independência concretizado.

Contudo, mesmo levando em conta o peso das palavras e o momento histórico em que foram proferidas, é possível relacionar diretamente o impacto do surgimento da literatura angolana ao surgimento da luta contra a dominação portuguesa. Portanto, se não foi um projeto considerado *a priori* pelos intelectuais angolanos, certamente a literatura teve papel decisivo na construção de uma identidade para a nação que se formava, como uma extensa historiografia já demonstrou.<sup>57</sup>

---

<sup>56</sup> Documento de fundação da União dos Escritores Angolanos citado por Rita Chaves em O projeto literário angolano: a identidade a contrapelo. IN CHAVES, Rita. *A Formação do Romance Angolano – entre intenções e gestos*. São Paulo: FBLP, Via Atlântica, 1999. p.70.

<sup>57</sup> Nesta parte do trabalho, ficará evidente que a historiografia e a crítica literária já fizeram um grande esforço para analisar as obras desta geração de literatos surgida em finais da década de 1940. É importante ressaltar também que a narrativa oficial do nacionalismo angolano também considerou a literatura como o principal movimento cultural que deu base à construção da nação angolana. Entretanto, como será abordado no tópico seguinte deste capítulo, outras manifestações culturais também foram de suma importância na definição da identidade nacional angolana, principalmente a música urbana.

Analisar a obra da primeira geração de literatos nacionalistas de Angola é, sem dúvida, uma oportunidade para pensar a construção da nação angolana. Para isso, contudo, é necessário que se faça uma breve reflexão teórica sobre o conceito de nação mobilizado pelas ciências sociais para dar conta da construção das identidades nacionais. Após esta reflexão, será possível iniciar a análise da literatura angolana que se empenhou em definir e construir uma nação angolana.

Estudar a nação é inclinar-se sobre a cultura do grupo – ou dos grupos – que se pretende conhecer. Em geral, a cultura é considerada pelos nacionalistas a base sobre a qual a nação deve se edificar, é o elemento que une os membros da nação em um só corpo político. Entretanto, o campo da cultura não é um espaço hermeticamente fechado aos conflitos, mas

uma espécie de teatro onde várias causas políticas e ideológicas se empenham mutuamente. Longe de ser um reino plácido de refinamento apolíneo, a cultura pode ser um campo de batalha onde as causas se expõem à luz do dia e lutam entre si.<sup>58</sup>

Um dos estudos de maior importância para se iniciar o debate sobre as nações é “*Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*”,<sup>59</sup> onde Benedict Anderson afirma ser a nação uma construção social e não a essência de um grupo que se estabelece e organiza em torno de um Estado e em um território definido. O autor afirma que as nações são comunidades políticas imaginadas, mas não somente no sentido da invenção, mas principalmente no sentido de haver uma correspondência desta construção na alma de seus membros, que projetam desejos e traçam objetivos para a comunidade.<sup>60</sup> O processo de imaginação da nação só pode ser compreendido, portanto,

---

<sup>58</sup> SAID, Edward. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p.5

<sup>59</sup> ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*; tradução Denise Bottman. – São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

<sup>60</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Imaginar é difícil (porém necessário)* (Apresentação) In ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*; tradução Denise Bottman. – São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 10

quando se atenta para a repercussão afetiva que estes discursos têm para a população, ou seja, deve-se compreender a construção da nação em termos de suposições, esperanças, necessidades, aspirações e interesses das pessoas comuns, mesmo que este seja um fenômeno construído essencialmente por figuras e organizações de destaque, como Estados, partidos, intelectuais e lideranças políticas, tal como afirma Eric Hobsbawm em *Nações e Nacionalismos desde 1740 – programa, mito e realidade*.<sup>61</sup>

A nação é uma comunidade, segundo Benedict Anderson, porque todos os seus membros partilham de um sentimento de companheirismo profundo e horizontal. É imaginada, pois nenhum de seus membros jamais terá contato com todos os demais membros da nação, apesar de todos eles serem capazes de se identificar com seus semelhantes. É imaginada como limitada, porque seus limites são claramente definidos e separados das demais nações através de fronteiras. Por fim, a nação é imaginada como soberana, pois este conceito foi criado em um momento em que a legitimidade dos reinos dinásticos era contestada pelas revoluções burguesas e pelo Iluminismo, especialmente pelas ideias de soberania e liberdade. A partir desta definição, Benedict Anderson apresenta empírica e teoricamente como as nações são imaginadas, dando ênfase principal ao papel do capitalismo de imprensa e à vernacularização das línguas para a construção das nações modernas.<sup>62</sup>

Seguindo a ideia exposta anteriormente acerca da crise da identidade na pós-modernidade, Homi Bhabha defende que a nação abriga dentro de suas fronteiras muito mais do que uma identidade nacional homogênea como acredita Benedict Anderson, pois há múltiplas identidades convivendo dentro das fronteiras da nação, que é caracterizada pelo seu hibridismo cultural. Não há, pois, na identidade nacional, a fixidez, mas uma constante negociação entre estas múltiplas identidades. Para Homi Bhabha, o discurso produzido pela identidade nacional é redutor por não dar conta de narrar a hibridização, a multiplicidade, a ambivalência e a dispersão que caracterizam a nação pós-colonial.<sup>63</sup>

---

<sup>61</sup> HOBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismos desde 1740 – programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011. p. 21

<sup>62</sup> ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*; tradução Denise Bottman. – São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p.p. 32-34.

<sup>63</sup> BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998. p. 24

Sendo assim, Frederick Cooper sugere que a identidade nacional pode aparecer como mais uma identidade imaginada pelos africanos, mas não tem força suficiente para suprimir as demais identidades e se tornar hegemônica.<sup>64</sup> Então, quem analisa a identidade nacional deve compreender como as múltiplas identidades se relacionam, entrando em conflito, se sobrepondo, se complementando e negociando entre si. Homi Bhabha propõe que esta análise ocorra a partir dos interstícios e dos espaços intervalares entre estas identidades culturais, pois é na “*emergência dos interstícios que as experiências intersubjetivas e coletivas de nação (nationness), o interesse comunitário ou o valor cultural são negociados.*”<sup>65</sup>

Indo adiante com esta abordagem que toma a nação a partir do seu hibridismo, Prasenjit Duara afirma que a nação pode ser imaginada de múltiplas formas pelas identidades que a compõem, sendo que sua imaginação depende de quem, quando, onde e do porquê desta nação ser imaginada. Portanto, o autor sugere que o pesquisador aborde a questão da identidade nacional a partir de uma perspectiva relacional, isto é, a partir da relação que ela tem com as outras múltiplas identidades presentes no interior da nação.<sup>66</sup>

Portanto, baseado na ideia de que a nação é uma comunidade imaginada, pretende-se, nesta etapa do trabalho, compreender quais foram os aspectos selecionados pelos “pais fundadores” da nação para compor a identidade nacional angolana. Contudo, vista a enorme multiplicidade de matrizes culturais em Angola, é necessário considerar que a imaginação de uma nação não dá conta de todas as identidades presentes no interior do território nacional.

Neste sentido, é importante ter em mente que a cultura, base da identidade nacional, abriga em seu interior grandes diferenças, sendo, portanto, um campo de conflitos onde diversas matrizes culturais entram em contato. Sendo assim, dentro de um mesmo sistema cultural, pode haver adequação, articulação, apropriação ou conflito, de

---

<sup>64</sup> COOPER, Frederick. *Conflito e Conexão – repensando a história colonial da África*. Porto Alegre: Anos 90. V. 15, n.27. 2008. p. 47. (Disponível em <http://www.seer.ufrgs.br/anos90/article/viewFile/6739/4041>)

<sup>65</sup> BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998. p. 20

<sup>66</sup> DUARA, Prasenjit. Historicizing national Identity, or who imagines what and when. IN Eleyand Suny, *Becoming National*, Oxford, Oxford University Press, 1996. p.p.150-177

maneira que tratar o campo cultural de forma monolítica e homogeneizada acaba reduzindo a complexidade da questão.<sup>67</sup>

Sendo a cultura um campo de disputa onde várias matrizes culturais se relacionam, a construção da nação é necessariamente um discurso redutor que seleciona alguns aspectos culturais e descarta outros que não lhe convém. Portanto, a elaboração de uma imaginação nacional a partir da seleção dos elementos culturais que melhor se adequam à ideia de nação que está sendo elaborada deve ser estudada com cautela, sempre tendo em vista a arbitrariedade que a construção de uma identidade nacional traz consigo ao selecionar e excluir aspectos mais condizentes com seus projetos e entendimentos sobre o que é a nação. Desta forma, pode-se investigar quem, como, quando e o porquê desta imaginação nacional ser elaborada, construindo, então, uma abordagem complexa sobre a identidade nacional.

Como foi apresentado anteriormente, o colonialismo português em Angola foi intensificado a partir do século XIX e, com isso, a influência cultural europeia pôde ser mais sentida na colônia, de maneira que a literatura foi considerada uma das principais expressões culturais da dominação europeia. Nesta etapa do trabalho, dá-se ênfase ao papel da literatura surgida no final dos anos 1940 para a construção de uma identidade nacional. Busca-se, portanto, compreender como estes confrontos culturais impactaram na formação de uma literatura nacional angolana que construiu um discurso identitário para os angolanos.

Neste ambiente de intensificação do colonialismo português em Angola, vigorava nas colônias portuguesas uma literatura escrita, em sua maioria, por portugueses, que adotavam uma

---

<sup>67</sup> THOMPSON, Edward. *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.



perspectiva de exotismo, evasão, preconceito racial e reiteração colonial e colonialista, em que a visão de mundo, o foco narrativo e as personagens principais eram de brancos, colonos ou viajantes, e quando se integravam os negros, eram estes avaliados superficialmente, de modo exógeno, folclórico e etnocêntrico, sem profundidade cultural, psicológica, sentimental e intelectual.<sup>68</sup>

Esta literatura colonial expressava, em suma, a exaltação da nação portuguesa, baseada em seu espírito desbravador e civilizador, de maneira que os povos das colônias eram considerados meros coadjuvantes, portanto, sem grande importância. O objetivo implícito nas obras coloniais, então, era promover o ideal de assimilação dos povos nativos para elevá-los à cultura metropolitana. Este objetivo teve grande penetração na literatura desempenhada por alguns escritores angolanos, como por exemplo nas obras de José da Silva Maia Ferreira,<sup>69</sup> que expressou o ideal de união benéfica entre angolanos e portugueses através dos seguintes versos:

Vi as belezas da terra,  
Da tua terra sem igual,  
Mirei muito do que encerra,  
O teu lindo Portugal,  
E se invejo a lindeza,  
De tua terra a beleza,  
Também é bem portuguesa  
Minha terra natal<sup>70</sup>

---

<sup>68</sup> PIRES LARANJEIRA. *Literaturas africanas de expressão portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta, 1995. p. 26

<sup>69</sup> José Maria Maia Ferreira nasceu em 1827 em Luanda. Depois de morar no Brasil e nos EUA, Maia Ferreira fez carreira na administração pública de Angola. Dedicou-se também à literatura, sendo um importante representante da literatura colonial angolana. Seus biógrafos não sabem informar com precisão a data de seu falecimento.

<sup>70</sup> FERREIRA, José Silva Maia. *Espontaneidades da minha terra – às senhoras angolanas*. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 2002. Coleção Escritores dos Países de Língua Portuguesa, volume 30.

Este cânone da literatura colonial foi largamente difundido pela sociedade angolana através do Decreto-Lei 227085, que instituiu um currículo básico ao ensino nos liceus das colônias por onde os principais nomes da moderna literatura nacionalista angolana passaram durante o período de sua formação intelectual.<sup>71</sup>

Mesmo sendo muito marcadas pela literatura colonial, as obras de alguns autores de finais do século XIX e início do século XX deixavam transparecer alguns aspectos dissonantes das linhas gerais promovidas pelos escritores próximos àquela corrente literária. Este é o caso da obra de Assis Júnior<sup>72</sup> intitulada *O Segredo da Morta (romance de costumes angolenses)*,<sup>73</sup> publicado em 1935, mas escrito vinte anos antes. Neste livro, é possível identificar uma atmosfera mais próxima daquilo que era entendido como angolense, mesmo que esta obra não tenha sido suficiente para superar definitivamente a literatura colonial. Considerado o fundador do romance angolano, *O Segredo da Morta (romance de costumes angolenses)* é a primeira obra no campo da ficção a analisar as relações culturais promovidas pelo colonialismo, marcada por uma dualidade cultural, onde conflitos, aproximações e sínteses têm espaço. Sendo assim, Assis Júnior valorizou o ambiente cultural da colônia ao relatar os costumes angolenses, ao abrir um espaço em sua escrita às marcas da oralidade e ao quimbundo,<sup>74</sup> indo além do estilo proposto pela literatura colonial e inspirando uma série de escritores que viriam a criar um novo movimento literário em Angola.

Neste sentido, esta literatura que mesclava aspectos da literatura colonial com novas propostas estéticas - e até políticas - pode ser considerada uma manifestação cultural praticada nos interstícios deixados pelo colonialismo.<sup>75</sup> Se não havia

---

<sup>71</sup> KANDJIMBO, Luís. Mário Pinto de Andrade, Agostinho Neto, a geração literária de 48 e o problema do slogan Vamos Descobrir Angola. IN MATA, Inocência. PADILHA, Laura (organizadoras). *Mário Pinto de Andrade – um intelectual na política*. Lisboa: Edições Colibri, 1997. p.60

<sup>72</sup> António de Assis Júnior nasceu em Golungo Alto em 1877. Ganhou destaque no campo literário, sendo a valorização dos costumes dos povos de Angola a principal marca de sua obra. É considerado o fundador do romance angolano, tendo publicado, entre outras obras, *O Segredo da Morta – romance de costumes angolenses*. Faleceu em Lisboa em 1960.

<sup>73</sup> ASSIS Jr. António. *O Segredo da Morta (romance de costumes angolenses)*. 2ª. Edição. Lisboa, Edições 70, 1979.

<sup>74</sup> O interesse de António Assis Júnior pela relação estabelecida entre as culturas angolanas e portuguesa pode ser percebido em *Gramática de quimbundo e português*, publicado em 1941, demonstrando a sua preocupação em fazer entender também a língua predominante em Angola.

<sup>75</sup> Ver Homi Bhabha. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

possibilidade de um rompimento total com a literatura colonial, tampouco se deixou de produzir uma literatura com tonalidades mais próximas à realidade vivida na colônia, mesmo que esta não fosse capaz de expressar ainda uma subversão total da ordem cultural vigentes naquele momento.

Note-se que, ao promover uma literatura que abria espaço àquilo que se considerava ser os costumes angolenses, Assis Júnior selecionava os aspectos culturais que ele mesmo considerava legitimamente de Angola, certamente deixando de lado as múltiplas manifestações culturais dos diversos povos que habitavam a colônia.

Apesar das manifestações culturais dos filhos da terra em finais do século XIX e da existência de alguns autores que não se adequavam totalmente à lógica literária colonial, foi somente na década de 1940 que um movimento literário de maior envergadura deu os primeiros passos no sentido de formar uma literatura que eles mesmos consideravam de bases nacionais. Neste sentido, analisar o surgimento da moderna literatura nacionalista angolana é, além de uma empreitada pelo campo da cultura, um exercício de compreensão política, de maneira que não é possível pensar neste movimento somente a partir de suas bases estéticas sem englobar a dimensão política presente nas entrelinhas nos textos daqueles intelectuais.<sup>76</sup>

Esta geração de intelectuais angolanos que elaborou as bases da literatura nacionalista ironicamente esteve muito ligada ao ambiente acadêmico português, principalmente após a formação das casas de estudantes vindos das colônias portuguesas, como a Casa de Estudantes de Angola, a Casa dos Estudantes da Índia e de Cabo Verde e a Casa dos Estudantes de Moçambique. Desagrado com a divisão destas casas de estudantes segundo o critério de origem, o governo português uniu todas estas instituições na Casa dos Estudantes do Império (CEI) em 1944, com sedes em Lisboa, Coimbra e Porto.<sup>77</sup> Ao fazê-lo, o governo português intentava fortalecer a mentalidade imperial e o

---

<sup>76</sup> CHAVES, Rita. *A Formação do Romance Angolano – entre intenções e gestos*. São Paulo: FBLP, Via Atlântica, 1999.

<sup>77</sup> PIMENTA, Fernando Manuel Tavares Martins. *Branco de Angola – autonomismo e nacionalismo (1900-1961)*. Coimbra: Edições Minerva, 2005. p.138-139

sentimento de portugalidade entre os estudantes africanos residentes na metrópole.<sup>78</sup> Além disso, controlar mais de perto as atividades destes estudantes também era uma necessidade, já que gradativamente a ideia de independência ganhava força entre os africanos.

A CEI, então, assumiu como sua atribuição prestar assistência social e material aos estudantes vindos das colônias, promover as suas culturas e integrá-los no meio estudantil metropolitano. Para isso, foram inaugurados postos de assistência médica, concedeu-se bolsas de estudos, organizou-se uma biblioteca e promoveu-se campeonatos de várias modalidades esportivas.<sup>79</sup>

Entretanto, o objetivo de controlar os estudantes e reforçar a mística imperial portuguesa fracassaram solenemente, já que a CEI deu lugar a importantes manifestações identitárias<sup>80</sup> dos estudantes africanos. Aos poucos, iniciou-se uma intensa discussão sobre temas políticos, que logo levaria alguns dos associados à CEI a pensarem nas possibilidades de independência das colônias. A importância desta associação foi de tal monta para o surgimento do nacionalismo nas colônias portuguesas que Mario Pinto de Andrade a apelidou de “*berço das chefias africanas*”<sup>81</sup>, pois naquela associação estiveram alguns dos principais líderes dos movimentos nacionalistas das colônias portuguesas,

---

<sup>78</sup> Ver Cláudia Castelo. A Casa dos Estudantes do Império: lugar de memória anticolonial. In *Memories of Colonialism: remembrance, resistance and transference in anti-colonial african narratives*. Disponível em <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/2244>.

<sup>79</sup> CASTELO, Cláudia A Casa dos Estudantes do Império: lugar de memória anticolonial. In *Memories of Colonialism: remembrance, resistance and transference in anti-colonial african narratives*. Disponível em <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/2244>. p.7.

<sup>80</sup> CASTELO, Cláudia. A Casa dos Estudantes do Império: lugar de memória anticolonial. In *Memories of Colonialism: remembrance, resistance and transference in anti-colonial african narratives*. Disponível em <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/2244>. p.8.

<sup>81</sup> Mario Pinto de Andrade citado por Norrie McQueen em *A descolonização da África Portuguesa – a revolução metropolitana e a dissolução do Império*. Mem Martins: Inquérito, 1998. p.38

como Agostinho Neto,<sup>82</sup> Marcelino dos Santos<sup>83</sup> e Amílcar Cabral,<sup>84</sup> entre outros nomes que posteriormente ganhariam grande destaque.

A CEI sempre se demonstrou muito arredia no que se referia à tutela salazarista, principalmente a partir da publicação do *Boletim Mensagem*<sup>85</sup> iniciada em 1948 e finalizada somente em 1964. A publicação do *Boletim Mensagem* foi responsável por dar espaço às criações artísticas de uma geração de jovens intelectuais das colônias portuguesas que provavelmente não teriam este espaço de divulgação caso não estivessem radicados na metrópole e associados à Casa dos Estudantes do Império. Os canais de expressão política estavam fechados aos povos colonizados, de maneira que o único canal disponível para fazê-lo era através do campo da cultura. Muito do pensamento anticolonial das colônias portuguesas foi gestado a partir das páginas daquele periódico, que pode, portanto, servir como importante fonte de análise do pensamento da geração que criou o nacionalismo literário angolano.

Além do *Boletim Mensagem* publicado pela CEI, a *Revista Mensagem – a voz dos naturais de Angola* também foi de extrema importância para a veiculação das ideias dos intelectuais nacionalistas angolanos. Publicada em Angola pela ANANGOLA,<sup>86</sup> a

---

<sup>82</sup> António Agostinho Neto nasceu em 1922. Durante sua juventude, residiu na Casa dos Estudantes do Império, período em que cursou medicina e se envolveu com a política. Na mesma época, participou de movimentos culturais africanos, tornando-se um renomado poeta. Foi fundador e presidente de honra do MPLA. Após a independência de Angola, tornou-se presidente da república. Faleceu em 1979.

<sup>83</sup> Marcelino dos Santos nasceu em Moçambique em 1929. Atuou na articulação política para a libertação de Moçambique, sendo um dos fundadores da Frente de Libertação de Moçambique. Após a independência, ocupou os cargos de ministro da Planificação e Desenvolvimento e Presidente da Assembleia Popular de Moçambique.

<sup>84</sup> Amílcar Cabral nasceu em 1924. Foi poeta, agrônomo e político, desempenhando importante papel na independência de Cabo Verde e Guiné-Bissau. Membro fundador do PAIGC, acabou sendo assassinado em 1973.

<sup>85</sup> O nome destas publicações da CEI se confundem ao longo dos anos em que foram publicadas, podendo ser denominadas Mensagem, Boletim Mensagem ou somente Boletim. Apesar desta variedade de nomenclaturas, estas publicações seguem basicamente a mesma linha de divulgação e valorização da cultura das colônias portuguesas em África, tendo inclusive os mesmos colaboradores.

<sup>86</sup> A ANANGOLA surgiu em 1947, sendo apenas uma nova nomenclatura assumida pelo Grémio Africano, fundado em 1913. Inicialmente, a ANANGOLA tinha como associados, basicamente, mestiços e negros bem posicionados. Entretanto, na década de 1950, as bases desta associação foram expandidas através do ingresso de angolanos brancos e das ações voltadas às massas, como a criação de postos médicos e escolas de corte e costura e datilografia. A partir de então, associaram-se à ANANGOLA indivíduos das camadas mais baixas da sociedade. Ver *Laços de solidariedade em Luanda: sociabilidade urbana como espaço privilegiado para se pensar a nação*. In BOSSLET, Juliana Cordeiro Farias. *A Cidade e a Guerra – relações de poder e subversão em São Paulo de Assunção de Luanda*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2014.

*Revista Mensagem* revolucionou a literatura angolana, principalmente ao divulgar e propor novas ideias e padrões estéticos. Apesar de sofrer com a repressão do colonialismo e ter um pequenínssimo número de publicações,<sup>87</sup> a *Revista Mensagem* ainda é considerada um importantíssimo marco do surgimento do nacionalismo e de uma literatura angolana mais próxima das culturas africanas.

Após o surgimento do movimento Vamos Descobrir Angola, muitos dos artistas e intelectuais que o compuseram se reagruparam em torno da designação Novos Intelectuais de Angola. Este movimento intelectual se agrupou em torno da *Revista Mensagem - a voz dos Naturais de Angola*. Esta designação do grupo fazia ainda referência à geração de literatos de finais do século XIX e início do XX que buscou dar importância aos valores e costumes considerados autenticamente próprios dos povos angolanos.<sup>88</sup>

Nestas publicações dos Novos Intelectuais de Angola, é possível perceber que suas ideias e trabalhos deixam transparecer uma crítica ao domínio cultural imposto pelo colonialismo português, crítica esta que seria amplificada mais adiante também para o campo político. Pedro Sobrinho, por exemplo, em texto no *Boletim Mensagem*, considerou lamentável o estado em que a literatura angolana se encontrava em finais da década de 1940, principalmente devido à influência da literatura colonial.<sup>89</sup> No mesmo texto, Pedro Sobrinho ainda destacou os principais expoentes literários que poderiam levar os artistas angolanos a um novo rumo, mais autêntico e afinado com as necessidades de sua terra. Ficam nítidas, então, algumas características básicas da publicação do *Boletim Mensagem*, que buscava

---

<sup>87</sup> A *Revista Mensagem - a voz dos naturais de Angola* teve apenas duas publicações, a primeira em julho de 1951 e a segunda em outubro de 1952. Após a divulgação destes números, a repressão se abateu sobre seus colaboradores. Após este evento, o grupo de intelectuais que levava a *Revista Mensagem* adiante se dispersou, mas o caráter político do movimento acentuou-se gradativamente, levando muitos daqueles intelectuais a se engajarem na luta de libertação nacional. Ver Benjamin Abdala. Panorama histórico da literatura angolana. IN CHAVES, Rita. MACÊDO, Tania. (organizadoras) *Marcas da Diferença - as literaturas africanas de língua portuguesa*. São Paulo: Alameda, 2006.

<sup>88</sup> Ver Carlos Serrano. Angola: a Geração dos 50, os jovens intelectuais e a raiz das coisas. Disponível no site da União dos Escritores Angolanos: <http://www.ueangola.com/criticas-e-ensaios/item/157-angola-a-gera%C3%A7%C3%A3o-de-50--os-jovens-intelectuais-e-a-raiz-das-coisas>. Acesso em 22 de julho de 2015.

<sup>89</sup> *BOLETIM - Casa dos Estudantes do Império*, Ano 1, número 6. p.16

incitar os jovens estudantes de letras à análise atenciosa da obra já realizada por homens de boa vontade em todo o ultramar. A divulgação dos escritores ultramarinos, a descoberta de novos valores, a crítica, muito contribuirão [contribuiriam] para o progresso das letras no ultramar.<sup>90</sup>

Destaca-se, então, o objetivo do *Boletim Mensagem* de criar e divulgar novos valores para a edificação de literaturas mais próximas à realidade das colônias portuguesas.

Já a edição da *Revista Mensagem – a voz dos naturais de Angola* publicada pela ANANGOLA, trouxe em seu número inicial uma proposta mais explícita acerca da construção e divulgação de uma cultura angolana, afirmando ser

necessário revelar valores ignorados, impondo-os; corrigir hábitos mentais defeituosos; definir posições e conceituar a verdadeira Cultura Angolana, livre de todos os agentes decadentes e dirigir a opinião pública para uma corrente sã e estruturalmente valorosa, que quer, pode e há-de impor-se.<sup>91</sup>

Neste ponto, é importante refletir sobre o que estes intelectuais consideravam a “*verdadeira Cultura Angolana*”, uma vez que no interior da colônia existiam diversos povos e matrizes culturais. Cabe adiantar que, como será apresentado mais à frente, estes intelectuais selecionaram aspectos culturais que mais se adequavam ao seu entendimento do que seria uma cultura legítima de Angola, seleção esta que tinha muito a ver com as projeções para a construção de uma nação independente.

---

<sup>90</sup> *BOLETIM – Casa dos Estudantes do Império*, Ano 1, número 6. p.18.

<sup>91</sup> *REVISTA MENSAGEM – a voz dos naturais de Angola*. Luanda: ANANGOLA, Ano 1, julho de 1951, no.1. p.2.

Entretanto, para que se construísse esta nova cultura angolana, seria necessário combater o cânone colonial a que os povos angolanos vinham sendo submetidos pelo governo português. Agostinho Neto denunciava:

Os nativos são educados como se tivessem nascido e residissem na Europa. Antes de atingirem a idade em que são capazes de pensar sem esteio, não conhecem Angola. Olham a sua terra de fora para dentro e não ao invés, como seria óbvio. Estudam na escola, minuciosamente a História e a geografia de Portugal, enquanto que as da Colónia apenas folheiam em sinopses ou estudam muito levemente. Ingenuamente, suspiram pelas regiões temperadas do norte, por onde lhes arda o coração. Não compreendem esta gente que aqui havia, os seus costumes e idiossincrasia. Não têm tradições. Não têm orgulho de sua terra porque nela nada encontram de que se orgulhar; porque não a conhecem. Não têm literatura, têm a alheia. Não têm arte sua. Não têm espírito.

Não adoptam uma cultura; adaptam-se a uma cultura.

Os indivíduos assim formados têm a cabeça sobre vértebras estranhas, de modo que as ideias, as expirações do espírito são estranhas à terra. Daí o olhar-se esta, a sua gente e hábitos, o mundo que os rodeia, como estranhos a si – de fora.<sup>92</sup>

Portanto, os intelectuais desta geração tinham dois propósitos principais: (1) romper com o domínio cultural imposto pela metrópole às colónias, principalmente no campo literário, o que mais tarde desencadearia também uma luta política contra o colonialismo; e (2) construir uma identidade cultural própria de Angola, elaborando, mesmo que sem consciência disso, uma imaginação para a nação que ganharia corpo nas décadas seguintes durante a luta de libertação e também no período pós-independência.

A construção desta literatura mais combativa e propositiva de bases nacionais teria força, em Angola, principalmente através da poesia, sendo que o romance ganharia

---

<sup>92</sup> Agostinho Neto citado por Luís Kandjimbo em Mário Pinto de Andrade, Agostinho Neto, a geração literária de 48 e o problema do slogan Vamos Descobrir Angola. IN MATA, Inocência. PADILHA, Laura (organizadoras). *Mário Pinto de Andrade – um intelectual na política*. Lisboa: Edições Colibri, 1997. p.60



mais fôlego somente a partir da década de 1950. A prosa feita até então era muito marcada ainda pelas características da literatura colonial, onde os angolanos eram vistos como parte de um mundo exótico africano, não merecendo, portanto, nenhum protagonismo na literatura. Segundo Rita Chaves, esta falta de uma análise mais profunda e complexa sobre os povos naturais de Angola e de suas tradições culturais era um reflexo da falta de protagonismo dos próprios angolanos em sua história.<sup>93</sup>

Foi neste contexto de ebulição de novas ideias para a cultura que a palavra de ordem “Vamos Descobrir Angola”<sup>94</sup> surgiu e estimulou a imersão nos valores considerados próprios dos povos que ali residiam. A seleção de valores e conceitos deve ser entendida, então, como uma construção que visava definir uma identidade própria de Angola. Em grande medida sob a liderança de Viriato da Cruz,<sup>95</sup> um dos mais influentes poetas desta geração de intelectuais,<sup>96</sup> a literatura nacionalista pode ser caracterizada por alguns aspectos comuns a todas as obras daquela geração.

Apesar da valorização de um patrimônio cultural considerado legitimamente angolano ser muito cara àquela geração literária, foi através da língua portuguesa que o movimento dos Novos Intelectuais de Angola<sup>97</sup> se manifestou, sendo poucos os artistas que utilizaram as línguas faladas em Angola nas suas obras.

---

<sup>93</sup> CHAVES, Rita. O projeto literário angolano: a identidade a contrapelo. IN CHAVES, Rita. *Angola e Moçambique – experiência colonial e territórios literários*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2005. p.73

<sup>94</sup> Não há consenso sobre a paternidade do slogan Vamos Descobrir Angola. Segundo António Jacinto, esta palavra de ordem embasava todos os escritos daquela geração, sendo provável que “nenhum grupo de pessoas se sentou em uma mesa e disse: “Vamos Descobrir Angola”. Ver Michel Laban. *Angola – encontro com Escritores*, volume 1. Porto, Fundação Eng. António de Almeida, 1991, p.146.

<sup>95</sup> Viriato Francisco Clemente da Cruz nasceu em 1928. Teve destacada atuação no campo cultural, sendo um dos grandes impulsionadores da moderna literatura angolana. Engajou-se nas questões pela libertação de Angola e foi um dos fundadores do MPLA, do qual foi secretário-geral até 1962, ano em que se desligou definitivamente da organização devido a uma crise interna do movimento. Em 1966, mudou-se para Pequim, onde continuou a desenvolver atividades culturais e políticas. Faleceu em 1973.

<sup>96</sup> Após o rompimento com o MPLA decorrente da crise interna do movimento ocorrida entre 1962-1964, Viriato da Cruz foi relegado a um segundo plano do movimento Vamos Descobrir Angola. Contudo, a historiografia vem ressaltando o seu protagonismo e sua importância à geração que fundou a moderna literatura angolana. Ver Fernando Mourão. Prefácio IN ROCHA, Edmundo, SOARES, Francisco, FERNANDES, Moisés (organizadores). *Viriato da Cruz – o homem e o mito – Porto Amboim (Angola), 1928 – Beijing (China) 1973*. Luanda, Caxinde, 2008.

<sup>97</sup> Esta denominação faz uma referência comparativa entre esta nova geração de intelectuais da década de 1940 e os primeiros intelectuais que questionaram as ações portuguesas em Angola no final do século XIX e início do século XX, principalmente a partir da publicação da obra coletiva *A Voz de Angola Clamando no Deserto*. Apesar desta denominação, Pepetela afirma que pouquíssimos dos Novos Intelectuais de Angola conheciam as obras dos Velhos Intelectuais de Angola. Ver Pepetela. Algumas questões sobre

Entretanto, uma constante entre os intelectuais que compunham o movimento era a valorização das línguas faladas no território angolano, principalmente do quimbundo, como pode ser observado nas palavras de Agostinho Neto, que denunciou a pouca importância dada aos elementos das culturas próprias dos povos angolanos, apontando este aspecto como uma das causas de a cultura portuguesa ser tão poderosa em Angola:

quando nossas línguas, aquelas que serviram e servem de veículo à cultura angolana, não são faladas nas escolas, não são usadas nos jornais, na rádio, etc. (...) é evidente que a nossa cultura não se pode desenvolver. Estaciona; degrada-se, mas felizmente não morre.<sup>98</sup>

Sendo assim, a valorização das línguas faladas em Angola seria manifestada principalmente através da apropriação da língua do colonizador pelo movimento dos Novos Intelectuais de Angola.<sup>99</sup> Portanto, apesar de usar o português como base, aqueles artistas se empenharam em criar uma dicção própria dos angolanos, marcada por traços de oralidade, pela subversão sintática e léxica da norma culta e pela utilização de palavras e expressões em quimbundo salpicadas nos textos em português,<sup>100</sup> como pode ser percebido no poema *Castigo p'ro Comboio Malandro*, de António Jacinto<sup>101</sup>:

---

literatura angolana. Disponível em <http://www.ueangola.com/criticas-e-ensaios/item/122-algumas-quest%C3%B5es-sobre-a-literatura-angolana>. Acesso em 26 de maio de 2015.

<sup>98</sup> NETO, Agostinho. Introdução a um colóquio sobre poesia negra. In *MENSAGEM*. Casa dos Estudantes do Império, Ano III, números 5 e 6. p.45.

<sup>99</sup> Apesar de poucas, houve exceções à utilização da língua portuguesa pelos Novos Intelectuais de Angola, como pode ser visto nos poemas de Mário Pinto de Andrade Muimbu ua Sabalu (Canção de Sabalu). In *Boletim – Casa dos Estudantes do Império*, ano II, número 8. p.17. Entretanto, mesmo publicado o original em quimbundo, na página seguinte há a tradução do poema para o português, o que reafirma a opção nítida pela divulgação das obras e ideias daqueles intelectuais através da língua metropolitana.

<sup>100</sup> CHAVES, Rita. O projeto literário angolano: a identidade a contrapelo. IN CHAVES, Rita. *Angola e Moçambique – experiência colonial e territórios literários*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2005. p.72.

<sup>101</sup> António Jacinto nasceu em 1924 e foi um dos mais destacados poetas da poesia angolana. Ao lado de Viriato da Cruz fundou as bases da moderna literatura nacionalista angolana a partir da década de 1940. Fundador do efêmero Partido Comunista Angolano, acabou se juntando ao MPLA e colaborando na luta de libertação nacional de Angola. Esteve preso no Tarrafal entre 1962 e 1972 por promover atividades anticolonialistas. Após a independência, foi ministro da Cultura de Angola e membro do Comitê Central do MPLA. Faleceu em 1991.

Esse comboio malandro passa

Passa

Passa sempre com a força dele

Ué ué ué

Hi hi hi

Te-quem-tem te-quem-tem te-quem-tem

O comboio malandro

Passa

Nas janelas muita gente:

Ai bô viaje

Adeujo homé

Nganas bonitas

Quitadeiras de lenço encarnado

Levam cana no Luanda p'ra vender

Tem outro

Igual como este dos bois

Leva gente, muita gente como eu

Cheio de poeira

Gente triste como os bois

Gente que vai no contrato

Tem bois que morre no viagem

Mas o preto não morre

Canta como criança:

Mulondo iá Quéssua uádibalé

Uádibalé uádibalé uádibalé (...) <sup>102</sup>

---

<sup>102</sup> António Jacinto. Castigo p'ro Comboio Malandro. Publicado em MENSAGEM, ano III, números 3 e 4, Boletim da Casa dos Estudantes do Império, Lisboa, 1960.

O interesse pelo quimbundo promovido pelos Novos Intelectuais de Angola também teve como fruto a elaboração, por Mário Pinto de Andrade,<sup>103</sup> de pesquisas sobre a linguística banto, que, mesmo sendo extremamente densas e de elevada erudição, foram publicadas nos números da *Revista Mensagem – a voz dos naturais de Angola*.<sup>104</sup> A publicação destes estudos é emblemática, pois, mesmo sendo um texto complexo e de caráter muito específico, a *Revista Mensagem – a voz dos naturais de Angola* incluiu estes artigos em seus números, principalmente para marcar uma posição sobre a importância dada ao patrimônio linguístico próprio de Angola, sinalizando à necessidade de se compreender aquilo que era considerado legitimamente angolano.

No mesmo sentido da valorização das línguas angolanas, o movimento dos Novos Intelectuais de Angola se esmerou em conhecer profundamente as tradições culturais dos povos que ali habitavam. A palavra de ordem Vamos Descobrir Angola não ficou limitada somente ao campo das intenções, de maneira que os intelectuais de fato imergiram nas múltiplas culturas presentes na colônia. Sendo assim, o folclore e as tradições angolanas foram sempre muito valorizados por esta geração que fundou a moderna literatura angolana.<sup>105</sup>

Esta característica pode ser evidenciada em artigo de Fernando Mourão, publicado no *Boletim Mensagem*, onde o autor relata o deboche dos povos africanos ao ouvirem as fábulas de Esopo por não se identificarem com os elementos presentes nestas narrativas.<sup>106</sup> É emblemática também a divulgação de exposições sobre o folclore

---

<sup>103</sup> Mario Pinto de Andrade nasceu em 1928. Foi um dos fundadores do MPLA e desenvolveu uma relevante obra sociológica sobre a cultura angolana, sendo um dos principais intelectuais a pensar novas formas de se construir uma identidade autenticamente angolana. Exerceu o cargo de presidente do MPLA. Faleceu em 1990.

<sup>104</sup> Chama a atenção o caráter acadêmico dos textos, com citações em inglês, discussões teóricas e grande complexidade. Ver Mário Pinto de Andrade, *Questões de Linguística Banto*, publicada na *Revista Mensagem – a voz dos naturais de Angola*. Edição do Departamento Cultural da Associação dos Naturais de Angola, Luanda, julho de 1951, número 1. p. 6.

<sup>105</sup> A valorização do folclore angolano pode ser percebida pela publicação de notas e divulgação de exposições sobre estas manifestações culturais tradicionais. Ver, por exemplo, nota sobre a apresentação do Grupo Folclórico de Luanda no Rádio clube. Ver Panorama IN *Mensagem – a voz dos naturais de Angola*. Edição do Departamento Cultural da Associação dos Naturais de Angola. Luanda, julho de 1951, número 1. p.9. É possível notar também a importância dada ao folclore angolano no artigo de Lúcio Câmara, intitulado Contribuição para o Folclore Angolano. IN *Mensagem – Boletim da Casa dos Estudantes do Império*, ano XIV, número 4. P. 22-27

<sup>106</sup> MOURÃO, Fernando. Breve apontamento sobre a “Viragem” de Castro Soromenho. In *Mensagem – Boletim da Casa dos Estudantes do Império*, ano III, número III, p. 6-9.

tradicional angolano na *Revista Mensagem, a voz dos naturais de Angola*, demonstrando o ambiente de valorização das tradições angolanas, o que também pode ser visto no texto em que Fernando Mourão enaltece a obra de Castro Soromenho,<sup>107</sup> autor que se aprofundou nas lendas e no folclore dos povos angolanos para dar bases consideradas nacionais para sua obra.<sup>108</sup>

A valorização dos aspectos tradicionais das culturas consideradas tradicionalmente angolanas também foi muito trabalhada nas poesias de Viriato da Cruz, que, além da valorização da oralidade e da dicção própria angolana, evidenciava a necessidade de se tirar força das tradições da terra para que a vida de seus povos pudesse prosperar e se fortalecer. É essa a mensagem que se vê em *Makèzú*:

Kuakié!... Makèzú...

.....

O pregão da avó Ximinha  
É mesmo como os seus panos  
Já não tem a cor berrante  
Que tinha nos outros anos.

Avó Xima está velhinha  
Mas de manhã, manhãzinha,  
Pede licença ao reumático  
E num passo nada prático  
Rasga estradinhas na areia...

Lá vai para um cajueiro  
Que se levanta altaneiro

---

<sup>107</sup> Fernando Monteiro de Castro Soromenho nasceu em Chinde, Moçambique, em 1910. Com apenas um ano de idade, mudou-se com sua família para Angola. Na sua juventude, estudou em Lisboa e, após concluir seus estudos, regressou a Angola, onde desempenhou, entre outras, as profissões de jornalista e literato. Seu trabalho literário é marcado pela análise profunda das culturas angolanas. Após lecionar em universidades europeias, Castro Soromenho se transferiu para São Paulo, onde contribuiu para a fundação do Centro de Estudos Africanos da Universidade de São Paulo. Faleceu em São Paulo em 1968.

<sup>108</sup> Ver Castro Soromenho. *Terra Morta*. Luanda, União dos Escritores Angolanos, 1985. E Castro Soromenho *Viragem*. São Paulo, Arquimedes, 1967. Foi nestas duas obras que o autor desenvolveu romance sociológico angolano.

No cruzeiro dos caminhos  
Das gentes que vão p´ra Baixa.

Nem criados, nem pedreiros  
Nem alegres lavadeiras  
Dessa nova geração  
Das "venidas de alcatrão"  
Ouvem o fraco pregão  
Da velhinha quitandeira.

- Kuakié!... Makèzú, Makèzú...

- Antão, véia, hoje nada?

- Nada, mano Filisberto...

Hoje os tempo tá mudado...

- Mas tá passá gente perto...

Como é aqui tá fazendo isso?

- Não sabe?! Todo esse povo

Pegô num costume novo

Qui diz qué civrização:

Come só pão com chouriço

Ou toma café com pão...

E diz ainda pru cima

(Hum... mbundu Kene muxima...)

Qui o nosso bom makèzú

É pra véios como tu.

- Eles não sabe o que diz...

Pru qué Qui vivi filiz

E tem cem ano eu e tu?

- É praquê nossas raiz

Tem força do makèzú!...<sup>109</sup>

---

<sup>109</sup> CRUZ, Viriato. Makèzú. Disponível em IN ROCHA, Edmundo, SOARES, Francisco, FERNANDES, Moisés (organizadores). *Viriato da Cruz – o homem e o mito – Porto Amboim (Angola), 1928 – Beijing (China) 1973*. Luanda, Caxinde, 2008. p.53

Neste poema, Viriato da Cruz buscou inserir o leitor no ambiente retratado, fornecendo elementos bastante vivos para que este objetivo fosse alcançado, como a fala dos personagens muito marcada pela oralidade e a própria caracterização do ambiente. A utilização do quimbundo nas falas dos personagens contrasta com a norma culta utilizada pelo narrador, configurando um estilo de escrita típico da geração dos Novos Intelectuais de Angola, onde o moderno (português) se mistura a elementos tradicionais, no caso o quimbundo, sem a ele se sobrepor. A conclusão de que a “*civrilização*” acaba com as raízes e com a vida tradicional (representada pelo makèzú<sup>110</sup>) é um símbolo bastante forte e um estímulo à resistência ao colonialismo.

A valorização das tradições e culturas angolanas defendida pelos Novos Intelectuais de Angola também foi expressa através da idealização de um passado anterior à presença dos portugueses em território angolano.<sup>111</sup> Sendo assim, certamente houve a construção e a expressão de uma memória coletiva que positivava uma experiência mais autônoma dos angolanos, demonstrando sutilmente a predisposição a um confronto com a estrutura colonial.

Entende-se aqui a memória como uma construção elaborada em função do presente, onde alguns eventos são lembrados e outros deliberadamente esquecidos em função dos interesses imediatos daqueles que a constroem. É importante frisar que a construção de uma memória geralmente acaba suplantando as memórias subterrâneas, isto é, aquelas que não estão em acordo com a memória dominante.<sup>112</sup> Desta forma, ao criar um discurso dominante sobre as experiências do passado, cria-se verdades absolutas e mitos incontestáveis, que devem ser identificadas com a totalidade nacional ao mesmo tempo em que silencia e esquece os eventos históricos que seriam problemáticos ao presente e às intenções de quem constrói a memória.

---

<sup>110</sup> O makèzú (noz de cola) é utilizado por muitos povos africanos como primeiro alimento comido no dia, antes mesmo da primeira refeição mais substancial. O makèzú também é um símbolo utilizado em diversas cerimônias sociais, como em funerais, festejos, casamentos, nascimentos etc.

<sup>111</sup> CHAVES, Rita. O passado presente na literatura angolana. In. CHAVES, Rita. *Angola e Moçambique – experiência colonial e territórios literários*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2005. p.50

<sup>112</sup> POLLAK, Michel. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. In Estudos Históricos, Rio de Janeiro, volume 2, número 3, 1989. p. 3-15

Neste sentido, os Novos Intelectuais de Angola construíram e manifestaram, então, uma memória que idealizava um passado, apresentando-o como um período em que as riquezas e os valores culturais angolanos não teriam sido apagados pela influência do colonialismo português. Com os olhos no presente, portanto, esta memória expressava a necessidade de dar importância àquilo considerado autenticamente angolano, tecendo, então, uma crítica ácida sobre tudo o que seria próprio da cultura portuguesa levada a Angola a partir do colonialismo.

Muitas vezes, a idealização do passado era expressa através dos temas relativos à infância, onde os poemas e livros relacionavam a juventude ao tempo de liberdade e de realizações. António Jacinto, em *O Grande Desafio*, por exemplo, faz comparações entre duas épocas distintas.

Naquele tempo

A gente punha despreocupadamente os livros no chão  
ali mesmo naquele largo - areal batido dos caminhos passados  
os mesmos trilhos de escravidões  
onde hoje passa a avenida luminosamente grande  
e com uma bola de meia  
bem forrada de rede  
bem dura de borracha roubada às borracheiras do Neves  
em alegre folguedo, entremeando caçambulas  
... a gente fazia um desafio...

O Antoninho

Filho desse senhor Moreira da taberna  
Era o capitão  
E nos chamava de ó pá,  
Agora virou doutor  
(cajinjeiro como nos tempos antigos)  
passa, passa que nem cumprimenta  
- doutor não conhece preto da escola.  
O Zeca guarda-redes  
(pópilas, era cada mergulho!)  
Aí rapage - gritava em delírio a garotada)  
Hoje joga num clube da Baixa



Já foi a Moçambique e no Congo  
Dizem que ele vai ir em Lisboa  
Já não vem no Musseque  
Esqueceu mesmo a tia Chiminha que lhe criou de pequenino  
nunca mais voltou nos bailes de Don´Ana, nunca mais  
Vai no Sportingue, no Restauração  
outras vezes no choupal  
que tem quitatas brancas  
Mas eu lembro sempre o Zeca pequenino  
O nosso saudoso guarda-redes!  
Tinha também  
tinha também o Velhinho, o Mascote, O Kamaundo...  
- Coitado do Kamaundo!  
Anda lá na casa da Reclusão  
(desesperado deu com duas chapadas na cara  
do senhor chefe  
naquele dia em que lhe prendeu e lhe disparatou a mãe);  
- O Velhinho vive com a Ingrata  
drama de todos os dias  
A Ingrata vai nos brancos receber dinheiro  
E traz pro Velhinho beber;  
- E o Mascote? Que é feito do Mascote?  
- Ouvi dizer que foi lá em S. Tomé como contratado.  
É verdade, e o Zé?  
Que é feito, que é feito?  
Aquele rapaz tinha cada finta!  
Hum... deixa só!  
Quando ele pegava com a bola ninguém lhe agarrava  
vertiginosamente até na baliza.  
E o Venâncio? O meio-homem pequenino  
que roubava mangas e os lápis nas carteiras?  
Fraquito da fome constante  
quando apanhava um pinhão chorava logo!  
Agora parece que anda lixado  
Lixado com doença no peito.  
Nunca mais! Nunca mais!  
Tempo da minha descuidada meninice, nunca mais!...  
Era bom aquele tempo  
era boa a vida a fugir da escola a trepar aos cajueiros

a roubar os doceiros e as quitandeiras  
às caçambulas:  
Atresa! Ninguém! Ninguém!  
tinha sabor emocionante de aventura  
as fugas aos polícias  
às velhas dos quintais que pulávamos (...) <sup>113</sup>

Na fase da infância, o poema relata os hábitos das crianças negras, mestiças e brancas através de uma rica descrição de suas brincadeiras (jogos de futebol, no caso), a partir das quais se mantinha uma relação de fraternidade e igualdade. Entretanto, apesar deste passado de experiências tão ricas, no segundo momento analisado na poesia, a juventude se vai e os amigos de outrora se distanciam em função dos caminhos que seguiram e dos limites raciais que a sociedade colonial comportava.

Antoninho, o único branco do grupo de amigos, tornou-se doutor e fazia questão de não se relacionar com os amigos da infância, já que “*não conhecia preto da escola*”. Zeca também tinha pouco contato com os amigos da infância, pois se tornou jogador de futebol e só frequentava lugares onde se poderia encontrar prostitutas <sup>114</sup> brancas, que eram consideradas símbolos de distinção social. Este caso do personagem Zeca é interessante na medida em que mostra que uma das poucas possibilidades de ascensão social dadas aos negros era por meio do esporte e, além disso, mostra a predominância de um padrão de beleza congruente às características físicas dos europeus, marcada principalmente pela cor da pele. Os negros que não tinham a sorte de se colocar no ambiente futebolístico eram submetidos ao domínio colonial, como pode ser visto pelas histórias de Kamauindo, preso na casa de Reclusão após esbofetear seu chefe, Velhinho, que dependia do dinheiro conseguido através dos brancos, e Mascote, recolhido pelo trabalho por contrato em São Tomé.

---

<sup>113</sup> JACINTO, António. *O Grande Desafio*. Disponível em <http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/antonio-jacinto/poesias.php>. Acessado em 16 de junho de 2015.

<sup>114</sup> Em Angola, quitata significa prostituta.

Há, portanto, uma clara positivação do passado, entendido como período de liberdade e igualdade, no qual provavelmente a infância implicava uma dose menor de colonialismo, de exploração e de imposição cultural. Ao mesmo tempo, António Jacinto fazia uma dura crítica ao momento vivido em Angola na época da publicação da poesia, simbolizada pelo abandono dos valores perdidos na infância.

Neste mesmo sentido de valorização da resistência ao colonialismo e das tradições consideradas autenticamente angolanas, o movimento dos Novos Intelectuais de Angola gradativamente se dedicou às análises do sistema colonial português, promovendo uma denúncia dos problemas legados a Angola pela exploração da metrópole colonial. No poema *Renúncia Impossível*, de Agostinho Neto, é possível perceber esta denúncia e a enunciação de um sentimento de revolta latente:

Não contem comigo  
Para vos servir às refeições  
Nem para cavar os diamantes  
Que vossas mulheres irão ostentar em salões  
Nem para cuidar das vossas plantações  
De café e algodão  
Não contem com operários  
Para amamentar os vossos filhos sífilíticos  
Não contem com operários  
De segunda categoria  
Para fazer o trabalho de que vos orgulhais  
Nem com soldados inconscientes  
para gritar com o estômago vazio  
vivas ao nosso trabalho de civilização  
nem com lacaios  
para vos tirarem os sapatos  
de madrugada  
quando regressardes de orgias nocturnas  
nem com pretos medrosos  
para vos oferecer vacas  
e vender molho a tostão  
nem com corpos de mulheres

para vos alimentar de prazeres  
nos ócios da vossa abundância imoral.<sup>115</sup>

A partir da recusa à submissão ao poder colonial e aos colonos, Agostinho Neto unia diretamente na poesia as causas políticas às causas culturais pelas quais militava. Assim como diversos outros artistas de sua geração, Agostinho Neto defendia a liberdade e a soberania perdidas no momento da imposição do colonialismo português, arriscando-se assim em uma luta pela independência. Portanto, criar uma estética própria de Angola passava a significar também criar politicamente uma nova Angola, livre da dominação, dos problemas sociais, políticos econômicos e culturais decorrentes do colonialismo português.

Apesar da denúncia das estruturas colonialistas e do gradual empenho na defesa da libertação nacional, estes intelectuais e artistas viam na exploração a que o colonialismo submeteu os angolanos um traço de identificação dos povos ali residentes.<sup>116</sup> Portanto, a imaginação da identidade nacional angolana partia também da História dos povos que compunham a nação, como pode ser visto em *Poema* de Mário António Fernandes de Oliveira, considerado o melhor poeta do biênio 1951-1952 pelo concurso promovido pela revista *Mensagem, a voz dos naturais de Angola*:

---

<sup>115</sup> NETO, Agostinho. *Renúncia impossível*. 1949. Disponível em [http://www.agostinhoneto.org/index.php?option=com\\_content&view=article&id=537:a-renuncia-impossivel&catid=65:renuncia-impossivel&Itemid=233](http://www.agostinhoneto.org/index.php?option=com_content&view=article&id=537:a-renuncia-impossivel&catid=65:renuncia-impossivel&Itemid=233). Acesso em 2 de junho de 2015.

<sup>116</sup> MOURÃO, Fernando. Antologia da poesia negra de expressão portuguesa, por Mário de Andrade. *Mensagem – Boletim da Casa dos Estudantes do Império*. Ano III, número 1. p.9-10

O luar cobriu-lhe o rosto negro  
De um manto de magia...  
E eu vi-lhe os olhos tristes, cintilantes  
Como as estrelas do veludo negro do céu

Apertei em meus braços.  
Seu corpo virgem, escaldante...  
- e ela fugiu, veloz, aos meus abraços...

Os seus olhos tinham uma expressão parada,  
E eu que se fixavam no passado,  
No passado misterioso e insondável...

Seus olhos perscrutavam um mistério  
E os meus, os meus olhos febricitantes,  
Mergulharam no mistério dos seus olhos.

E vi...  
E vi filas de escravos no sertão,  
E vi negros chorando no porão  
Do negreiro.

E ouvi...  
E ouvi o ruído das correntes  
E o grito das mães sem filho  
E das amadas sem noivo.

E os meus lábios se abriram, temerosos,  
Para contar a grande história,  
A história triste...  
E contei

Ela não disse nada.  
Os seus olhos tinham a mesma expressão parada  
O mesmo gelo na quietude do seu rosto.

Então  
Vi que ela tudo sabia  
E que  
o que eu sabia ter lido  
ela tinha gravado na sua carne!<sup>117</sup>

Neste poema, nota-se uma clara identificação entre os povos angolanos a partir de um olhar à História comum que viveram, sendo um dos principais aspectos desta identidade o passado de exploração e sofrimento a que foram submetidos durante o período do tráfico atlântico de escravos, ainda que o contato e a exploração tenham sido muito diferentes no tempo, no espaço, na intensidade e na forma como se deram.

Além de uma identificação entre os povos angolanos para construir um sentimento de comunhão nacional, os Novos Intelectuais de Angola também manifestavam uma identificação com os povos negros, tanto africanos quanto americanos. O passado de exploração e o sentimento de esperança na libertação foram enunciados por Viriato da Cruz no poema *Mamã Negra*:

---

<sup>117</sup> Ver Poema, de Mário António Fernandes de Oliveira, publicado em *Mensagem – a voz dos Naturais de Angola*. Editado pelo Departamento Cultural na Associação dos Naturais de Angola, números 2-4, ano II, 1952. p.4

Tua presença, minha Mãe - drama vivo duma Raça,  
Drama de carne e sangue  
Que a Vida escreveu com a pena dos séculos!

Pela tua voz  
Vozes vindas dos canaviais dos arrozais dos cafezais dos seringais dos  
algodoais!...]  
Vozes das plantações de Virgínia  
dos campos das Carolinas  
Alabama  
Cuba  
Brasil... (...)

Pelo teu dorso  
Rebrilhantes dorsos aos sóis mais fortes do mundo!  
Rebrilhantes dorsos, fecundando com sangue, com suor amaciando as mais  
ricas terras do mundo!]  
Rebrilhantes dorsos (ai, a cor desses dorsos...)  
Rebrilhantes dorsos torcidos no "tronco", pendentes da forca, caídos por  
Lynch!  
Rebrilhantes dorsos (Ah, como brilham esses dorsos!)  
ressuscitados em Zumbi, em Toussaint alevantados!  
Rebrilhantes dorsos...  
brilhem, brilhem, batedores de jazz  
rebentem, rebentem, grilhetas da Alma  
evade-te, ó Alma, nas asas da Música!  
...do brilho do Sol, do Sol fecundo  
imortal  
e belo...

Pelo teu regaço, minha Mãe,  
Outras gentes embaladas  
à voz da ternura ninadas  
do teu leite alimentadas  
de bondade e poesia

de música ritmo e graça...  
santos poetas e sábios... (...)  
Pelos teus olhos, minha Mãe  
Vejo oceanos de dor  
Claridades de sol-posto, paisagens  
Roxas paisagens  
Dramas de Cam e Jafé...  
Mas vejo (Oh! se vejo!...)  
mas vejo também que a luz roubada aos teus olhos, ora esplende  
demoniacamente tentadora - como a Certeza...  
cintilantemente firme - como a Esperança...  
em nós outros, teus filhos,  
gerando, formando, anunciando -  
o dia da humanidade  
O DIA DA HUMANIDADE!...<sup>118</sup>

Como pode ser percebido no poema destacado acima, Viriato da Cruz e boa parte dos Novos Intelectuais de Angola entendiam que a história dos povos negros, tanto na África quanto na América, os unia, criando uma identificação entre eles. Sendo assim, era papel fundamental dos intelectuais levar adiante a construção de uma cultura negra africana.

Viriato da Cruz, no influente artigo *Das responsabilidades do intelectual negro*, ainda destacava a necessidade de afirmação dos negros como Homens após um longuíssimo período de exploração colonial onde os povos africanos foram considerados inferiores. Neste mesmo documento, Viriato da Cruz defendia que seria impossível que os intelectuais negros levassem a cabo seus objetivos sem ter a posse do seu Estado, claramente aliando suas ideias culturais a uma contundente crítica ao colonialismo

---

<sup>118</sup> CRUZ, Viriato. Mamã Negra. IN. *Mensagem – a voz dos naturais de Angola*. Edição do Departamento Cultural da Associação dos Naturais de Angola, número 1, ano I. 1951. p.4.



português. Alinhava-se, portanto, as manifestações culturais dos Novos Intelectuais Angolanos às questões políticas.<sup>119</sup>

Ao mesmo tempo em que se denunciava o colonialismo como uma questão a ser superada se realmente se quisesse encontrar um caminho para a valorização dos povos angolanos e suas culturas, o movimento dos Novos Intelectuais de Angola apontava para um futuro de esperança ao olhar para o passado e projetar o futuro do país.<sup>120</sup> Desta forma, o voluntarismo dos intelectuais da geração dos 50 logo se transformaria em uma ação política coordenada, assunto que será discutido no segundo capítulo desta dissertação.

Por ora, é importante frisar que as manifestações literárias do período em questão sempre se relacionaram com os temas políticos, mesmo quando esta relação não era direta. Seja buscando melhorias nas suas condições socioeconômicas, como o caso dos intelectuais filhos da terra de finais do século XIX, ou propondo uma nova estética que valorizava os temas considerados angolanos, como no caso dos Novos Intelectuais de Angola, o jornalismo e a literatura sempre fizeram referência às estruturas coloniais. Em determinados momentos, a intenção parecia ser somente a correção de alguns problemas da colônia e reivindicação por mais direitos; em outros, propunha-se a construção de uma nova cultura nacional baseada em valores considerados tradicionais angolanos.

Fica claro, portanto, que havia muitos outros posicionamentos possíveis na sociedade colonial além da resistência direta ao colonialismo ou o apoio irrestrito às causas portuguesas. A ambivalência, então, era uma marca na sociedade colonial angolana. Entretanto, em pouco tempo, estas manifestações culturais seriam direcionadas também às críticas mais contundentes ao colonialismo, o que serviu, em última análise,

---

<sup>119</sup> CRUZ, Viriato. Das responsabilidades do intelectual negro. IN ROCHA, Edmundo, SOARES, Francisco, FERNANDES, Moisés (organizadores). *Viriato da Cruz – o homem e o mito – Porto Amboim (Angola), 1928 – Beijing (China) 1973*. Luanda, Caxinde, 2008. p.373. Este documento é de grande importância na trajetória de Viriato da Cruz, uma vez que a articulação dos temas culturais com problemas políticos angolanos foi cada vez mais divulgada pelo intelectual. Em pouco tempo, Viriato da Cruz passaria a se dedicar cada vez mais à luta política contra o colonialismo, deixando em segundo plano a sua produção artística. Este tema será exposto nos Capítulos 2 e 3 desta dissertação.

<sup>120</sup> É significativa a mensagem de esperança em um futuro melhor no poema de Leston Martins intitulado Canto de Amor e Esperança publicado pela *Mensagem – a voz dos naturais de Angola*. Edição do Departamento Cultural da Associação dos Naturais de Angola, Luanda, julho de 195, número 1. p.11

para preparar o terreno para uma contestação política mais voltada para a luta pela independência.

Entretanto, não foi somente no campo da literatura que a cultura se envolveu com os temas políticos. Resta ainda discutir o surgimento da música urbana nos musseques angolenses, que teve papel fundamental na construção da nação angolana.

### **1.3. O nacionalismo cultural na música luandense**

Até o presente momento, este trabalho se debruçou sobre uma manifestação cultural já bastante estudada pela historiografia, qual seja a literatura surgida a partir de 1948 quando o movimento dos Novos Intelectuais de Angola floresceu. Como já foi mencionado anteriormente, a narrativa oficial do nacionalismo angolano deu grande importância à dimensão literária da construção da identidade nacional, principalmente no que se refere ao pioneirismo do movimento dos Novos Intelectuais de Angola na elaboração de novos padrões estéticos para as artes angolanas. Um segundo nicho de formação do nacionalismo e da identidade nacional angolanos enfatizado pela historiografia nacionalista foi a própria luta armada pela independência, com a formação de movimentos de libertação e a guerra propriamente dita contra as forças da metrópole portuguesa, tema que será discutido nos próximos capítulos.

Entretanto, não foi somente na literatura e na guerra que a identidade nacional foi forjada, principalmente porque o alcance da palavra escrita tendia a ser limitado em uma sociedade majoritariamente analfabeta,<sup>121</sup> apesar de haver a possibilidade de

---

<sup>121</sup> Elisete Marques da Silva analisa o grau de alfabetização da sociedade angolana, em 1950, separando-a em três grupos, levando em conta o aspecto racial para defini-los. Segundo a autora, 23% da população branca era analfabeta, bem como 38% dos mestiços. No que se refere à população negra, Elisete Marques da Silva concluiu que somente 1% deste grupo era alfabetizado. Ver Elisete Marques da SILVA. “O papel societal do sistema de ensino em Angola (1926-1974)”. *Revista Internacional de Estudos Africanos*. Instituto de Investigação Científica e Tropical; Centro de Estudos Africanos e Asiáticos, números 16-17, 1992-1994, pp. 114-115.

circulação de ideias e influências entre a escrita e a oralidade.<sup>122</sup> Além disso, a grande maioria dos angolanos sequer participou diretamente da guerra contra Portugal ou fez parte de algum movimento político que lutava pela independência de Angola. Foi somente nos últimos anos que a historiografia voltou suas atenções aos grupos que não participaram diretamente da guerra de libertação, abrindo novos campos de estudo sobre o nacionalismo angolano.

Nos últimos anos, o protagonismo do campo literário na construção de padrões estéticos para as artes angolanas vem sendo relativizado por uma historiografia que passou a olhar mais detidamente para outras manifestações culturais, como a música,<sup>123</sup> o esporte<sup>124</sup> e as associações culturais de Angola<sup>125</sup>. Ao mesmo tempo, esta renovação na historiografia de Angola busca entender diversos aspectos sociais que foram negligenciados pela narrativa oficial do nacionalismo angolano. Portanto, o desenvolvimento da História social e da História cultural vem trazendo novos ares para uma historiografia do nacionalismo angolano.<sup>126</sup>

Não se trata, contudo, de negar a importância dos Novos Intelectuais de Angola ou da guerra promovida pelos movimentos de libertação nacional, mas trata-se de pensar para além da dimensão literária ou política para se empreender uma análise mais complexa da questão. Busca-se, pois, expandir as análises sobre o nacionalismo angolano.

---

<sup>122</sup> Sobre a possibilidade de circulação das ideias escritas em uma sociedade majoritariamente analfabeta, Robert Darnton mostrou que as palavras nem sempre ficam restritas ao universo letrado, podendo ser divulgada também na sociedade de outras formas, principalmente a partir da oralidade. Ver Robert Darnton *Boemia Literária e Revolução – o submundo das letras no Antigo Regime*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

<sup>123</sup> MOORMAN, Marissa. *Intonations: A Social History of Music and Nation in Luanda, Angola, from 1945 to Recent Times*. Ohio: Ohio University Press, 2008. E ALVES, Amanda Palomo. *Angolano Segue em Frente: um panorama do cenário musical urbano de Angola entre as décadas de 1940 e 1970*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense. 2015

<sup>124</sup> BITTENCOURT, Marcelo. “Jogando no campo do inimigo: futebol e luta política em Angola” IN BITTENCOURT, Marcelo; MELO, Victor Andrade de; NASCIMENTO, Augusto (orgs.) *Mais do que um jogo: o esporte e o continente africano*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.

<sup>125</sup> BOSSLET, Juliana Cordeiro Farias. *A Cidade e a Guerra – relações de poder e subversão em São Paulo de Assunção de Luanda*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2014.

<sup>126</sup> Esta renovação historiográfica está também relacionada à renovação da história política promovida por historiadores franceses nos últimos anos, principalmente na medida em que o universo político é entendido muito além da política tradicional e institucional, dando margem para análises mais abertas ao diálogo com outras correntes historiográficas, principalmente a História social e a História cultural. Sobre este tema ver René Remond (organizador). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

Neste sentido, a produção musical luandense foi de enorme importância, na medida em que atingia a população dos musseques, falando principalmente sobre o seu cotidiano e seus anseios para Angola.<sup>127</sup>

Para que se compreenda, contudo, a produção musical luandense das décadas de 1940 em diante, é necessário fazer uma breve análise das condições urbanas e sociais da época, especialmente no que se refere à formação dos musseques em Luanda e à população que os habitava.

O surgimento dos musseques em Luanda esteve diretamente relacionado ao aumento do número de portugueses em Angola a partir de finais do século XIX. Foi após a ascensão do Estado Novo português, em 1932, que a ida de colonos para Angola aumentou substancialmente, devido ao estímulo dado pelo governo metropolitano para que a imigração fosse efetuada em larga escala.<sup>128</sup> A chegada maciça de colonos portugueses em Luanda teve como uma de suas consequências a gradual expulsão dos moradores das partes mais nobres da capital para os subúrbios, locais onde os musseques foram formados.

O aumento populacional da cidade de Luanda também foi estimulado por um crescente número de angolanos que migravam para a capital. Este êxodo rural se acentuou devido à exploração do café no interior de Angola, que promoveu a extorsão de terras dos nativos e a busca incessante por indivíduos para trabalhar nas plantações de café sob o regime de trabalho forçado. Diante deste quadro, a capital parecia o local onde havia as melhores possibilidades de trabalho, tornando-se o destino de milhares de nativos.

O número de habitantes da capital, em 1950, era de aproximadamente 185 mil, sendo que este número cresceu substancialmente nos anos seguintes, atingindo 282 mil, em 1960, cerca de 320 mil em 1968<sup>129</sup> e 480 mil na década de 1970. Neste momento

---

<sup>127</sup> MOORMAN, Marissa. *In tonations: A Social History of Music and Nation in Luanda, Angola, from 1945 to Recent Times*. Ohio: Ohio University Press, 2008

<sup>128</sup> CASTELO, Cláudia. *Passagens para África: O povoamento de Angola e Moçambique com Naturais da Metrópole*. Porto: Edições Afrontamento, 2007.

<sup>129</sup> Domingos Órfão e Germano Coutinho. *Relatório sobre a inspeção ordinária realizada aos serviços municipalizados de água e eletricidade de Luanda*. Luanda, Inspeção dos Serviços Administrativos. 1969. Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa. AHU\_MU\_ISAU, A2.49.005/56.00430. Citados por Juliana Bosslet. *A Cidade e a Guerra – relações de poder e subversão em São Paulo de Assunção de Luanda*.

final da presença colonial, mais de 300 mil pessoas habitavam os musseques.<sup>130</sup> Obviamente Luanda não estava preparada para receber um contingente tão grande de pessoas, o que se refletiu em intensos problemas habitacionais e de saneamento básico para a população recém-chegada à capital.

A chegada de novos habitantes transformou o cenário urbano luandense, motivado principalmente pelo problema habitacional da capital. A partir dos anos 1950, pôde-se observar em Luanda a acentuação da divisão racial da cidade. A região mais próxima do centro e da cidade Baixa passou a ser disputada ferozmente pelos habitantes de Luanda, sendo que diversos nativos foram gradualmente deslocados para regiões mais distantes. Os portugueses, que tinham maior nível de renda, ocuparam os melhores pontos da cidade, enquanto muitos angolanos passaram a habitar os musseques, locais onde os aluguéis eram mais baratos.<sup>131</sup> Entretanto, mesmo sendo a divisão racial de Luanda uma questão importante, esta não era uma divisão hermética onde se mantinham à parte brancos e negros, pois havia uma circulação de habitantes na cidade, principalmente de negros que trabalhavam na cidade baixa e mesmo de alguns brancos pobres que moravam em bairros mais distantes do centro.<sup>132</sup> Portanto, é necessário relativizar a divisão racial da cidade.

De acordo com o primeiro plano de urbanização de Luanda, elaborado pelos urbanistas Étienne de Gröer e David Moreira da Silva, seriam criados cinco aglomerados-satélites na cidade para desconstruir a concepção defensiva e comercial da estrutura do traçado urbano de Luanda. O objetivo principal do governo português com este plano de urbanização era o afastamento dos indígenas dos centros urbanos para zonas

---

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2014. p.71

<sup>130</sup> MOURÃO, Fernando. *Continuidades e discontinuidades de um processo colonial através de uma leitura de Luanda: uma interpretação do desenho urbano*. São Paulo: Terceira Miragem, 2006, p. 44.

<sup>131</sup> BOSSLET, Juliana Cordeiro de Farias. *A Cidade e a Guerra – relações de poder e subversão em São Paulo de Assunção de Luanda*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2014. p.73

<sup>132</sup> BOSSLET, Juliana Cordeiro de Farias. *A Cidade e a Guerra – relações de poder e subversão em São Paulo de Assunção de Luanda*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2014. P.28

periféricas,<sup>133</sup> até porque a preocupação com a moradia não chegava a essas áreas de habitações populares.

As habitações destes musseques que se formavam eram majoritariamente construídas com pau-a-pique, telhados de zinco e pavimentos de terra batida, sendo que poucas vezes havia mais de um cômodo em cada cubata,<sup>134</sup> apesar de existirem, em média, cinco habitantes em cada uma delas.

A divisão social e racial da cidade de Luanda pode ser percebida nos versos da canção *Chofer de Praça*, de Luiz Visconde, onde uma situação bastante comum foi retratada, evidenciando o preconceito com os moradores dos musseques e os problemas habitacionais que os cercavam:

Mandei parar um carro de praça  
Ansioso em ver meu amor  
Chofer de praça então reclamou  
Quando eu lhe disse que meu bem morava no subúrbio  
- Tempo chuvoso no subúrbio, não vou  
Pois sou chofer de praça e não barqueiro  
Então implorei:  
- Peço o senhor chofer leve-me por favor  
Ela não tem culpa de morar no subúrbio  
Enquanto a chuva é obra da natureza.  
Então chofer, dominado por mim  
Na borracha puxou atravessando lagoa,  
Quando eu olhei pro relógio  
E pedindo que colasse o acelerador ao tapete  
Então chofer trombudo respondeu:  
- Se você quer ver seu amor, atravesse a lagoa a pé!  
Não vou partir meu popó só porque você quer dar show!<sup>135</sup>

---

<sup>133</sup> FONTE, Maria Manuela A. da. *Urbanismo e Arquitectura em Angola: de Norton de Matos à Revolução*. Doutoramento em Planamaneto Urbanístico. Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2007, p. 86. Citado por ALVES, Amanda Palomo. *Angolano Segue em Frente: um panorama do cenário musical urbano de Angola entre as décadas de 1940 e 1970*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense. 2015

<sup>134</sup> Cubata era o termo utilizado para designar as habitações dos musseques.

<sup>135</sup> Esta música pode ser ouvida em <https://www.youtube.com/watch?v=XTd16ddg9Ws>. Acesso em 9 de junho de 2015. Música disponível no LP *Soul Of Angola – Anthologie de la Musique Angolaise (1965-1975)*.

É possível, através destes versos, perceber que os problemas habitacionais que os moradores dos musseques luandenses tinham de enfrentar eram realmente grandes transtornos. A precariedade da infraestrutura, retratada na música através do alagamento em dias de chuva, também se revelava na falta de iluminação pública, em dificuldades no fornecimento de água, na ausência de saneamento básico e nos problemas com os transportes para o subúrbio.<sup>136</sup>

Apesar de tantos problemas estruturais, os musseques não foram marcados somente por questões negativas. Em relação ao convívio entre os habitantes dos musseques, é interessante notar que este foi um espaço importante na construção da angolanidade, pois este foi o local onde muitos povos provenientes do interior de Angola puderam conviver e se influenciar mutuamente.

Viviam nos musseques pessoas de diversas etnias, culturas e origens, inclusive portugueses de baixa qualificação que não conseguiam se inserir nos ambientes privilegiados da colônia. Muitos dos moradores dos musseques pertenciam à antiga elite de filhos da terra e passaram a conviver com os novos assimilados e com os indígenas.

Segundo Pepetela,<sup>137</sup> os musseques representavam uma experiência transétnica, que não apagava, entretanto, a etnicidade dos indivíduos,<sup>138</sup> o que pode ser percebido pela análise de alguns conflitos em que a etnia ainda era mobilizada.<sup>139</sup> Desta vivência urbana nos musseques, muitos grupos distintos passaram a entender que compartilhavam das mesmas condições de existência, o que gerou diversos vínculos de

---

<sup>136</sup> BOSSLET, Juliana Cordeiro de Farias. *A Cidade e a Guerra – relações de poder e subversão em São Paulo de Assunção de Luanda*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2014. P.74-76

<sup>137</sup> Artur Carlos Maurício Pestana dos Santos, que atende por Pepetela, nasceu em 1941 em Angola. Membro do MPLA, participou da luta de libertação angolana. Após a independência, foi vice-ministro da Educação de Angola. Ganhou fama e destaque por seus escritos literários, sendo hoje considerado o maior escritor angolano em atividade. Entre seus livros de maior destaque estão *Mayombe*, *A geração da Utopia* e *A gloriosa família*, onde o escritor reflete sobre a História e a identidade angolanas.

<sup>138</sup> PEPETELA. *Luandando*. Porto: Elf Aquitaine, 1990. p.108.

<sup>139</sup> Ver Juliana Cordeiro de Farias Bosslet, *Uma cidade em estado de subversão latente* (capítulo 3) in BOSSLET, Juliana Cordeiro de Farias. *A Cidade e a Guerra – relações de poder e subversão em São Paulo de Assunção de Luanda*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2014.

solidariedade,<sup>140</sup> que auxiliaram na formação dos grupos nacionalistas. Sendo assim, foi nos musseques luandenses que, em grande medida, se construiu e se viveu mais intensamente a ideia de nação que o movimento dos Novos Intelectuais de Angola buscou afirmar em seus trabalhos. E a música seria uma manifestação cultural de grande importância para a vivência e construção de uma angolanidade.

As principais manifestações culturais ocorridas nos musseques luandenses certamente foram beneficiadas pelo surgimento de alguns clubes esportivos e associações culturais, como a ANANGOLA e o clube Botafogo. Além de desempenharem uma função recreativa e esportiva, estas instituições foram também locais de discussões políticas e de movimentações nacionalistas.

A designação ANANGOLA surgiu em 1947, mas esta é apenas uma nomenclatura assumida pelo Grêmio Africano, fundado em 1913. Apesar de muitas vezes ter sido acusada de elitista, a associação ampliou significativamente suas bases através de ações voltadas para as massas angolanas, como a assistência médica, centros de educação e a promoção de festas.<sup>141</sup> A partir do aumento substancial do número de associados, a ANANGOLA tornou-se um palco de discussão política, já que não havia homogeneidade de pensamento entre seus membros.<sup>142</sup> As discussões sobre a cultura angolana também eram bastante frequentes, sendo que a ANANGOLA assumiu, desde cedo, a ideia de exaltação dos aspectos culturais considerados tradicionais de Angola, como fica evidente através da divulgação de obras dos Novos Intelectuais de Angola na publicação da *Revista Mensagem – a voz dos naturais de Angola*.

---

<sup>140</sup> BITTENCOURT, Marcelo. *Estamos Juntos! O MPLA e a luta anticolonial (1961-1974)*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2002. p.51

<sup>141</sup> A divulgação destas ações voltadas para as massas angolanas era feita através dos veículos de comunicação da ANANGOLA, como pode ser visto na *Mensagem – a voz dos naturais de Angola e no Jornal de Angola*.

<sup>142</sup> Juliana Bosslet desenvolve cuidadosamente uma análise sobre os conflitos existentes entre os membros da ANANGOLA e afirma a importância das divergências políticas e raciais nas construções de vínculos de solidariedade entre os angolanos. Ver BOSSLET, Juliana Cordeiro de Farias. *A Cidade e a Guerra – relações de poder e subversão em São Paulo de Assunção de Luanda*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2014. p.56



Já o Botafogo foi fundado em 1951 no Bairro Indígena, com a proposta de ser um clube esportivo, que tinha o futebol como a sua principal atividade. Naquela época, este esporte ganhava cada vez mais popularidade em todo o continente africano<sup>143</sup> e, em Luanda, praticamente todos os bairros tinham seus próprios times. Entretanto, assim como no caso da ANANGOLA, as atividades do Botafogo não se restringiram às atividades esportivas, mas se estenderam também às atividades recreativas, à promoção da alfabetização dos indígenas e às consultas médicas entre outros. São recorrentes os relatos de que no Botafogo foram construídos vínculos de solidariedade, principalmente por a atividade desportiva facilitar o contato entre os associados do clube e uni-los em disputas contra outros times.

Os clubes, para muitos de seus membros, não tinham sua função limitada somente às atividades esportivas, mas também eram considerados espaços privilegiados de atuação política, principalmente por chamarem menos atenção das autoridades portuguesas e, portanto, dificultarem a repressão. Somente em uma fase mais adiantada da luta anticolonialista a repressão da metrópole atingiria os clubes e associações recreativas angolanas.<sup>144</sup>

De acordo com Marissa Moorman, foi nos musseques luandenses e nestes espaços de sociabilidade surgidos a partir de práticas culturais que a nação foi forjada e vivenciada pelos angolanos, principalmente através da valorização daquilo que era considerado autenticamente angolano. A difusão de um sentimento de soberania através da música angolana teria dado impulso à luta anticolonial que seria travada nas décadas de 1960 e 1970. Em suma,

---

<sup>143</sup> DOMINGOS, Nuno. O futebol no subúrbio de Lourenço Marques IN *Futebol e colonialismo. Corpo e cultura popular em Moçambique*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2012.

<sup>144</sup> BITTENCOURT, Marcelo. MELO, Victor Andrade de. Sob suspeita: o controle dos clubes esportivos no contexto colonial português. In *Tempo*. Niterói: Revista do Departamento de História da UFF, v. 16, p. 191-215, 2012.

music in late colonial Angola moved people into and toward nationalism because it brought them together in new ways: across lines of class and ethnicity, through the intimate yet public politics of gender, and in new urban spaces. Music created an experience of cultural sovereignty that served as a template for independence. The spread of radio technology and the establishment of a recording industry in the early 1970s, and the complex ways in which Angolans used these media, reterritorialized a urban produced sound and cultural ethos across the whole territory far beyond the capital city.<sup>145</sup>

Ao trabalhar a questão da formação da nação angolana a partir desta perspectiva cultural mais centrada no ambiente cultural dos musseques, Marissa Moorman se contrapõe à historiografia tradicional do nacionalismo angolano, que define como protagonistas desta construção identitária os literatos da geração dos 50 e, principalmente, os movimentos de libertação nacional angolanos.

Portanto, a formação dos musseques e a criação de espaços de sociabilidade foram elementos de grande relevância para o nacionalismo angolano, tanto na sua expressão cultural quanto no seu viés político. Foi o convívio de angolanos de diversas etnias e origens que ajudou na construção de uma ideia de nação. Em pouco tempo, as ações armadas pela conquista da independência surgiriam em Angola, assunto que será abordado no próximo capítulo deste trabalho. Por hora, para continuar a abordagem cultural que esta etapa do trabalho se propõe, é importante analisar a fundo o surgimento desta música nos musseques angolanos, principalmente suas principais propostas estéticas e seu gradual envolvimento com os temas políticos.

---

<sup>145</sup> Em tradução livre: “no fim do período colonial em Angola, a música moveu as pessoas em direção ao nacionalismo porque as manteve unidas de novas formas: através das linhas de classe e etnicidade, pelas políticas públicas de gênero e em novos espaços urbanos. A música criou uma experiência de soberania cultural que serviu como pano de fundo para a independência. A difusão da tecnologia do rádio, o estabelecimento da indústria fonográfica no início da década de 1970 e as complexas formas que os angolanos usaram essas mídias reterritorializaram o *ethos* da produção sonora e cultural urbana por todo o território além da capital.” MOORMAN, Marissa. *Intonations: A Social History of Music and Nation in Luanda, Angola, from 1945 to Recent Times*. Ohio: Ohio University Press, 2008. p.3.

De acordo ainda com Marissa Moorman, a moderna música angolana começou a ganhar destaque a partir de finais da década de 1940. Estudiosos da música costumam apontar a fundação do grupo N'Gola Ritmos, em 1947, como o momento de florescimento de uma nova música em Angola, baseada principalmente na proposta de resgatar valores considerados tradicionais da cultura dos povos angolanos e uni-los a diversas outras influências culturais. A relação com as propostas do movimento Vamos Descobrir Angola é bastante nítida, cabendo ao N'Gola Ritmos, liderado por Liceu Vieira Dias<sup>146</sup> naquele momento, o papel de divulgador desta nova musicalidade.

Estudiosos da música angolana apontam Liceu Vieira Dias como um dos grandes protagonistas da moderna música angolana, atribuindo-lhe o papel de fazer a intermediação e a tradução dos costumes e tradições dos povos angolanos para uma linguagem moderna que se adequasse ao projeto cultural do grupo. Sendo um líder bastante ativo e propositivo, Liceu Vieira Dias fez um minucioso trabalho de antropologia musical,<sup>147</sup> recolhendo músicas, contos e tradições dos povos do interior de Angola, que serviriam de matéria-prima para a elaboração de um novo estilo musical,<sup>148</sup> como pode ser observado na declaração de Liceu Vieira Dias transcrita abaixo:

---

<sup>146</sup> Carlos Aniceto Vieira Dias nasceu em Luanda em 1919. É considerado o fundador da música popular angolana e desempenhou um papel fundamental no grupo N'Gola Ritmos. Foi responsável pela introdução de diversos instrumentos tradicionais angolanos na música, como a dikanza e as n'gomas (tambores africanos). Empenhou-se na luta contra o colonialismo português em Angola.

<sup>147</sup> Jorge António in LANÇA, Marta. Recordar Liceu Vieira Dias. *Novo Jornal*, Angola, abril de 2010. Disponível em: <http://www.buala.org/pt/afroscreen/recordarliceuvieiradias>. Acesso em 03/03/15. Citado por Amanda Palomo Alves. *Angolano Segue em Frente: um panorama do cenário musical urbano de Angola entre as décadas de 1940 e 1970*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense. 2015. p.79

<sup>148</sup> MOORMAN, Marissa. *Intonations: A Social History of Music and Nation in Luanda, Angola, from 1945 to Recent Times*. Ohio: Ohio University Press, 2008 p.63-64

Temos que aproveitar nossas músicas. A nossa música tradicional. Temos que aproveitar os nossos motivos culturais e, portanto, vamos passar à nossa música tradicional. Fomos pegar o conteúdo, que era vazio, não queria dizer absolutamente nada, problemas locais de caráter social, político-social não sei o quê, e fomos injetar mensagens para acordar a malta e entender que é hora de começarmos a pensar. E então peguei nas letras, transformei-a nas músicas, que eram retalhos, fiz umas rapsódias e saímos à rua.<sup>149</sup>

Antes de mais nada, é necessário analisar o discurso de Liceu Vieira Dias pensando-o a partir de sua intenção de valorizar a sua obra, o que confere às suas palavras um caráter vanguardista influenciado certamente pela construção de uma memória positiva sobre o impacto político que sua obra teria.

Entretanto, através deste depoimento de Liceu Vieira Dias e da análise das músicas produzidas no período em questão, é possível notar a preocupação na valorização das tradições dos povos angolanos, que seriam as únicas fontes de cultura ainda não prejudicadas pelo contato com o colonialismo. Esta busca por um passado mais puro e próximo às experiências e culturas dos povos de Angola revelava a necessidade sentida de valorizar um tempo em que os angolanos não eram submetidos ao domínio português. Há, portanto, uma visão positiva sobre um passado onde a liberdade era uma realidade mais próxima, ou melhor, imaginava-se ou desejava-se que assim houvesse sido, afinal estamos falando de uma região que durante vários séculos conheceu a escravidão e o tráfico de escravos. No fundo deste argumento, há também a necessidade de negar a submissão cultural aos portugueses, denotando a intenção de se conquistar a liberdade e a soberania tanto na cultura quanto na política. Estes dois domínios não poderiam ser entendidos de maneira separada, mas articulada em prol dos objetivos do grupo.

Neste sentido, é possível notar também através do depoimento de Liceu Vieira Dias a construção de uma memória sobre a música popular de Angola, pois, apesar de muito inovadora do ponto de vista estético, a atuação política dos músicos, pelo menos

---

<sup>149</sup> Apud ALVES, Amanda Palomo. *Angolano Segue em Frente: um panorama do cenário musical urbano de Angola entre as décadas de 1940 e 1970*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense. 2015. p.80.

em um primeiro momento, não parece ter sido o centro de sua atividade e tampouco seria mais adiante. O que de fato ocorreu foi a criação de uma nova estética musical em que, ao valorizar aspectos culturais considerados legitimamente angolanos, uma ideia de soberania era propagada. Ao retratar as culturas dos povos angolanos, os problemas pelos quais estes passavam e criar um sentimento de soberania, a música nacionalista angolana falava indiretamente sobre o colonialismo, mas poucas vezes assumiu um discurso político que confrontava a autoridade portuguesa.

Portanto, percebe-se que o trecho da entrevista de Liceu Vieira Dias destacado anteriormente, não condiz exatamente com a realidade, já que constrói uma memória sobre sua própria obra muito positiva em relação à atuação política dos músicos de sua geração, obviamente interessado no capital político que esta construção poderia lhes garantir.<sup>150</sup>

A grande inovação proposta pelo N'Gola Ritmos e por toda a geração de músicos que seguiram seus passos foi esta valorização das culturas consideradas tradicionais angolanas. Entretanto, a preocupação em resgatar elementos das culturas do interior não significou um retorno total à tradição, pois o objetivo desta geração de músicos era também fazer uma música moderna e afinada com padrões culturais do presente. Sendo assim, esta mistura entre tradição e modernidade foi expressa através dos temas cantados e dos instrumentos usados para executar as músicas, como a dikanza e diversos tipos de instrumentos de percussão, que eram tocados junto com instrumentos europeus, como o violão e a guitarra. A música do N'Gola Ritmos e de seus pares, portanto, era fruto de diversos cruzamentos culturais, oriundos das tradições angolanas e das culturas que conviviam nos musseques. É importante ressaltar que esta música não buscava um purismo das tradições dos povos angolanos, mas propunha inclusive utilizar as influências culturais ocidentais conhecidas a partir da experiência colonial.<sup>151</sup>

---

<sup>150</sup> POLLAK, Michel. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. In Estudos Históricos, Rio de Janeiro, volume 2, número 3, 1989. p. 3-15.

<sup>151</sup> ALVES, Amanda Palomo. *Angolano Segue em Frente: um panorama do cenário musical urbano de Angola entre as décadas de 1940 e 1970*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense. 2015. p.72

Um exemplo bastante interessante sobre a valorização de temas e tradições angolanas pelos músicos do N'Gola Ritmos pode ser percebido na música *Nzaji*, quarta faixa do LP *Conjunto N'Gola Ritmos*.<sup>152</sup>

Nzaji, nzaji, nzaji  
Salambinga  
Nzaji ngamutulula mwenyê  
Salambinga  
Nzaji, kya kina k'anyok'ê  
Salambinga  
Oh! Oh! Oh!  
Oh! Oh! Salambinga  
Ngenyami ya kuzuata  
n'ya kudifuta  
Oh mwanya ki utwa  
jindolo jingivula  
ngibbanga kyebê  
ngi mukua ngongo  
Mukuxixima kwami ngô  
Wa wê mangolê  
Ya kala ya<sup>153</sup>

Fontinhas,<sup>154</sup> o autor da canção, fez uma releitura de um conto popular para compor a música e escrever sua letra. Este conto tem como personagens um sapo e um lagarto. O lagarto é um cantor e o sapo seu patrão. Apesar do trabalho árduo do lagarto, o sapo não partilhava com ele os rendimentos da atividade. Quando se conscientiza da situação, o lagarto decide tomar as rédeas da sua carreira, cantando “*Nzaji*” (raio).

---

<sup>152</sup> Em 1965, esta música seria apresentada ao vivo na RTP. Esta apresentação pode ser vista em <https://www.youtube.com/watch?v=FV1rtd7Ue3M>

<sup>153</sup> N'Gola Ritmos. *Nzaji*. LP *Conjunto N'Gola Ritmos*, 1960.

<sup>154</sup> Euclides Fontes Pereira nasceu em Luanda em 1925. Na década de 1950, ingressou no grupo N'Gola Ritmos, onde tocava dikanza e cantava. Faleceu em 2013.

Além da ligação entre a música popular e as tradições dos povos residentes na colônia, é possível perceber também o relato sobre temas do cotidiano, dos amores e das tristezas. Tratava-se de um movimento preocupado em representar em suas músicas a realidade que se vivia em Angola. A música *Mon'ami*, do N'Gola Ritmos, retrata a dor de uma mãe que perdeu um filho:

Talenu ngo! O kituxi ki ngabange?  
Talenu ngo! Maka mami ma jingongo!  
Ngexile kya ni an'ami kiyadi.  
Nzambi k'andale. Ngaxala ni umoxi.  
Ngibanga kyebye?! Ngaxala ngoe ni umoxi!  
Ngibanga kyebe? O kituxi ki ngabangye?!  
Mona wambote wajimbirila.  
Ngidila ngoe! Ngibanza ngoe! Ay, mon'ami!<sup>155 156</sup>

Interpretada por Lourdes Van-Dúnem, *Mon'ami* é inspirada na tradição popular, sobretudo nas bessanganas, lamentações fúnebres cantadas por mulheres quando da morte de seus entes queridos. Sendo assim, é possível notar tanto a valorização das tradições culturais consideradas legitimamente angolanas através da apropriação de alguns aspectos e também a retrato do cotidiano dos angolanos.

É interessante notar também que este movimento musical liderado pelo N'Gola Ritmos não pretendia se fechar totalmente às influências externas, o que pode ser percebido, por exemplo, através de outra música do grupo, que apresenta questões relativas à tradição – no caso a acusação de feitiçaria – e às influências religiosas –

---

<sup>155</sup> N'Gola Ritmos. *Mon'ami*. LP Folclore de Angola (ao vivo RTP), 1965. Esta performance do grupo N'Gola Ritmos pode ser vista em <https://www.youtube.com/watch?v=5TCM-31nBO8>. Acesso em 27 de julho de 2015.

<sup>156</sup> Em tradução livre, a letra da música diz: “Vede só! Que pecado cometi? / Vede só! As minhas palavras de dor! / Já tive dois filhos meus. / Deus não quis. Fiquei com um. / O que faço?! Fiquei só com um! / O que faço? Que pecado cometi?! / Um filho lindo se perdeu. / Só choro! Só penso! Ai, filho meu!” A tradução desta canção está disponível no blog [poesianagolana.blogspot.com.br/2013/10/monami-meu-filho-ngola-ritmos.html?m=1](http://poesianagolana.blogspot.com.br/2013/10/monami-meu-filho-ngola-ritmos.html?m=1). Acesso em 22 de fevereiro de 2016.

representada na música pela referência à Nossa Senhora do Coração dos Angolanos, também conhecida por *Muxima* (coração):

Muxima oh! Oh! Muxima  
Oh! Oh! Muxima  
Muxima Oh! Muxima Oh! Muxima  
Oh! Oh! Muxima

Ki wanyambê wanga wami  
Ka ngibeke bhwa Santana  
Ki wanyambê wanga wami  
Ka ngibeke bhwa Santana  
Kwata o dilaji mujibê  
Kwata o dilaji mujibê

Kwata o dilaji mujibê  
Laji ni laji k'azola wa  
Kwata o dilaji mujibê  
Kwata o dilaji mujibê  
Kwata o dilaji mujibê  
Laji ni laji k'azola wa

Muxima oh! Oh! Muxima  
Oh! Oh! Muxima  
Muxima Oh! Muxima Oh! Muxima  
Oh! Oh! Muxima<sup>157</sup>

---

<sup>157</sup> Em tradução livre: Muxima Oh! Muxima Oh! Muxima / Oh! Oh! Muxima / Muxima Oh! Oh! Muxima / Oh! Oh! Muxima / Se você acha que eu sou uma feiticeira / leve-me para Santana / Se você acha que eu sou uma feiticeira / leve-me a Santana / Agarre o louco e o mate / agarre o louco e o mate / Agarre o louco e o mate / duas pessoas loucas não discutem / agarre o louco e o mate/ agarre o louco e o mate/ agarre o louco e o mate / duas pessoas loucas não discutem / Muxima Oh! Muxima Oh! Muxima / Oh! Oh! Muxima / Muxima Oh! Oh! Muxima / Oh! Oh! Muxima. Esta música pode ser ouvida em <https://www.youtube.com/watch?v=cdnkjHJCRig>. Acessado em 22 de fevereiro de 2016. N'Gola Ritmos. LP Folclore de Angola com N'Gola Ritmos, 1965. Esta tradução está disponível em MOORMAN, Marissa. *Intonations – a social history of music and nation in Luanda, Angola, from 1945 to recente times*. Ohio University Press, Athensm Ohio, 2008. p.122.



Tocada por instrumentos tanto de origem africana, como a dikanza, quanto por instrumentos de origem europeia, como a guitarra, *Muxima* faz referência a uma acusação de feitiçaria. Segundo a crença popular, qualquer feiticeiro que entre no santuário de Muxima, ou na Igreja de Santana, acaba morrendo. A letra da canção se refere, portanto, a um acusado que pede que o levem ao santuário de Muxima para que possa provar sua inocência. Destaca-se desta canção a relação entre a religiosidade local e a Igreja Católica, que, mesmo com sua origem associada à metrópole portuguesa, acaba por ser incorporada às tradições dos povos angolanos. Portanto, este movimento musical se mostrava aberto às influências externas, mas não totalmente submetido às imposições metropolitanas, já que se buscava principalmente reler o mundo a partir do olhar particular dos angolanos.

A partir desta abertura a múltiplas influências, o N'Gola Ritmos interpretou também clássicos da música portuguesa em algumas ocasiões, mas valendo-se de seu próprio estilo e mesclando-as com as tradições musicais de povos residentes em Angola. Estas apresentações deram grande destaque aos músicos do grupo e, nos anos 1960, passaram a ser enquadradas nas estratégias da Ação Psicossocial desenvolvida pelo governo metropolitano.<sup>158</sup>

A Ação Psicossocial era uma estratégia de atuação política e militar levada adiante pelas autoridades coloniais com o objetivo integrar e entreter os angolanos no espírito luso-tropicalista e combater o avanço de ideias anticolonialistas em seus domínios em África.<sup>159</sup> Usar as músicas angolanas para tentar provar a especificidade da colonização portuguesa também foi uma estratégia da Ação Psicossocial que abriu espaço para diversos artistas angolanos divulgarem o seu trabalho e a nova concepção da música moderna angolana.

Contudo, ao interpretar canções portuguesas de acordo com seus próprios padrões estéticos e acionando uma bagagem cultural bastante particular, o N'Gola Ritmos

---

<sup>158</sup> Trechos da apresentação de músicos angolanos apresentados pela RTP em 1964 podem ser vistos em <https://www.youtube.com/watch?v=5TCM-31nBO8> e <https://www.youtube.com/watch?v=89JDlmPxfXs>. Acesso em 16 de junho de 2015.

<sup>159</sup> BOSSLET, Juliana Cordeiro de Farias. *A Cidade e a Guerra – relações de poder e subversão em São Paulo de Assunção de Luanda*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2014. p.88

e outros músicos angolanos subverteram os sentidos originais destas canções, atribuindo-lhes novos significados, como, por exemplo, a valorização de um patrimônio cultural considerado angolano,<sup>160</sup> o que mostra que a abertura de espaço para a música produzida em Angola empreendida pelo governo metropolitano certamente não atingiu o exato objetivo proposto.

Sendo assim, é importante refletir sobre a possibilidade aberta a muitos músicos angolanos de se valerem do sistema colonial para divulgar seu trabalho e a nova estética que propunham para a música, mesmo sem tocar em temas claramente políticos. Neste ponto, é possível falar que alguns artistas angolanos, mesmo não defendendo o sistema colonial, conseguiram se inserir nas brechas do poder para levarem a cabo os seus projetos artísticos e pessoais, beneficiando-se, então, do colonialismo.

Portanto, para retomar o debate sobre a relação colonial proposto anteriormente, não é possível afirmar que a sociedade colonial era exatamente dividida pelo binômio antinômico resistente/opressor, pois, se assim o fosse, a relação entre a música e o colonialismo certamente não seria a mesma que foi durante o período dos anos 1950 e, sobretudo, dos anos 1960. Entretanto, isto também não significa que os músicos que receberam apoio do governo português para a divulgação de seu trabalho fossem a favor do colonialismo devido aos benefícios a eles concedidos. A relação colonial, portanto, deve ser analisada através das múltiplas possibilidades de atuação existentes naquele contexto particular, sem ignorar que, além do resistente e do opressor, havia figuras e posições que permitiam uma ação intermediária no entrelugar da relação colonial através dos interstícios do poder, para usar novamente os termos cunhados por Homi Bhabha.<sup>161</sup>

Mesmo sendo estimulada pelas autoridades coloniais, é importante ressaltar que a música angolana que florescia nos musseques por vezes tocava em assuntos que

---

<sup>160</sup> ALVES, Amanda Palomo. *Angolano Segue em Frente: um panorama do cenário musical urbano de Angola entre as décadas de 1940 e 1970*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense. 2015.p.156

<sup>161</sup> BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

levavam à reflexão sobre a natureza do sistema colonial. Contudo, Carlos Pimentel<sup>162</sup> expande a questão no trecho destacado:

Our music was oriented to the troubles we had, to the suffering we had. But we didn't play music because we were political, no, but because we lived that reality and we saw that the rest of the people that lived in the musseques lived bad and squalid conditions. So we sang about our bitterness in Kimbundu and they didn't know [what we were saying]. We even talked badly about them [the Portuguese] and they didn't know.<sup>163</sup>

Há que se relativizar esta memória apresentada por Carlos Pimentel, pois esta postura rebelde que o músico afirma que teve durante o período colonial dificilmente escaparia do conhecimento das autoridades portuguesas. Entretanto, não se pode negar a influência que os discursos dos músicos desta geração tinham, pois, mesmo sem apontar claramente para o colonialismo como causa dos problemas enfrentados pelos angolanos, estes músicos falavam, nas entrelinhas, sobre política ao cantar o sofrimento e a vivência nos musseques. Havia, então, uma aliança sutil e indireta entre a cultura e os temas políticos.

É interessante que a Ação Psicossocial tenha estimulado, de certa forma, a consolidação da moderna música urbana de Angola, pois, em pouco tempo, as canções que falavam sobre o cotidiano, sobre o amor ou sobre temas banais também passariam a

---

<sup>162</sup> António Carlos Frota Tendinha Pimentel Teixeira foi um conhecido poeta e contista angolano que partilhou os valores da geração dos 50.

<sup>163</sup> Carlos Pimentel. Citado por MOORMAN, Marissa. *Intonations – a social history of music and nation in Luanda, Angola, from 1945 to recente times*. Ohio University Press, Athensm Ohio, 2008. p.111. Em tradução livre: Nossa música era orientada para os problemas que nós tínhamos, ao sofrimento que tínhamos. Mas nós não tocávamos porque nós éramos políticos, não, mas porque nós vivíamos aquela realidade e nós víamos as pessoas que viviam nos musseques viverem mal e porcamente. Então nós cantávamos sobre nossa amargura em quimbundo e eles não sabiam [o que nós estávamos cantando]. Nós sempre falávamos mal sobre eles [os portugueses] e eles não sabiam.

fazer menção aos problemas sociais e políticos vividos em Angola de maneira mais nítida, como pode-se perceber através do depoimento de Santos Júnior<sup>164</sup>:

Naquela época [décadas de 1960 e 1970] eu já gravava algumas canções de caráter revolucionário. E quem gravava era o próprio colonialista. Eles estavam ali na máquina, no gravador, a saborear o som. Depois gravavam e mandavam para Portugal porque as matrizes eram feitas em Portugal e só aqui é que prensavam os discos.<sup>165</sup>

Em alguns casos, tal crítica e mesmo o estímulo à resistência eram bastante evidentes, como pode ser observado na canção João Dumingo do N'Gola Ritmos, gravada em 1960:

João Dumingo eu, João Dumingo eu,  
Ambela gente ye  
Ngwetu confiança mi mesene já ufono  
João Dumingo eu, João Dumingo eu  
Ambela mesene  
Ngwetu confiança mi mesene já ufono  
Ngibanza ange mungongo mwene mwala  
Ngasumbo nivele  
Nivele waisunona  
Tala dyala dyaiba kutoba  
Dya nda kufil kukimbangula<sup>166</sup>

---

<sup>164</sup> Domingos Pereira dos Santos Júnior nasceu em 1947 em Luanda. Participou da fundação da moderna música angolana, sendo artista de grande destaque de sua geração.

<sup>165</sup> Apud ALVES, Amanda Palomo. *Angolano Segue em Frente: um panorama do cenário musical urbano de Angola entre as décadas de 1940 e 1970*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense. 2015. p.129.

<sup>166</sup> Em tradução livre: João Dumingo eu, João Dumingo eu/ ele diz para seu povo/ que ele não quer a confiança de seu mestre/ João Dumingo eu, João Dumingo eu/ ele diz para seu mestre/ que ele não quer a sua confiança / Eu acho que ainda estou neste mundo/ Eu comprei uma trena/ eu a perdi/ eu comprei um nivelador/ eu o perdi/ Veja como o homem estúpido vai/ acabar morrendo no contrato. Citado por Marissa Moorman. *Intonations – a social history of music and nation in Luanda, Angola, from 1945 to recente times*. Ohio University Press, Athensm Ohio, 2008. p.124. Música disponível no LP N'gola Ritmos. Vol. 1. Luanda – Lisboa: Alvorada, 1960. 1 LP.

Nesta canção, os versos são bastante claros ao mostrar a dificuldade a que muitos angolanos estavam submetidos no sistema de trabalho. O trabalhador desconfiava de seu mestre e, mesmo desempenhando sua função e comprando instrumentos para seu trabalho, provavelmente retornaria ao contrato, sendo submetido ao trabalho forçado. É possível notar nas entrelinhas destes versos que a busca pela liberdade e pela soberania de Angola já era cantada e defendida por muitos músicos.

Entretanto, não foi somente através das letras das canções que a música angolana colaborou com a política anticolonialista que ganhou força em Angola a partir da década de 1950. Além destas manifestações mais explícitas, a política anticolonial se valeu das músicas na medida em que os espaços por onde os músicos circulavam também eram utilizados na organização e na divulgação da luta de resistência ao colonialismo português, principalmente devido ao grande número de angolanos reunidos para fruir o novo estilo musical que surgia em Angola.<sup>167</sup> Nas festas e encontros em que os músicos circulavam, diversos líderes políticos se reuniam a fim de discutir temas políticos, como afirma Gabriel Leitão<sup>168</sup>:

Nós também usamos o N'Gola Ritmos para o trabalho clandestino em Sambizanga [musseque de Luanda] ... Havia uma simulação de festa onde o N'Gola Ritmos estava indo tocar, mas isso foi só um disfarce, porque essa festa não era nada mais do que uma reunião com o cubano Francisco Xavier Hernandez, que foi o primeiro jornalista cubano que encontramos em Angola.<sup>169</sup>

Esta situação relatada por Gabriel Leitão também se repetiu com diversos outros líderes nacionalistas angolanos, que se valiam das festas e encontros promovidos

---

<sup>167</sup> MOORMAN, Marissa. *Intonations – a social history of music and nation in Luanda, Angola, from 1945 to recente times*. Ohio University Press, Athensm Ohio, 2008. p. p.64-65

<sup>168</sup> Gabriel Francisco Leitão Pereira foi fundador do grupo Gexto, que fazia performances musicais e teatrais em Angola e do N'Gola Ritmos. Foi preso após se envolver com a intensa atividade política anticolonial. Atuou também no campo literário. Faleceu em 2004.

<sup>169</sup> Gabriel Leitão in OLE, António. *O Ritmo do N'Gola Ritmos*. Luanda: Instituto Angolano de Cinema, 1978.

por diversos grupos musicais para se reunirem e discutir os rumos que as ações anticolonialistas tomariam.

Além do uso dos espaços ocupados pelos principais grupos musicais angolanos, muitos dos membros destes grupos também se envolveram diretamente no trabalho político, como relembra Zé Maria dos Santos<sup>170</sup>, que afirmou trocar informações e distribuir panfletos com propaganda anticolonialista em cidades distantes onde realizavam apresentações.<sup>171</sup>

Na segunda metade da década de 1950, momento em que a ação clandestina de grupos nacionalistas já começava a ganhar fôlego, Portugal instalou em Angola a sua Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE) para tentar coibir a mobilização nacionalista. O surgimento e a atuação dos movimentos de libertação nacional surgidos em Angola na década de 1950 será analisado no capítulo seguinte desta dissertação. Vale adiantar, contudo, que a ação dos nacionalistas era muito concentrada nas áreas urbanas de Angola e, até 1961, não envolvia ações armadas de grande vulto, dedicando-se principalmente à divulgação da causa anticolonial e à arregimentação de militantes que pudessem contribuir na luta pela independência.

De fato, a repressão da PIDE seria duríssima contra muitos membros dessas manifestações culturais e políticas promovidas através da música, sendo vários deles presos no famoso Processo dos 50, como Amadeu Amorim e Liceu Vieira Dias. O Processo dos 50 resultou de uma intensa ofensiva da PIDE contra os grupos nacionalistas angolanos e foi responsável pela prisão de mais de cinquenta angolanos. Muitas das figuras importantes dos movimentos de libertação angolanos também foram incluídas nos processos, mas não foram presas no momento pois residiam no exterior de Angola.<sup>172</sup>

Segundo Marissa Moorman, a agitação cultural promovida pelos músicos angolanos a partir do final da década de 1940 foi de suma importância para forjar a

---

<sup>170</sup> José Maria dos Santos participou de grupos musicais e teatrais angolanos. Foi um dos fundadores do N'Gola Ritmos.

<sup>171</sup> OLE, António. *O Ritmo do N'Gola Ritmos*. Luanda: Instituto Angolano de Cinema, 1978.

<sup>172</sup> A lista completa dos nacionalistas angolanos pode ser vista em ROCHA, Edmundo. *Angola: contribuição ao estudo da génese do nacionalismo angolano (período de 1950-1964) (testemunho e estudo documental)*. Dinalivro, Lisboa, 2009. p.128-129.

identidade nacional e a nação angolanas. Ao promover o convívio entre diferentes povos, a moderna música angolana teria resgatado valores tradicionais, fundado novas formas de expressão cultural, desenvolvido expectativas para o futuro e, em última instância, teria imaginado a nação. A nova forma musical angolana, mais do que um gênero, deve ser considerada um estilo de vida através do qual os angolanos construíram uma experiência de soberania cultural e unidade, pois promovia a contestação cultural e política ao colonialismo ao mesmo tempo em que ultrapassava as barreiras de gênero, classe e etnia para promover uma vivência real da nação imaginada.<sup>173</sup>

Como vimos, de acordo com as ideias defendidas por Benedict Anderson, as nações são comunidades imaginadas. Ao analisar a formação das nações latino-americanas, o autor afirma que a imaginação nacional foi construída principalmente através do capitalismo de imprensa (*print capitalism*), que possibilitou um processo de identificação entre diversos membros da comunidade imaginada que jamais teriam contato ou noção de que compartilhavam valores com outros membros da nação.<sup>174</sup>

Marissa Moorman, inspirada no conceito de capitalismo de imprensa de Benedict Anderson, afirma que a nação angolana foi edificada principalmente através de um capitalismo sonoro, em que a música desempenhou papel fundamental. Ao falar de capitalismo sonoro, a autora apresenta uma pormenorizada análise sobre o surgimento das principais rádios e indústrias fonográficas, que divulgavam a música urbana por todo o país e possibilitaram a conexão de diferentes regiões através da divulgação da música urbana dos musseques, como por exemplo nas cidades do interior, na guerrilha nas matas angolanas, nos clubes luandenses ou mesmo em espaços internacionais onde os angolanos exilados estavam refugiados. Quando a tecnologia das rádios e da indústria fonográfica facilitou o contato entre as mais diversas regiões de Angola, redefiniu-se e criou-se uma ideia de comunhão de vida e valores entre seus povos.

A música urbana teria, portanto, levado os angolanos para um novo entendimento da nação baseada em seus próprios termos. Sendo assim, estimulou-se

---

<sup>173</sup> MOORMAN, Marissa. *In tonations – a social history of music and nation in Luanda, Angola, from 1945 to recente times*. Ohio University Press, Athensm Ohio, 2008. p.3

<sup>174</sup> ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*; tradução Denise Bottman. – São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p.p. 32-34.

também a luta nacionalista contra o colonialismo desempenhada na guerra de libertação através da soberania cultural que era conquistada dia a dia, já que a divulgação dos novos valores angolanos era feita em larga escala pelas rádios e pela indústria fonográfica.<sup>175</sup>

Contudo, é fundamental notar que, assim como defende Homi Bhabha, a identidade nacional é um discurso homogeneizador que dilui as diferenças existentes entre um grande grupo nacional, o que não possibilita, entretanto, o apagamento total das demais fronteiras que existem entre estes grupos.<sup>176</sup> Sendo assim, é importante ressaltar que as fronteiras étnicas, de gênero, de classe, de grupo social etc. não foram definitivamente suplantadas pela identidade nacional homogeneizadora que se construía em Angola. Como defendem os intelectuais pós-coloniais, a identidade é fragmentada, sendo que o indivíduo aciona determinada identidade dependendo de quem, quando, onde e porquê ele é interpelado.<sup>177</sup>

Em pouco tempo, entretanto, a música popular angolana passaria a fazer referências cada vez mais clara ao seu posicionamento político, deixando nítidas as suas críticas ao sistema colonial português. Um exemplo de como esta música angolana foi gradativamente se envolvendo em temas políticos e se posicionando de forma mais clara em relação à política pode ser ouvido na canção *Bairro Indígena*<sup>178</sup>, de Santocas<sup>179</sup>, produzida já em um contexto de guerra pela independência de Angola:

---

<sup>175</sup> MOORMAN, Marissa. *Intonations – a social history of music and nation in Luanda, Angola, from 1945 to recente times*. Ohio University Press, Athensm Ohio, 2008. p.140-141

<sup>176</sup> BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998. p. 24

<sup>177</sup> DUARA, Prasenjit. *Historicizing national Identity, or who imagines what and when*. IN Eleyand Suny, *Becoming National*, Oxford, Oxford University Press, 1996. p.p.150-177

<sup>178</sup> Esta música foi composta já em 1974, no momento em que a independência dava sinais de que se concretizaria, já que a Revolução dos Cravos em Portugal abriu caminho para o rompimento do vínculo colonial (este assunto será tratado no capítulo III). A música anticolonial, portanto, ganhou força em Angola.

<sup>179</sup> António Sebastião Vicente nasceu em Luanda no ano de 1954. Na sua juventude, seguiu a carreira artística, participando da criação da música angolana dos musseques.



Ali onde eu nasci hoje não resta nada  
Só restam lembranças dos meus amigos da infância  
Aqui onde eu nasci hoje não resta nada  
Só restam lembranças dos meus amigos da infância  
Depois de trinta anos de promessas falsas  
Em que nos prometeram darem-nos as casas  
Nossos pais pagavam rendas em escudos  
Correram conosco dali como se fôssemos bois  
Mandaram-nos para os currais  
Pagar quinhentos escudos num bairro sem luz  
Casas sem quintais  
Todas elas rachadas  
Hoje só me restam lembranças  
Ê, Bairro Indígena!  
Ê, Bairro Indígena!  
Ê, Bairro Indígena!  
Ê, Bairro Indígena!<sup>180</sup>

A música popular angolana tinha como uma de suas marcas a aproximação das situações reais vividas pelos moradores dos musseques, como se pode ver através dos versos da canção Bairro Indígena. Por vezes, a crítica ao colonialismo foi feita de forma bastante direta e ácida e, mesmo sem se falar em independência, o contexto em que esta música foi produzida a fez uma canção muito significativa na luta contra o colonialismo, justamente por ressaltar os problemas legados à população angolana e apontar, ainda que de maneira velada, o responsável por tal situação de penúria.

Sendo assim, além da construção de uma identidade nacional angolana a partir da música, é possível perceber que esta manifestação cultural também foi um veículo de contestação ao colonialismo. A partir da produção de uma música crítica ao colonialismo, certamente houve uma maior divulgação das ideias anticoloniais em Angola, de maneira que a contribuição daqueles músicos à causa independentista não

---

<sup>180</sup> Bairro Indígena foi composta em 1974. É possível ouvir a música em <https://www.youtube.com/watch?v=glzUoTXsCsk>. Acesso em 16 de junho de 2015.

deve ser reduzida somente ao ambiente cultural, mas também deve-se levar em conta sua contribuição política para a formação da Angola independente.

Portanto, como foi apresentado nesta secção do trabalho, a intensificação do colonialismo português promoveu uma redefinição do espaço urbano luandense, ampliando os fluxos migratórios para a capital de Angola tanto por parte dos angolanos quanto dos portugueses. A disputa por espaços privilegiados em Luanda fez com um grande número de angolanos e mesmo alguns portugueses pobres fossem deslocados para os musseques surgidos nos subúrbios. Foi neste contexto que uma intensa manifestação musical ganhou força, defendendo a valorização do patrimônio cultural tradicional de Angola. A partir da mescla de elementos tradicionais e modernos, esta geração de artistas foi responsável por estimular a reflexão sobre a identidade nacional angolana, abordando temas da terra, dos costumes, dos sonhos e dos amores. Ao imaginarem uma Angola definida pelos próprios angolanos, esta produção musical também falou dos problemas vividos pela população luandense, o que, ainda que indiretamente, também contribuía para a uma sutil politização das massas urbanas. É necessário destacar, entretanto, que a abordagem dos temas políticos nas músicas era limitada pela estrutura colonial vigente.

## **Conclusão**

No primeiro capítulo desta dissertação, foram analisados os principais discursos culturais produtores de uma identidade nacional angolana. Um dos primeiros aspectos que chamam a atenção na construção desta identidade é o caráter resistente que lhe foi atribuído por seus idealizadores. Ao acionar a resistência ao colonialismo como um dos elementos constituintes da identidade nacional, tanto na literatura quanto na música os artistas buscaram uma valorização das tradições culturais consideradas autenticamente angolanas, em um claro movimento de defesa da soberania cultural de Angola e de contestação à cultura imposta pelo colonialismo. Esta experiência de soberania cultural vivida a partir da década de 1940 foi de suma importância para a luta pela independência.

De fato, o conceito de resistência foi muito romantizado pela historiografia e pelos próprios nacionalistas, que afirmavam a oposição radical entre colonizadores e colonizados em uma nítida continuação do binômio antinômico colonial. Neste sentido, buscamos analisar mais precisamente diferentes espaços e manifestações caracterizados como a resistência. Desta forma, pudemos perceber que nem todos os movimentos considerados resistentes pela historiografia nacionalista se baseavam de fato na oposição radical entre opressores e resistentes.

Ficou demonstrado que uma ação intermediária foi empreendida por muitos angolanos, como foi o caso das manifestações dos filhos da terra de finais do século XIX e até mesmo de muitos artistas de meados do século XX, que conseguiram se valer dos diversos caminhos e atalhos presentes na estrutura colonial para a divulgação dos seus trabalhos. Especificamente, referimo-nos aos intelectuais que se valeram da estrutura educacional portuguesa e dos músicos que aproveitaram o estímulo dado pela ação psicossocial do governo português para divulgarem suas obras. Portanto, fica mais claro que a oposição binária proposta por nacionalistas nem sempre é a melhor lente de observação para dar conta da sociedade colonial angolana, apesar de que em um contexto de guerra a oposição binária ganha contornos cada vez mais nítidos.

Ao divulgarem suas obras, os literatos e músicos formadores de uma identidade nacional angolana também se envolveram na luta clandestina pela independência de Angola, já que os canais legais para esta luta política estavam fechados aos angolanos. Na formação deste discurso identitário, ficou claro que a palavra de ordem era o resgate das tradições culturais angolanas e a homogeneização das diferenças existentes entre as múltiplas matrizes culturais que conviviam em território angolano. A inclusão de alguns valores culturais mais próximos à metrópole, como o uso da língua portuguesa e a utilização de instrumentos tipicamente europeus, mostrou também que a cultura nacional que se construía não era totalmente fechada às influências fornecidas pela colonização.

O discurso da identidade nacional formado pela geração de artistas estudada neste capítulo buscou, portanto, selecionar elementos culturais considerados autenticamente angolanos, apesar de fazerem, na realidade, uma escolha arbitrária de aspectos culturais para a formação da identidade nacional. Esta construção identitária

buscava unir todos os angolanos em torno de uma identidade nacional, mas não conseguiria suprimir definitivamente outras fronteiras existentes no interior da nação, como as divisões étnicas, raciais, de classe, de região e de gênero.

Sendo assim, a formação de uma identidade nacional se enquadra necessariamente em uma situação de disputa no campo cultural, cujo resultado é necessariamente uma seleção reducionista, uma vez que boa parte das matrizes culturais é silenciada enquanto outros aspectos culturais são evidenciados.

Há que se ressaltar, por fim, que os discursos construtores da ideia de identidade nacional angolana foram majoritariamente produzidos a partir de Luanda, que, por ser o espaço urbano mais desenvolvido da colônia, era local de convívio entre os mais diversos povos habitantes de Angola. Desta forma, a supressão dos laços étnicos, raciais e regionais acabou sendo facilitada na capital, de maneira que a formação de um discurso identitário e a vivência compartilhada entre os angolanos foi facilitada. Mesmo assim, não houve a superação definitiva da identidade étnica.

Contudo, como se verá nos próximos capítulos desta dissertação, este discurso identitário não teria a mesma recepção em outras regiões da colônia, sendo a construção e a vivência efetiva desta identidade nacional uma questão mais complexa nas regiões que não experimentaram contatos com indivíduos de outras etnias e regiões de Angola, bem como nas regiões onde o colonialismo não penetrou consistentemente.

## Capítulo 2 - Nacionalismo e identidade no campo político

### Introdução

Após analisar, no primeiro capítulo, o movimento cultural nacionalista que eclodiu em Angola a partir da década de 1950, iniciaremos agora um estudo mais voltado ao campo da política, tendo como objetivo central compreender como o tema da identidade nacional foi discutido, apropriado e exposto pelos três principais movimentos de libertação angolanos.

Durante as décadas de 1950 e 1960, o campo do nacionalismo angolano foi marcado por uma extrema fragmentação através do surgimento de diversos movimentos de libertação nacional, sendo os principais deles o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), a União das Populações de Angola (UPA), que posteriormente se tornaria Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA). No tortuoso percurso até a conquista da independência, estes três movimentos de libertação se empenharam em uma intensa disputa pelo protagonismo político angolano, o que resultaria em diversas crises e confrontos, bem como tentativas de aproximação entre as partes, algo que jamais foi concretizado de forma sistemática, incontestável e por um longo tempo. Sendo assim, neste capítulo, busca-se principalmente entender o surgimento do nacionalismo político organizado em Angola, destacando algumas questões identitárias e políticas que guiaram os embates entre os movimentos de libertação.

No que se refere à discussão sobre a identidade nacional que teve lugar nos movimentos de libertação nacional angolanos estudados neste capítulo, será interessante entender como cada um deles definia o que é ser angolano. Esta questão é fundamental para compreender como cada movimento projetava a Angola independente e definia a identidade nacional. Entretanto, ao tentar fazê-lo, deparamo-nos com um problema referente à pouca documentação disponível acerca desta questão, já que nem sempre houve um registro explícito sobre a questão.

Nesta fase de formação dos movimentos nacionalistas de Angola, os agrupamentos políticos angolanos se organizaram em duas frentes distintas, divididas

basicamente segundo critérios etnolinguísticos e ideológicos. A primeira corrente nacionalista se originou em meio ao grupo etnolinguístico bacongo. Em geral, seus militantes pertenciam ao grupo dos novos assimilados,<sup>181</sup> tinham um grau econômico mais modesto e um nível de instrução mais baixo. Esta primeira corrente nacionalista era composta majoritariamente por negros.<sup>182</sup>

Já a segunda vertente do nacionalismo angolano formou-se no seio da camada urbana de assimilados,<sup>183</sup> alguns com formação educacional mais avançada. Neste segmento, havia a presença de brancos, mestiços e negros. Esta corrente se enviesou por um trajeto ideológico mais progressista, próximo às ideias marxistas que se difundiam pela África em um momento de intensa polarização ideológica decorrente da Guerra Fria.<sup>184</sup>

## 2.1. A formação da UPA/FNLA

A primeira vertente do nacionalismo angolano, isto é, aquela ligada aos novos assimilados e aos grupos populacionais situados mais ao norte da colônia, teve sua origem diretamente relacionada à região que abrangia o antigo reino do Congo, onde muitos angolanos do grupo etnolinguístico bacongo viviam. Com a intensificação do colonialismo, a legislação trabalhista, a repressão e, sobretudo, a expropriação de terras se tornando cada vez mais radical nas décadas de 1940 e 1950, muitos angolanos,

---

<sup>181</sup> Conforme visto no capítulo 1 deste trabalho, o grupo de novos assimilados correspondia a um grupo de angolanos que migraram para a capital na primeira metade do século XX, distinguindo-se, portanto, do antigo segmento de filhos da terra. Ver MESSIANT, Christine. *L'Angole colonial, Histoire et Société. Les premisses du mouvement nationaliste*. Tese de doutoramento. Paris, Ecole des Hautes Etudes em Sciences Sociales, 1983.

<sup>182</sup> ROCHA, Edmundo. *Angola: contribuição ao estudo da génese do nacionalismo angolano (período de 1950-1964) (testemunho e estudo documental)*. Dinalivro, Lisboa, 2009. p.101

<sup>183</sup> Condição jurídica alcançada pelos indígenas das colônias portuguesas para atestar que o seu grau de civilidade era condizente com os padrões europeus estabelecidos pelo governo colonial. Ver Capítulo 1 desta dissertação.

<sup>184</sup> ROCHA, Edmundo. *Angola: contribuição ao estudo da génese do nacionalismo angolano (período de 1950-1964) (testemunho e estudo documental)*. Dinalivro, Lisboa, 2009. p.101

principalmente os residentes no Norte, local de predominância desse grupo bacongo,<sup>185</sup> iniciaram um processo de imigração para o vizinho Congo. Este fluxo migratório ocorreu em decorrência da situação política no território administrado pelos belgas, que parecia ser menos aguda, apesar da permanência do colonialismo. O fluxo constante de indivíduos através da fronteira entre Congo Belga e Angola ocorria em função de razões comerciais, familiares e religiosas.<sup>186</sup> Durante a fase de migração desta população bacongo do Norte angolano para o Congo Belga, apesar das rivalidades e das particularidades que se apresentavam em um cenário de escassez, não houve uma perda sensível da ideia de homogeneidade de grupo, o que fez com que estes se mantivessem unidos e coesos mesmo em um território diferente.<sup>187</sup>

Entretanto, uma divisão no interior do grupo bacongo surgiu a partir da crise de sucessão ao reino do Congo após o falecimento do rei D. Pedro VII em 1955. Esta tensão entre os bacongo<sup>188</sup> se baseou principalmente em aspectos relativos à religião e aos interesses políticos de dois grupos rivais. Por um lado, os bacongo católicos defendiam que o novo rei deveria ser – assim como fora tradicionalmente - um representante dos católicos, assim como tradicionalmente foram os reis do Congo desde a aliança histórica estabelecida com Portugal.<sup>189</sup> Note-se que os portugueses apoiavam declaradamente este grupo para assumir o reino do Congo. Por sua vez, os bacongo protestantes defendiam a ascensão de um rei também protestante e dotado de valores modernos, sem a continuação da aliança com o Portugal, mas com uma outra aliança internacional devido ao início dos contatos deste grupo com os EUA, que seriam de suma

---

<sup>185</sup> Ver Mapa Étnico de Angola no Anexo 1. Ressalta-se aqui que a etnia bacongo se espalhava também pela colônia chamada Congo Belga (que obteve sua independência em 1960), sendo um dos casos clássicos da arbitrariedade das fronteiras estabelecidas pelos europeus a partir da intensificação do colonialismo no século XIX.

<sup>186</sup> PÉLISSIER, René. *La colonie du Minotaure: nationalisme et revoltes em Angola (1926-1961)*. Braga (Portugal), 1978. p.126.

<sup>187</sup> MBAH, Jean Martial Arsene. *As rivalidades políticas entre a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) (1961-1975)*. Mayamba, Luanda, 2010. p.40-42

<sup>188</sup> A designação bacongo é originária do quicongo *ba'congo*, onde a partícula *ba* é indicativo de plural. Ver verbete bacongo no Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.

<sup>189</sup> Desde o início da conquista portuguesa na região dos atuais Congo e Angola, houve uma aliança sólida entre os governantes de Portugal e o Reino do Congo. São símbolos importantes desta aliança o desenvolvimento do tráfico de escravos na região e a conversão do governante congolês ao catolicismo.

importância para o futuro.<sup>190</sup> Faziam parte deste grupo de bacongo protestantes Manuel Barros Nekaka,<sup>191</sup> José Eduardo Pinock<sup>192</sup> e Francisco Lulendo,<sup>193</sup> três das mais importantes lideranças da UPA ao lado de Holden Roberto.<sup>194</sup>

Foi este grupo de bacongo protestantes que se uniu e formou a União das Populações do Norte de Angola (UPNA), organização política que pretendia liderar a luta pela sucessão e independência do reino do Congo, apesar desta instituição há muito não ter grande importância política. Tratava-se, pois, de refundar o reino do Congo. Quanto à data de criação da UPNA, existem diferentes versões que abordam o problema. Segundo a versão oficial exposta pela FNLA, a fundação da UPNA ocorreu em 1954.<sup>195</sup> Entretanto, estudiosos como John Marcum<sup>196</sup> e René Pelissier<sup>197</sup> contestam esta versão e afirmam que a fundação da UPNA se deu em 1957.

Liderada por Manuel Barros Nekaka, a UPNA se aproximou nesta fase inicial à Associação dos Bacongo (ABAKO), mas esta aliança não foi duradoura, já que uma rivalidade surgiu entre os movimentos em função da disputa pelo protagonismo político entre os bacongo. Em pouco tempo, a UPNA já se organizava para divulgar a sua causa

---

<sup>190</sup> SILVA, Agostinho Alexandre Joaquim da. *Angola: dinâmicas internas e externas na luta de libertação (1961-1975)*. Tese de doutorado apresentada à Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Lisboa, 2014. p.102

<sup>191</sup> Manuel Sidney Barros Nekaka foi enfermeiro e político angolano. Dedicou sua vida à causa anticolonial, militando inicialmente na UPNA (União das Populações do Norte de Angola, que futuramente daria origem à União das Populações de Angola). Foi um dos mais destacados líderes deste movimento e, ao lado de seu sobrinho Holden Roberto, participou da fundação da UPA.

<sup>192</sup> José Eduardo Pinock era descendente de uma antiga linhagem de reis do reino do Congo. Foi um dos fundadores da UPNA, onde ingressou na luta anticolonialista com bastante destaque.

<sup>193</sup> Francisco Lulendo foi um dos fundadores da UPNA.

<sup>194</sup> Holden Roberto nasceu em 1923. Envolveu-se com a luta nacionalista angolana e foi um destacado dirigente da UPA/FNLA. Entretanto, após a independência de Angola, Holden Roberto perdeu espaço político. Faleceu em 2007.

<sup>195</sup> Segundo MBAH, esta versão oficial sobre a fundação da UPNA foi uma consequência do momento político em que esta declaração foi feita pela FNLA, momento em que já existia uma intensa disputa entre este movimento e o MPLA. A maior antiguidade de um movimento naquele contexto poderia indicar uma maior importância no campo do nacionalismo angolano. Sendo assim, a “falsificação” de datas de fundação destes movimentos foi constante entre os movimentos de libertação angolanos. Ver MBAH, Jean Martial Arsene. *As rivalidades políticas entre a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) (1961-1975)*. Mayamba, Luanda, 2010. p. 40

<sup>196</sup> MARCUM, John. *The Angolan Revolution. Exile politics and guerrilla warfare (1962-1976)*. Cambridge: The Massachusetts Institute of Technology. 1978

<sup>197</sup> PÉLISSIER, René. *La colonie du Minotaure: nationalisme et revoltes em Angola (1926-1961)*. Braga (Portugal), 1978. p.269



em Angola, mas também em ambiente internacional, tarefa esta que, após uma intensa disputa interna, seria levada adiante por Holden Roberto.

A disputa se deu entre Barros Nekaka, Francisco Lulendo e um terceiro militante identificado por Moniz. Esta disputa, para além da questão de uma viagem para a Primeira Conferência dos Povos Africanos em Accra, opunha duas das principais personalidades da UPNA e contrapunha seus projetos pessoais de poder. Barros Nekaka, figura número um da UPNA, apoiou seu sobrinho Holden Roberto na disputa pela viagem, enquanto Francisco Lulendo, considerado a segunda personalidade mais importante da UPNA, defendeu sua própria candidatura à viagem. Interessava, sobretudo, nesta viagem, o estabelecimento de relações entre a UPNA e possíveis patrocinadores e apoiadores internacionais das atividades do movimento. Aquele que fosse escolhido para a viagem teria a possibilidade de se fortalecer politicamente e se colocar como principal elo de ligação entre o ambiente internacional e a UPNA. Após uma eleição interna, saíram vencedores desta disputa Holden Roberto e seu tio.<sup>198</sup>

Data deste início das movimentações internacionais da UPNA os primeiros contatos estabelecidos com o American Committee on Africa, principal organização anticolonialista norte-americana que passou a financiar e influenciar este movimento. Estes contatos iniciais se deram através da aproximação das lideranças da UPNA com o cônsul dos EUA em Leopoldville e o reverendo George M. Mousser, líder dos missionários protestantes nas colônias africanas.<sup>199</sup> Esta aliança seria muito importante em todo o percurso da UPNA e das suas sucessoras UPA e FNLA.

Um passo que seria fundamental para a estruturação da UPNA como um movimento nacionalista foi a participação de Holden Roberto na Primeira Conferência dos Povos Africanos ocorrida em Accra, em 1958, momento em que foram estabelecidos

---

<sup>198</sup> Ver MBAH, Jean Martial Arsene. *As rivalidades políticas entre a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) (1961-1975)*. Mayamba, Luanda, 2010. p.54-56

<sup>199</sup> PÉLISSIER, René. *La colonie du Minotaure: nationalisme et revoltes em Angola (1926-1961)*. Braga (Portugal), 1978. p.269

contatos com diversas lideranças nacionalistas africanas, como Frantz Fanon,<sup>200</sup> Patrice Lumumba<sup>201</sup> e Kwame Nkrumah.<sup>202</sup>

Foi sob a influência destes líderes nacionalistas africanos que a UPNA mudou o seu nome para União das Populações de Angola, pois a luta das populações do norte de Angola deveria ser expandida para uma luta nacional, que unisse todos os povos angolanos em torno de somente um objetivo. Buscava-se, então, acabar com a delimitação do movimento somente em torno da mobilização dos nortistas para dar um caráter mais abrangente à luta anticolonialista.<sup>203</sup>

Outro efeito importante decorrente da participação de Holden Roberto na Primeira Conferência Pan-Africana realizada em Accra foi o reconhecimento da UPA como único movimento de libertação angolano, apesar da existência de muitos outros pequenos movimentos e partidos. Este reconhecimento internacional do protagonismo da UPA representava, na verdade, uma série de apoios políticos e financeiros para o desenvolvimento da luta pela independência.

A partir da fundação da UPA, este movimento voltou cada vez mais o seu discurso a interesses relativos à Angola e à luta pela independência, abandonando gradualmente a ênfase na luta pela reestruturação do reino do Congo. Esta reorientação de objetivo foi muito influenciada pelos patrocinadores norte-americanos da organização,

---

<sup>200</sup> Frantz Omar Fanon nasceu em 1925 na Martinica. Foi psiquiatra e atuou intensamente na luta pela independência da Argélia, tornando-se uma das figuras mais importantes do nacionalismo africano. Além de sua atuação política, Frantz Fanon desenvolveu uma intensa atuação intelectual e publicou livros extremamente influentes, tais como *Peles Negras, Máscaras Brancas* (1952), *Os Condenados da Terra* (1961) e *Pela Revolução Africana* (1964). Frantz Fanon pode ser considerado um dos fundadores do pensamento pós-colonialista que marcaria o campo dos estudos sociais na segunda metade do século XX. Faleceu em 1961.

<sup>201</sup> Patrice Émery Lumumba (ou Élias Okit'Assombo) nasceu em Onalua, Congo Belga, em 1925. Empenhou-se na luta anticolonial, transformando-se em uma das mais importantes figuras do pensamento pan-africanista. Fundou o Movimento Nacional Congolês e teve participação decisiva na independência do Congo, destaque que permitiu que ele fosse eleito primeiro-ministro de seu país após a independência em 1960. Entretanto, seu governo foi bastante breve, pois foi assassinado em um golpe de Estado liderado por Joseph Mobutu em 1961.

<sup>202</sup> Kwame Nkrumah nasceu em Nkroful em 1909. Foi um dos mais importantes líderes ganenses que se dedicaram à luta pela independência do país. Envolvido no movimento pan-africanista, Kwame Nkrumah tomou posse como primeiro-ministro de Gana após a conquista da independência e aliou seu governo ao bloco de países comunistas. Em 1966, foi deposto do poder por um golpe militar, partindo para o exílio e jamais voltando para sua terra natal. Faleceu em 1972.

<sup>203</sup> ROCHA, Edmundo. *Angola: contribuição ao estudo da gênese do nacionalismo angolano (período de 1950-1964) (testemunho e estudo documental)*. Dinalivro, Lisboa, 2009. p.138

já que os interesses dos EUA se concentravam em território angolano. Os norte-americanos intentavam com isso preencher um possível vazio deixado pela saída dos europeus da África, processo que já se anunciava apesar da pequena quantidade de países independentes em finais da década de 1950.<sup>204</sup>

A criação da UPA também significou uma passagem de um movimento incipiente pré-independente, onde o conceito de nação era bastante limitado ao grupo etnolinguístico bacongo, para um movimento em que a nação assumia um significado mais profundo, a partir do qual se questionava a presença e a dominação portuguesas. Superava-se, portanto, pelo menos no âmbito discursivo, uma ideia étnica e regional, apesar de as bases do movimento jamais terem superado esta limitação,<sup>205</sup> problema que a UPA e a FNLA, sua sucessora, teriam que enfrentar durante toda a sua mobilização pela independência angolana.

Chamam a atenção as propagandas feitas pela UPA para a divulgação do movimento em Luanda, Benguela, Lobito, Malange e Nova Lisboa. Além das propostas genéricas elaboradas pelo movimento, buscava-se a valorização de um passado idealizado, representado, em geral, por inscrições como “*Viva a rainha Jinga*”<sup>206</sup> e “*Viva N’Gola Kiluanji*”.<sup>207 208</sup> São interessantes também as inscrições que associavam a religiosidade cristã de orientação protestante com os projetos de independência, que podem ser vistos em panfletos que traziam frases como “*Amai-vos uns aos outros para*

---

<sup>204</sup> MBAH, Jean Martial Arsene. *As rivalidades políticas entre a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) (1961-1975)*. Mayamba, Luanda, 2010. p.46-47

<sup>205</sup> SILVA, Agostinho Alexandre Joaquim da. *Angola: dinâmicas internas e externas na luta de libertação (1961-1975)*. Tese de doutorado apresentada à Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Lisboa, 2014. P.103

<sup>206</sup> Nzinga Mbandi, filha do oitavo Ngola do reino do Ndongo, nasceu em 1582. Sua trajetória política foi marcada pelas sucessivas tentativas de dominação frustradas do governo português para dominar o reino do Ndongo. Rainha guerreira, Nzinga teve sua capacidade estratégica, militar e política reconhecida pelos europeus e jamais se dobrou aos interesses dos colonizadores, principalmente em função da organização da defesa de seu território quando do ataque português. Faleceu em 1663 e, desde então, tornou-se um mito da resistência ao colonialismo na região de Congo e Angola. Ver Mariana Bracks. *Nzinga Mbandi e as guerras de resistência. Século XVII*. Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em História da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

<sup>207</sup> A figura de Ngola Kiluanji é associada à resistência à penetração do colonialismo português em Angola em finais do século XVI. Foi o fundador de uma importante dinastia de governadores do Reino de Angola.

<sup>208</sup> ROCHA, Edmundo. *Angola: contribuição ao estudo da génese do nacionalismo angolano (período de 1950-1964) (testemunho e estudo documental)*. Dinalivro, Lisboa, 2009. p.127

*fortalecer a unidade*”, “*Unidade em nome de Deus*”.<sup>209</sup> Nota-se que a necessidade de constituir a unidade dos muitos povos angolanos já era uma preocupação corrente entre os movimentos de libertação que surgiram na década de 1950.

Os três anos subsequentes à criação da UPA foram alvissareiros em relação à expansão do movimento, não somente em território congolês, mas também em todo o Noroeste angolano, chegando a atingir as regiões de Malanje, Benguela e Luanda, locais onde uma intensa propaganda do movimento era feita. Entretanto, em 1959, formou-se o MPLA, que acabaria se tornando um dos principais rivais da UPA no campo do nacionalismo angolano, apesar de algumas tentativas de aproximação entre as partes.

O ano de 1960 foi extremamente importante para a África devido à grande quantidade de independências que ocorreram naquele ano. Entre estes países, o Congo Belga conseguiu conquistar sua independência e Patrice Lumumba assumiu o poder. Nesta nova conjuntura política, a UPA redefiniu suas propostas políticas, já que a conquista da independência do Congo impedia que a antiga estrutura política congolês fosse restabelecida. Valendo-se da sua estreita relação com Patrice Lumumba, Holden Roberto obteve a legalização da UPA e pôde abrir a sede do movimento em Leopoldville. Sendo assim, sob influência dos EUA, seu principal patrocinador, a UPA reorientou sua proposta central para a independência de Angola, aliada agora ao Congo recém-independente.<sup>210</sup>

Para a UPA, o ano de 1960 também foi de enorme importância, pois foi a partir daquele momento que o movimento se institucionalizou de fato através da publicação do *Estatuto da UPA*. Este documento, em linhas gerais, abordava a questão da pertença ao movimento, afirmando que este era formado pelos “*signatários e todos os originários do território de Angola*” que aderissem aos estatutos do movimento, “*sem distinção de tribu, de língua, de sexo ou de religião*”. O *Estatuto da UPA* afirmava ainda que todos os povos angolanos deveriam se unir em torno da causa comum da

---

<sup>209</sup> ROCHA, Edmundo. *Angola: contribuição ao estudo da gênese do nacionalismo angolano (período de 1950-1964) (testemunho e estudo documental)*. Dinalivro, Lisboa, 2009. p.141

<sup>210</sup> ROCHA, Edmundo. *Angola: contribuição ao estudo da gênese do nacionalismo angolano (período de 1950-1964) (testemunho e estudo documental)*. Dinalivro, Lisboa, 2009. p.131.

independência, visando “*promover a compreensão, o entendimento e a fraternidade no seio das populações (...) e desenvolver os sentimentos patrióticos e nacionais*”.<sup>211</sup>

Entretanto, a UPA, bem como a FNLA faria mais adiante, baseava a sua propaganda política em argumentos muitas vezes contrários a esta proposta de unir os povos angolanos. Não raro a UPA se levantou contra os mestiços e brancos, baseando, portanto, sua crítica em aspectos relacionados à polêmica questão racial de Angola. Os militantes que o movimento buscava arregimentar eram basicamente os negros, sendo os brancos e mestiços apenas tolerados dentro da UPA.<sup>212</sup> Somente em uma fase posterior, o discurso deste movimento se transformaria no sentido de englobar cada vez mais todos os povos angolanos em seu projeto político de independência, mas esta abertura aos brancos e mestiços seria bastante problemática na história da UPA e da FNLA. Indiscutivelmente este movimento teve muitas dificuldades em se desvincular da base étnica bacongo e se expandir por regiões além do norte angolano.<sup>213</sup>

Nota-se ainda que, neste início da institucionalização da UPA, não havia qualquer definição precisa sobre as propostas para Angola além da independência imediata e a expulsão dos colonialistas portugueses, sendo que esta indefinição seria um dos problemas mais graves enfrentados pela UPA e pela FNLA em algumas crises internas.

Durante esta fase inicial da UPA, Holden Roberto, que se fortalecera politicamente a partir da Primeira Conferência dos Povos Africanos de Accra, iniciou sua escalada autoritária no movimento, representando uma das suas facções mais importantes. Aliada a outras figuras de destaque, esta ala era considerada a mais radical<sup>214</sup> da UPA,

---

<sup>211</sup> Extrato dos Estatutos da UPA, disponível em SILVA, Agostinho Alexandre Joaquim da. *Angola: dinâmicas internas e externas na luta de libertação (1961-1975)*. Tese de doutorado apresentada à Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Lisboa, 2014. p.365-366

<sup>212</sup> ROCHA, Edmundo. *Angola: contribuição ao estudo da gênese do nacionalismo angolano (período de 1950-1964) (testemunho e estudo documental)*. Dinalivro, Lisboa, 2009. p.140

<sup>213</sup> Esta argumentação racial, entre outros aspectos, seria a base das críticas feitas pela UPA ao MPLA. Esta disputa no campo do nacionalismo angolano será trabalhada mais adiante.

<sup>214</sup> Utilizamos o termo *radical* aqui para designar uma ação política específica dentro da UPA, segundo a qual o único caminho para a conquista da independência de Angola seria a ação armada contra o colonialismo. A designação *radical* também se definia a partir da comparação com as duas demais correntes internas da UPA, as quais nomeamos como conservadora e moderada. A primeira se caracterizava pela tentativa de retornar à estrutura política monárquica do reino do Congo, enquanto a segunda defendia que uma negociação com a metrópole para a conquista da independência de Angola.

pois defendia a ação armada imediata contra o colonialismo português. A aliança desta corrente da UPA com líderes nacionalistas africanos, como Habib Bourguiba<sup>215</sup> e Frantz Fanon, estimulava a abertura de uma nova frente armada contra o colonialismo, inserindo Angola em um contexto continental de luta contra o imperialismo.<sup>216</sup>

Além da tendência radical presente no interior da UPA, outras duas correntes políticas podiam ser definidas entre seus principais militantes. Um campo que pode ser denominado de conservador era constituído e liderado pelos principais fundadores da UPNA, como Manuel Barros Nekaka, João Eduardo Pinock e Francisco Lulendo. Estes conservadores se opunham ao discurso mais radical da corrente representada por Holden Roberto e defendiam a instalação de uma monarquia de bases nacionalistas em Angola. Criticavam, sobretudo, a política de alianças internacionais empreendida por Holden Roberto, que aproximava cada vez mais a UPA do movimento pan-africanista e anticolonialista, sendo considerados por muitos como um movimento próximo ao comunismo soviético.<sup>217</sup>

Por fim, pode-se distinguir uma terceira postura política no interior da UPA, caracterizada como uma tendência política moderada. Mais próximos dos conservadores, os moderados eram liderados por Jean Pierre Mbala<sup>218</sup> e preconizavam um diálogo franco e permanente com as autoridades coloniais no sentido de encontrar uma solução negociada para a independência de Angola. Buscava-se, pois, a concretização de uma independência de maneira gradual, sem grandes sobressaltos que pudessem alterar a permanência dos líderes tradicionais no poder de Angola. Em relação aos contatos internacionais, também eram críticos da postura de Holden Roberto, defendendo uma

---

<sup>215</sup> Habib Bourguiba nasceu em 1903. Foi um dos fundadores do Partido Constitucional Neo-Destour e teve atuação destacada na luta pela independência da Tunísia. Em 1957, após a independência do país, tornou-se presidente, cargo que só deixou de exercer em 1987 após sua deposição do poder.

<sup>216</sup> MBAH, Jean Martial Arsene. *As rivalidades políticas entre a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) (1961-1975)*. Mayamba, Luanda, 2010. p. 68

<sup>217</sup> MBAH, Jean Martial Arsene. *As rivalidades políticas entre a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) (1961-1975)*. Mayamba, Luanda, 2010. p.68

<sup>218</sup> Jean Pierre Mbala foi um dos mais destacados líderes da UPA. Entretanto, entrou em rota de colisão com Holden Roberto e, junto com outros militantes, acabou se desligando do movimento para criar o Movimento pela Defesa dos Interesses de Angola.

postura mais conservadora no que diz respeito aos seus parceiros internacionais, isto é, evitavam as parcerias que podiam parecer muito radicais.<sup>219</sup>

Após o assassinato de Patrice Lumumba e a ascensão de Joseph Kasavubu<sup>220</sup> ao poder no Congo, a relação amistosa entre o governo deste país e a UPA se deteriorou, causando inclusive a cassação do direito de o movimento atuar em território congolês. Nesta situação de crise, Manuel Barros Nekaka viu uma oportunidade de fortalecer sua posição política e prestígio no interior da UPA. Para isso, uma aproximação com a ABAKO e Joseph Kasavubu foi cuidadosamente engendrada sem que Holden Roberto tivesse conhecimento desta relação. A intenção era aliar a UPA ao governo Joseph Kasavubu, o que seria um duro golpe na corrente mais radical do movimento liderada por Holden Roberto. O compromisso assumido entre Joseph Kasavubu e Barros Nekaka previa, então, a destituição de Holden Roberto e a renúncia definitiva da luta armada contra o colonialismo.<sup>221</sup> Uniram-se nesta nova frente as alas conservadora e moderada da UPA.

Para impor sua posição e concretizar o novo acordo estabelecido com o governo congolês, Manuel Barros Nekaka e seus partidários convocaram uma reunião da UPA em Leopoldville em outubro de 1960, momento em que Holden Roberto estava afastado em função de uma visita aos EUA na qualidade de delegado da UPA na XV Sessão das Nações Unidas. Nesta reunião da UPA, tornaram-se explícitas as conversações entre Barros Nekaka e Joseph Kasavubu. Ficou definido, então, que a UPA abandonaria a luta armada e ingressaria em uma fase de negociações com a metrópole portuguesa em troca do apoio do governo congolês, tal como ocorrera nas descolonizações dos territórios franceses. A política radical de Holden Roberto estava, portanto, ameaçada.<sup>222</sup>

---

<sup>219</sup> MBAH, Jean Martial Arsene. *As rivalidades políticas entre a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) (1961-1975)*. Mayamba, Luanda, 2010. p.68

<sup>220</sup> Joseph Kasavubu foi presidente da República Democrática do Congo. Assumiu o poder em 1960. Atuou com destaque na luta pela independência do então Congo Leopoldville, país colonizado pela Bélgica.

<sup>221</sup> MBAH, Jean Martial Arsene. *As rivalidades políticas entre a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) (1961-1975)*. Mayamba, Luanda, 2010. p.69

<sup>222</sup> MBAH, Jean Martial Arsene. *As rivalidades políticas entre a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) (1961-1975)*. Mayamba, Luanda, 2010. p.69

Nesta situação em que a ala radical da UPA se enfraquecia, Jean Pierre Mbala participou como representante e observador do movimento da Conferência de Chefes de Estado Africanos, no Congo-Brazzaville, em 1961. Nesta reunião, foi possível que Jean Pierre Mbala articulasse possíveis apoios políticos entre chefias africanas moderadas, o que lhe conferiu bastante prestígio entre os membros da UPA.

Contudo, em janeiro de 1961, Holden Roberto voltou para o Congo Leopoldville e tomou conhecimento da reorientação empreendida no seio da UPA e do fortalecimento da figura de Jean Pierre Mbala. A oposição entre os dois líderes se tornou inconciliável, de maneira que a disputa ganhou outros rumos que iam além da questão de estratégia para a conquista da independência, como, por exemplo, a suspeita sobre a utilização dos fundos da UPA geridos por Holden Roberto.<sup>223</sup>

O que se sucedeu após esta reunião da UPA em Leopoldville foi a primeira grande dissidência que o movimento sofreu. Jean Pierre Mbala e seus partidários acabaram se afastando da UPA para formar o Movimento pela Defesa dos Interesses de Angola (MDIA), que jamais conseguiria assumir a posição de protagonismo entre os movimentos nacionalistas angolanos.

Sentindo-se enfraquecido pela dissidência que dera origem ao MDIA, Holden Roberto se aproximou de um novo grupo de militantes oriundos do Sul de Angola, na sua maioria composto por jovens universitários, entre os quais Jonas Malheiros Savimbi<sup>224</sup> e José João Lihuca,<sup>225</sup> que assumiriam funções de destaque na UPA a partir de então. Ressalta-se ainda que foi a partir desta dissidência que Holden Roberto pôde se afirmar

---

<sup>223</sup> MDAH, Jean Martial Arsene. *As rivalidades políticas entre a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) (1961-1975)*. Mayamba, Luanda, 2010. p.70

<sup>224</sup> Jonas Malheiros Savimbi nasceu em 1934 e, durante sua juventude, foi à Europa para cursar o ensino superior em medicina. Nesta época, Savimbi entrou em contato com diversos nacionalistas africanos, iniciando a sua mobilização para a luta pela independência de Angola. Ingressou na UPA/FNLA, onde desempenhou cargos de dirigente, tais como secretário-geral e ministro das Relações Exteriores. Em 1964, desligou-se da FNLA e iniciou um longo processo de busca de apoios internacionais para a formação de um movimento de libertação em Angola. Em 1966, Jonas Savimbi fundou a UNITA e iniciou as ações armadas para derrotar o colonialismo português. Após a independência, a UNITA entrou em uma guerra civil contra o Estado angolano liderado pelo MPLA. Apesar de breves períodos de pausa, a guerra civil prosseguiu até 2002, ano em que Jonas Savimbi foi morto pelas forças do governo angolano.

<sup>225</sup> José João Lihuca foi médico e político angolano. Atuou na UPA e no MPLA.



como a principal liderança da UPA, assumindo cada vez mais um caráter autoritário e antidemocrático dentro do movimento.

A escalada de Holden Roberto no interior da UPA ainda teria mais um episódio importante em 1962, momento em que este movimento se fundiu com o Partido Democrático Angolano (PDA) e transformou-se em Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA). Com este novo adendo ao movimento, Holden Roberto se fortaleceu mais ainda politicamente. Em relação às propostas centrais da FNLA, houve uma continuidade em relação ao que a UPA definia como suas prioridades, tais como

de grouper, dans un Front National de Libération de l'Angola, toutes les organisations valablement représentatives du peuple Angolais qui acceptent la politique générale du Front;  
d'orienter la lutte pour l'indépendance nationale d'Angola sur une base de collaboration fraternelle entre toutes les ethnies de l'Angola en tenant compte des règles démocratiques et le respect de l'intégrité territoriale du pays.<sup>226</sup>

Chama a atenção neste documento a necessidade de tentar apagar a imagem de um movimento marcadamente étnico, principalmente a partir da aceitação de todas as etnias na nova organização que surgia. Esta preocupação decorria da imagem que se construiu sobre a UPA, um movimento dominado pelos bacongo desde sua origem.

Apesar de não definir pormenorizadamente os rumos que construiria após a independência de Angola,<sup>227</sup> a FNLA traçou, em linhas gerais, alguns planos para o país,

---

<sup>226</sup> Em tradução livre: “agrupar, através da Frente Nacional de Libertação de Angola, todas as organizações legalmente representativas do povo angolano que aceitam a política geral da Frente. Orientar a luta pela independência nacional de Angola sobre uma base de colaboração fraterna entre todas as etnias de Angola tendo em conta as regras democráticas e o respeito à integridade territorial do país.” FRONT NATIONAL DE LIBÉRATION D'ANGOLA. *Convention*. 27 de março de 1962. p.1 Documento disponível no arquivo de Mário Pinto de Andrade da Fundação Mário Soares. Ver [http://www.fmsoares.pt/aeb\\_online/visualizador.php?bd=Documentos&nome\\_da\\_pasta=04308.002.009&numero\\_da\\_pagina=1](http://www.fmsoares.pt/aeb_online/visualizador.php?bd=Documentos&nome_da_pasta=04308.002.009&numero_da_pagina=1). Acesso em 4 de agosto de 2015.

<sup>227</sup> BITTENCOURT, Marcelo. “*Estamos Juntos!*” – o MPLA e a Luta anticolonial (1961-1975). Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2002. p..133

o que foi explicitado no documento intitulado *Plate-forme et Programme du Front National de Libération d'Angola*, publicado pelo Governo Revolucionário de Angola no Exílio (GRAE)<sup>228</sup> em 1966.<sup>229</sup> Publicado em um momento em que a luta armada contra o colonialismo já estava em curso em Angola, este documento afirmava que

pour détruire le colonialisme et l'imperialisme, créer un Etat véritablement indépendant d'Angola, il n'y a, aujourd'hui comme hier, qu'une voie: la lutte armée du peuple contre l'occupant et l'exploiteurs.<sup>230</sup>

Para que se concretizasse a independência de Angola, a FNLA afirmava que a unidade da nação seria um ponto extremamente importante para o bom desenvolvimento da luta e, para isso, todos os angolanos deveriam se unir em torno do mesmo ideal. A partir da ação unida de camponeses, operários, intelectuais e burgueses, Angola finalmente se tornaria independente.<sup>231</sup>

Além da luta armada, o documento referido defendia a realização de uma ampla reforma agrária em Angola, algo que só poderia ocorrer com a independência. Esta reforma agrária seria um processo radical e profundo, que liquidaria os latifúndios,

---

<sup>228</sup> O Governo Revolucionário de Angola no Exílio foi fundado pela FNLA para coordenar a luta armada contra o colonialismo português em Angola. A sede do GRAE se encontrava na então Leopoldville, atual Kinshasa. O GRAE também fundou o Exército de Libertação Nacional de Angola (ELNA), braço armado do movimento.

<sup>229</sup> Ver *Plate-forme et Programme du Front national du Libération d'Angola. GRAE, 1966*. Documento disponível no arquivo de Mário Pinto de Andrade da Fundação Mário Soares. Ver [http://www.fmsoares.pt/aeb\\_online/visualizador.php?nome\\_da\\_pasta=04308.002.001&bd=Documentos](http://www.fmsoares.pt/aeb_online/visualizador.php?nome_da_pasta=04308.002.001&bd=Documentos). Acesso em 4 de agosto de 2015.

<sup>230</sup> Em tradução livre: “para destruir o colonialismo e o imperialismo, criar um Estado verdadeiramente independente de Angola, há, hoje como ontem, uma via: a luta armada do povo contra o ocupante e os exploradores.” FRONT NATIONALE DE LIBÉRATION D'ANGOLA. *Plate-forme et Programme du Front Nationale de Libération d'Angola. GRAE, 1966*. p.16. Documento disponível no arquivo Mário Pinto de Andrade da Fundação Mário Soares. Ver [http://www.fmsoares.pt/aeb\\_online/visualizador.php?bd=Documentos&nome\\_da\\_pasta=04308.002.001&numero\\_da\\_pagina=16](http://www.fmsoares.pt/aeb_online/visualizador.php?bd=Documentos&nome_da_pasta=04308.002.001&numero_da_pagina=16). Acesso em 4 de agosto de 2015.

<sup>231</sup> FRONT NATIONALE DE LIBÉRATION D'ANGOLA. *Plate-forme et Programme du Front Nationale de Libération d'Angola. GRAE, 1966*. p.24. Documento disponível no arquivo Mário Pinto de Andrade da Fundação Mário Soares. Ver [http://www.fmsoares.pt/aeb\\_online/visualizador.php?bd=Documentos&nome\\_da\\_pasta=04308.002.001&numero\\_da\\_pagina=24](http://www.fmsoares.pt/aeb_online/visualizador.php?bd=Documentos&nome_da_pasta=04308.002.001&numero_da_pagina=24). Acesso em 4 de agosto de 2015.

eliminar o colonato e nacionalizaria as terras de empresas concessionárias. A partir de então, as terras deveriam ser distribuídas aos camponeses, que se organizariam em cooperativas sob a égide do Estado. Reconhecia-se, entretanto, a liberdade de ação econômica dos camponeses dentro de um quadro geral de planificação da economia nacional.<sup>232</sup>

Em relação aos aspectos ideológicos defendidos em *Plate-Forme et Programme du Front National de Libération d'Angola* chama a atenção a ideia de que o

socialisme et planification seront par conséquent les options de l'Angole de demain. Ils constitueront les outils indispensables dans notre combat contre le sous-développement.<sup>233</sup>

No que se refere aos aspectos econômicos defendidos no referido documento, a FNLA também pregava que, em um período pós-independência, o Estado deveria controlar todas as indústrias, bem como todos os recursos energéticos e minerais de Angola.<sup>234</sup> Esta opção ideológica merece ser considerada com cuidado, uma vez que a FNLA, apesar de um início mais próximo a um viés de pensamento de matriz marxista, em pouco tempo abandonou esta perspectiva, inclusive apontando outros movimentos de libertação nacional como comunistas para deslegitimá-los no combate pelo protagonismo

---

<sup>232</sup> FRONT NATIONALE DE LIBÉRATION D'ANGOLA. *Plate-forme et Programme du Front Nationale de Libération d'Angola*. GRAE, 1966. p.16. Documento disponível no arquivo Mário Pinto de Andrade da Fundação Mário Soares. Ver [http://www.fmsoares.pt/aeb\\_online/visualizador.php?bd=Documentos&nome\\_da\\_pasta=04308.002.001&numero\\_da\\_pagina=16](http://www.fmsoares.pt/aeb_online/visualizador.php?bd=Documentos&nome_da_pasta=04308.002.001&numero_da_pagina=16). Acesso em 4 de agosto de 2015.

<sup>233</sup> Em tradução livre: “socialismo e planificação serão por consequência as opções da Angola de amanhã. Eles constituirão as ferramentas indispensáveis ao nosso combate ao subdesenvolvimento.” FRONT NATIONALE DE LIBÉRATION D'ANGOLA. *Plate-forme et Programme du Front Nationale de Libération d'Angola*. GRAE, 1966. p.16. Documento disponível no arquivo Mário Pinto de Andrade da Fundação Mário Soares. Ver [http://www.fmsoares.pt/aeb\\_online/visualizador.php?bd=Documentos&nome\\_da\\_pasta=04308.002.001&numero\\_da\\_pagina=16](http://www.fmsoares.pt/aeb_online/visualizador.php?bd=Documentos&nome_da_pasta=04308.002.001&numero_da_pagina=16). Acesso em 4 de agosto de 2015.

<sup>234</sup> FRONT NATIONALE DE LIBÉRATION D'ANGOLA. *Plate-forme et Programme du Front Nationale de Libération d'Angola*. GRAE, 1966. p.28. Documento disponível no arquivo Mário Pinto de Andrade da Fundação Mário Soares. Ver [http://www.fmsoares.pt/aeb\\_online/visualizador.php?bd=Documentos&nome\\_da\\_pasta=04308.002.001&numero\\_da\\_pagina=29](http://www.fmsoares.pt/aeb_online/visualizador.php?bd=Documentos&nome_da_pasta=04308.002.001&numero_da_pagina=29). Acesso em 4 de agosto de 2015.

no campo do nacionalismo angolano. Note-se que este tipo de acusação ideológica era fruto de um contexto marcado pela tensão da Guerra Fria, o que possibilitava aos movimentos de libertação nacional a busca por apoios de um dos dois blocos de poder. No caso da FNLA, houve uma aproximação com o bloco capitalista.

Em relação à política social para a Angola independente, o documento da FNLA previa a criação de um sistema de saúde pública que desse conta das necessidades do povo angolano, bem como a criação de um ensino público para promover a alfabetização nacional. Neste ponto, o documento ressalta a necessidade de educação nas línguas nacionais angolanas e não somente através do uso da língua portuguesa. No sistema de ensino, deveria ainda abordar questões relativas à agricultura e à revolução que se pretendia fazer em Angola. A FNLA garantia ainda a liberdade sindical para o período pós-independência.

## **2.2. A formação do MPLA**

As décadas de 1940 e 1950 foram marcadas, como vimos no primeiro capítulo, pelo início de manifestações mais incisivas contrárias ao colonialismo português em Angola. Com o canal de expressão política institucional absolutamente vedado aos angolanos, o campo das artes, principalmente a literatura e a música, foi responsável pelas primeiras movimentações no sentido de questionar a presença e a dominação portuguesas em Angola. Entretanto, a resistência ao colonialismo, em pouco tempo, ganharia contornos mais nítidos e clássicos através da formação de movimentos políticos e armados de libertação nacional.

Foi já em meados da década de 1950 que começaram a se formar alguns pequenos grupos anticolonialistas em Angola. A enorme fragmentação existente no campo do nacionalismo angolano ajudava a camuflar a grande fragilidade destas pequenas organizações políticas. Em geral, o número de militantes que fazia parte destes movimentos era bastante reduzido nesta fase inicial da contestação ao colonialismo,

sendo que poucas vezes ultrapassava algumas dezenas de pessoas. As propostas de ação que visavam a conquista da independência também se revelavam bastante tímidas e pouco explícitas, o que tornava ainda mais limitada a inserção dos movimentos no seio da sociedade angolana.<sup>235</sup>

Na maioria das vezes, estes pequenos movimentos contestadores do colonialismo se separavam obedecendo a critérios raciais, profissionais, regionais e religiosos. A divisão entre assimilados e novos assimilados também se mostrava um filtro importante para a arregimentação de militantes para os movimentos de libertação, apesar de este não ser um critério tão explícito quanto os demais.<sup>236</sup>

Estes primeiros movimentos independentistas concentravam-se principalmente em Luanda, no interior próximo à capital e em Benguela. Em relação à composição racial destes movimentos, havia a presença de brancos,<sup>237</sup> mestiços e negros. No que se refere à religião, a maioria dos militantes era composta por católicos e protestantes, sendo estes muito importantes para a eclosão da luta pela independência angolana. Por fim, deve-se destacar que a ocupação profissional dos militantes era bastante variada, havendo a presença de funcionários públicos, empregados do comércio, enfermeiros, estudantes e operários.<sup>238</sup>

A primeira manifestação mais explícita, ainda que muito incipiente, de organização nacionalista em Luanda foi a fundação do Partido Comunista Angolano em

---

<sup>235</sup> BITTENCOURT, Marcelo. *“Estamos Juntos!” – o MPLA e a Luta anticolonial (1961-1975)*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2002. p.53.

<sup>236</sup> BITTENCOURT, Marcelo. *“Estamos Juntos!” – o MPLA e a Luta anticolonial (1961-1975)*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2002. p.54

<sup>237</sup> PIMENTA, Fernando Manuel Tavares Martins. *Branco em Angola – autonomismo e nacionalismo (1900-1961)*. Edições Minerva, Coimbra, 2005.

<sup>238</sup> BITTENCOURT, Marcelo. *“Estamos Juntos!” – o MPLA e a Luta anticolonial (1961-1975)*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2002. p.53

1955.<sup>239 240</sup> Reunidos em torno de Viriato da Cruz<sup>241</sup>, Idílio Machado<sup>242</sup>, Mário António Fernandes de Oliveira e António Jacinto, este grupo projetava a organização da luta anticolonialista sob o prisma do marxismo-leninismo,<sup>243</sup> influenciados principalmente pelo Partido Comunista Português (PCP). Destaca-se aqui a importância da participação de membros do movimento dos Novos Intelectuais de Angola, provando a estreita relação entre política e cultura neste contexto de luta pela independência.

Baseado na ideologia marxista, Viriato da Cruz, um dos principais líderes do PCA, defendia que Angola deveria passar por um rápido processo de industrialização, que geraria uma classe operária multiétnica, composta por brancos, mestiços e negros. A partir de então, a exploração do proletariado urbano de Angola uniria todas as etnias em torno de um projeto revolucionário que derrubaria concomitantemente o domínio da burguesia, o capital estrangeiro e o colonialismo português.<sup>244</sup>

Entretanto, apesar da rápida estruturação do PCA, este partido não teve vida longa e se desagregou em 1957, quando Viriato da Cruz teve que fugir de Angola para evitar a repressão das forças portuguesas. Neste período, Mário António Fernandes de Oliveira também se afastou da militância política. Além da ausência de dois dos principais

---

<sup>239</sup> PACHECO, Carlos. *MPLA – Um nascimento polémico*. Vegas, Lisboa, 1997. p.63-65.

<sup>240</sup> Assim como a data de diversos outros movimentos de libertação angolanos, não há um consenso sobre a data de fundação do PCA. No interrogatório feito pela PIDE quando de sua prisão, Idílio Machado afirmou que a fundação desta organização se dera em 1952 ou 1953. Citado por ROCHA, Edmundo. *Angola: contribuição ao estudo da génese do nacionalismo angolano (período de 1950-1964) (testemunho e estudo documental)*. Dinalivro, Lisboa, 2009. P.102

<sup>241</sup> A trajetória de Viriato da Cruz no campo do nacionalismo angolano foi bastante dividida entre a arte e a política. Na fase inicial da contestação do colonialismo português, Viriato da Cruz se dedicou principalmente à poesia, tornando-se uma das principais referências artísticas da época. Entretanto, com a formação de movimentos nacionalistas angolanos, Viriato da Cruz intensificou a sua militância política e deu cada vez menos atenção à poesia. O percurso deste importante intelectual pode ser analisado em pormenor na obra organizada por Edmundo Rocha, Francisco Soares e Moisés Fernandes. *Viriato da Cruz – o homem e o mito – Porto Amboim (Angola), 1928 – Beijing (China) 1973*. Luanda, Caxinde, 2008.

<sup>242</sup> Idílio Machado nasceu em Luanda em 1914. Foi membro da Liga Nacional Africana e participou do movimento dos Novos Intelectuais de Angola. Ingressou na luta anticolonialista e participou da fundação do PCA e do PLUAA. Dirigiu o MIA. Foi preso pela PIDE em 1959 e cumpriu pena no campo de Tarrafal até 1970.

<sup>243</sup> A orientação marxista-leninista pode ser percebida claramente através da análise da Ata de Fundação do PCA e do Estatuto do partido. Ver *História do MPLA*, Centro de investigação Histórica do Comitê Central do MPLA, Luanda, 2008 (volume 1). p.385-398

<sup>244</sup> MBAH, Jean Martial Arsene. *As rivalidades políticas entre a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) (1961-1975)*. Mayamba, Luanda, 2010. p.84

líderes do PCA, aponta-se como causas de seu desaparecimento a pequena adesão aos ideais marxistas em Angola e a desorganização do partido.<sup>245</sup>

A efemeridade do PCA, entretanto, não foi capaz de impedir que o mesmo grupo de nacionalistas formasse, um ano mais tarde, um novo movimento que pretendia capitanear a luta anticolonialista. O Partido de Luta Unida dos Africanos de Angola (PLUAA), contudo, não significou uma mudança radical em relação à orientação ideológica do PCA, representando basicamente uma nova roupagem para um partido que se mostrara incapaz de mobilizar um número satisfatório de militantes. A durabilidade das ações do PLUAA também foi bastante limitada.<sup>246</sup>

Foi também no ano de 1956 que um dos mais importantes documentos do nacionalismo angolano foi escrito, também através da participação ativa de Viriato da Cruz. Trata-se do *Manifesto do MPLA*. Apesar de levar o nome do MPLA, ainda não existia de fato esta organização enquanto um movimento nacionalista estruturado em torno de uma ideia, o que posteriormente daria base para as intensas discussões sobre a data da fundação do MPLA.<sup>247</sup>

Destaca-se do *Manifesto do MPLA* a intensa denúncia da exploração colonial e do imperialismo em Angola, que não permitiam a conquista da soberania dos angolanos e a construção de uma boa condição de vida. Como caminho para a superação do colonialismo, o *Manifesto* propunha a união de todos os africanos contra a dominação imperialista, em uma clara alusão à ideia pan-africanista que começava a ganhar força no continente.<sup>248</sup> A solidariedade internacional aos povos ainda dominados pelo colonialismo europeu também seria uma marca deste documento, que conclamava todos

---

<sup>245</sup> MBAH, Jean Martial Arsene. *As rivalidades políticas entre a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) (1961-1975)*. Mayamba, Luanda, 2010. p.85.

<sup>246</sup> BITTENCOURT, Marcelo. *As linhas que formam o “EME” – um estudo sobre a formação do Movimento Popular de Libertação de Angola*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo, 1996. p.159.

<sup>247</sup> Esta polêmica sobre a data de fundação do MPLA foi deflagrada pela necessidade de se conferir uma longevidade maior ao movimento, o que lhe daria teoricamente mais legitimidade de atuação no campo do nacionalismo angolano. Mais adiante, serão discutidas e problematizadas estas versões sobre a fundação do MPLA.

<sup>248</sup> Manifesto do MPLA, 1956. In *História do MPLA*, Centro de investigação Histórica do Comitê Central do MPLA, Luanda, 2008 (volume 1). p.401

os países progressistas do mundo a se empenhar em uma luta intensa contra o imperialismo.<sup>249</sup>

Além da união entre as forças anti-imperialistas da África e os países progressistas, o *Manifesto* afirmava que derrotar completamente o colonialismo português não seria possível sem luta e sem a união de todos os angolanos:

Deste modo, só há [haveria] um caminho para o povo angolano se libertar: a luta revolucionária. Esta luta, entretanto, só alcançará [alcançaria] a vitória através de uma frente única de todas as forças anti-imperialistas de Angola, sem ligar às cores políticas, à situação social dos indivíduos, às crenças religiosas e às ideias filosóficas dos indivíduos, através portanto do mais amplo MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA. Este movimento, porém, não se fará [faria] através da filiação de todos os patriotas angolanos em uma única organização ou associação. O Movimento será [seria] a soma de milhares e milhares de organizações (de três, mais de três, dezenas ou centenas de membros cada uma) que se criarem [criassem] em toda Angola.<sup>250</sup>

Chama a atenção do trecho destacado a defesa de que todos os povos angolanos deveriam agir em conjunto sem se levar em consideração as diferenças entre eles, o que evidencia dois aspectos sobre Angola: (i) assim como o nacionalismo, o povo angolano também era bastante fragmentado, tanto no que se refere às etnias quanto às crenças e ideias; e (ii) por haver esta fragmentação intensa, o nacionalismo angolano deveria liderar a luta pela unificação de todos estes povos em torno de um só projeto nacional, sendo a ideia de independência um dos grandes fatores aglutinadores destes povos. Em suma, o *Manifesto do MPLA* afirmava: “o que nos une e o que nos falta deve

---

<sup>249</sup> Manifesto do MPLA, 1956. In *História do MPLA*, Centro de investigação Histórica do Comitê Central do MPLA, Luanda, 2008 (volume 1), p.400

<sup>250</sup> Manifesto do MPLA, 1956. In *História do MPLA*, Centro de investigação Histórica do Comitê Central do MPLA, Luanda, 2008 (volume 1), p. 407



*estar sempre acima daquilo que nos separa*”.<sup>251</sup> Entretanto, esta busca pela unidade entre os movimentos nacionalistas angolanos jamais se concretizaria apesar das tentativas de aproximação entre as partes.

Outro fator que também é apontado no *Manifesto do MPLA* como elemento aglutinador das diferenças existentes entre os povos angolanos se refere à valorização da cultura nacional, assim como os artistas das décadas de 1940 e 1950 defendiam. Esta cultura nacional deveria estar sempre a serviço da independência de Angola e da construção de laços de solidariedade entre os angolanos.<sup>252</sup>

Além de conclamar os angolanos a se unirem na luta comum contra o colonialismo português, o *Manifesto do MPLA* ainda definia, em linhas gerais, quais os rumos que Angola deveria tomar após a conquista da independência, defendendo a implementação de um Estado democrático e popular, fundado no livre consentimento, na igualdade de direitos e na colaboração pacífica entre seus membros.<sup>253</sup>

Ao mesmo tempo em que grupos nacionalistas surgiam em Angola, muitos angolanos se mobilizavam na Europa para divulgar a causa anticolonialista, principalmente a partir de Paris e Lisboa.<sup>254</sup> Enquanto o faziam, estes nacionalistas angolanos se esmeravam em estudar o colonialismo e as diversas possibilidades para o período pós-independência. Foi neste contexto, que muitos dos nacionalistas angolanos acabaram entrando em contato mais profundo com o marxismo, fato que seria de grande relevância para a estruturação do MPLA.

Foi durante a organização desta incipiente luta contra o colonialismo que o Movimento Anti-Colonialista (MAC) surgiu. Convencidos de que a luta conjunta contra o colonialismo português poderia gerar bons frutos, Mário Pinto de Andrade, Amílcar

---

<sup>251</sup> Manifesto do MPLA, 1956. In *História do MPLA*, Centro de investigação Histórica do Comitê Central do MPLA, Luanda, 2008 (volume 1), p.407-408

<sup>252</sup> Manifesto do MPLA, 1956. In *História do MPLA*, Centro de investigação Histórica do Comitê Central do MPLA, Luanda, 2008 (volume 1), p.413

<sup>253</sup> Manifesto do MPLA in *História do MPLA*, Centro de investigação Histórica do Comitê Central do MPLA, Luanda, 2008 (volume 1), p.406

<sup>254</sup> Os principais centros de difusão do nacionalismo em Lisboa eram a CEI e o Clube Marítimo Africano.

Cabral, Marcelino dos Santos e Guilherme do Espírito Santo<sup>255</sup> se reuniram em Paris para discutir estratégias para adiantar a luta anticolonial. A partir deste encontro, outros nacionalistas ingressaram na organização, entre eles Lúcio Lara,<sup>256</sup> Agostinho Neto e Eduardo dos Santos.<sup>257</sup>

O *Manifesto do MAC*, documento de grande importância na divulgação da causa anticolonialista dos nacionalistas das colônias africanas portuguesas, denunciava contundentemente o colonialismo português e defendia o direito de insurreição dos povos de Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Angola, Guiné e Moçambique, que

têm [teriam] o direito de construir o seu futuro na liberdade, na independência, na dignidade e na paz, e através, principalmente, da colaboração e da unidade com os restantes povos da África.<sup>258 259</sup>

Além da defesa da luta anticolonial conjunta e da defesa da unidade africana, o MAC se abstinha de

---

<sup>255</sup> Guilherme do Espírito Santo foi um importante nacionalista são-tomense que se dedicou à luta de libertação nacional de Angola.

<sup>256</sup> Lúcio Rodrigo Leite Barreto de Lara nasceu em 1925. Após terminar os estudos secundários em Angola, partiu para Portugal para cursar o ensino superior em Química e Física. Em Lisboa, iniciou sua militância contra o colonialismo português. Foi um dos fundadores do MPLA e se tornou um dos seus mais importantes dirigentes.

<sup>257</sup> Eduardo dos Santos foi médico e importante militante nacionalista angolano.

<sup>258</sup> Manifesto do Movimento Anti-Colonialista, p.16. Disponível no arquivo de Mário Pinto de Andrade da Fundação Mário Soares. É possível consultar o documento em [http://www.fmsoares.pt/aeb\\_online/visualizador.php?bd=Documentos&nome\\_da\\_pasta=04357.001.001&numero\\_da\\_pagina=17](http://www.fmsoares.pt/aeb_online/visualizador.php?bd=Documentos&nome_da_pasta=04357.001.001&numero_da_pagina=17). Acesso em 28 de julho de 2015.

<sup>259</sup> Esta versão do Manifesto do Movimento Anti-Colonialista que consta no arquivo de Mário Pinto de Andrade da Fundação Mário Soares foi redigida em 1965, momento em que esta organização já estava sendo substituída pela Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional das colônias portuguesas (FRAIN). Devido à data desta edição do Manifesto do Movimento Anti-Colonialista, este documento já faz referência ao MPLA como um dos fundadores do MAC, apesar desta organização só ter de fato surgido em 1959, um momento posterior à redação do documento original. A polêmica sobre a data de fundação do MPLA será discutida nas próximas páginas.

sugerir a forma ou formas de governo em que viverão [viveriam] os povos das colônias africanas de Portugal, depois de conquistarem a independência. Somente estes povos terão [teriam] o direito de escolher, em plena liberdade, o regime político em que viverão [viveriam].<sup>260</sup>

Para deter o colonialismo português e conquistar a independência, o MAC defendia, entre outras propostas, a divulgação incessante do pensamento anticolonialista, tanto no ambiente internacional quanto em cada uma das colônias portuguesas, e a organização de movimentos de caráter social, político ou militar. Entretanto, o *Manifesto do MAC* afirmava também que as formas empregadas para a destruição do colonialismo português

dependem [dependiam] da atitude que Portugal adotar [adotasse] diante do desenvolvimento de nossa luta. Os meios de destruição do colonialismo português, como de qualquer outro, podem [poderiam] ser pacíficos ou violentos.<sup>261</sup>

Sendo assim, o MAC assumia neste documento a possibilidade concreta de empreender ações armadas para derrotar o colonialismo português em África, principalmente porque a repressão às ideias autonomistas nas colônias já era constante.

Enquanto o MAC dava seus primeiros passos e empreendia ações internacionais para coordenar a luta contra o colonialismo português, a luta anticolonial angolana continuava com os mesmos percalços consequentes da fragmentação do

---

<sup>260</sup> Manifesto do Movimento Anti-Colonialista, p.22. Disponível no arquivo de Mário Pinto de Andrade da Fundação Mário Soares. É possível consultar o documento em [http://www.fmsoares.pt/aeb\\_online/visualizador.php?bd=Documentos&nome\\_da\\_pasta=04357.001.001&numero\\_da\\_pagina=23](http://www.fmsoares.pt/aeb_online/visualizador.php?bd=Documentos&nome_da_pasta=04357.001.001&numero_da_pagina=23). Acesso em 28 de julho de 2015.

<sup>261</sup> Manifesto do Movimento Anti-Colonialista, p.24. Disponível no arquivo de Mário Pinto de Andrade da Fundação Mário Soares. É possível consultar o documento em [http://www.fmsoares.pt/aeb\\_online/visualizador.php?bd=Documentos&nome\\_da\\_pasta=04357.001.001&numero\\_da\\_pagina=25](http://www.fmsoares.pt/aeb_online/visualizador.php?bd=Documentos&nome_da_pasta=04357.001.001&numero_da_pagina=25). Acesso em 28 de junho de 2015.

nacionalismo. O PLUAA, que também tivera baixa adesão, gradualmente desapareceu, abrindo espaço para o Movimento pela Independência de Angola (MIA). Este movimento, apesar de contar com muitos dos militantes do PCA e do PLUAA, tinha conotações marxistas menos evidentes, o que lhe proporcionou uma maior inserção na pequena burguesia angolana no movimento.<sup>262</sup>

Como citado anteriormente, entre março e junho de 1959, a PIDE iniciou uma vasta ofensiva contra estas pequenas organizações anticolonialistas e, através do famoso Processo dos 50,<sup>263</sup> deu um duro golpe nestes movimentos nacionalistas que surgiam em Angola. Após a prisão de muitos líderes do nacionalismo angolano, boa parte dos movimentos acabou se enfraquecendo e seus militantes acabaram se dispersando.

Contudo, após estas prisões, um novo movimento nacionalista, o Movimento para a Independência Nacional de Angola (MINA), surgiu em Angola e conseguiu arregimentar os muitos militantes que haviam se dispersado após o Processo dos 50. Reagrupados por Manuel Pedro Pacavira,<sup>264</sup> o MINA inicialmente tinha ligações com a UPA, mas esta aliança não durou muito tempo.<sup>265</sup>

Entretanto, o principal movimento de libertação que surgiu e se estruturou neste contexto foi o Movimento Popular de Libertação de Angola. A data de fundação do MPLA se tornou uma grande polêmica, pois a versão oficial fornecida pelo movimento não condiz com a documentação encontrada e analisada por muitos pesquisadores do tema.

A versão oficial do MPLA assume a data de 10 de dezembro de 1956, momento da publicação do *Manifesto do MPLA*, como data de fundação da organização.

---

<sup>262</sup> ROCHA, Edmundo. *Angola: contribuição ao estudo da gênese do nacionalismo angolano (período de 1950-1964) (testemunho e estudo documental)*. Dinalivro, Lisboa, 2009. p.105-106

<sup>263</sup> Conforme visto no Capítulo 1 desta dissertação, o Processo dos 50 foi uma ação da PIDE para prender os principais líderes do nacionalismo angolano. Após esta ação, muitos dos grupos anticolonialistas acabaram se desarticulando em Angola.

<sup>264</sup> Manuel Pedro Pacavira nasceu em 1939. Formou-se em Ciências Sociais em Cuba. Militou no MPLA contra o colonialismo português. Após a independência de Angola, Manuel Pedro Pacavira continuou atuando politicamente, chegando a ocupar o cargo de governador da província do Kuanza Norte.

<sup>265</sup> MBAH, Jean Martial Arsene. *As rivalidades políticas entre a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) (1961-1975)*. Mayamba, Luanda, 2010. p.

Este documento foi exaltado como um ponto de chegada de um longo processo de fusão de alguns outros movimentos nacionalistas angolanos, tais como PCA, PLUAA e MINA.<sup>266</sup>

Contudo, esta versão oficial sobre a data de surgimento do MPLA seria contestada posteriormente por alguns nacionalistas e estudiosos do assunto, como o fizeram Joaquim Pinto de Andrade<sup>267</sup> e Carlos Pacheco,<sup>268</sup> que defendem que o MPLA não teria surgido em Angola antes de 1959.

Em seu cuidadoso trabalho de investigação sobre as origens do MPLA, Carlos Pacheco revelou diversos depoimentos dos fundadores do MPLA que corroboravam a versão oficial, afirmando que o nome do MPLA teria surgido em 1956, mas não fora divulgado em Angola, já que a divulgação da causa anticolonial no ambiente internacional era a estratégia seguida pelos nacionalistas. No interior de Angola, outros movimentos estariam presentes, tais como o MIA, de maneira que a designação MPLA ficaria reservada para um momento posterior e mais propício para a luta de libertação.<sup>269</sup>

Sendo assim, Carlos Pacheco refuta terminantemente a versão oficial sobre a data de fundação do MPLA, baseando-se principalmente na dificuldade em encontrar documentos que corroborem tal versão. Segundo o historiador, não há qualquer evidência documental de que o MPLA tenha surgido antes de 1959 e, levando em consideração os depoimentos de muitos nacionalistas angolanos que constam nos arquivos da PIDE, esta falta de referência ao MPLA não ocorreria se o movimento já existisse na época.<sup>270</sup>

A compreensão do debate sobre a data de fundação do MPLA está diretamente relacionada à grande fragmentação do nacionalismo angolano. Esta grande variedade de versões sobre a data de fundação do MPLA se assenta nas disputas deste movimento com seus concorrentes, principalmente a UPA, já que uma maior longevidade

---

<sup>266</sup> TALI, Jean-Michel Mabeko. *Dissidências e Poder de Estado – o MPLA perante si próprio (1962-1977)*. Volume 1, p. 46.

<sup>267</sup> Ver MBAH, Jean Martial Arsene. *As rivalidades políticas entre a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) (1961-1975)*. Mayamba, Luanda, 2010. p.75.

<sup>268</sup> PACHECO, Carlos. *MPLA – Um nascimento polémico*. Vegas, Lisboa, 1997.

<sup>269</sup> PACHECO, Carlos. *MPLA – Um nascimento polémico*. Vegas, Lisboa, 1997. p.28

<sup>270</sup> PACHECO, Carlos. *MPLA – Um nascimento polémico*. Vegas, Lisboa, 1997. p.34

do movimento poderia significar uma maior legitimidade de atuação no campo do nacionalismo angolano.

Ainda em processo de estruturação, o MPLA fez a sua primeira aparição pública na Conferência Pan-Africana ocorrida em Túnis no ano de 1960. As discussões promovidas neste evento tinham como temáticas principais a conquista das independências das colônias africanas, o futuro da África após a libertação do domínio europeu, os meios pelos quais se alcançaria o desenvolvimento econômico e social e a promoção de relações de amizade entre os países africanos.

Entretanto, além destes temas centrais a serem discutidos, a Conferência Pan-Africana de Túnis foi palco para uma reunião entre os líderes do MPLA e da UPA. A intenção principal dos dirigentes do MPLA era fazer um primeiro contato com Holden Roberto para iniciar um processo de fusão dos dois movimentos. Ressalta-se aqui que a figura de Holden Roberto era pouco conhecida nas demais regiões de Angola naquele momento, uma vez que toda a sua trajetória política esteve ligada até então à atuação na região Norte da colônia. Nesta fase inicial em que ocorreu a Conferência de Túnis, Holden Roberto atuava mais em função de ações diplomáticas e não tanto no contato com as massas angolanas. Por isso, este primeiro contato entre Holden Roberto e os dirigentes do MPLA serviu como um primeiro movimento de análise sobre as intenções de cada grupo.

No encontro das lideranças dos dois principais movimentos nacionalistas angolanos, discutiu-se uma estratégia comum para combater o colonialismo português e decidiu-se pela criação da Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional (FRAIN). Esta nova organização englobou e substituiu o MAC.<sup>271</sup>

Contudo, apesar dos acordos firmados entre o MPLA e a UPA na Conferência Pan-Africana de Túnis, a parceria entre as partes não frutificou e a FRAIN não teve grande sucesso no que diz respeito à coordenação das ações dos nacionalistas angolanos.

---

<sup>271</sup> Sobre as tentativas de aproximação entre MPLA e UPA/FNLA, ver MBAH, Jean Martial Arsene. *As rivalidades políticas entre a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) (1961-1975)*. Mayamba, Luanda, 2010. e SILVA, Agostinho Alexandre Joaquim da. *Angola: dinâmicas internas e externas na luta de libertação (1961-1975)*. Tese de doutorado apresentada à Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Lisboa, 2014.

O fracasso desta organização ocorreu principalmente devido à resistência de Holden Roberto em se aliar ao MPLA, o que pode ser visto pela ausência de dirigentes da UPA em uma reunião da FRAIN marcada para ocorrer em Conacri alguns meses mais tarde. Segundo Lúcio Lara, este ato de Holden Roberto foi interpretado pelos dirigentes do MPLA como uma primeira negativa do dirigente da UPA em relação à aproximação política dos movimentos.<sup>272</sup>

Em correspondência trocada entre o MPLA e Jonas Savimbi, o movimento se queixava sobre a postura de Holden Roberto em relação à aproximação com a FNLA:

Aquando da Conferência de Tunes (Janeiro de 1960) membros da nossa organização procuraram o Sr. Holden, que apareceu em Tunes com amigos americanos e que se importava mais com distribuir a revista da ‘American Committee on Africa’, do que com a unidade angolana, nunca manifestou um desejo sincero de colaboração. Pelo contrário: o Sr. Holden, não se sentindo sozinho na arena política, começou a desenvolver contra nós uma campanha de calúnias, acusando o MPLA, ora de uma organização comunista, ora de um instrumento do colonialismo português. Aliás, a colaboração (mais ainda: o Front) é uma exigência de princípio da política do MPLA.<sup>273</sup>

Apesar desta negativa categórica de Holden Roberto, novas tentativas de aproximação entre MPLA e UPA/FNLA seriam feitas, mas jamais se concretizariam.

Em 1961, o MPLA divulgou os seus Programas, dando um passo significativo para a estruturação do movimento e para a definição das bases sobre as quais a independência nacional seria construída. Em seu *Programa Mínimo*, o movimento continuava a defender a formação de uma Frente Angolana de Libertação que fosse capaz

---

<sup>272</sup> LARA, Lúcio. *Um amplo movimento... – itinerário do MPLA através de documentos e anotações de Lúcio Lara. Volume I (até fevereiro de 1961)* Edição Lúcio e Ruth Lara: Luanda, 1997. p.241

<sup>273</sup> FERNANDO, Emídio. *Jonas Savimbi – no lado errado da História*. Dom Quixote, Alfragide (Portugal), 2012. p.329

de reunir todos os angolanos em torno do objetivo comum de conquistar a independência.<sup>274</sup>

Em seu *Programa Maior*, o MPLA esmiuçou seus projetos para o futuro de Angola, definindo as suas opções políticas, suas táticas para a conquista da independência e dando indícios de que o movimento assumiria uma opção ideológica marxista, ainda que não houvesse uma declaração explícita sobre este ponto.

Além da defesa da independência total e imediata de Angola, o *Programa Maior do MPLA* afirmava ser necessário construir um governo republicano, democrático e laico após a independência. Todos os direitos clássicos dos regimes democráticos são defendidos no documento, tais como a garantia da liberdade de pensamento, de expressão, de imprensa, de culto, de associação, de participação política etc.

Retomando a afirmação do *Manifesto do MPLA* de 1956, afirmava-se que

a soberania do Estado Angolano pertencerá [pertenceria] inteira e unicamente ao povo angolano, sem distinção étnica, de classes, de sexo, de idade, de tendências políticas, crenças religiosas ou de convicções filosóficas.<sup>275</sup>

Nota-se então a constante preocupação do MPLA em definir o pertencimento de diversas identidades no interior de uma identidade nacional angolana que se construía. Esta preocupação também é percebida quando, no *Programa Maior do MPLA*, abre-se uma pequena secção para defender especificamente a unidade da nação, onde a igualdade entre todas etnias é garantida ao mesmo tempo em que qualquer forma de divisão do povo angolano é negada veementemente.<sup>276</sup>

---

<sup>274</sup> MPLA. Programa mínimo do MPLA. In *História do MPLA*, Centro de investigação Histórica do Comitê Central do MPLA, Luanda, 2008 (volume 1), p.472.

<sup>275</sup> MPLA. Programa Maior do MPLA, In *História do MPLA*, Centro de investigação Histórica do Comitê Central do MPLA, Luanda, 2008 (volume 1), p.473.

<sup>276</sup> MPLA. Programa Maior do MPLA, In *História do MPLA*, Centro de investigação Histórica do Comitê Central do MPLA, Luanda, 2008 (volume 1), p.473.



Todavia, deste tópic do *Programa Maior do MPLA* que trata da unidade da nação angolana, chama a atenção a questão sobre os territórios ocupados pelas minorias nacionais. Neste documento, o MPLA garantia que

- As regiões onde as minorias nacionais vivem em grupos densos e têm um caráter individualmente podem [poderiam] ser autônomas.
- Cada minoria nacional ou étnica terá [teria] o direito de utilizar sua língua, de criar uma escrita própria e de conservar e renovar o seu patrimônio cultural.<sup>277</sup>

Ao mesmo tempo, o movimento defendia a necessidade de integrar estes territórios das minorias nacionais ao todo nacional, promovendo a solidariedade econômica e social entre as regiões autônomas e as demais regiões que compunham o Estado angolano.<sup>278</sup> Cada uma destas regiões autônomas teria o direito de adotar disposições regionais adaptadas às suas particularidades, desde que não entrassem em contradição com a legislação nacional de Angola.<sup>279</sup>

Um pouco mais adiante, esta questão da autonomia das regiões povoadas pelas minorias étnicas sofreria uma mudança de abordagem pelo MPLA, principalmente em função do temor de se fracionar o povo e o território angolanos a partir de um critério baseado nas múltiplas identidades que compunham a nação. Em documentos posteriores, o MPLA suprimiu esta discussão sobre a autonomia de regiões povoadas por minorias étnicas e passou a defender a integração total destas regiões ao Estado angolano.<sup>280</sup>

Em relação aos projetos econômicos para Angola independente, o *Programa Maior do MPLA* defendia um modelo planificado e centralizado, o que sugeria que o

---

<sup>277</sup> MPLA. Programa maior do MPLA, In *História do MPLA*, Centro de investigação Histórica do Comitê Central do MPLA, Luanda, 2008 (volume 1), p.473

<sup>278</sup> MPLA. Programa Maior do MPLA. In *História do MPLA*, Centro de investigação Histórica do Comitê Central do MPLA, Luanda, 2008 (volume 1), p.473

<sup>279</sup> MPLA. Programa Maior do MPLA. In *História do MPLA*, Centro de investigação Histórica do Comitê Central do MPLA, Luanda, 2008 (volume 1), p.P.474

<sup>280</sup> Ver SERRANO, Carlos. *Angola – Nascimento de uma nação: um estudo sobre a construção da identidade nacional*. Luanda: Kilombelombe, 2008.

Estado assumiria o protagonismo econômico a partir do controle dos meios produtivos angolanos e a negação das regras do livre mercado. O objetivo central do projeto econômico do MPLA girava em torno da necessidade de uma rápida industrialização de Angola.<sup>281</sup>

Defendia-se também a realização de uma ampla reforma agrária a partir da nacionalização de terras particulares e da imposição de um limite para a extensão das propriedades rurais particulares. As terras nacionalizadas seriam, então, distribuídas entre os camponeses despossuídos, pois “*a terra pertence àqueles que a trabalham.*”<sup>282</sup>

Apesar do projeto econômico apresentado pelo MPLA ser muito próximo às ideias do marxismo, não havia uma declaração explícita sobre esta opção ideológica, pois, no contexto da Guerra Fria, isso poderia significar a perda de apoios internacionais importantes ao movimento, principalmente no que se refere ao reconhecimento do MPLA como um importante ator político angolano no ambiente internacional.

Sobre a política social defendida no *Programa Maior do MPLA*, é possível destacar a ideia de se criar uma legislação social e trabalhista que protegesse os trabalhadores, a partir, por exemplo, da abolição do trabalho forçado, a instituição de uma jornada de trabalho de oito horas diárias, a fixação de um salário mínimo, da criação de uma assistência previdenciária aos trabalhadores e do respeito aos sindicatos e organizações que os representavam. Destaca-se novamente neste documento que todos os angolanos receberiam tratamento igual do Estado, independentemente de suas diferenças internas.<sup>283</sup>

O *Programa Maior do MPLA* afirmava também a necessidade de investimento na educação pública angolana para alcançar o grande objetivo de erradicar o analfabetismo no país. Além desta necessidade de instrução do povo angolano,

---

<sup>281</sup> MPLA. Programa Maior do MPLA. In *História do MPLA*, Centro de investigação Histórica do Comitê Central do MPLA, Luanda, 2008 (volume 1), p.475.

<sup>282</sup> MPLA. Programa Maior do MPLA. In *História do MPLA*, Centro de investigação Histórica do Comitê Central do MPLA, Luanda, 2008 (volume 1), p.475.

<sup>283</sup> MPLA. Programa Maior. In *História do MPLA*, Centro de investigação Histórica do Comitê Central do MPLA, Luanda, 2008 (volume 1), p.476.

intentava-se com esta medida a formação de quadros técnicos para dar base ao desenvolvimento de Angola.<sup>284</sup>

Por fim, o documento ainda revela a opção diplomática assumida pelo MPLA, que defendia o não-alinhamento<sup>285</sup> aos blocos de poder da guerra fria, apesar do movimento assumir veladamente a sua opção ideológica pelo marxismo.<sup>286</sup>

Apesar de não ter definido sua opção ideológica claramente, o MPLA, assim como outros movimentos de libertação nacional angolanos, manifestava em seus documentos oficiais uma preferência por uma opção pelo marxismo-leninismo. No contexto da Guerra Fria, este alinhamento poderia significar um importante apoio internacional vindo dos países africanos próximos ao bloco socialista.

Nota-se, portanto, ao analisar os documentos de fundação do MPLA que a questão étnica é constantemente evidenciada como um fator desagregador da ideia de nação. Sendo assim, a identidade nacional, pelo menos a nível discursivo, era tratada a partir da necessidade de unir todos os grupos etnolinguístico em somente uma unidade nacional.

### **2.3. A formação da UNITA**

O surgimento da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) esteve diretamente relacionado a uma crise interna da FNLA e à oposição entre Holden Roberto e Jonas Savimbi, duas das mais importantes personalidades do nacionalismo angolano à época. O percurso percorrido por Jonas Savimbi enquanto

---

<sup>284</sup> MPLA. Programa Maior do MPLA. In *História do MPLA*, Centro de investigação Histórica do Comitê Central do MPLA, Luanda, 2008 (volume 1), p.477.

<sup>285</sup> O Movimento dos Países Não-Alinhados surgiu no contexto da Guerra Fria. Reunidos na Conferência de Bandung (Indonésia) em 1955, países do então Terceiro Mundo se uniram em torno da proposta de não se comprometer com nenhum dos dois blocos de poder liderados pelos EUA e pela URSS, propondo, portanto, uma política externa independente.

<sup>286</sup> MPLA. Programa Maior do MPLA. In *História do MPLA*, Centro de investigação Histórica do Comitê Central do MPLA, Luanda, 2008 (volume 1), p.477

dirigente da FNLA e do GRAE foi muito importante para o surgimento da UNITA e seu fortalecimento, pois os contatos internacionais estabelecidos naquele período seriam extremamente relevantes para a instrução e para o financiamento das atividades da nova organização nacionalista angolana que surgiria em 1966.

Ao ingressar nas fileiras da FNLA, Jonas Savimbi assumiu o cargo de secretário-geral do movimento, posição que possibilitou o estabelecimento de importantes contatos com as forças progressistas e anticolonialistas de todo o mundo. No GRAE, Jonas Savimbi pôde intensificar ainda mais seus contatos internacionais, pois assumiu o cargo de ministro das Relações Exteriores e circulou por diferentes países em busca de apoio à causa da independência de Angola.

Desde a sua formação como estudante, Jonas Savimbi manteve intensos contatos com os EUA, vindo a ser considerado um dos possíveis substitutos de Holden Roberto na liderança da FNLA. A questão étnica, para os EUA, era um importante fator de apoio a Jonas Savimbi, já que este vinha de uma base etnolinguística ovimbundo que, se unida ao nacionalismo dos bacongo, base de apoio da FNLA, auxiliaria este movimento a ganhar contornos com proporções realmente nacionais em Angola.<sup>287</sup>

A ambição de liderar um movimento nacionalista para fazer a independência de Angola não era de fato estranha a Jonas Savimbi e, em 1964, este entrou em rota de colisão com a FNLA. Esta crise, entretanto, não pode ser vista somente através do conflito das lideranças de Holden Roberto e Jonas Savimbi, mas deve ser analisada também a partir de outras variáveis, tais como as divergências de projetos políticos e a argumentação com base em aspectos étnicos.

Em *Why we quitted the UPA and the GRAE of mr. Holden Roberto – Roberto detrays both the revolution and the masses*,<sup>288 289</sup> documento publicado já em 1965, o

---

<sup>287</sup> GUERRA, João Paulo. *Savimbi – vida e morte*. Bertrand Editora, Chiado, 2002. P.32-33

<sup>288</sup> UNITA. *Why we quitted the UPA and the GRAE of mr. Holden Roberto – Roberto detrays both the revolution and the masses*. Documento disponível no arquivo de Mário Pinto de Andrade da Fundação Mário Soares. É possível consultar o documento em [http://www.fmsoares.pt/aeb\\_online/visualizador.php?bd=Documentos&nome\\_da\\_pasta=04308.002.013&numero\\_da\\_pagina=1](http://www.fmsoares.pt/aeb_online/visualizador.php?bd=Documentos&nome_da_pasta=04308.002.013&numero_da_pagina=1). Acesso em 31 de julho de 2015.

<sup>289</sup> Apesar deste documento se referir, no título, à UPA, em verdade as críticas são dirigidas para a FNLA e principalmente a Holden Roberto.

grupo liderado por Jonas Savimbi atacava frontalmente a política empreendida por Holden Roberto e sua organização, afirmando:

We are deeply convinced that a revolution is not a mechanical process which depends exclusively on external aid. A revolution depends, among other things, on the total support of the popular masses as well as, on just and firm leadership capable of analysing at each moment, the development of the struggle within the country and the important changes taking place on the international plan.<sup>290</sup>

Nota-se, neste documento, algumas críticas bastante duras feitas à FNLA em relação às práticas daquela organização. Primeiramente, o documento acusa a FNLA de estar muito ligada a interesses externos, principalmente devido às alianças internacionais estabelecidas por Holden Roberto, nomeadamente com os EUA. A influência deste país seria tão grande na FNLA que, segundo o documento, havia inclusive muitos líderes militares do movimento que eram norte-americanos.<sup>291</sup> Para Jonas Savimbi e seus partidários, esta aliança acabaria se tornando uma alternativa neocolonial para a independência de Angola, uma vez que a política internacional norte-americana era considerada uma nova forma de imperialismo.

A crítica que ligava a FNLA a interesses externos também se dirigia à estreita aliança estabelecida entre Holden Roberto e o Congo-Leopoldville. De acordo com o

---

<sup>290</sup> Em tradução livre: “Estamos profundamente convencidos de que uma revolução não é um processo mecânico que depende exclusivamente de auxílios externos. Uma revolução depende, entre outras coisas, do apoio total das massas populares, bem como de uma liderança sólida e justa capaz de analisar a cada momento o desenvolvimento da luta interna do país e as importantes mudanças que ocorrem no plano internacional”. UNITA. *Why we quitted the UPA and the GRAE of mr. Holden Roberto – Roberto detrays both the revolution and the masses*. Documento disponível no arquivo de Mário Pinto de Andrade da Fundação Mário Soares. É possível consultar o documento em [http://www.fmsoares.pt/aeb\\_online/visualizador.php?bd=Documentos&nome\\_da\\_pasta=04308.002.013&numero\\_da\\_pagina=1](http://www.fmsoares.pt/aeb_online/visualizador.php?bd=Documentos&nome_da_pasta=04308.002.013&numero_da_pagina=1). Acesso em 31 de julho de 2015. p.1.

<sup>291</sup> UNITA. *Why we quitted the UPA and the GRAE of mr. Holden Roberto – Roberto detrays both the revolution and the masses*. Documento disponível no arquivo de Mário Pinto de Andrade da Fundação Mário Soares. É possível consultar o documento em [http://www.fmsoares.pt/aeb\\_online/visualizador.php?bd=Documentos&nome\\_da\\_pasta=04308.002.013&numero\\_da\\_pagina=3](http://www.fmsoares.pt/aeb_online/visualizador.php?bd=Documentos&nome_da_pasta=04308.002.013&numero_da_pagina=3). Acesso em 31 de julho de 2015. p.3-4

documento, esta parceria já estava prejudicando os rumos da luta pela independência de Angola, havendo inclusive casos em que a FNLA teria vendido armas e medicamentos destinados para os militares do movimento para o Congo-Leopoldville.<sup>292</sup>

Em seguida, em *Why we quitted the UPA and the GRAE of mr. Holden Roberto*, critica-se a postura dos dirigentes da FNLA por não estarem integrados à luta pela independência em solo angolano, ocasionando o afastamento dos dirigentes das massas que combatiam pela independência. Este seria um ponto constantemente defendido por Jonas Savimbi que, apesar de toda a dificuldade da luta de libertação, poucas vezes se afastou do interior de Angola durante a guerra contra os portugueses.<sup>293</sup>

A terceira crítica que pode ser percebida neste documento diz respeito diretamente a Holden Roberto, caracterizado como um líder fraco e pouco capaz de analisar profundamente a situação da luta anticolonial, tanto em seus aspectos políticos quanto nos aspectos militares. Seguindo com as críticas feitas a Holden Roberto, o documento o define como um líder pouco dedicado que usava o GRAE para concretizar suas ambições pessoais em detrimento da luta pela independência.<sup>294</sup>

Continuando com a crítica a Holden Roberto e à sua organização, o documento cita exemplos de discriminação empreendidos contra membros do PDA, partido que se unira à UPA para formar a FNLA. Avança-se ainda nas críticas a partir de uma denúncia que afirmava que

---

<sup>292</sup> UNITA. *Why we quitted the UPA and the GRAE of mr. Holden Roberto – Roberto detrays both the revolution and the masses*. Documento disponível no arquivo de Mário Pinto de Andrade da Fundação Mário Soares. É possível consultar o documento em [http://www.fmsoares.pt/aeb\\_online/visualizador.php?bd=Documentos&nome\\_da\\_pasta=04308.002.013&numero\\_da\\_pagina=3](http://www.fmsoares.pt/aeb_online/visualizador.php?bd=Documentos&nome_da_pasta=04308.002.013&numero_da_pagina=3) Acesso em 31 de julho de 2015. p.3

<sup>293</sup> MARCUM, John. *The Angolan Revolution. The anatomy of an explosion. (1950-1962)*. Cambridge: The Massachusetts Institute of Technology, volume I, 1969. p.192

<sup>294</sup> UNITA. *Why we quitted the UPA and the GRAE of mr. Holden Roberto – Roberto detrays both the revolution and the masses*. Documento disponível no arquivo de Mário Pinto de Andrade da Fundação Mário Soares. É possível consultar o documento em [http://www.fmsoares.pt/aeb\\_online/visualizador.php?bd=Documentos&nome\\_da\\_pasta=04308.002.013&numero\\_da\\_pagina=3](http://www.fmsoares.pt/aeb_online/visualizador.php?bd=Documentos&nome_da_pasta=04308.002.013&numero_da_pagina=3) Acesso em 31 de julho de 2015. p.3-4.

The students who oppose the tribalistic and dividing politics of Holden Roberto, have their scholarships suppressed and in some cases, even their travelling documents have been withdrawn. We cite in illustration the case of Orlando Fortuna, who for refusing to participate in the dividing politics of Holden Roberto, now finds himself stranded in somewhere in Europe deprived of both the scholarships and travelling documents.<sup>295</sup>

A crítica vista neste trecho do documento reforça a já bastante divulgada ideia de que a FNLA era um partido de origens marcadamente étnicas, apesar da existência de militantes da organização que não eram do grupo etnolinguístico bacongo, tal como Jonas Savimbi. Esta acusação com base em aspectos étnicos ainda prosseguia, criticando também os ataques desferidos pela FNLA contra o MPLA e contra a população angolana:

We shall cite yet another example of MPLA cadres who were massacred on two occasions by the soldiers of Holden's UPA on the orders of Holden Roberto. We cite also the case of the hundreds of innocent Angolans who were massacred by the agents of Holden Roberto in North of Angola. Their crime that they did not belong to the Mukongo ethnic-group to which Holden belonged.<sup>296</sup>

---

<sup>295</sup> Em tradução livre: “Os estudantes que se opõem à política tribalista e divisionista de Holden Roberto têm suas bolsas de estudos suspensas e, em alguns casos, inclusive seus documentos de viagem (passaportes) têm sido tomados. Nós citamos como exemplo o caso de Orlando Fortuna, que, por se recusar a participar da política divisionista de Holden Roberto, agora se encontra abandonado em algum lugar da Europa desprovido de bolsa de estudos e documentos de viagem (passaporte).” Documento disponível no arquivo de Mário Pinto de Andrade da Fundação Mário Soares. É possível consultar o documento em [http://www.fmsoares.pt/aeb\\_online/visualizador.php?bd=Documentos&nome\\_da\\_pasta=04308.002.013&numero\\_da\\_pagina=3](http://www.fmsoares.pt/aeb_online/visualizador.php?bd=Documentos&nome_da_pasta=04308.002.013&numero_da_pagina=3). Acesso em 3 de agosto de 2015.

<sup>296</sup> Em tradução livre: “devemos citar ainda outro exemplo dos quadros do MPLA que foram massacrados em duas ocasiões pelos soldados da UPA de Holden sob ordens de Holden Roberto. Citamos também o caso de centenas de angolanos inocentes que foram massacrados pelos agentes de Holden Roberto no Norte de Angola. Seu crime foi não pertencer ao grupo étnico Mukongo ao qual Holden pertencia.” Documento disponível no arquivo de Mário Pinto de Andrade da Fundação Mário Soares. É possível consultar o documento em [http://www.fmsoares.pt/aeb\\_online/visualizador.php?bd=Documentos&nome\\_da\\_pasta=04308.002.013&numero\\_da\\_pagina=3](http://www.fmsoares.pt/aeb_online/visualizador.php?bd=Documentos&nome_da_pasta=04308.002.013&numero_da_pagina=3). P.4

Assim como Jonas Savimbi, a FNLA respondia às acusações a ela dirigidas também a partir de críticas. Holden Roberto, ao se referir à dissidência levada a cabo por Jonas Savimbi, baseado em aspectos étnico-regionais, afirmava:

A teoria de Savimbi era de que se os do “Sul” não lutassem, continuariam subalternos aos do “Norte”, como no colonialismo, em que eram acusados de colaboracionistas; em tempo de paz, seriam acusados de nada terem feito em prol da liberdade da Pátria. Jonas Savimbi recusava a concepção estereotipada de que os do “Sul” eram pessoas “pacíficas ou colaboracionistas” e os do “Norte” pessoas “guerreiras e contestatárias.”<sup>297</sup>

A FNLA também acusava Jonas Savimbi de ter espalhado intrigas entre os nacionalistas angolanos e prejudicado a organização do movimento. O ministro das Relações Exteriores também foi acusado de ter se apossado da administração das finanças do GRAE em proveito próprio. Sendo assim, a demissão de Jonas Savimbi foi divulgada em 19 de julho de 1964.<sup>298</sup>

Nota-se, a partir dos argumentos apresentados por Holden Roberto e Jonas Savimbi, que a questão étnica ainda era um problema a ser resolvido pelos movimentos de libertação nacional angolanos. Mesmo que a FNLA não fosse de fato um movimento de características étnicas, somente a alusão a este aspecto já demonstrava que esta não era uma questão bem resolvida entre os angolanos, já que este argumento servia para deslegitimar as pretensões dos movimentos oponentes.

Décadas mais tarde, Jonas Savimbi ainda exporia um outro aspecto motivador de seu rompimento com a FNLA:

---

<sup>297</sup> ROBERTO, Holden. Apud N’GANGA, João Paulo. *O pai do nacionalismo angolano – as memórias de Holden Roberto (1923-1974)*. São Paulo: Editora Parma, 2008. p.177.

<sup>298</sup> Holden Roberto sempre insistiu na ideia de que foi o GRAE que demitiu Jonas Savimbi e não o contrário. Por sua vez, Jonas Savimbi insistia em afirmar que foi ele que se demitiu do GRAE. Ver FERNANDO, Emídio. *Jonas Savimbi – no lado errado da História*. D. Quixote, 2012. p.14



Depois viu-se que a UPA não tinha discussão política. Não havia discussão política para eu poder dizer naquela altura, como jovem, qual era o próximo passo a dar na luta. Limitávamos a fazer uma gestão do dia-a-dia. Arranjávamos logística, organizávamos os soldados, criamos uma base militar. Mas, do ponto de vista da discussão filosófica e política global, não havia nada. (...)

O meu ponto de ruptura com a UPA foi este: o Holden não ia ao combate político, não havia um debate. (...)

Eu estava de acordo que se fizesse a luta armada, mas achava que esta luta devia ter um suporte filosófico forte que permitisse um debate aberto, uma discussão das condições sociais, de um projeto económico para Angola. Mas ficarmos só limitados à luta armada e nem sequer podermos explicar a tal luta armada, isso frustrou-me muito a mim e a outros jovens. (...)

A ideia do projeto político em Angola era muito importante para mim.<sup>299</sup>

Outra explicação ventilada por Miguel N'Zau Puna,<sup>300</sup> militante que também rompeu com a FNLA, defendia ainda outras razões para a dissidência, afirmando que

O que havia mais era compartimentos entre os que eram educados pelos portugueses e os educados no Congo pelos belgas. Havia rivalidade entre lusófonos e francófonos. Porque os francófonos diziam que eles eram mais inteligentes, mais capazes em relação aos elementos educados pelos portugueses. Às vezes chegavam ao ponto de dizer que os homens educados pelos portugueses, mesmo sendo doutores, eram burros. Então, nós não podíamos aceitar isso, apesar de termos ido para uma área de expressão francesa, também não podíamos aceitar sermos rebaixados dessa maneira. Mas como também quem tinha força lá eram eles, porque o governo apoiava mais essa ala, nós, muitas vezes, tínhamos de fingir aceitar certos compromissos para não sermos maltratados.<sup>301</sup>

---

<sup>299</sup> SAVIMBI apud ANTUNES, José Freire. Savimbi: a arte de resistir. In A guerra de África (1961-1974), volume 1. Círculo de Leitores, 1995. p. 93-95

<sup>300</sup> Miguel Maria N'Zau Puna foi secretário-geral da UNITA. Após seu rompimento com este movimento, conseguiu eleger-se deputado pelo Fórum Democrático Angolano.

<sup>301</sup> Entrevista de Miguel N'Zau Puna ao Jornal de Notícias em abril de 1994. Citada por FERNANDO, Emídio. *Jonas Savimbi – no lado errado da História*. D. Quixote, 2012. p.14p.75

A possibilidade de divisão do movimento era, portanto, muito presente no interior da FNLA, como demonstram os argumentos apresentados por Jonas Savimbi e por Miguel N'Zau Puna. Estas rivalidades no interior do movimento podiam assumir muitas formas, indo desde argumentos de natureza étnica até questões relativas à educação, ao relacionamento com os colonizadores portugueses e até mesmo de limitação da compreensão política e ideológica sobre o colonialismo.

Sendo assim, após seu rompimento definitivo com a FNLA, Jonas Savimbi iniciou uma série de viagens para restabelecer e intensificar os contatos que fizera quando assumiu a pasta das Relações Exteriores do GRAE. No entanto, desta vez Jonas Savimbi buscava apoio para a formação de um novo movimento nacionalista angolano, que despontaria como terceira principal força entre os movimentos de libertação angolanos.

Após ensaiar uma aproximação com o MPLA, Jonas Savimbi percebeu que não seria possível integrar esta organização, já que ele almejava um cargo de destaque no movimento, algo que seus dirigentes não pareciam aceitar de imediato. Enquanto terminava seus estudos em Ciências Políticas na Suíça, Jonas Savimbi também tentou se aproximar dos países do bloco soviético, visitando diversos países como a Alemanha do Leste, Hungria, Tchecoslováquia e URSS.

Contudo, ao contrário de suas expectativas, a URSS insistia em reconhecer o MPLA como único movimento de libertação angolano, o que impossibilitava o apoio à formação de uma outra organização política. A ideia dos soviéticos era incluir Jonas Savimbi como vice-presidente do MPLA, proposta que não foi aceita, já que não condizia com as perspectivas e ambições sobre a luta de independência angolana dos dirigentes daquela organização. Nas palavras de Lúcio Lara

Ele [Jonas Savimbi] punha o problema de entrar para o MPLA se nós lhe déssemos o cargo de chefe das relações exteriores. Nós dissemos-lhe: nós não temos dúvida nenhuma em pô-lo chefe das relações exteriores, mas você tem que fazer uma rodagem no seio para ver as suas capacidades. E ele disse-nos logo que ou era chefe das relações exteriores ou ia-se embora.<sup>302</sup>

A argumentação de Jonas Savimbi para recusar a união com o MPLA novamente seria feita com base em argumentos de natureza étnica e racial, pois para ele o MPLA era um movimento de mestiços que não representavam verdadeiramente o povo angolano. Outro fator que se mostrava problemático no MPLA para Jonas Savimbi era o domínio de um grupo pequeno burguês que, no momento oportuno, acabaria desviando o foco da política angolana para defender seus próprios interesses.<sup>303</sup>

Sendo assim, Jonas Savimbi continuou na sua mobilização para fundar um novo movimento de libertação nacional em Angola. Após percorrer alguns países<sup>304</sup> em busca de apoios internacionais, Jonas Savimbi encontrou finalmente apoio na China e aproximou-se da teoria maoísta.<sup>305</sup> O governo chinês ofereceu cursos de formação para alguns nacionalistas angolanos, inclusive a Jonas Savimbi, que afirmou sobre sua experiência na China maoísta:

---

<sup>302</sup> Entrevista de Lúcio Lara à Radio Nacional de Angola em agosto de 1995. Citada por FERNANDO, Emídio. *Jonas Savimbi – no lado errado da História*. D. Quixote, 2012. p.81

<sup>303</sup> GUERRA, João Paulo. *Savimbi – vida e morte*. Bertrand Editora, Chiado, 2002. P.39

<sup>304</sup> Neste período, Jonas Savimbi esteve em diversos países, entre eles URSS, República Democrática da Alemanha, Hungria, Checoslováquia, Bulgária, Egito e China.

<sup>305</sup> Teoria desenvolvida por Mao-Tsé Tung para se empreender a revolução socialista, baseada no princípio de que o campesinato é a força mais importante para se construir o comunismo nos países subdesenvolvidos.

Os chineses não me disseram para aplicar a teoria maoísta em Angola. Pelo contrário, eles até me acautelaram: “tenha cuidado com aquilo que nós estamos dizendo, Angola tem pouca população, Angola não é um país industrializado.” (...)

Os chineses nunca insistiram na aplicação do maoísmo em Angola. Só nos diziam: “esta é a nossa experiência aqui na China. Mas se serve ou não para vocês, só vocês é que saberão.”<sup>306</sup>

Após este curso de formação militar, Jonas Savimbi continuou sua peregrinação internacional em busca de apoio para formar um novo movimento de libertação em Angola. Foi nos EUA, em 1966, que uma estratégia para unir nacionalistas e entrar em Angola pelo Cazombo foi elaborada. Intentava-se instalar o movimento no interior do país, arregimentar novos militantes e desencadear operações de ataque e sabotagem contra as forças colonialistas portuguesas.<sup>307</sup>

Foi a partir desta entrada em território angolano que se reuniram cerca de cento e setenta militantes, sob liderança de Jonas Savimbi, nas matas do Leste de Angola, mais precisamente em Muangai. Nesta reunião, que ficou conhecida como Primeiro Congresso da UNITA, discutiu-se os fundamentos do novo movimento de libertação nacional que estava sendo criado e definiu-se sete princípios básicos:

1. Contar essencialmente com as nossas próprias forças;
2. Mobilizar os camponeses guiados por um partido revolucionário;
3. Fazer a guerra no contexto atual de Angola;
4. Aplicar uma ideologia válida a todas as circunstâncias;
5. Formar uma frente democrática;
6. Juntar-se ao povo do interior do país;
7. Priorizar o guerrilheiro.<sup>308</sup>

---

<sup>306</sup> SAVIMBI apud ANTUNES, José Freire. Savimbi: a arte de resistir. In A guerra de África (1961-1974), volume 1. Círculo de Leitores, 1995. p.97.

<sup>307</sup> Relatório da PIDE. Citado por GUERRA, João Paulo. *Savimbi – vida e morte*. Bertrand Editora, Chiado, 2002. P.44

<sup>308</sup> UNITA apud FERNANDO, Emídio. *Jonas Savimbi – no lado errado da História*. D. Quixote, 2012. p.14

Além da clara influência do maoísmo nestes princípios básicos da UNITA, no Primeiro Congresso ainda foram acrescentados alguns elementos inspirados nas democracias ocidentais para serem aplicados na Angola pós-independente, tais como

1. Liberdade e independência total para os homens e mulheres e para a Pátria-Mãe.
2. Democracia assegurada pelo voto do povo através de vários partidos políticos.
3. Soberania expressa e impregnada na vontade do povo de ter amigos e aliados primando sempre pelos interesses angolanos.
4. Igualdade de todos os angolanos na pátria do seu nascimento.
5. Na busca de soluções econômicas, priorizar o campo para beneficiar a cidade.

Em relação às estratégias militares traçadas no Primeiro Congresso da UNITA, decidiu-se por priorizar a região Leste de Angola, valendo-se inclusive da fronteira com o Zaire. Dividiu-se a região em seis partes, sendo cada uma chefiada por um coordenador político-militar. Em pouco tempo, a UNITA iniciaria suas ações militares, apesar da grande dificuldade em conseguir armamentos nesta primeira fase de guerra. Em 25 de dezembro de 1966, a UNITA iniciou as suas ações militares contra os portugueses em Teixeira Souza.

Em 1968, a UNITA publicou o documento intitulado *Angola – Pátria, Liberdade, Unidade*, onde também foi publicado o seu *Programa*. A UNITA se definia como “*a political organisation formed by Angolans irrespective of sex, tribe or religion*”.<sup>309</sup> Assim como FNLA e MPLA, a UNITA fazia questão de ressaltar que a

---

<sup>309</sup> Em tradução livre: “organização política formada por Angolanos independente de sexo, tribo ou religião” UNITA. *Angola – Pátria, Liberdade, Unidade* – Unita Central Committee, 1968. p.25. Documento disponível no arquivo de Mário Pinto de Andrade da Fundação Mário Soares. É possível consultar o documento em [http://www.fmsoares.pt/aeb\\_online/visualizador.php?bd=Documentos&nome\\_da\\_pasta=04357.006.007&numero\\_da\\_pagina=25](http://www.fmsoares.pt/aeb_online/visualizador.php?bd=Documentos&nome_da_pasta=04357.006.007&numero_da_pagina=25). Acesso em 9 de agosto de 2015.

pertença ao movimento era livre a qualquer angolano, justamente para ressaltar que o movimento pretendia ter bases nacionais e não regionais.

No documento, discutiu-se também largamente a questão étnica africana<sup>310</sup> e os rumos que deveriam ser dados a esta discussão após a independência de Angola. O objetivo era unir todos os angolanos em uma só unidade nacional, já que o tribalismo deveria ser entendido como uma forma de divisão da sociedade angolana. Qualquer tentativa de se valer de aspectos étnicos em Angola era vista pela UNITA como uma forma dos movimentos de libertação tentarem construir uma hegemonia política para se favorecer. Portanto, o tribalismo deveria ser combatido ao mesmo tempo em que se construía uma nação unificada a partir da multiplicidade de seus povos. A UNITA ainda apontava para a necessidade de concretizar este objetivo através da educação popular.<sup>311</sup>

Em *Angola – Pátria, Liberdade, Unidade*, a UNITA também divulgou as principais estratégias definidas para a conquista da independência de Angola. O Programa da UNITA defendia como princípios básicos que guiavam o movimento uma direção coletiva baseada no centralismo democrático. Valorizava-se também a prática de fazer críticas e autocríticas ao movimento no sentido de tentar fazer com que este progredisse.<sup>312</sup>

Além destes princípios básicos, a UNITA elencou em seu programa os principais objetivos do movimento, de onde se destacava:

---

<sup>310</sup> O documento faz referência ao tribalismo como um problema de todo o continente africano e analisa a questão a partir da perspectiva angolana.

<sup>311</sup> UNITA. *Angola – Pátria, Liberdade, Unidade* – Unita Central Committee, 1968. p.13 Documento disponível no arquivo de Mário Pinto de Andrade da Fundação Mário Soares. É possível consultar o documento em [http://www.fmsoares.pt/aeb\\_online/visualizador.php?bd=Documentos&nome\\_da\\_pasta=04357.006.007&numero\\_da\\_pagina=13](http://www.fmsoares.pt/aeb_online/visualizador.php?bd=Documentos&nome_da_pasta=04357.006.007&numero_da_pagina=13). Acesso em 9 de agosto de 2015.

<sup>312</sup> UNITA. *Angola – Pátria, Liberdade, Unidade* – Unita Central Committee, 1968. p.25 Documento disponível no arquivo de Mário Pinto de Andrade da Fundação Mário Soares. É possível consultar o documento em [http://www.fmsoares.pt/aeb\\_online/visualizador.php?bd=Documentos&nome\\_da\\_pasta=04357.006.007&numero\\_da\\_pagina=25](http://www.fmsoares.pt/aeb_online/visualizador.php?bd=Documentos&nome_da_pasta=04357.006.007&numero_da_pagina=25). Acesso em 9 de agosto de 2015.

1. Total national Independence
2. Territorial integrity of Angola
3. Promotion and Development of a genuine African Culture
4. Emancipation of Angola's women
5. Protection of the families and communal welfare
6. Equality for Angolans in the face of the law irrespective of sex, tribe or religion
7. Planned economy to meet all the needs of our population and to construct an industrialised country
8. Abolition of the forced labour system and other forms of exploitation of physical labour in the country
9. Creation of the National Army for the Defence of the country.<sup>313</sup>

Por fim, para a construção da unidade nacional o Programa da UNITA ainda propunha que todos os movimentos de libertação reconhecessem a legitimidade de seus oponentes. A partir de então, seria possível que as principais lideranças do nacionalismo angolano formassem uma comissão para elaborar estratégias comuns para a luta contra o colonialismo português em Angola. Contudo, apesar desta proposta, esta união jamais ocorreu de fato, pois as rivalidades entre os três principais movimentos de libertação angolanos se acirraram de tal maneira que uma conciliação se tornou inviável.

## Conclusão

Ao analisarmos a formação dos três principais movimentos de libertação nacional angolanos, saltam aos olhos três aspectos comuns a todos eles: (i) a menção ao

---

<sup>313</sup> Em tradução livre: “1. Independência nacional total; 2. Integridade territorial de Angola; 3. Promoção e Desenvolvimento de uma genuína Cultura Africana; 4. Emancipação das mulheres de Angola; 5. Proteção das famílias e do bem-estar comum; 6. Igualdade para Angolanos frente à lei independente de sexo, tribo ou religião; 7. Economia planificada para satisfazer todas as necessidades de nossa população e construir um país industrializado; 8. Abolição do sistema de trabalho forçado e de outras formas de exploração do trabalho físico no país; 9. Criação do Exército Nacional para a Defesa do país. ” UNITA. *Angola – Pátria, Liberdade, Unidade* – Unita Central Committee, 1968. p.26-7 Documento disponível no arquivo de Mário Pinto de Andrade da Fundação Mário Soares. É possível consultar o documento em [http://www.fmsoares.pt/aeb\\_online/visualizador.php?bd=Documentos&nome\\_da\\_pasta=04357.006.007&numero\\_da\\_pagina=27](http://www.fmsoares.pt/aeb_online/visualizador.php?bd=Documentos&nome_da_pasta=04357.006.007&numero_da_pagina=27). Acesso em 10 de agosto de 2015.

socialismo como referência ideológica, ao menos em suas propostas iniciais; (ii) o discurso de combate ao tribalismo e de união nacional; e (iii) a utilização do argumento étnico para deslegitimar os movimentos oponentes.

O momento da formação dos movimentos de libertação em Angola foi caracterizado por uma intensa polarização ideológica, marcada principalmente pelos conflitos da Guerra Fria. Sendo assim, os movimentos de libertação nacional em África dispunham de duas frentes de apoio, uma capitalista e aliada aos EUA e outra socialista e aliada à URSS. Mesmo que, depois de algum tempo, FNLA, MPLA<sup>314</sup> e UNITA tenham se definido por uma matriz ideológica distante do socialismo, no momento de sua formação havia a possibilidade e a necessidade de conquistar o apoio dos países ligados aos soviéticos, entre eles boa parte das lideranças continentais africanas. Por isso, as ideias socialistas estiveram presentes nos documentos oficiais dos três principais movimentos de libertação angolanos. Contudo, rapidamente FNLA e UNITA acabariam se aproximando cada vez mais do bloco de países capitalistas e, em especial, dos EUA, apesar de suas referências ideológicas iniciais serem mais próximas à matriz marxista. Já o MPLA somente se distanciaria oficialmente do marxismo em meados da década de 1980.

Ao tentarem se fortalecer no campo do nacionalismo angolano, os movimentos de libertação aqui estudados sempre se mantiveram críticos às manifestações de divisionismo e tribalismo. O projeto de construção de uma nação buscava, portanto, a integração de todos os povos angolanos em torno de somente uma unidade política. A nível discursivo, neste ponto, os documentos da FNLA, do MPLA e da UNITA guardavam grandes semelhanças, já que todos estes movimentos de libertação diziam representar bases nacionais e defendiam a igualdade de todos os angolanos, independentemente das origens étnicas, da raça ou da região dos indivíduos que os compunham.

---

<sup>314</sup> O MPLA só definiria formalmente a sua filiação ao marxismo internacional em 1977, quando incluiu em seu nome a indicação Partido do Trabalho. O MPLA só abandonou oficialmente o marxismo-leninismo como ideologia oficial em meados da década de 1980, em um contexto marcado por grandes mudanças e pela guerra civil contra a UNITA.



Entretanto, como será aprofundado no próximo capítulo desta dissertação, pode-se perceber que nem sempre esta argumentação com base em aspectos étnicos seria uma referência seguida mesmo no interior dos movimentos. As tentativas de aproximação e os conflitos entre MPLA, FNLA e UNITA foram palcos onde a questão identitária foi inúmeras vezes mobilizada para justificar os posicionamentos de cada um dos três movimentos.

Nas tentativas de aproximação entre MPLA e FNLA, as argumentações étnica e racial, portanto os fatores definidores da identidade nacional angolana, foram mobilizadas para justificar a impossibilidade de união entre as partes (este assunto será aprofundado no terceiro capítulo desta dissertação). Da mesma maneira, a crise entre Holden Roberto e Jonas Savimbi também foi um dos momentos em que o argumento étnico foi mobilizado, já que as ações da direção do FNLA indicavam, segundo Jonas Savimbi, um favorecimento aos indivíduos bacongô. Por fim, a união entre o MPLA e Savimbi também foi impedida, entre outros fatores, por este considerar o MPLA um movimento de mestiços e pequenos burgueses. Nota-se, pois, que, mesmo sem ser o tema central das discussões entre os movimentos de libertação nacional angolanos, a questão identitária servia como um instrumento para deslegitimar os movimentos oponentes.

Entretanto, há que se considerar que, para além do problema identitário angolano, a dificuldade em se promover a união entre os movimentos passava também pelos projetos de poder que cada um deles construiu para si. Desta maneira, dividir forças com outras importantes lideranças políticas podia significar um retrocesso aos interesses dos grupos que lideravam os movimentos.

Percebe-se, então, que a ideia de identidade nacional exposta nos documentos fundamentais da UPA/FNLA, do MPLA e da UNITA poucas vezes saíram de um nível discursivo para efetivamente se tornarem práticas políticas que pudessem unir os movimentos. Nota-se também que este discurso de união nacional que todos eles proferiam serviram aos projetos de poder de cada movimento de libertação, seja para diminuir a importância dos oponentes, seja através da utilização do discurso identitário para se colocar como legítimo representante do povo e da nação angolanos.

A questão identitária, portanto, ultrapassava os limites do discurso e se mostrava um problema latente que apareceria, para além das acusações aos movimentos oponentes, em momentos de crise interna, como ocorreu no MPLA nas décadas de 1960 e 1970.

## **Capítulo 3 – A guerra de libertação e as crises internas do MPLA – usos e abusos da ideia de identidade nacional angolana**

### **Introdução**

Concomitantemente à formação dos três principais movimentos de libertação, a guerra anticolonial deu seus primeiros passos, seguindo a estrutura tripartite do nacionalismo angolano exposta no capítulo anterior. Mesmo que o objetivo de conquistar a independência de Angola fosse comum a MPLA, UPA/FNLA e UNITA, não se concretizou a união entre estas três forças nacionalistas. Neste período de luta pela independência, algumas tentativas de aproximação foram feitas, mas jamais se tornaram realidade e, por mais contraditório que possa parecer, houve inclusive conflito entre os movimentos de libertação.

Neste terceiro capítulo, o foco central de análise será o MPLA. Justifica-se esta escolha pelo protagonismo que este movimento assumiria após a independência de Angola, tema que pretendemos aprofundar em uma pesquisa futura. O MPLA levaria adiante a tarefa de criação de uma identidade nacional oficial para a Angola independente. Portanto, faz-se necessário um estudo sobre como este movimento de libertação lidou com a questão identitária em seu interior.

Para além da justificativa apontada acima sobre o protagonismo do MPLA no pós-independência e da sua transformação em partido/Estado, é preciso reconhecer que, de fato, este é o movimento sobre o qual é possível obter um maior número de fontes para o estudo dos usos da ideia de identidade nacional durante o período da guerra de libertação. Tanto a FNLA quanto a UNITA não investiram na publicação de seus documentos nesse período, além de terem também uma dedicação menor a esse tema nas entrevistas concedidas por suas lideranças

Durante o tortuoso percurso de sua estruturação, o MPLA teve de lidar com graves crises internas, que, somadas aos conflitos com as forças colonialistas e os movimentos adversários, abalaram as suas estruturas. A partir de 1962, Viriato da Cruz

entrou em rota de choque com o Comitê Diretor e, por ser uma das mais importantes lideranças do movimento, carregou consigo diversos militantes para um caminho político distante do MPLA. Entre 1969 e 1974, outra importante crise marcou o MPLA, partindo principalmente da região Leste de Angola, onde a luta armada contra o colonialismo enfrentava enormes dificuldades para se estruturar. Críticas semelhantes também ocorreram na região Norte de Angola, dando início à Revolta Ativa.

Destes movimentos de crise interna do MPLA, é nosso objetivo destacar a maneira como a definição identitária serviu como arsenal político à direção do movimento. Tanto na crise iniciada em 1962 quanto na Revolta do Leste e na Revolta Ativa, estes argumentos foram parte importante das críticas dirigidas aos rumos que o MPLA trilhava. Entretanto, há que se destacar de início que, mesmo servindo de argumento político, a questão racial e étnica não foi causa única destas crises, mas foi conjugada a outros fatores que levaram à eclosão dos conflitos. De qualquer maneira, é importante ressaltar que a questão identitária também foi fator determinante das crises internas do MPLA nas décadas de 1960 e 1970.

Busca-se também neste terceiro capítulo avaliar até que ponto a concepção de identidade nacional que vinha se criando desde a década de 1950 teve impacto nas populações locais. Para isso, a análise das crises vividas no interior do MPLA pode ser de grande utilidade, uma vez que, em alguns casos, estas partiram das bases do movimento que, ao se manifestarem, também expressavam uma identidade.

### **3.1. A crise de 1962-1964**

O ano de 1961 ficou marcado pelo início da luta armada contra o colonialismo português em Angola. Apesar de muito se ter falado sobre as iniciativas diretas de confronto ao colonialismo, pouco de concreto fora feito até então. Contudo, a 4 de fevereiro de 1961, iniciou-se de fato a luta armada pela independência, que, apesar das

dificuldades, momentos de estagnação e retração, continuaria até 1974. No ano seguinte, a independência de Angola foi, enfim, proclamada.

Na madrugada de 4 de fevereiro de 1961, grupos armados com catanas<sup>315</sup> e somente uma arma de fogo entraram em confronto com a Polícia de Segurança Pública e assaltaram a cadeia de São Paulo e as Casas de Reclusão, tendo como objetivo a libertação de presos políticos detidos nos dois anos anteriores. Apesar da corajosa iniciativa destes indivíduos, os resultados deste ataque foram extremamente prejudiciais para os revoltosos, havendo inclusive a morte de alguns deles pelas forças colonialistas.<sup>316</sup> O objetivo principal de libertar os presos políticos não foi alcançado.

Entretanto, apesar de ter se configurado como uma iniciativa frustrada contra o colonialismo, os ataques de 4 de fevereiro de 1961 se tornaram uma importante marca do início da luta armada pela independência Angola, o que conferiu a este movimento uma grande importância simbólica. Sendo assim, a paternidade do 4 de fevereiro foi objeto de disputa entre os movimentos de libertação nacional angolanos, de maneira que foram construídas diferentes versões sobre o evento. Apesar de não ter sido reivindicado logo de início, o MPLA defendeu que os ataques da madrugada de 4 de fevereiro foram organizados a partir das suas bases.<sup>317</sup>

Fruto ou não de uma ação organizada pelo MPLA, o que de fato nos interessa aqui é evidenciar que os ataques de 4 de fevereiro de 1961 deram força ao nacionalismo angolano, principalmente em função do impacto propagandístico que este evento teve entre os partidários da independência.

---

<sup>315</sup> Catanas são espécies de foices utilizadas na agricultura em Angola.

<sup>316</sup> O número real de angolanos mortos nos ataques de 4 de fevereiro de 1961 é incerto. Alguns pesquisadores falam em nove mortos (ver LIBÓRIO apud LARA, Lúcio. *Um amplo movimento... – itinerário do MPLA através de documentos de Lúcio Lara. Volume I (até fevereiro de 1961)* Edição Lúcio e Ruth Lara: Luanda, 1997, p.495), já outros afirmam que foram abatidos entre 40 e 50 indivíduos (ANTUNES, José Freire. *A guerra em África (1961-1974)*. Lisboa: Círculo de Leitores, volume I, 1995, p.15).

<sup>317</sup> Entretanto, esta versão seria contestada por outros nacionalistas e estudiosos do assunto, como é o caso de Afonso Dias da Silva, que defendeu que o 4 de fevereiro foi fruto das ações do ELA, portanto ligado à UPA; e de Carlos Pacheco, que defende que a paternidade do evento foi da UPA em associação com organizações norte-americanas. Ver TALI, Jean-Michel Mabeko. *O MPLA perante si mesmo (1962-1977)*. Luanda: Nzila, 2001. Volume 1.p.70-76

Outro evento de grande importância para o avanço do nacionalismo angolano sobre as forças colonialistas ocorreu em 15 de março de 1961, quando a UPA organizou ataques sobre propriedades rurais no norte de Angola utilizando-se de um grau de violência elevadíssimo. Além do intenso ataque aos colonos portugueses, muitos mestiços e brancos foram mortos nesta ação armada. Destaca-se ainda o assassinato de diversos indivíduos do grupo etnolinguístico ovimbundo que haviam sido contratados para trabalhar nas lavouras de café do norte de Angola, fato que reforçaria o caráter étnico da UPA.

Após estes dois grandes ataques diretos a símbolos importantes do colonialismo – prisões e fazendas de café -, a repressão sobre os angolanos foi intensa, envolvendo perseguições, prisões e mortes dos militantes dos movimentos de libertação.<sup>318</sup> Uma das alternativas possíveis para evitar a repressão portuguesa foi a fuga para o Congo-Léopoldville, onde a UPA estava instalada desde a sua fundação.

Como já foi visto anteriormente, a UPA tinha sua principal base de arregimentação de militantes na região norte de Angola e no sul do Congo-Léopoldville,<sup>319</sup> onde o grupo etnolinguístico bacongo era predominante. Desde sua fundação, a elite da UPA teve sólidos vínculos com as organizações que se propunham a fazer a independência do Congo Belga, como a Aliança dos Zombo-Bazombo (ALLIAZO) e a Associação dos Bakongo (ABAKO). A partir destes contatos, Holden Roberto e seus pares passaram a ter relações privilegiadas com as principais lideranças políticas congoleesas. Após a independência do Congo em 1960, a UPA construiu ótimas relações com o governo de Joseph Kasavubu e passou a desfrutar de facilidades que os demais movimentos de libertação nacional angolanos jamais dispuseram.<sup>320</sup>

---

<sup>318</sup> De acordo com Marcelo Bittencourt, a repressão extrapolou os aparelhos de repressão, sendo que muitos colonos pegaram em armas, invadiram alguns musseques e mataram indiscriminadamente os indivíduos considerados suspeitos. Ver BITTENCOURT, Marcelo. *Estamos Juntos! O MPLA e a luta anticolonial (1961-1974)*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2002. p.70.

<sup>319</sup> A capital da República Democrática do Congo só mudaria de nome para Kinshasa em 1966. É corrente o uso do nome do país acompanhado da sua capital para facilitar a distinção com o país chamado Congo, cuja capital é Brazzaville.

<sup>320</sup> TALI, Jean-Michel Mabeko. *O MPLA perante si mesmo (1962-1977)*. Luanda: Nzila, 2001. Volume 1, p.76

Foi neste contexto do imediato pós-independência do Congo-Léopoldville, em que a UPA se fortalecia e tinha grandes facilidades na sua estruturação neste país, que o MPLA iniciou sua transferência para a capital Léopoldville, tentando se aproximar do território angolano para dar prosseguimento à luta armada e disputar com a UPA os refugiados angolanos que chegavam ao país. Àquela altura, por dispor de tantas facilidades, a UPA parecia ser o destino mais provável aos angolanos que intentavam ingressar na luta anticolonial.

Para tentar se impor neste frágil terreno de disputa por militantes refugiados, o MPLA precisou agir por trás do Corpo Voluntário Angolano de Assistência aos Refugiados (CVAAR), organização controlada por alguns militantes do movimento, em sua maioria médicos e enfermeiros. Sob uma constante vigilância da UPA e do governo de Joseph Kasavubu, o MPLA precisou fazer um delicado trabalho de propaganda para convencer novos militantes a ingressar no movimento.

Sendo assim, ao chegarem ao Congo-Léopoldville, os refugiados angolanos se deparavam com uma intensa disputa entre UPA e MPLA, onde, além das propagandas sobre seus projetos para a conquista da independência e para o futuro de Angola, estes movimentos também se empenhavam na troca de acusações com a intenção de diminuir o seu oponente e evitar seu crescimento.

Nestas acusações, são nítidos os discursos que se valiam de uma argumentação étnica e racial para diminuir o movimento oponente. Sendo assim, o MPLA acusava a UPA de ser um movimento marcadamente bacongo e, por isso, não poderia ser considerado um movimento nacional, uma vez que representava somente uma das muitas etnias que compunham o que se entendia como nação angolana. Por sua vez, a UPA acusava o MPLA de ser um movimento de indivíduos da etnia quimbundo, dominado por mestiços e orientado ideologicamente como um movimento comunista (atente-se para o impacto desta acusação ideológica em um contexto marcado pela bipolarização da Guerra Fria).

Note-se que em todos os momentos de conflito, a argumentação de natureza étnica e racial sempre se apresentava como um fator importante para a tentativa de resolução dos conflitos ou, ao menos, para deslegitimar os oponentes. Portanto, sendo

grande o impacto desta argumentação, é possível afirmar que a propaganda com base em acusações étnicas e raciais amplificava uma discussão que certamente ocorria entre a população de Angola, o que demonstra a importância da questão identitária naquele momento em que se iniciava a luta pela independência.

Foi a partir desta acusação da UPA que se desenvolveu a primeira grave crise interna do MPLA, envolvendo a cúpula do movimento e opondo duas das suas principais lideranças. Estas acusações da UPA sobre a possível mestiçagem característica do MPLA levaria Viriato da Cruz a iniciar uma discussão sobre o problema racial dentro do movimento. Entretanto, como será apresentado mais adiante, a disputa racial no seio do MPLA não se referia somente às críticas da UPA, mas também esteve ligada às complexas relações entre as elites na sociedade colonial angolana. Foi nesta crise que a ideia de coesão do MPLA caiu por terra, pois as divisões sociais apareceram de forma latente, baseadas nas trajetórias sociais, ideológicas e raciais dos membros do movimento.<sup>321</sup>

Em carta escrita em 3 de setembro de 1961 a Carlos Rocha Dilolwa, Luiz d'Almeida e Edmundo Rocha, Viriato da Cruz apontou que o problema racial em Angola era influenciado pela incompreensão das massas negras sobre o colonialismo, que o identificavam com a “*raça não-negra*”. E continuava referindo-se às acusações aos movimentos de libertação angolanos que tinham não-negros à sua frente:

---

<sup>321</sup> TALI, Jean-Michel Mabeko. *O MPLA perante si mesmo (1962-1977)*. Luanda: Nzila, 2001. Volume 1. p.79



Gostaria de chamar a atenção dos não-negros angolanos para a necessidade de um novo comportamento. A meu ver, é indispensável que os não-negros que estejam sinceramente opostos ao colonialismo e à exploração do homem pelo homem, mostrem maior abnegação desinteressada pela libertação de Angola. Seria vantajoso que os não-negros continuassem engajados na luta (...) com um espírito de desinteresse em relação à hierarquia das organizações políticas e outras, em relação às questões de representatividade (viagens, delegações etc.), ao problema dos postos do Estado angolano independente de amanhã etc. Nas mesmas condições actuais de luta (...) os não-negros deveriam dar a maior predominância às formas de agitação pelo exemplo dos problemas e das situações raciais. (...) O exemplo de abnegação desinteressada (...) eis como, a meu ver, os não-negros deveriam passar a agir.<sup>322</sup>

A proposta de afastamento dos não-negros dos cargos dirigentes no MPLA teria seu primeiro palco em uma reunião do Comitê Diretor em maio de 1962, momento em que as acusações da UPA começavam a incomodar de fato a cúpula política do movimento, fazendo reverberar a ideia defendida por Viriato da Cruz na carta acima citada. Nesta reunião, Eduardo dos Santos lançou a ideia de remodelação do Comitê Diretor do MPLA a partir do princípio de que os negros deveriam ocupar os cargos de maior destaque no movimento, de maneira que brancos e mestiços não deveriam atuar na linha de frente. Para isso, alguns nomes da cúpula do MPLA deveriam ser substituídos por indivíduos negros, tais como o próprio Eduardo dos Santos, Lúcio Lara e Viriato da Cruz, sendo estes dois últimos indivíduos mestiços considerados os dois principais ideólogos do movimento.

A proposta de Eduardo dos Santos encontrou o apoio de Viriato da Cruz, que, mesmo sendo um dos dirigentes que perderiam o seu posto no Comitê Diretor, assumiu a dianteira das discussões, afirmando que há mais de um ano ele já vinha apontando para esta necessidade de alterar os nomes da cúpula do MPLA. Viriato da Cruz, então, passou a defender este ponto de vista afirmando que, em vista das acusações desferidas pela UPA

---

<sup>322</sup> Carta de Viriato da Cruz a Edmundo Rocha, Carlos Rocha Dilolwa e Luiz d'Almeida citada por ROCHA, Edmundo, SOARES, Francisco, FERNANDES, Moisés (organizadores). *Viriato da Cruz – o homem e o mito – Porto Amboim (Angola), 1928 – Beijing (China) 1973*. Luanda, Caxinde, 2008, p.160-161

e da dificuldade no recrutamento de novos militantes para o MPLA, “*um Comitê Diretor formado por mulatos não poderá [poderia] dar palavra de ordem que seja [fosse] aceite*”.<sup>323</sup>

Em *O problema racial dentro das organizações nacionalistas africanas*, Viriato da Cruz apontou a questão racial como problema central dos movimentos de libertação angolanos. Defendeu também, neste artigo, que a presença de mestiços na direção destes movimentos era um problema à luta de libertação, já que as análises que se valiam de uma abordagem racista ainda eram muito impactantes às massas negras. Sendo assim, a ocupação de cargos de direção por mestiços, poderia prejudicar o bom desenvolvimento da luta anticolonial por promover a concorrência com os negros e por tornar o movimento um alvo fácil da propaganda interesseira de líderes políticos negros que praticam o racismo em seus movimentos.<sup>324</sup> A referência de Viriato da Cruz à situação vivenciada no MPLA e às acusações de Holden Roberto são bastante claras neste documento.

Entretanto, apesar da força da argumentação apresentada por Viriato da Cruz e seus pares, outros membros do Comitê Diretor não aceitavam sua proposta de retirada de mestiços deste órgão. A proposta de Eduardo do Santos e Viriato da Cruz ainda levava consigo a dificuldade em encontrar quadros preparados para assumir os cargos que ficariam vagos após a retirada dos mestiços do Comitê Diretor, tal como apontou Graça Tavares durante a reunião de maio de 1962. Basta dizer que Viriato da Cruz, Eduardo dos Santos e Lúcio Lara, três figuras importantes e capacitadas do MPLA, teriam de deixar a cúpula política do movimento. Graça Tavares propôs, então, que se remodelasse o Comitê Diretor, mas que também se preservasse os cargos destes três dirigentes.<sup>325</sup>

---

<sup>323</sup> MPLA. *Acta da sessão de 21 de maio (acta 2) da reunião do Comitê Diretor*. Documento disponível em TALI, Jean-Michel Mabeko. *O MPLA perante si mesmo (1962-1977)*. Luanda: Nzila, 2001. Volume 1, p.312.

<sup>324</sup> CRUZ, Viriato. *O problema racial dentro das organizações nacionalistas africanas*. Documento disponível em ROCHA, Edmundo, SOARES, Francisco, FERNANDES, Moisés (organizadores). *Viriato da Cruz – o homem e o mito – Porto Amboim (Angola), 1928 – Beijing (China) 1973*. Luanda, Caxinde, 2008, p.387.

<sup>325</sup> MPLA. *Acta da sessão de 21 de maio (acta 2) da reunião do Comitê Diretor*. Documento disponível em TALI, Jean-Michel Mabeko. *O MPLA perante si mesmo (1962-1977)*. Luanda: Nzila, 2001. Volume 1, p.317.

Mário Pinto de Andrade, o então presidente do MPLA, analisou a situação de conflito com a UPA, defendendo que, ao contrário do MPLA, o movimento de Holden Roberto empreendia uma política racista para fazer avançar sua luta, de maneira que a reformulação do Comitê Diretor significaria ceder ao racismo da UPA. Sendo assim, Mário Pinto de Andrade propôs uma solução intermediária para a questão, defendendo que se alargasse o Comitê Diretor, incluindo indivíduos que estivessem mais ligados às massas, aumentando assim a representação dos negros naquele órgão.<sup>326</sup>

Matias Miguéis<sup>327</sup> e Viriato da Cruz avançaram a ideia de que este movimento de mudança no Comitê Diretor seria uma estratégia necessária no jogo político e que não significava, em hipótese alguma, que os mestiços não seriam bem-vindos no MPLA.<sup>328</sup> Tratava-se, pois, de um recuo que, posteriormente, auxiliaria no avanço do MPLA no campo do nacionalismo angolano. Nas palavras de Matias Miguéis, o MPLA deveria “*usar uma estratégia de modo a mostrar ao público que não somos [eram] uma organização de mulatos, de brancos ou de qualquer outra coisa*”.<sup>329</sup>

Em complemento a esta ideia, Viriato da Cruz ainda defendia que

o racismo das massas é o elemento mais dinâmico do nacionalismo africano. Não fomos nós que o criamos. Ele existe por virtude da opressão que os africanos têm sofrido durante séculos em contato com os colonialistas europeus. Rejeitar este elemento como fator de luta seria politicamente errado.<sup>330</sup>

---

<sup>326</sup> MPLA. *Acta da sessão de 21 de maio (acta 2) da reunião do Comitê Diretor*. Documento disponível em TALI, Jean-Michel Mabeko. *O MPLA perante si mesmo (1962-1977)*. Luanda: Nzila, 2001. Volume 1, p.318.

<sup>327</sup> Matias Miguéis foi um importante dirigente do MPLA. Entretanto, na crise de 1962-1964 entrou em conflito com a direção do movimento. Acabou sendo executado pela direção do MPLA.

<sup>328</sup> MPLA. *Acta da sessão de 21 de maio (acta 2) da reunião do Comitê Diretor*. Documento disponível em TALI, Jean-Michel Mabeko. *O MPLA perante si mesmo (1962-1977)*. Luanda: Nzila, 2001. Volume 1, p.314.

<sup>329</sup> MPLA. *Acta da sessão de 21 de maio (acta 2) da reunião do Comitê Diretor*. Documento disponível em TALI, Jean-Michel Mabeko. *O MPLA perante si mesmo (1962-1977)*. Luanda: Nzila, 2001. Volume 1, p.315.

<sup>330</sup> CRUZ, Viriato. citado por BITTENCOURT, Marcelo. *Estamos Juntos! O MPLA e a luta anticolonial (1961-1974)*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2002, p. 188

Portanto, esta estratégia de recuo dos dirigentes mestiços para fazer aparecer os negros que compunham o MPLA era, para Viriato da Cruz e seus aliados, uma importante arma política para conquistar as massas angolanas.

Após esta longa discussão, o Comitê Diretor acabou decidindo pela remodelação do órgão (ver quadro a seguir). Entretanto, no momento da discussão sobre os nomes que seriam afastados e aqueles que assumiriam os cargos, Hugo de Menezes<sup>331</sup> fez uma observação importante sobre aquilo que considerava um dos reais motivos da proposta de reformulação do Comitê Diretor: “*a argumentação não é [era] apresentada só contra os mulatos mas também contra os doutores e universitários.*”<sup>332</sup> Mais adiante, com a intensificação da crise interna do MPLA, esta questão ficaria mais densa e evidente nas publicações de Viriato da Cruz.

---

<sup>331</sup> Hugo de José Azancot de Menezes nasceu em 1928 em São Tomé e, aos três anos de idade, mudou-se para Angola. Durante sua juventude, estudou medicina em Lisboa. Em Portugal, envolveu-se com a luta contra o salazarismo e, principalmente, na luta anticolonial. Em Angola, desempenhou funções de destaque no MPLA, movimento pelo qual militou. Participou da Revolta Ativa e acabou se afastando das atividades políticas em meados da década de 1970. Faleceu em maio de 2000.

<sup>332</sup> MPLA. *Acta da sessão de 21 de maio (acta 2) da reunião do Comitê Diretor*. Documento disponível em TALI, Jean-Michel Mabeko. *O MPLA perante si mesmo (1962-1977)*. Luanda: Nzila, 2001. Volume 1, p.319.

## Quadro 1

### Comitê Diretor do MPLA saído da remodelação de maio de 1962<sup>333</sup>

Nome	Raça	Estudos	Função
<b>Mario Pinto de Andrade</b>	Mestiço	Superiores	Presidente
<b>Matias Miguéis</b>	Negro	Médios	Vice-presidente
<b>Graça Tavares</b>	Negro	Superiores	1º. Secretário
<b>Vieira Lopes</b>	Mestiço	Superiores	2º. Secretário
<b>Desidério da Graça</b>	Negro	Superiores	3º. Secretário
<b>Luís de Azevedo</b>	Negro	Secundários	Relações exteriores
<b>José Miguel</b>	Negro	Médios	Juventude MPLA
<b>José Pimentel</b>	Negro	Primários	Contra-espionagem
<b>Rev. Domingos da Silva</b>	Negro	Médios	CVAAR
<b>Deolinda Rodrigues</b>	Negra	Médios	CVAAR
<b>Domingos Tando</b>	Negro	Médios	Formação de quadros

Nota-se que o Comitê Diretor saído da reunião de maio de 1962 teve como princípio a ideia de retirada dos mestiços deste órgão, sendo que Viriato da Cruz, Eduardo dos Santos e Lúcio Lara perderam os seus cargos na hierarquia do MPLA. Entretanto, na *Ata da Reunião*, sugere-se que estes indivíduos ficariam atuando às sombras, sem deixar de dar suas contribuições ao avanço da causa anticolonialista.

Marcel Bittencourt ressalta que a saída de Lúcio Lara e Viriato da Cruz serviu também para tentar apagar a imagem de um MPLA comunista e radical, já que estes dois dirigentes eram os principais ideólogos do movimento naquele momento. Em contrapartida, entraram no Comitê Diretor figuras com um perfil um pouco mais conservador, como Deolinda Rodrigues e o reverendo Domingos da Silva, que tinham

---

<sup>333</sup> Quadro elaborado por Tali com base na *Acta da sessão de 21 de maio (acta 2) da reunião do Comitê Diretor*. Ver TALI, Jean-Michel Mabeko. *O MPLA perante si mesmo (1962-1977)*. Luanda: Nzila, 2001. p.81.

vivência dentro de organizações religiosas e, por isso, eram vistos como menos radicais.<sup>334</sup>

Portanto, neste primeiro momento, venceu o argumento do recuo estratégico para responder às acusações da UPA, principalmente àqueles referentes à questão racial e à ideologia seguida pelo MPLA. Contudo, esta discussão ainda estava longe de ser definida e seria adensada nos meses seguintes, quando novas questões surgiram e iniciaram de fato a primeira crise interna do MPLA.

A situação sofreu uma importante alteração no momento da chegada de Agostinho Neto a Léopoldville em julho de 1962. Após uma fuga espetacular da prisão onde estava confinado, Agostinho Neto iniciou imediatamente um processo de transformação na estrutura de poder do MPLA, valendo-se principalmente da imagem que fora construída sobre si e do bom relacionamento estabelecido no período dos estudos na metrópole com muitos dirigentes do movimento. Sendo assim, Agostinho Neto se tornou presidente de honra do MPLA, o que, de certa forma, confrontava os interesses de Viriato da Cruz.

Vale dizer que, durante a presidência de Mário Pinto de Andrade, Viriato da Cruz desfrutava de grandes facilidades para fazer sua política dentro do MPLA. A partir da chegada de Agostinho Neto, esta liberdade de ação acabaria sendo limitada, principalmente em razão da nova forma de governo imposta pelo novo presidente, mais centralizadora e autoritária.<sup>335</sup> Logo de início, Agostinho Neto se posicionou contrariamente à remodelação do Comitê Diretor proposta na reunião de maio de 1962, o que levaria a um novo momento de discussão acerca desta questão.

Para Agostinho Neto, o recuo estratégico defendido por Viriato da Cruz seria uma contradição com os princípios defendidos pelo MPLA em seus estatutos, já que, como vimos no Capítulo 2, este movimento afirmava a necessidade de unir todos os povos angolanos em uma só unidade nacional, sem distinção de cor, etnia, religião, classe

---

<sup>334</sup> BITTENCOURT, Marcelo. *Estamos Juntos! O MPLA e a luta anticolonial (1961-1974)*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2002. p.190.

<sup>335</sup> TALI, Jean-Michel Mabeko. *O MPLA perante si mesmo (1962-1977)*. Luanda: Nzila, 2001. Volume 1.

social etc. Sendo assim, para Agostinho Neto, a retirada dos mestiços do Comitê Diretor seria uma forma de filtrar seus membros a partir de um princípio racista que o movimento buscava combater. Portanto, o argumento de que a retirada dos mestiços do Comitê Diretor era somente uma estratégia não convencia Agostinho Neto, que naquele momento era quem ditava os rumos que o movimento tomaria.

Há que se ressaltar que, nesta discussão sobre a remodelação do Comitê Diretor do MPLA, a questão racial aparecia como um importante ponto de disputa entre as duas principais forças políticas do movimento. Entretanto, apesar de ser uma questão de grande importância, os argumentos esgrimidos sobre a discussão racial em Angola parecem ter sido instrumentalizados em função de questões políticas. A posição de Viriato da Cruz certamente não era uma postura racista a respeito da composição do MPLA e da identidade nacional angolana, mas, apesar disso, este foi o argumento apresentado por Agostinho Neto para defender o seu ponto de vista. Nota-se, portanto, que mesmo já tendo sido definida claramente nos documentos fundadores do movimento, como no *Manifesto do MPLA*, ainda cabiam algumas manobras para a utilização deste problema com finalidades políticas.

É importante ressaltar que a apropriação de discursos e ideias com finalidades políticas não é uma particularidade do MPLA, uma vez que diversos movimentos e partidos políticos o fizeram e continuam a fazê-lo hoje em dia. O que interessa demonstrar aqui, portanto, é que a questão identitária definida pelo MPLA foi um dos elementos apropriados em função da política interna do movimento, o que demonstra que nem sempre houve congruência entre discurso e prática política.

Este posicionamento de Agostinho Neto foi um dos primeiros problemas que ocasionaram um choque mais agudo entre Viriato da Cruz e o Comitê Diretor do MPLA. É possível notar através da documentação levantada nesta pesquisa a importância do conflito pessoal existente entre Viriato da Cruz e Agostinho Neto. Apesar de não permitir uma análise mais profunda sobre a crise que se desencadeou a partir de 1962 sob um viés exclusivista, não se pode negar que tenha havido uma dimensão pessoal neste evento, o que foi causado por pensamentos diferentes sobre a questão racial, o gerenciamento do movimento e o poder de cada uma das partes envolvidas.

Este conflito pessoal entre Viriato da Cruz e Agostinho Neto ficou mais claro após uma reunião realizada em Léopoldville, em 12 de outubro de 1962, onde a crise vivida pelo MPLA foi analisada e as partes envolvidas tomaram a palavra para apresentar seus argumentos. Nas palavras de Viriato da Cruz registradas nesta reunião, nota-se a ácida crítica à presença de Agostinho Neto no MPLA e das suas ações desde o seu retorno:

O Camarada Neto tinha a certeza de vir ocupar o primeiro lugar no Movimento. Este era conhecido de todos até porque o camarada M. Andrade se pronunciou em Rabat a seu favor. Eu não tinha nada a dizer contra ele pelo contrário idealizei-o como o descrevi. Seria o homem que estaria acima dos partidos e de todos nós como um grande caracter e rectidao.

Ele chegou, mas pareceu-me que por não conhecer o meio os homens os aspectos bons e maus neles existentes colocou-se numa posição que favoreceu o desenvolvimento de manobras que agravaram a crise.

Não entrou imediatamente no Movi, esperou mas numa atitude caótica.(...)

Por outro lado o camarada Neto numa reunião que eu pedi mas foi dificilmente concedida, chegou a avançar julgamentos sobre a minha pessoa. Isto abalou minhas convicções sobre a sua rectidao. Chamou-me grande individualista. Ele nunca me conhecera antes...

Fez apreciações sobre o meu trabalho no passado sem me ter ouvido sobre as acusações que me teriam sido feitas. Tombou assim a minha imagem sobre a sua rectidao Ou ele ouvia só de um lado ou então inventava por si.<sup>336</sup>

Em resposta, Agostinho Neto também criticava seu oponente, afirmando:

---

<sup>336</sup> MPLA – *Acta da reunião realizada na sede do MPLA, em Léopoldville, no dia 12 de outubro de 1962.* Documento disponível no Arquivo Mário Pinto de Andrade, da Fundação Mário Soares: [http://www.fmsoares.pt/aeb\\_online/visualizador.php?bd=Documentos&nome\\_da\\_pasta=04356.001.013&numero\\_da\\_pagina=2](http://www.fmsoares.pt/aeb_online/visualizador.php?bd=Documentos&nome_da_pasta=04356.001.013&numero_da_pagina=2).



Não me considero no banco dos réus. Não quero defender-me quero fazer um novo relato para se julgar do espírito que nos animava perante as propostas feitas há dias no sentido de salvar tudo da situação caótica em que nos encontramos.

O único grande problema do Movi. era o Viriato da Cruz. Verifiquei que o Viriato não trabalhava em espírito de harmonia com os outros camaradas como o Lucio Lara e o Mario, que se afastara propositadamente de Leo para não trabalhar com eles.(...)

O Viriato estava habituado a ser consultado por todos os membros para todo o trabalho. Eu tenho outros hábitos e não aceitei ir ao quarto do Viriato dizer o que tinha feito. Era aqui nesta mesa que eu o fazia. Eu não ia ao quarto do Sr. Viriato e ele não gostou...<sup>337</sup>

Uma vez consultada esta documentação, não se pode negar que a discussão que se iniciara a partir da proposta de remodelação do Comitê Diretor do MPLA ganhou também um caráter personalista que, contudo, não é capaz de explicar toda a crise vivenciada pelo movimento. Nos meses seguintes, os problemas se tornaram cada vez mais densos, envolvendo questões que iam muito além do choque entre as personalidades de Agostinho Neto e Viriato da Cruz.

Um documento importante para a compreensão da crise que se desenhava na cúpula do MPLA àquela altura foi escrito por Viriato da Cruz em 15 de novembro de 1962, quando este se retirou de Léopoldville devido ao seu cada vez mais agudo descontentamento com a política empreendida por Agostinho Neto. Contudo, apesar de sua saída de Léopoldville, Viriato da Cruz enfatizava que não estava abandonando o MPLA ou a luta anticolonialista. Em *Aos camaradas militantes do MPLA e do EPLA*,<sup>338</sup> Viriato da Cruz apresentou os seus pontos de desacordo com a direção do movimento:

---

<sup>337</sup> MPLA – *Acta da reunião realizada na sede do MPLA, em Léopoldville, no dia 12 de outubro de 1962.* Documento disponível no Arquivo Mário Pinto de Andrade, da Fundação Mário Soares: [http://www.fmsoares.pt/aeb\\_online/visualizador.php?bd=Documentos&nome\\_da\\_pasta=04356.001.013&numero\\_da\\_pagina=5](http://www.fmsoares.pt/aeb_online/visualizador.php?bd=Documentos&nome_da_pasta=04356.001.013&numero_da_pagina=5).

<sup>338</sup> A sigla EPLA designava o Exército Popular de Libertação de Angola.

- Não aceito a teoria da inevitabilidade do neo-colonialismo em Angola, teoria que alguns dos dirigentes veem defendendo. Essa teoria, que afirma que não podemos evitar o neo-colonialismo em Angola, desarma o espírito combativo do Povo, traiçoa o grande sacrifício, em vida e em sangue, que o povo vem fazendo; abre as portas do nosso Movimento a uma política sem princípios, oportunista e de falta de escrúpulos e de carácter.
- Não aceito a política de divisão que um grupo de dirigentes e de militantes vem fazendo dentro do Movimento, desde há dois meses. O MPLA, que lutou sempre sinceramente pela união de todo o nacionalismo angolano, deverá continuar a dar, ele próprio, o exemplo da união dos angolanos.
- Não aceito a política de perseguição e de afastamento de militantes da secção política e da secção militar do MPLA. Essa política está errada, é odiosa, é policial. Essa política, que alguns dirigentes vem fazendo ilegalmente e arbitrariamente, baseia-se na vontade de um grupo que pretende impor ao Movimento a sua política.
- Não aceito as manobras que certos militantes vem fazendo para impor ao movimento uma direcção cujo núcleo principal seja um grupo de pessoas que fizeram longa amizade na Casa dos Estudantes do Império.
- Não aceito que não se condene a intriga e a calúnia dentro do nosso Movimento. Nem aceito que os intriguistas e os caluniadores continuem a receber apoio moral e material do Movimento, quando, por outro lado, esse apoio é negado a militantes honestos e trabalhadores.
- Não aceito a ambição exagerada de um grupo de militantes de vigésima hora.
- Não aceito o culto da personalidade dentro do Movimento. Cada dirigente deve conquistar a confiança e o respeito dos militantes, na base do seu valor pessoal e real, na medida em que ele é fiel à linha política do Movimento, na medida em que ele se dedique ao trabalho sem demagogia, e na medida em que ele respeita e faz respeitar os princípios do nosso Movimento.<sup>339</sup>

Apesar de longa, a citação é válida por expor praticamente todos os pontos de desacordo de Viriato da Cruz com a direcção do MPLA guiada por Agostinho Neto. Ao se referir à sua discordância com a teoria da inevitabilidade do neocolonialismo em Angola, Viriato da Cruz fazia uma crítica implícita à proximidade entre Agostinho Neto e o

---

<sup>339</sup> CRUZ, Viriato. *Aos Camaradas Militantes do MPLA e do EPLA*. Documento disponível em ROCHA, Edmundo, SOARES, Francisco, FERNANDES, Moisés (organizadores). *Viriato da Cruz – o homem e o mito – Porto Amboim (Angola), 1928 – Beijing (China) 1973*. Luanda, Caxinde, 2008, p.400-401.

Partido Comunista Português (PCP), vínculo que fora estabelecido ainda nos tempos em que muitos dos dirigentes do MPLA atuaram na luta contra o salazarismo em Portugal.<sup>340</sup> Esta proximidade com o PCP sugeria, segundo Viriato da Cruz, que o MPLA seria muito influenciado pelas determinações vindas de Moscou, permitindo, portanto, o estabelecimento de uma nova dominação sobre Angola no período posterior à independência. Para Viriato da Cruz, o MPLA deveria se manter o mais independente possível dos seus colaboradores internacionais, pois esta seria a única forma de evitar o neocolonialismo em Angola.

A referência ao neocolonialismo e a uma possível influência desmedida da URSS sobre a Angola pós-independente também pode ser inserida em uma lógica geopolítica mais abrangente, envolvendo questões relativas à própria fragmentação do bloco socialista da Guerra Fria a partir do choque entre URSS e a China.<sup>341</sup> Neste contexto, Agostinho Neto era claramente mais próximo aos soviéticos, enquanto Viriato da Cruz defendia a aproximação com os chineses, principalmente por considerá-los menos propícios a uma interferência direta nos assuntos angolanos. Vale destacar que a China Popular foi o primeiro país a estender a mão aos movimentos nacionalistas africanos, fornecendo treinamento e recursos para o início da luta armada em África. Nos primeiros contatos do MPLA, Viriato da Cruz assumiu a dianteira das negociações com os chineses, estabelecendo uma relação privilegiada que influenciaria seus projetos para o futuro de Angola.

Nas críticas dirigidas à cúpula do MPLA, Viriato da Cruz também deixou registrado nas entrelinhas de seus argumentos uma oposição aguda aos membros do

---

<sup>340</sup> Segundo Edmundo Rocha, a crítica a Agostinho Neto formulada por Viriato da Cruz ainda lançava diversas suspeitas sobre o então presidente de honra do MPLA, sugerindo que, durante o período que esteve preso em Cabo Verde, Neto teria sido beneficiado por um tratamento de exceção por ter sido nomeado médico subdelegado de saúde de Cabo Verde. Sugeria-se, assim, a possibilidade de Agostinho Neto defender uma solução negociada e etapista para descolonização de Angola. Ver ROCHA, Edmundo, SOARES, Francisco, FERNANDES, Moisés (organizadores). *Viriato da Cruz – o homem e o mito – Porto Amboim (Angola), 1928 – Beijing (China) 1973*. Luanda, Caxinde, 2008, p. 163.

<sup>341</sup> Conhecido por Cisma Sino-Soviético, o choque entre chineses e soviéticos dividiu o bloco dos países socialistas durante a Guerra Fria. Após a ascensão de Mao Tsé-Tung ao poder na China, o Partido Comunista Chinês iniciou um afastamento da Terceira Internacional (Komintern), que vivia sob tutela soviética. O afastamento entre chineses e soviéticos também foi influenciado pelo desenvolvimento de uma teoria própria de autoria de Mao Tsé-Tung, que, ao contrário da teoria marxista-leninista, dava mais importância aos camponeses do que aos operários no processo revolucionário para a instalação do socialismo.

movimento que estudaram na metrópole. Note-se que, a todo o momento, o autor do texto buscou enfatizar que aqueles que estabeleceram vínculos de solidariedade na Casa dos Estudantes do Império não teriam a mesma legitimidade para participar do MPLA como dirigentes. Transparece, neste e em outros documentos publicados no momento da crise, que Viriato da Cruz e seus aliados desconfiavam de todos os militantes que não ficaram na colônia e daqueles que desfrutaram de algum benefício do colonialismo – neste caso, os estudos superiores na metrópole. Por estarem radicados na capital do Império no momento em que o colonialismo português intensificava a exploração de Angola, estes *militantes de vigésima hora* pareciam, para Viriato da Cruz, não conhecer de fato a realidade angolana e, por isso, não teriam a experiência e a legitimidade necessárias para assumir os cargos de dirigentes.

Esta crítica de Viriato da Cruz expunha uma característica muito marcante da formação do MPLA, isto é, a divisão entre os militantes do exterior - radicados na metrópole durante um longo período em função dos seus estudos universitários - e os militantes do interior – corrente do MPLA que teria feito as mobilizações iniciais do movimento a partir da colônia. Esta divisão a que Viriato da Cruz se referia seria cada vez mais marcante em função do domínio da ala dos universitários ou doutores no MPLA, que acabaria por acentuar cada vez mais a divisão dentro do movimento. Sendo assim, Viriato da Cruz acusava o grupo dos universitários e doutores de estimular uma política divisionista, permitir calúnias e intrigas dentro do movimento e dar espaço para militantes ambiciosos, que colocavam suas vontades pessoais acima dos interesses do movimento e do povo angolano.

Em uma publicação de 1964, momento posterior à sua saída do MPLA, Viriato da Cruz adensou um pouco mais suas críticas ao movimento, elaborando uma análise sociológica para explicar a crise no interior do MPLA. Intitulado *Angola: que independência...*, neste documento Viriato da Cruz analisou as consequências sociais, políticas e culturais do colonialismo português e, em termos marxistas, da inserção de Portugal em um sistema capitalista moderno que levou à intensificação da exploração das colônias africanas. Para Viriato da Cruz, o processo de assimilação que ganhou força após o recrudescimento do colonialismo no século XIX teve um impacto muito profundo no

desenvolvimento do nacionalismo, uma vez que todos os principais dirigentes dos movimentos de libertação angolanos eram assimilados.<sup>342</sup>

Contudo, em *Angola: que independência...*, Viriato da Cruz apontou para a heterogeneidade do grupo dos assimilados angolanos, estabelecendo uma diferenciação socioeconômica entre dois grupos principais em função de suas experiências vividas no período colonial: os assimilados-objeto e os assimilados-destinados.

No primeiro grupo, encontram-se funcionários públicos, empregados do comércio e da indústria. Enquanto que no 2º. grupo, encontram-se aqueles que, graças a bolsas de estudo conferidas pelo Estado, pelas missões e graças à posição privilegiada das famílias, puderam especializar-se em diferentes ramos profissionais, que os levam, mesmo no contexto colonial, ao sucesso social e econômico. Devido à sua situação social, à sua educação e às funções sociais para as quais se prepararam, a maioria dos elementos deste grupo manifesta comportamentos coincidentes com os da pequena burguesia. Por outro lado, a maior parte dos “assimilados-destinados”, tendo embarcado muito jovens para Portugal, encontram-se muito integrados na sociedade portuguesa e opõem-se aos colonialistas por questão de patriotismo, de interesse ou ainda por solidariedade. Ao passo que o comportamento vital da maioria dos “assimilados-objecto” recusam o colonialismo por estarem eles próprios submetidos à exploração colonial.<sup>343</sup>

A crítica aos assimilados-destinados era diretamente dirigida à elite política e intelectual do MPLA que, segundo Viriato da Cruz, se beneficiara de muitos privilégios que lhe foram possibilitados pela estrutura colonial. Desfrutando então de uma melhor

---

<sup>342</sup> CRUZ, Viriato. *Angola: que independência...* Documento disponível em ROCHA, Edmundo, SOARES, Francisco, FERNANDES, Moisés (organizadores). *Viriato da Cruz – o homem e o mito – Porto Amboim (Angola), 1928 – Beijing (China) 1973*. Luanda, Caxinde, 2008, p.416-426. Este texto foi publicado originalmente em francês (*Angola: quelle Independence...*) em REVOLUTION, número 6, p.5, 1964, Paris. O documento original está disponível também na Fundação Mário Soares. Documento do arquivo Mário Soares: 435.8.008, m35.

<sup>343</sup> CRUZ, Viriato. *Angola: que independência...* Documento disponível em ROCHA, Edmundo, SOARES, Francisco, FERNANDES, Moisés (organizadores). *Viriato da Cruz – o homem e o mito – Porto Amboim (Angola), 1928 – Beijing (China) 1973*. Luanda, Caxinde, 2008, p.417-418.

condição socioeconômica, os assimilados destinados teriam, ainda segundo Viriato da Cruz, se afastado gradativamente das massas negras vindas do campo que chegavam aos musseques de Luanda. Ao mesmo tempo, os assimilados-objeto teriam se aproximado destes indivíduos, principalmente por serem vítimas de uma decadência socioeconômica estimulada pelo recrudescimento do colonialismo português.<sup>344</sup> Nota-se, então, a crítica bastante ácida ao MPLA, que seria liderado por um pequeno grupo de intelectuais que teria se beneficiado do colonialismo e que excluía as massas da participação no movimento.

Atente-se também para o fato de que os assimilados-objeto seriam muito mais próximos das massas negras, ao passo que os assimilados-destinados delas se afastavam por serem mais próximos aos portugueses, portanto, aos brancos e mestiços. Sendo assim, o problema racial voltava a ser apontado como uma questão que, de certa forma, era relacionada à legitimidade das lideranças do MPLA, pois, por não se aproximarem das massas negras, Agostinho Neto e seus pares acabavam empreendendo uma política elitista e interesseira segundo a análise de Viriato da Cruz. Desta maneira, não se chegava a excluir os assimilados-destinados da nacionalidade angolana, mas, através deste discurso, Viriato da Cruz apontava para a formação de uma elite angolana que lutava por açambarcar o poder do povo, mantendo-o dominado e excluído dos benefícios que se esperava alcançar através da independência de Angola, tal como ocorrera durante o período colonial.

Por fim, Viriato da Cruz ainda dirigiu uma crítica bastante direta à política empreendida por Agostinho Neto desde que este assumira a presidência do MPLA. Segundo ele, em *Aos camaradas militantes do MPLA e do EPLA*, o autoritarismo do presidente acabaria intensificando os problemas internos no movimento e aumentando o domínio de seu restrito grupo de amigos, uma vez que perseguições e afastamentos teriam se tornado práticas comuns no MPLA.

---

<sup>344</sup> ROCHA, Edmundo, SOARES, Francisco, FERNANDES, Moisés (organizadores). *Viriato da Cruz – o homem e o mito – Porto Amboim (Angola), 1928 – Beijing (China) 1973*. Luanda, Caxinde, 2008, p. 420.

Além do autoritarismo de Agostinho Neto, Viriato da Cruz criticava o culto à personalidade do presidente, que o MPLA fez surgir entre os angolanos.<sup>345</sup> Note-se que o movimento construiu, durante muito tempo, uma imagem positiva sobre Agostinho Neto, ressaltando que este seria o único indivíduo capaz de liderar a luta pela independência de Angola. Viriato da Cruz sugeria ainda que este mito construído sobre a imagem de Agostinho Neto não correspondia à realidade, sendo que o presidente deveria se esforçar para conquistar o respeito, o apoio e a confiança da base do movimento para que tivesse a legitimidade necessária para liderar a luta anticolonialista.

Ainda em *Aos Camaradas Militantes do MPLA e do EPLA*, Viriato da Cruz pedia que se realizasse um Congresso Nacional do movimento para discutir as questões polêmicas que foram apresentadas nesta publicação. Fazia ainda uma ressalva sobre a composição deste congresso, que não poderia ser organizado somente pelos dirigentes ligados a Agostinho Neto, sob o risco de se perpetuar uma dominação ilegítima no MPLA. Para evitar que isso acontecesse, Viriato da Cruz defendeu que todos os setores que compunham o movimento tivessem representação e pudessem se expressar no congresso.<sup>346</sup>

Esta última sugestão de Viriato da Cruz seria concretizada pouco após a publicação do documento acima referido, quando o Comitê Diretor convocou a Primeira Conferência Nacional do MPLA, iniciada em 1 de dezembro de 1962. Propunha-se, nesta conferência, “*a discussão da linha política e do programa de acção do MPLA*”, com o objetivo de “*formar o corpo duma doutrina política, sem sectarismo, que aclare toda a acção do militante*”.<sup>347</sup> Para isso, a Primeira Conferência Nacional do MPLA contou com a participação das organizações lideradas pelo movimento, tais como o EPLA, a Organização das Mulheres Angolanas (OMA), a Juventude do MPLA (JMPLA), o CVAAR e os Comitês de Ação, sendo todos os delegados destas organizações convidados

---

<sup>345</sup> CRUZ, Viriato. *Aos Camaradas Militantes do MPLA e do EPLA*. Documento disponível em ROCHA, Edmundo, SOARES, Francisco, FERNANDES, Moisés (organizadores). *Viriato da Cruz – o homem e o mito – Porto Amboim (Angola), 1928 – Beijing (China) 1973*. Luanda, Caxinde, 2008, p.400.

<sup>346</sup> CRUZ, Viriato. *Aos Camaradas Militantes do MPLA e do EPLA*. Apud ROCHA, Edmundo, SOARES, Francisco, FERNANDES, Moisés (organizadores). *Viriato da Cruz – o homem e o mito – Porto Amboim (Angola), 1928 – Beijing (China) 1973*. Luanda, Caxinde, 2008, p.401.

<sup>347</sup> *Discurso do presidente do MPLA – Mário de Andrade na abertura da I Conferência Nacional do MPLA*. Documento disponível em História do MPLA, volume 1, p.482

a intervir livre e democraticamente no curso das discussões propostas ao longo do encontro, de maneira que os resultados alcançados fossem “*de facto a expressão da vontade de todos os militantes do MPLA.*”<sup>348</sup>

A Primeira Conferência Nacional do MPLA, entre outras discussões, também se debruçou sobre a questão racial angolana, principalmente no que se referia à polêmica proposta de reformulação do Comitê Diretor efetuada em maio de 1962. Apesar de não dispormos das atas da Conferência, podemos analisar os resultados das discussões a partir de um comunicado publicado pelo MPLA que informava às bases do movimento as decisões tomadas naquele evento. Ressalte-se que, nesta Conferência, todas as questões apontadas acima – ideologia, escolaridade, percurso político, legitimidade para exercer o poder – permearam a discussão sobre a questão racial.

Formalmente, a Primeira Conferência Nacional do MPLA não modificou as linhas definidas no *Manifesto do MPLA* sobre a questão racial em Angola, pois reafirmou que o movimento era “*categoricamente contra o tribalismo, e regionalismo, o sectarismo, e a intolerância racial e contra as distinções de carácter político e religioso*”.<sup>349</sup>

Entretanto, apesar desta definição formal, a questão do recuo estratégico proposto por Viriato da Cruz não foi ratificada pela Primeira Conferência Nacional do MPLA, definindo, então, uma vitória de Agostinho Neto e de seus correligionários. Evidencia-se este fato através da nova formação do Comitê Diretor do MPLA definido na Primeira Conferência Nacional do movimento:

---

<sup>348</sup> *Discurso do presidente do MPLA – Mário de Andrade na abertura da I Conferência Nacional do MPLA.* Documento disponível em História do MPLA, volume 1, p.483.

<sup>349</sup> Comunicado sobre as definições após a Primeira Conferência Nacional do MPLA. Documento disponível em SILVA, Agostinho Alexandre Joaquim da. *Angola: dinâmicas internas e externas na luta de libertação (1961-1975)*. Tese de doutorado apresentada à Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Lisboa, 2014. p.355



## Quadro 2

### Comitê Diretor saído da Primeira Conferência Nacional do MPLA<sup>350</sup>

<b>Nome</b>	<b>Raça</b>	<b>Estudos</b>	<b>Funções</b>
<b>Agostinho Neto</b>	Negro	Superiores	Presidente
<b>Matias Miguéis</b>	Negro	Médios	1º. Vice-presidente
<b>Reverendo Domingos da Silva</b>	Negro	Médios	2º. Vice-presidente
<b>Manuel Lima</b>	Negro	Superiores	Chefe do Departamento de Guerra
<b>Mário Pinto de Andrade</b>	Mestiço	Superiores	Chefe do Departamento de Relações Exteriores
<b>Lúcio Lara</b>	Mestiço	Superiores	Chefe do Departamento de Organização e Quadros
<b>Aníbal de Melo</b>	Mestiço	Médios	Chefe do Departamento de Informação
<b>Deolinda Rodrigues</b>	Negra	Médios	Chefe do Departamento de Assistência Social
<b>Desidério da Graça</b>	Negro	Superiores	Chefe do Departamento de Finanças
<b>Henrique “Iko” Carreira</b>	Mestiço	Superiores	Chefe do Departamento de Segurança

Destaca-se desta nova composição do Comitê Diretor do MPLA saído da Primeira Conferência Nacional o ingresso de três mestiços em cargos importantes do órgão, cabendo a Lúcio Lara a chefia do Departamento de Organização e Quadros, a Aníbal de Melo a chefia do Departamento de Informação e a Henrique “Iko” Carreira a chefia do Departamento de Segurança. Somado a isso, manteve-se a presença do mestiço Mário Pinto de Andrade no Comitê Diretor, mas agora com a função de chefiar o Departamento de Relações Exteriores do movimento. Por fim, em função de seu

---

<sup>350</sup> Quadro elaborado por Tali com base nas resoluções da Primeira Conferência Nacional do MPLA apud TALI, Jean-Michel Mabeko. *O MPLA perante si mesmo (1962-1977)*. Luanda: Nzila, 2001. Volume 1. P.81

posicionamento contrário ao Comitê Diretor do MPLA, Viriato da Cruz perdeu seu cargo no Comitê Diretor.

Vale ressaltar que a lógica que guiou a Primeira Conferência Nacional do MPLA inviabilizava a coabitação das duas tendências principais que mediam forças no movimento, impedindo assim que a ala liderada por Viriato da Cruz pudesse continuar com alguma força, já que o grupo de Agostinho Neto saiu vencedor e tomou para si os principais cargos do Comitê Diretor. Isso explica, então, a manutenção da exclusão de Viriato da Cruz da nova composição do órgão, mesmo que a sua mestiçagem não fosse um problema para o ingresso neste órgão segundo as posições defendidas pela corrente liderada por Agostinho Neto. Sendo assim, a disputa interna do MPLA, levou gradativamente à marginalização de Viriato da Cruz e seus aliados, o que se tornaria cada vez mais claro nos meses seguintes à Primeira Conferência Nacional do MPLA.

É importante notar que os quadros do movimento que tinham um percurso fora de Angola e com cursos superiores também foi um dos filtros que influenciou a composição do novo Comitê Diretor do MPLA, de forma que a rivalidade entre universitários e não-universitários apontadas nas críticas de Viriato da Cruz foi solucionada em favor daqueles dirigentes que tiveram a possibilidade de cursar o ensino superior em países europeus e se mantiveram por um longo período afastados da colônia e, conseqüentemente, das mazelas do colonialismo.

A partir de então, Viriato da Cruz se tornaria um dos mais ferrenhos opositores do Comitê Diretor formado por Agostinho Neto, apesar de continuar vinculado ao MPLA. Alguns meses depois da Primeira Conferência Nacional, Viriato da Cruz publicaria novos documentos criticando os rumos que foram tomados pelo MPLA.

Após a Primeira Conferência Nacional do MPLA, o enfraquecimento da ala liderada por Viriato da Cruz foi intensificado, ao passo que a ala de Agostinho Neto consolidava seu domínio. Uma vez que não havia a possibilidade de coexistência entre as duas correntes políticas, Viriato da Cruz iniciou um processo que levaria ao rompimento total do vínculo entre seu grupo e o Comitê Diretor do MPLA. Um dos primeiros grandes atos de Viriato da Cruz foi a publicação de *Proclamação aos membros do Movimento Popular de Libertação de Angola*, onde anunciou que uma Assembleia Nacional

Soberana, composta somente pelos partidários que concordavam com suas ideias, havia se reunido em 5 de julho de 1963 e decidiu:

Retirar toda a autoridade do Comitê Diretor até agora à testa do Movimento, o qual deverá ser imediatamente substituído;

Eleger um Comitê pela Unidade e pela Cooperação, o qual deverá ser mandatado para:

1. Acabar com as divisões no seio do MPLA;
2. Associar o MPLA à FNLA, preservando no entanto sua autonomia;
3. Apoiar o GRAE e dar uma solução ao problema da participação do MPLA nos órgãos do GRAE;
4. Convocar um congresso do MPLA, num prazo máximo de 3 meses, o qual deverá eleger novos órgãos dirigentes do Movimento;
5. Exigir ao Comitê Diretor destituído a entrega de todos os bens e valores do MPLA e uma Comissão que para esse fim será mandatada pelo novo Comitê Diretor.<sup>351</sup>

Assinavam o documento Matias Miguéis, João Bernardo Domingos, Viriato da Cruz, George Manteya Freitas, José Miguel e Antônio Alexandre, que foram eleitos pela Assembleia Nacional Soberana membros do novo executivo supremo do MPLA.

O rompimento radical com o Comitê Diretor liderado por Agostinho Neto é bastante nítido neste pequeno texto, assim como foi curta e direta a resposta do Comitê Diretor do MPLA liderado por Agostinho Neto, que negava a legitimidade da Assembleia Soberana Nacional, declarando que:

---

<sup>351</sup> CRUZ, Viriato. *Proclamação aos Membros do Movimento Popular de Libertação de Angola*. ROCHA, Edmundo, SOARES, Francisco, FERNANDES, Moisés (organizadores). *Viriato da Cruz – o homem e o mito – Porto Amboim (Angola), 1928 – Beijing (China) 1973*. Luanda, Caxinde, 2008, p.402.

O Comitê Diretor, órgão executivo supremo do MPLA, (...) decide expulsar os senhores

José Bernardo Domingos

Viriato da Cruz

Matias Miguéis

José Miguel.<sup>352</sup>

Além da pretensa retirada de autoridade do Comitê Diretor, merece destaque a proposta de Viriato da Cruz de preparar a unidade com a FNLA, apesar de este projeto já ter sido tentado diversas vezes até o momento. Por considerar a FNLA e Holden Roberto agentes do imperialismo norte-americano, o Comitê Diretor se recusava à unidade e considerou a aproximação entre Viriato da Cruz e a FNLA como uma grande traição aos princípios do MPLA.<sup>353</sup>

Formalizava-se, assim, a ruptura entre os grupos liderados por Viriato da Cruz e Agostinho Neto. Entretanto, apesar do comunicado do Comitê Diretor, Viriato da Cruz e seus partidários continuariam afirmando ser membros do MPLA, agora usando a designação “ala Viriato da Cruz”.

Nos dias seguintes à expulsão formal da ala Viriato da Cruz, novos conflitos sacudiriam as estruturas do MPLA, envolvendo disputas diplomáticas, estratégicas e inclusive confrontos físicos entre as partes. No mesmo dia em que a expulsão da ala Viriato da Cruz foi formalizada, o MPLA convocou os membros do movimento para uma reunião em 7 de julho de 1963 na sede do CVAAR, em Léopoldville.

Esta reunião foi palco de um dos mais intensos conflitos ocorridos entre os partidários de Agostinho Neto e os de Viriato da Cruz. Em *Relato dos acontecimentos do MPLA*, texto sem assinatura, mas certamente escrito por um dos correligionários de

---

<sup>352</sup> MPLA. *Comunicado*. 06/07/1963 Disponível em ROCHA, Edmundo, SOARES, Francisco, FERNANDES, Moisés (organizadores). *Viriato da Cruz – o homem e o mito – Porto Amboim (Angola), 1928 – Beijing (China) 1973*. Luanda, Caxinde, 2008, p.404.

<sup>353</sup> Ver entrevista de Lúcio Lara concedida a Marcelo Bittencourt em 1995. Luanda, Angola. Laboratório de História Oral e Imagem.

Viriato da Cruz, há informações preciosas sobre incidentes envolvendo militantes do MPLA:

Em 7-7-1963 (domingo) os expulsos da véspera, foram à reunião. Às 10:20 horas, quando Navias e José Domingos iam a entrar no salão do CVAAR, os guardas da porta (militares do EPLA) negaram-lhes a entrada. Matias ao opor-se à recusa de o deixarem entrar, recebeu um soco de um militar do EPLA. Borborinho. O soldado do EPLA, Salvador da Conceição, tirou uma pistola e apontou-a a Zé Domingos. Enquanto lutava com Salvador, Matias foi apunhalado nas costas. Imediatamente iniciou-se uma luta a socos e ponta-pés, entre cerca de 70 membros do MPLA. Os partidários do grupo Dr. Neto acabaram por fugir. (...) <sup>354</sup>

O desenvolvimento do problema acima relatado gerou ainda algumas prisões pela política congoleza entre os partidários de Viriato da Cruz. Segundo o relato apresentado acima, mais de quarenta militantes do MPLA que discordavam das posturas de Agostinho Neto foram presos, inclusive Viriato da Cruz, Matias Miguéis, José Domingos e José Miguel, que eram acusados de terem um arsenal de guerra escondido em Léopoldville. Sugere-se que a denúncia teria sido feita pela ala liderada por Agostinho Neto. A libertação destes quatro militantes só teria sido viabilizada em função da interferência de autoridades congolezas na questão. <sup>355</sup>

O conflito relatado no documento só pode ser compreendido levando-se em conta o contexto de crise que o MPLA vivia àquela altura e relacionando-o ao dilema que o movimento vivia ao se aproximar a visita da Comissão de Conciliação da Organização da Unidade Africana (OUA). Esta promoveria uma reunião entre FNLA e MPLA para definir qual deles seria reconhecido como principal movimento de libertação de Angola

---

<sup>354</sup> *Relato dos acontecimentos no MPLA*. Disponível em ROCHA, Edmundo, SOARES, Francisco, FERNANDES, Moisés (organizadores). *Viriato da Cruz – o homem e o mito – Porto Amboim (Angola), 1928 – Beijing (China) 1973*. Luanda, Caxinde, 2008, p.405.

<sup>355</sup> *Relato dos acontecimentos no MPLA*. Disponível em ROCHA, Edmundo, SOARES, Francisco, FERNANDES, Moisés (organizadores). *Viriato da Cruz – o homem e o mito – Porto Amboim (Angola), 1928 – Beijing (China) 1973*. Luanda, Caxinde, 2008, p.405.

e deveria liderar a luta contra o colonialismo português. Este apoio da OUA significava, em última instância, excelentes possibilidades ao desenvolvimento do movimento, pois seriam facilitados os contatos diplomáticos, o financiamento e o fornecimento de armamentos para levar adiante a luta pela independência de Angola.

Sendo assim, a disputa entre os partidários de Agostinho Neto e Viriato da Cruz ainda ganhava maior importância neste contexto, uma vez que a visita da Comissão de Conciliação da OUA poderia definir os rumos que o movimento trilharia dali para frente. Portanto, controlar os escritórios e os bens do movimento, assim como ter o apoio dos militantes treinados para fazer a guerra de libertação, era questão central para que o movimento conseguisse se impor como o único capaz de liderar a luta contra o colonialismo português. A disputa entre as alas lideradas por Agostinho Neto e Viriato da Cruz também teria lugar na própria Comissão de Conciliação.

Vale ressaltar que, naquele momento, tudo indicava que a FNLA seria reconhecida como principal movimento anticolonial angolano, pois dispunha de uma estrutura melhor organizada, ao passo que o MPLA passava por uma gravíssima crise interna que resultara na divisão do movimento e na dissidência de Viriato da Cruz, um dos líderes mais importantes do movimento àquela altura.

Tendo em vista este contexto extremamente desfavorável, o MPLA – ala Agostinho Neto iniciou, concomitantemente ao processo de expulsão de Viriato da Cruz e seus pares, a formação de uma nova organização que pudesse fazer frente à FNLA. Para isso, o Comitê Diretor tentou construir uma frente que agregasse outros movimentos anticolonialistas angolanos para dar mais legitimidade ao MPLA, já que as estruturas do movimento seriam expandidas através da criação da Frente Democrática de Libertação de Angola (FDLA), seja em número de militantes seja em importância política.

Mesmo sendo uma decisão política de extrema importância, a criação da FDLA foi acordada apressadamente por alguns dirigentes do MPLA, sem que houvesse uma discussão mais aprofundada com as bases ou mesmo com toda a cúpula política do movimento. Sendo assim, em 8 de julho de 1963, às vésperas da visita da Comissão de Conciliação da OUA, o MPLA capitaneou a formação da FDLA, englobando alguns movimentos que um pouco antes eram acusados pelo MPLA de serem conservadores,

tribalistas e próximos aos interesses dos portugueses, como o Movimento de Defesa dos Interesses de Angola (MDIA), o Movimento Nacional Angolano (MNA), o Ngwizako e a União Nacional dos Trabalhadores Angolanos (UNTA).<sup>356</sup>

No documento de fundação da FDLA, declarava-se a necessidade de combater a imagem enganosa que se formara sobre a FNLA e principalmente o objetivo de unir os mais diversos povos angolanos residentes no interior do país, que pouco eram representados nos movimentos nacionalistas.<sup>357</sup>

É importante mencionar que a aliança entre o MPLA – ala Agostinho Neto e estes pequenos movimentos nacionalistas para a criação da FDLA não representava uma comunhão de ideias e projetos políticos para a Angola pós-independente, como Lúcio Lara destacou:

a gente se serviu de alguns partidecos, tribalistas, a bem da verdade, sim, do norte. Alguns deles tinham estado a serviço dos portugueses, mas que apareceram a nós como dissidências dos partidos.<sup>358</sup>

Formada a FDLA sob as circunstâncias descritas acima, a nova organização buscou ser ouvida pela Comissão de Conciliação. Entretanto, no primeiro dia de reuniões, Holden Roberto apresentou seu relatório sobre a situação do nacionalismo angolano e da FNLA, respondendo às questões que lhe fizeram. Neste primeiro encontro, Agostinho

---

<sup>356</sup>BITTENCOURT, Marcelo. *Estamos Juntos! O MPLA e a luta anticolonial (1961-1974)*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2002. p.217

<sup>357</sup> *Documento que estaria na origem da FDLA*. Documento disponível em LARA, Lúcio. *Um amplo movimento... – itinerário do MPLA através de documentos de Lúcio Lara. Volume III (1963-1964)*. Edição Lúcio Lara: Luanda, 2008., p.173

<sup>358</sup> Ver entrevista de Lúcio Lara concedida a Marcelo Bittencourt em 1995. Luanda, Angola. Laboratório de História Oral e Imagem.

Neto não se pronunciou, pois queria fazê-lo em português, o que a Comissão não aceitou e exigiu seu pronunciamento em francês ou inglês.<sup>359</sup>

Somente no segundo dia de reuniões da Comissão de Conciliação Agostinho Neto tomou a palavra. Entretanto, ao começar a ler seu relatório em nome da FDLA, foi interrompido pelo presidente da Comissão, que não permitiu que Agostinho Neto se pronunciasse em nome daquela organização, uma vez que aquela reunião tinha como objetivo central aproximar FNLA e MPLA.

Após uma longa insistência de Agostinho Neto para que fosse ouvido, a Comissão fez uma pausa para decidir, a portas fechadas, sobre a questão. Neste momento, Viriato da Cruz, que estava assistindo à reunião, escreveu uma carta à Comissão reivindicando que ele fosse ouvido em nome do Comitê Provisório do MPLA.

Por fim, a Comissão de Conciliação insistiu que Agostinho Neto não poderia falar em nome da FDLA e, já que este se recusava a se pronunciar em nome do MPLA, outro representante do movimento o faria, pois havia chegado uma carta à Comissão assinada pelo Comitê Diretor Provisório do movimento. Ao saber que os signatários da carta estavam presentes, a Comissão de Conciliação chamou Viriato da Cruz a assumir o lugar de Agostinho Neto e lhe pediu que, na qualidade de legítimo representante do movimento, explicasse a situação interna do MPLA.

O que se seguiu foi um relato de Viriato da Cruz, replicado por Agostinho Neto, sobre a situação do MPLA e as críticas que ambos faziam às correntes contrárias. O resultado desta discussão pública dos problemas internos do movimento foi bastante prejudicial ao MPLA, não só por expor a instabilidade do movimento naquele momento de crise, mas também por evidenciar a dificuldade de Agostinho Neto em comprovar os números referentes aos guerrilheiros sob seu comando e as ações práticas que teriam sido feitas sob sua liderança pelo MPLA.<sup>360</sup> O relatório apresentado pela Comissão de

---

<sup>359</sup> Alguns analistas destacam que a Comissão de Conciliação tentou beneficiar a FNLA e acabou prejudicando o MPLA – ala Agostinho Neto. Ver MARCUM, John. *The Angolan Revolution. Exile politics and guerrilla warfare (1962-1976)*. Cambridge: The Massachusetts Institute of Technology, 1978.

<sup>360</sup> *Relato dos Acontecimentos no MPLA*. Documento disponível em ROCHA, Edmundo, SOARES, Francisco, FERNANDES, Moisés (organizadores). *Viriato da Cruz – o homem e o mito – Porto Amboim (Angola), 1928 – Beijing (China) 1973*. Luanda, Caxinde, 2008, p. 405-408.



Conciliação foi extremamente negativo para o MPLA, pois recomendava que todo o apoio dado à luta de libertação angolana fosse feito através do Congo-Léopoldville e reconhecia a FNLA como única frente de combate pela independência de Angola. O relatório sugeria ainda que todos os outros movimentos anticolonialistas angolanos se unissem e se submetessem à FNLA.<sup>361</sup> Em suma, o resultado das reuniões foi catastrófico ao MPLA.

Entretanto, os problemas do MPLA ainda estavam longe de acabar e, no final do mês de julho, uma nova dissidência de peso afetaria os rumos do movimento. Por não concordar com a atitude de formar a FDLA sem a devida consulta às bases do movimento e sem uma discussão aprofundada da direção sobre o tema, Mário Pinto de Andrade anunciou sua saída do movimento.<sup>362</sup> Sendo assim, fortalecia-se ainda mais no interior do MPLA a ala liderada por Agostinho Neto, já que Viriato da Cruz e Mário Pinto de Andrade, dirigentes de grande peso político nas decisões internas, haviam se desligado do movimento.

Após a visita da Comissão de Conciliação e as dissidências de Viriato da Cruz e Mário Pinto de Andrade, portanto, o MPLA acabou se enfraquecendo. Engolido pelos reveses das dissidências internas e do fracasso na reunião da Comissão de Conciliação, o MPLA decidiu se transferir para Brazzaville. Sendo assim, a FNLA se fortalecia cada vez mais, o que ficaria ainda evidente com a adesão do MPLA – ala Viriato da Cruz às estruturas do movimento de Holden Roberto.

Viriato da Cruz considerava a FNLA como o único movimento angolano com bases rurais, o que se aproximava de sua tendência ideológica maoísta<sup>363</sup> e facilitava o estreitamento de laços com a China. Sendo assim, a integração do MPLA – ala Viriato da

---

<sup>361</sup> BITTENCOURT, Marcelo. *Estamos Juntos! O MPLA e a luta anticolonial (1961-1974)*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2002. p,219.

<sup>362</sup> ANDRADE, Mário Pinto de. Carta de demissão. Documento disponível em LARA, Lúcio. *Um amplo movimento... – itinerário do MPLA através de documentos de Lúcio Lara. Volume III (1963-1964)*. Edição Lúcio Lara: Luanda, 2008.P.267

<sup>363</sup> O maoísmo foi uma doutrina político-militar criada por Mao Tsé-Tung, caracterizada especialmente por considerar o campesinato como a principal classe social capaz de promover a luta pelo comunismo nos países subdesenvolvidos.

Cruz à FNLA mostrava sua intenção de iniciar uma luta armada a partir das massas camponesas, espaço onde o MPLA não tinha grande adesão.

Todavia, os interesses de Viriato da Cruz na FNLA certamente eram conflitantes com as posturas assumidas por Holden Roberto, que não deixaria que o grupo recém-ingresso ditasse as regras e dominasse o seu movimento. Por haver tantas discordâncias com Viriato da Cruz, a entrada deste grupo na FNLA sofreu forte oposição, principalmente de Jonas Savimbi, que, naquela época, era um dos dirigentes mais destacados da organização.<sup>364</sup>

A aceitação do grupo de Viriato da Cruz só ocorreu a partir de uma intervenção direta de Frantz Fanon,<sup>365</sup> figura próxima a Holden Roberto. Pesaram na decisão de aceitar o MPLA – ala Viriato da Cruz os seguintes fatores: (i) a FNLA apareceria internacionalmente como o principal articulador da unidade do nacionalismo angolano; (ii) as boas relações estabelecidas entre Viriato da Cruz e a China Popular poderiam sugerir uma aproximação entre FNLA e os chineses, o que interessava ao movimento, já que os EUA, principal apoiador internacional do movimento, estava se aproximando diplomaticamente de Portugal; (iii) o grupo de Viriato da Cruz aumentaria o potencial militar da FNLA.<sup>366</sup> Pesados os argumentos favoráveis e contrários, o MPLA – ala Viriato da Cruz foi incorporado pela FNLA em abril de 1964.

A adesão do MPLA – ala Viriato da Cruz à FNLA foi divulgada em um breve comunicado do GRAE em 20 de abril de 1964, adesão esta aprovada por unanimidade

---

<sup>364</sup> A entrada do grupo de Viriato da Cruz na FNLA foi um dos fatores que fizeram Jonas Savimbi entrar em rota de colisão com o movimento. Após sua saída da FNLA, Jonas Savimbi iniciou uma aproximação com o MPLA, mas esta não foi concretizada em função dos desacordos entre as partes. Logo em seguida, Jonas Savimbi fundaria a UNITA.

<sup>365</sup> A postura de Frantz Fanon sobre o nacionalismo angolano não deixa de ser curiosa, pois, apesar de se aproximar ideologicamente dos princípios defendidos pelo MPLA, seu apoio foi dado à FNLA, que era considerada rural e negra, condições indispensáveis, segundo o autor, para se fazer uma revolução em África. Sendo assim, a proximidade da FNLA com os EUA que sugeria uma saída neocolonial para o problema angolano não era uma questão importante para Frantz Fanon. Em contrapartida, o MPLA era visto como um movimento de mestiços que tinha raízes urbanas, com um comportamento muito semelhante àqueles ligados à pequena burguesia, que acabaria impedindo uma verdadeira revolução por ver seus interesses prejudicados.

<sup>366</sup> ROCHA, Edmundo, SOARES, Francisco, FERNANDES, Moisés (organizadores). *Viriato da Cruz – o homem e o mito – Porto Amboim (Angola), 1928 – Beijing (China) 1973*. Luanda, Caxinde, 2008, p.172.

pelo Conselho Nacional da FNLA. No próprio comunicado, já se evidenciava uma questão que seria importante na relação entre o grupo de Viriato da Cruz e a FNLA:

Este facto [adesão do MPLA – ala Viriato da Cruz à FNLA] corresponde ao espírito da Convenção da FNLA a qual, no seu artigo II, recomenda a inclusão de todas as organizações representativas do Povo Angolano que aceitem a política geral da FNLA.<sup>367</sup>

É importante notar a ressalva feita sobre a aceitação da política geral da FNLA pelo grupo liderado por Viriato da Cruz, já que certamente Holden Roberto não estava disposto a modificar as estruturas de seu movimento para se adequar à chegada do grupo liderado que ingressava na FNLA.

Entretanto, Viriato da Cruz pensava ser necessário corrigir alguns problemas da FNLA, tais como a superação do tribalismo dentro do movimento, a ausência de uma ideologia revolucionária coerente e bem definida e, por fim, a ligação estreita entre a FNLA e os EUA. Tratava-se, em suma, de fazer uma transformação radical do movimento a partir dos princípios defendidos por Viriato da Cruz e seus pares.<sup>368</sup>

Sabendo que Viriato da Cruz pretendia se impor sobre o movimento, Holden Roberto tratou logo de diminuir a importância do grupo que acabara de ingressar nas fileiras da FNLA. É necessário mencionar que, como foi apontado anteriormente, a FNLA manipulava habilmente o racismo entre os membros de sua base, de maneira que a presença de Viriato da Cruz, um mestiço vindo do MPLA, não foi bem aceita pelas massas em que a FNLA tinha maior inserção. Por fim, ainda vale ressaltar que havia um

---

<sup>367</sup> GRAE. *O MPLA dirigido por Viriato se une à FNLA*. 20/04/1964. Documento disponível em ROCHA, Edmundo, SOARES, Francisco, FERNANDES, Moisés (organizadores). *Viriato da Cruz – o homem e o mito – Porto Amboim (Angola), 1928 – Beijing (China) 1973*. Luanda, Caxinde, 2008, p. 414.

<sup>368</sup> *Entrevista de Holden Roberto a Edmundo Rocha*. Citada em ROCHA, Edmundo, SOARES, Francisco, FERNANDES, Moisés (organizadores). *Viriato da Cruz – o homem e o mito – Porto Amboim (Angola), 1928 – Beijing (China) 1973*. Luanda, Caxinde, 2008, p. 169.

desconforto entre os dirigentes do movimento em relação à presença de Viriato da Cruz, antigo rival de muitos nacionalistas ali presentes.

Sendo assim, em pouco tempo, Viriato da Cruz entrou em rota de colisão com Holden Roberto. Ao perceber que não teria grande espaço político na FNLA e notar que a situação de conflito com MPLA estava cada vez mais séria, o que colocava a sua vida em risco, Viriato da Cruz decidiu se retirar de Angola e romper os vínculos com a FNLA. Este temor mostrou-se justificado em 1965, quando Matias Miguéis e José Miguel foram executados pelo MPLA no Congo-Brazzaville sob acusação de alta traição. Após uma breve permanência na Argélia, Viriato da Cruz se mudou para a China, onde pensava ter possibilidades de conseguir apoio para continuar a luta pela independência de Angola, fato que não se concretizou até a sua morte em 1973.

Uma vez apresentada a crise que levou à cisão entre o MPLA e Viriato da Cruz, é possível perceber que a questão identitária em Angola, pelo menos até aquele momento (1962-1964), ainda era um problema bastante sério nas fileiras do MPLA e também em Angola como um todo. Como vimos, esta crise foi iniciada através da argumentação exposta por Viriato da Cruz de que os mestiços não deveriam atuar na linha de frente do MPLA, pois tanto as massas quanto a UPA poderiam acusar o movimento de não representar o povo angolano, identificado majoritariamente com os negros. Logo de início, portanto, a questão racial se apresentou como um problema a ser solucionado dentro do MPLA.

A preocupação apontada por Viriato da Cruz de que as massas angolanas não se sentiriam representadas em um movimento liderado por mestiços, apesar de ser uma análise pessoal, demonstra um pensamento corrente à época sobre a questão racial entre os angolanos. Atingidas cada vez mais pelo recrudescimento do colonialismo, as massas pareciam, de fato, ver na questão racial um dos fatores que definiam a identidade nacional, sendo os angolanos identificados como negros. A definição de identidade nacional elaborada nas décadas de 1940 e 1950 pelos movimentos culturais luandenses, ao defender a união de todos os angolanos sem quaisquer distinções, não parecia, então, ter uma adesão absoluta entre as massas angolanas.

Entretanto, mesmo compreendendo a importância da argumentação de Viriato da Cruz, Agostinho Neto se valeu da definição de identidade nacional exposta nos documentos fundadores do MPLA para tirar a legitimidade da proposta de remodelação do Comitê Diretor, pois fazê-lo seria cair em contradição com os princípios do movimento, que defendia que não se fizesse qualquer diferença entre os angolanos baseadas em raça, etnia, religião, ideologia etc. Negava-se, pois, a validade da questão racial como um fator mobilizador para a luta anticolonial em Angola ao se insistir em um argumento identitário que não fazia distinções entre quaisquer angolanos.

Estabelecido o rompimento entre Agostinho Neto e Viriato da Cruz, as críticas deste foram aprofundadas e expandidas para outras áreas que iam além da questão racial, entre elas a vivência durante o período colonial. Viriato da Cruz, então, expôs sua argumentação com base em um estudo sociológico que dizia serem os líderes do MPLA indivíduos beneficiados historicamente pelo colonialismo, o que lhes distanciava das massas negras angolanas, que só teriam conhecido a face mais perversa desta dominação. Por terem vivido sob uma situação de privilégio durante o colonialismo, os líderes do MPLA que se opunham a Viriato da Cruz não teriam, segundo ele, a legitimidade para liderar a luta pela independência de Angola, tampouco para colaborar com a construção da nação. Portanto, Viriato da Cruz associava o posicionamento histórico dos assimilados à questão racial para tirar a legitimidade dos seus opositores na direção do MPLA.

Entretanto, mesmo tecendo duras críticas à direção do MPLA, ao fim da crise e com seu rompimento definitivo com o movimento, Viriato da Cruz acabou se aliando à FNLA, movimento que fora duramente criticado pelo MPLA por ter bases étnicas muito nítidas. Ora, o mesmo Viriato da Cruz, enquanto fazia parte da direção do MPLA, contribuiu para elaborar a crítica de bases étnicas à FNLA, o que causava estranheza ao se tornar pública sua aliança com Holden Roberto.

Da mesma maneira, o MPLA também se aliaria a movimentos de bases tribalistas ao formar a FDLA, alianças estas que causariam o afastamento de Mário Pinto de Andrade. Nesta ocasião, nada foi falado abertamente sobre a aliança com os grupos que compunham a FDLA, o que demonstrava uma necessidade da direção do MPLA passar por cima da argumentação identitária que outrora lhe servira para criticar seus adversários no campo do nacionalismo angolano.

Podemos considerar, então, que a argumentação com base na identidade nacional angolana se tornou, àquela altura, um importante capital político para deslegitimar oponentes. Entretanto, mesmo servindo de base para atacar os oponentes, a definição de identidade nacional não foi tão respeitada quando não interessava politicamente, como pode ser observado pela formação da FDLA e pela aliança entre Viriato da Cruz e a FNLA. Havia, em suma, uma maleabilidade em relação à identidade nacional definida principalmente pelos interesses políticos.

Portanto, a identidade nacional angolana, mesmo que definida com clareza nos documentos fundadores do MPLA, ainda era um ponto de intensa disputa, servindo também como um valioso capital político entre as partes em contenda. Percebe-se, enfim, que questões bastante elementares ainda eram bastante sujeitas às variações políticas e aos interesses pessoais dentro do MPLA.

### **3.2. A Revolta do Leste (1969-1974)**

A crise decorrente das críticas levantadas por Viriato da Cruz e seus pares abalou as estruturas do MPLA, não só por envolver um dos mais prestigiados membros desta organização, mas principalmente porque tocou em questões latentes dentro do movimento. Após viver esta crise, o MPLA precisou dar novos rumos à guerra de libertação nacional, que não vinha avançando como o esperado.

Depois de sua instalação do movimento no Congo-Brazzaville em 1963, o MPLA passou a se beneficiar do clima revolucionário do novo país que o abrigava, onde pôde, enfim, dispor de alguma liberdade para levar adiante a luta pela independência de Angola. Depois da grave crise que abalou o movimento em 1962, o MPLA precisou, então, se reorganizar, já que muitos membros haviam se transferido para a FNLA ou simplesmente abandonado a luta anticolonial. Para fazê-lo, o MPLA convocou a Conferência Nacional de Quadros, realizada em Brazzaville em janeiro de 1964. Neste primeiro espaço de debates após a crise política que abalara o movimento, a direção foi

duramente criticada pela imobilidade em que se encontrava a luta armada contra as forças colonialistas:

A luta armada que se desencadeou em Fevereiro de 1961 no nosso país continua a ter um carácter essencialmente insurrecional, mas, na prática, sem organização, sem direcção, isolada da maioria da população africana, limitada a uma pequena parte do território e, finalmente, com escassez de armas e munições.<sup>369</sup>

As palavras de ordem que se ouviu na Conferência Nacional de Quadros do MPLA foram: “todos para o interior” e “generalização da luta armada”.

Sendo assim, com a nova situação de liberdade em que vivia no Congo-Brazzaville, o MPLA conseguiu se reestruturar e abrir uma nova frente de batalha contra o colonialismo em Cabinda,<sup>370</sup> que seria chamada de II Frente Político-Militar.<sup>371</sup> Apesar da abertura desta nova frente de combate, a situação da guerra de libertação de Angola continuou estável, sem alterações substanciais na relação entre as forças colonialistas portuguesas e as nacionalistas angolanas. O setor militar do MPLA sofreu também com a crise desencadeada em 1962, seja em razão da perda de diversos combatentes para a ala Viriato da Cruz seja pela saída de Matias Miguéis<sup>372</sup> e Manuel de Lima,<sup>373</sup> dois membros importantes para o avanço da guerra no interior de Angola.

Sob o mesmo pensamento de aumentar a atividade militar em Angola, o MPLA também pretendia lutar em outras regiões além das I e II Regiões Político-

---

<sup>369</sup> MPLA. *Documento final da Conferência Nacional de Quadros do MPLA*. Citado por TALI, Jean-Michel Mabeko. *O MPLA perante si mesmo (1962-1977)*. Luanda: Nzila, 2001. Volume 1 p..109.

<sup>370</sup> O território de Cabinda tem a particularidade de ser um enclave, portanto não há continuidade terrestre com o restante do território angolano, o que sem dúvida trazia limitações à guerra anticolonial que ali se praticava. Ver Mapa de Angola com destaque ao enclave de Cabinda no Anexo 2.

<sup>371</sup> Entendia-se que o Norte de Angola, região que foi palco dos primeiros ataques às forças colonialistas portuguesas, era a I Região Político-Militar de Angola. Ver Mapa das Regiões Político-Militares do MPLA no Anexo 3.

<sup>372</sup> Em 1962, o Comitê Diretor do MPLA definiu que Matias Miguéis seria o responsável por dirigir as ações militares no interior de Angola

<sup>373</sup> Fundador do EPLA e importante comandante das forças do MPLA.

Militares. Entretanto, para acessar o Leste, a parte do território onde se previa que a luta de libertação ganharia fôlego, as tropas do MPLA precisariam transitar em território do Congo-Léopoldville, o que não era possível em função do agravamento das relações entre o governo deste país e a direção do MPLA. Sendo assim, a luta anticolonial empreendida pelo movimento ficou bastante limitada a Cabinda e ao Norte de Angola.

Todavia, a situação de clausura e imobilismo nas I e II Regiões Político-Militares vivida pela luta armada do MPLA começaria a se modificar em 1964, quando a Rodésia do Norte obteve sua independência formal, tornando-se Zâmbia. Liderado por Kenneth Kaunda,<sup>374</sup> este processo de independência se tornaria importantíssimo ao MPLA, já que um novo espaço próximo à frente Leste poderia ser ocupado. Desta maneira, a estratégia militar do movimento acabou se invertendo, pois, ao contrário da intenção de partir das I e II Regiões para alcançar o Leste, passou-se a lutar a partir desta região para se alcançar o Norte.

Para o estabelecimento de uma relação privilegiada com a Zâmbia, o MPLA contou com a estreita relação que mantinha com Julius Nyerere,<sup>375</sup> antigo e importante militante da luta anticolonial africana que se tornara presidente da Tanzânia. Como a Zâmbia não tem acesso ao mar, os portos tanzanianos significavam um importante ponto de escoamento para a sua produção mineral e agrícola. Sendo assim, a proximidade com Julius Nyerere possibilitou que o MPLA estreitasse os laços com o governo da Zâmbia.

Entretanto, um dos pontos mais delicados na relação entre MPLA e o governo zambiano foi a questão referente ao caminho-de-ferro de Benguela, importante ferrovia que liga Lobito, na costa atlântica, à costa Leste angolana, constituindo-se um meio de transporte fundamental para as cargas zambianas. Por sua vez, o MPLA via o caminho de ferro de Benguela como um importante instrumento que beneficiava a economia colonial portuguesa, sendo, então, um alvo em potencial para as ações da guerrilha. Portanto, o

---

<sup>374</sup> Kenneth David Kaunda nasceu em 1921 na então Rodésia do Norte, país que, após sua independência, mudou seu nome para Zâmbia. Após se envolver na luta anticolonial, Kenneth Kuanda governou a Zâmbia entre 1964 e 1991.

<sup>375</sup> Julius Nyerere nasceu em 1922. Formou-se em História e Economia na Universidade Makerere, em Kampala (Uganda). Exerceu a profissão de professor e foi um dos fundadores do Tanganyika African National Union, que levou o país à independência. Tornou-se o primeiro presidente de Tanganica, conduzindo a unidade com Zanzibar, a partir da qual foi criada a República Unida da Tanzânia. Foi presidente até 1985, quando decidiu por abandonar a carreira política. Faleceu em 1999.



apoio da Zâmbia ao MPLA passava por um acordo tácito de que o movimento não atacaria o caminho de ferro de Benguela.

Sendo assim, motivado pela necessidade de fazer avançar a luta anticolonial, o MPLA transferiu parte de sua direção para Lusaka, capital da Zâmbia, iniciando assim a preparação para a abertura das III, IV e V Regiões Político-Militares. Então, a partir de 18 de março de 1966, data da primeira ação no Leste promovida pelo MPLA, a guerrilha avançaria com certa facilidade pela região, causando um clima de empolgação e euforia entre os militantes e a direção do movimento. Este rápido avanço no Leste, associado à imobilidade da guerra nas I e II Regiões, faria com que o MPLA transferisse recursos, armamentos e combatentes para a frente Leste.

A região Leste de Angola, que compreendia os distritos de Lunda, Moxico e Cuando Cubango, tinha os níveis de densidade demográfica mais baixos de toda a colônia. Durante todo o período de colonial, Portugal pouco explorou a referida região, de maneira que os contatos entre portugueses e as populações locais foi bastante limitado. O Leste angolano, portanto, não foi integrado de uma maneira completa à economia colonial, sendo a agricultura de subsistência a atividade mais desenvolvida na região.

Vivendo isolada do planalto central e do litoral, áreas integradas à economia colonial, as populações do Leste de Angola mantiveram os seus laços étnicos e regionais em um grau muito mais intenso do que ocorria nas demais regiões angolanas. Ao mesmo tempo, sem este contato próximo com o colonialismo, estas populações do Leste de Angola também ficaram excluídas do acesso a uma educação formal, que era oferecida pelo Estado ou pelas missões religiosas em outras áreas da colônia.<sup>376</sup>

Sendo a região Leste bastante isolada do restante da colônia – não à toa que os distritos de Moxico e Cuando Cubango eram chamados de “terras do fim do mundo” - e sem dispor de indivíduos escolarizados, a tarefa de conquistar novos militantes se mostrou mais difícil ao MPLA. Sem ter grande proximidade com o colonialismo, a

---

<sup>376</sup> TALI, Jean-Michel Mabeko. *O MPLA perante si mesmo (1962-1977)*. Luanda: Nzila, 2001. Volume 1, p.126.

população do Leste não era facilmente captada pelo discurso anticolonial, já que não conhecia profundamente como o sistema de exploração ocorria.

Uma outra dificuldade que deve ser apontada como um problema para o MPLA captar as populações do Leste era a presença da UNITA. Apesar de sua notável fraqueza militar, o movimento liderado por Jonas Savimbi era mais um obstáculo para a aproximação entre os combatentes do MPLA e as populações do Leste, principalmente aquelas originárias do planalto central, onde há a predominância do grupo étnico ovimbundo, principal base de arregimentação de militantes de que a UNITA dispunha. Além disso, houve alguns episódios de confronto direto entre os dois movimentos, sendo que, em geral, o MPLA saiu em vantagem. Nesta situação de constante confronto com o MPLA, a UNITA celebrou um acordo de não-agressão com as autoridades coloniais portuguesas. Um pouco mais adiante, um acordo nos mesmos termos foi assinado com a FNLA, provando que o MPLA era considerado o principal obstáculo na região Leste, tanto por portugueses quanto por Jonas Savimbi e Holden Roberto.<sup>377</sup>

Dadas estas características, não é difícil entender o porquê do MPLA ter recorrido a combatentes das I e II Regiões Político-Militares para fazer avançar a luta no Leste angolano. Ao recrutar estes combatentes do Norte, o MPLA buscava elementos com mais vivência dentro do movimento e também aqueles mais experientes nas ações de guerra, já que o Norte, principalmente Cabinda, era considerado como uma grande escola de combatentes em função das dificuldades extremas encontradas na guerrilha da região. Desta maneira, a palavra de ordem “todos para o interior” ganhava mais força ainda, já que o fluxo de combatentes para o Leste foi estimulado.

A chegada de tantos combatentes do MPLA à região Leste proporcionou o surgimento de uma comunidade com seus próprios modos de vida. As principais bases montadas pelo MPLA foram criadas no território da Zâmbia, sendo muitas delas próximas à fronteira angolana. Nestes espaços onde indivíduos de diferentes origens passaram a

---

<sup>377</sup> Ver BITTENCOURT, Marcelo. *Estamos Juntos! O MPLA e a luta anticolonial (1961-1974)*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2002. p.501-504. Ver também MINTER, William (org.). *Operation Timber: pages from the Savimbi Dossier*; New Jersey: Africa World Press, 1988.

conviver, houve também uma intensa troca de experiências, de maneira que os membros do MPLA transferidos de outra região para o Leste desempenharam a função de instrução da população local, tanto através da organização das escolas quanto através da difusão de informações sobre alimentação, higiene e luta anticolonial.

Merece destaque a atuação da Organização da Mulher Angolana (OMA) através de programas de alfabetização, chegando a ganhar o prêmio literário Nadejda Krupskaya da UNESCO. A OMA teria preparado seu material de alfabetização na Argélia, onde entrou em contato com o método de alfabetização desenvolvido por Paulo Freire.<sup>378</sup> A experiência de alfabetização feita pelos cubanos também se tornou uma importante referência a este projeto da OMA.<sup>379</sup>

Entretanto, as dificuldades de atuação nestes primeiros contatos podiam ser percebidas através das diferenças entre algumas propostas dos militantes do MPLA e as tradições locais, como foi relatado por Ruth Neto:

---

<sup>378</sup> O método de alfabetização de adultos desenvolvido por Paulo Freire visa articular o aprendizado da leitura com a realidade social em que o educando está inserido, sendo também um instrumento de transformação social. O método envolve três etapas principais: (i) a investigação de temas e palavras mais significativas para o educando; (ii) a tematização, momento em que se toma consciência da realidade social através da análise dos significados sociais dos temas e palavras estudados; e (iii) a problematização, etapa a partir da qual o professor estimula o educando a superar uma visão simplista do mundo de maneira que haja a conscientização. Sendo assim, é importante notar que o método Paulo Freire serviu perfeitamente às atividades do MPLA, uma vez que se dava muita importância para a alfabetização em Angola, bem como a criação de cidadãos mais conscientes para a conquista e construção do futuro país independente.

<sup>379</sup> Ver entrevista de Adolfo Maria a Marcelo Bittencourt. Citado em BITTENCOURT, Marcelo. *Estamos Juntos! O MPLA e a luta anticolonial (1961-1974)*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2002. p.457.

Era um trabalho de mobilização (...) porque há neste processo toda a questão das tradições. E aí com os sobas e aqueles velhos era impossível. Mesmo as mulheres não aceitavam muita coisa. Ainda hoje não aceitam, já no país independente (...) Porque muitas mulheres – embora se fizesse alfabetização geral – não iam, não participavam, muitas delas não aceitavam. Umas diziam: “Eu já sou velha, já não aprendo mais”, [enquanto outras ressaltavam]: “Eu sou mulher, não preciso, se o meu marido aprender já é muito bom”. Então, nesta base, nós fazíamos o trabalho. E também por causa da higiene das crianças; a questão delas amamentarem os filhos até muito tarde. Elas tinham que fazer vários serviços, vários trabalhos e então iam com os filhos nas costas, (...) a capinar, com o filho pendurado no seio. Essa era uma base de iniciação para o trabalho com as mulheres.<sup>380</sup>

Mesmo havendo algumas dificuldades nestes primeiros contatos com as populações locais, a tentativa de conscientização empreendida pelo MPLA continuou, já que esta era uma das frentes mais importantes para o movimento conseguir ganhar o apoio das populações angolanas.

Um documento muito interessante capturado pela PIDE em 1968 mostra como a questão da formação dos militantes era trabalhada pelo MPLA. Feito em forma de questionário de perguntas e respostas, o documento mostra questões importantes sobre a forma como o MPLA tentava formar seus militantes através de uma abordagem que também se valia da questão racial para se construir uma identificação entre os angolanos.

---

<sup>380</sup> Entrevista de Ruth Neto, em 2 de fevereiro de 1991, a Maria da Conceição Neto e Nicásia Casimiro Dias. Citado por BITTENCOURT, Marcelo. *Estamos Juntos! O MPLA e a luta anticolonial (1961-1974)*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2002. p.459.

O que é Angola? Angola é um território africano situado no ocidente do continente africano. 2. Angola é o único país africano? Angola não é o único país africano. Em África há mais países africanos como: Congo-Kinshasa, o Congo Brazzaville, Argélia, Gana, Guiné, Moçambique, etc. (...) 4. Quem são os angolanos ou africanos que vivem em Angola? Os angolanos ou então africanos habitantes de Angola são os pretos e os mestiços nascidos em Angola. 5. Os brancos que vivem em Angola são angolanos? Os brancos que vivem em Angola não são angolanos. Eles são na sua maioria portugueses. (...) 33. Quem são os países socialistas? Os países socialistas são países da Europa, são portanto brancos. Mas são brancos diferentes dos portugueses e dos imperialistas. 34. Porque é que são diferentes? Porque eles querem que todo o mundo fique livre; viva bem; eles querem que o povo angolano fique independente, e seja o único dono do café, do cacau, do diamante e do petróleo que se encontra no território angolano. 35. Então todos os brancos não são maus? Não, todos os brancos não são maus, assim como todos os pretos não são bons. Por exemplo, os brancos que são contra a opressão e exploração são nossos amigos. Portanto são bons. Exemplo: os soviéticos, os cubanos, etc., são. Enquanto que a UPA, Holden Roberto é preto, mas é nosso inimigo, ou seja, do povo angolano.<sup>381</sup>

Chama a atenção, neste documento, como a questão da identidade nacional angolana era trabalhada pelo MPLA através da articulação dos problemas do colonialismo com a questão racial. Definindo que somente os negros e os mestiços nascidos em Angola poderiam ser considerados angolanos, excluía-se os brancos da identidade nacional que se buscava formar para a Angola independente.

Entretanto, como afirma o documento, nem todos os brancos seriam maus como os portugueses e imperialistas, sendo que o que definia a sua bondade era a adesão às ideias socialistas. Da mesma forma, nem todos os pretos angolanos seriam bons, já que alguns, como Holden Roberto, seriam inimigos do MPLA e, conseqüentemente, de Angola.

---

<sup>381</sup> Documento citado em BITTENCOURT, Marcelo. *Estamos Juntos! O MPLA e a luta anticolonial (1961-1974)*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2002., p.462.

O que vale ressaltar deste documento é que a questão racial, mesmo que muito discutida nas assembleias do movimento desde a sua formação, jamais deixou de ser um elemento importante de mobilização das bases. Ao propor uma discussão com base na raça para definir quem são os angolanos, o MPLA buscava se aproximar das massas a quem o discurso se dirigia, mesmo que esta definição da identidade nacional fosse contraditória com aquilo que o movimento afirmava em seus documentos fundadores. Sendo assim, é possível afirmar que, mesmo com uma definição clara em seus estatutos, a raça sempre foi um fator de mobilização de militantes, o que mostra que o ideal de identidade nacional que vinha sendo defendido desde as décadas de 1940 e 1950 não teve uma adesão calorosa nas massas.

É interessante notar que o racismo como fator de mobilização das massas angolanas já fora apontado por Viriato da Cruz anteriormente, mas a direção do MPLA não concordou com sua argumentação à época, principalmente porque Viriato da Cruz estava em rota de colisão com a direção do movimento e este argumento favoreceria seus posicionamentos. Portanto, uma vez mais, destaca-se aqui que os fatores que compunham a identidade nacional defendida a nível discursivo pelo MPLA foram instrumentalizados de acordo com as necessidades políticas que o movimento enfrentava.

Na tentativa de mobilização no Leste angolano, entretanto, os contatos entre os militantes vindos do Norte com as populações rurais do Leste revelaram diversos problemas que acabariam gerando mais uma grave crise interna no MPLA. Entre estes problemas, destacou-se a diferença estabelecida entre os indivíduos vindos do Norte em relação àqueles originários do Leste. Nas bases que o MPLA estabeleceu na Zâmbia, em geral, as casas dos chefes militares eram maiores e melhor abastecidas de gêneros se comparadas à situação média das casas destinadas aos combatentes da base, que eram bastante simples e não dispunham de uma dieta alimentar tão boa quanto a de seus superiores na hierarquia do movimento. A possibilidade de fazer viagens também era uma exclusividade dos chefes militares, sendo que os objetos que estes traziam de suas

viagens, tais como vestimentas e utensílios, também serviam como um símbolo de distinção social.<sup>382</sup>

Estes problemas ocorridos nas bases do MPLA na Zâmbia se repetiriam também na gestão da guerrilha da frente Leste, onde os chefes militares acabaram expandindo os seus privilégios através de uma situação de sujeição não institucionalizada sobre os combatentes. Era comum, naquela região, a prática dos chefes militares não carregarem suas próprias mochilas, transferindo esta tarefa a um dos combatentes quando havia operação militar. Entretanto, mais grave ainda do que a prática do transporte da mochila do chefe era o autoritarismo que marcava as relações entre os militares superiores e seus subordinados, o que abria espaço para punições extremamente severas ao menor sinal de erro, como, por exemplo, o fuzilamento daqueles que não cumpriam estritamente as designações dadas pelos seus chefes ou daqueles que cometiam atos de indisciplina.<sup>383</sup>

Como foi apontado acima, é importante ter em mente que os principais chefes militares que lideravam a luta anticolonial na frente Leste eram originários do Norte de Angola, já que o MPLA teve grandes dificuldades para encontrar quadros quando abriu as III, IV e V Frentes Político-Militares. Em função de sua experiência na guerrilha no Norte angolano, estes chefes militares foram levados ao Leste para liderar os novos combatentes que ingressavam no MPLA.

Neste contexto de expansão da guerrilha, os vínculos de solidariedade, como raça, etnia, região, profissão, amizade, religião etc., ganharam importância na ascensão dos militantes dentro do movimento. Já que as regras de promoção dentro das estruturas militares do MPLA eram pouco claras e, quando existiam, eram pouco respeitadas, estes vínculos de solidariedade se tornaram importantes trunfos para a ocupação de melhores cargos e concessão de alguns benefícios.<sup>384</sup>

---

<sup>382</sup> TALI, Jean-Michel Mabeko. *O MPLA perante si mesmo (1962-1977)*. Luanda: Nzila, 2001. Volume 1. p.129-130.

<sup>383</sup> TALI, Jean-Michel Mabeko. *O MPLA perante si mesmo (1962-1977)*. Luanda: Nzila, 2001. Volume 1 p.130

<sup>384</sup> BITTENCOURT, Marcelo. *Estamos Juntos! O MPLA e a luta anticolonial (1961-1974)*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2002. p.448 e p.583.

Sendo assim, não tardou para as populações da região Leste, submetidas ao autoritarismo daqueles que chamavam de *Kamundongo/Kambokoyo*, ou seja, aqueles vindos do Norte, iniciarem protestos marcados pelas questões étnicas, raciais e regionais, uma vez que aqueles vínculos de solidariedade que pesavam nas decisões do MPLA acabaram impedindo a ascensão das populações do Leste.<sup>385</sup>

As críticas ao comportamento dos comandantes da guerrilha na Frente Leste começaram a ganhar voz em 1968, o que pode ser percebido através do documento final da I Assembleia Regional da III Região Político-Militar do MPLA, acontecida em agosto de 1968. Este relatório enfatizava que a guerrilha do MPLA tinha diversos problemas, sendo os mais graves a falta de organização, os privilégios a determinados grupos que dominavam o MPLA, a escassez de material militar adequado e, por fim, a carência de gêneros alimentícios.<sup>386</sup> No ano seguinte, a situação ainda se agravaria.

Entre 1966 e 1969, a guerrilha na frente Leste conseguiu avançar satisfatoriamente. Contudo, a partir de 1969, o progresso da guerrilha acabou perdendo força, principalmente porque as tropas colonialistas portuguesas mudaram a sua forma de fazer a guerra, utilizando-se, além da guerra direta contra os nacionalistas, também de bombas *napalm*, armas químicas desfolhantes e o transporte aéreo de suas forças.<sup>387</sup>

O efeito desta mudança de Portugal na forma de conduzir a guerra anticolonial foi bastante duro ao MPLA e às populações do Leste, uma vez que a contaminação do solo e a destruição das pequenas plantações que sustentavam as bases militares gerou uma crise alimentar de proporções consideráveis. O que se seguiu a esta contraofensiva portuguesa no Leste e à crise alimentar por ela provocada foi um intenso movimento de debandada em direção à fronteira zambiana, tanto por parte dos

---

<sup>385</sup> BITTENCOURT, Marcelo. *Estamos Juntos! O MPLA e a luta anticolonial (1961-1974)*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2002., p.449.

<sup>386</sup> BITTENCOURT, Marcelo. *Estamos Juntos! O MPLA e a luta anticolonial (1961-1974)*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2002., p.447

<sup>387</sup> Esta tática de guerra era uma influência daquilo que fora feito pelos EUA no Vietnã.



camponeses da região quanto por parte de combatentes do MPLA, já que a fome atingiu todos aqueles que dependiam da agricultura da região.

Neste contexto de agravamento da situação da guerrilha no Leste, aqueles problemas apontados acima sobre os privilégios desfrutados por comandantes e o autoritarismo que marcava sua relação com os combatentes da base acabaram se tornando mais acentuados ainda. Logo as bases do movimento se manifestaram.

A primeira manifestação de maior vulto ocorrida na Frente Leste se deu a partir da execução sumária de António Camango na sub-região Sul da Frente Leste. Por ser um dos poucos dirigentes originários da região que conseguira ascender na hierarquia militar do MPLA, sua execução foi entendida como uma ação deliberada para impedir que guerrilheiros do Leste ascendessem no movimento e, posteriormente, no Estado independente.

A revolta se iniciou em novembro de 1969, liderada por Barnabé de Freitas,<sup>388</sup> conhecido pela alcunha de Jiboia, seu nome de guerra. Jiboia era do grupo étnico mbundo e se destacou por ser um grande agitador político na região Leste, fato que lhe conferiu uma importante influência sobre as populações locais. Além de protestarem contra o autoritarismo que marcava as relações entre os chefes militares e os combatentes do MPLA, que era exemplificado pela execução de António Camango, a Revolta Jiboia também apresentava outras críticas, como a utilização de armamentos obsoletos no Leste, as dificuldades logísticas para se fazer a guerrilha, a crescente situação de penúria vivida pelas bases do movimento, a ausência dos dirigentes do MPLA nas frentes de batalha e a exclusão das populações do Leste das oportunidades de instrução que o movimento conferia a militantes do Norte.<sup>389</sup>

Entretanto, como foi visto anteriormente, praticamente todas estas reivindicações da Revolta Jiboia já haviam sido apresentadas em 1968, na I Assembleia

---

<sup>388</sup> Barnabé de Freitas nasceu na região de Lumbala N'guimbo, em Angola. Ao integrar-se ao MPLA, passou por um curso de formação na Bulgária, onde recebeu a alcunha de Jiboia. Foi um dos protagonistas da primeira fase da Revolta do Leste. Após sua aproximação com Daniel Chipenda, assumiu o nome de Katuwa Mitwe.

<sup>389</sup> TALI, Jean-Michel Mabeko. *O MPLA perante si mesmo (1962-1977)*. Luanda: Nzila, 2001. Volume 1. p.135-136.

Regional da III Região Político-Militar do MPLA. O que conferiu um grau mais grave à Revolta Jiboia foi a articulação destas reivindicações com aspectos étnicos e regionais. Os problemas do cotidiano enfrentados na guerrilha passaram a ser vistos sob um viés mais étnico, que afirmava que, por serem os dirigentes do movimento bacongo ou quimbundo, estes dois grupos étnicos desfrutavam de privilégios e de melhores cargos na estrutura do MPLA, enquanto as populações do Leste acabavam servindo somente na guerrilha, sem haver possibilidade de ascensão na hierarquia militar do movimento.<sup>390</sup>

A partir destas críticas, Jiboia propôs que o movimento por ele liderado fizesse uma caminhada do interior do distrito de Moxico em direção à fronteira com a Zâmbia. O objetivo principal desta caminhada seria chegar até a capital Lusaka, onde a direção do MPLA estava instalada e apresentar ao presidente Agostinho Neto a situação vivida na frente Leste. Contudo, a caminhada perdeu força antes de chegar ao seu destino final.

A direção do MPLA, entretanto, agiu com cautela e designou um dos seus dirigentes para dialogar com os revoltosos. Daniel Chipenda<sup>391</sup> recebeu a missão de ser um interlocutor entre os comandantes da Revolta Jiboia e a direção do MPLA, o que lhe permitiu que entrasse em contato direto com as reivindicações dos manifestantes. O fato de Daniel Chipenda ser um ovimbundo e não um dos dirigentes originários do Norte já lhe conferia uma vantagem, já que ele era visto pelas bases da Revolta Jiboia como um membro da direção que não participava do grupo das etnias privilegiadas no MPLA. Sendo assim, foi possível uma aproximação entre a Revolta Jiboia e Daniel Chipenda, o que seria importante um pouco mais adiante.

Após o contato entre os manifestantes promotores da Revolta Jiboia e Daniel Chipenda, a agitação perdeu força, dispersando-se os revoltosos, que retornaram às suas

---

<sup>390</sup> BITTENCOURT, Marcelo. *Estamos Juntos! O MPLA e a luta anticolonial (1961-1974)*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2002. p.475

<sup>391</sup> Daniel Júlio Chipenda nasceu em 1931. Iniciou seus contatos com o MPLA ainda quando estava em Portugal para realizar os seus estudos superiores. Após se integrar ao movimento em Léopoldville em 1962, assumiu a presidência da JMPLA. Posteriormente, fez parte do mais alto escalão diretivo do MPLA. Desempenhou importante função na Frente Leste de Angola e, ao entrar em contato com as reivindicações da Revolta Jiboia, entrou em rota de colisão com os órgãos diretivos do MPLA, promovendo a Revolta do Leste. Faleceu em 1997.

bases de origem. A única resposta da direção a esta manifestação política dos combatentes do Leste foi a transferência de Jiboia da zona C para a zona D da III Região Político-Militar, afastando assim o líder da revolta de sua base de apoio.

Mesmo malograda, a Revolta Jiboia teve um significado extremamente importante, pois foi a primeira manifestação de uma identidade política do Leste que se formava durante a luta pela independência de Angola. Além da associação entre as reivindicações dos revoltosos e uma leitura étnica da situação, há que se ressaltar que este também foi um movimento que pode ser interpretado a partir de um viés regional, já que se formava uma identidade do Leste em oposição àqueles originários do Norte da colônia. A Revolta Jiboia também significou ao MPLA a ruptura do pacto que fora estabelecido entre as populações locais e a direção do movimento.<sup>392</sup>

Durante a Revolta Jiboia, Daniel Chipenda foi aconselhado por Keneth Kuanda e Julius Nyerere a servir como intermediário entre os revoltosos e a direção do MPLA para evitar que esta revolta ganhasse proporções problemáticas ao movimento. Esta indicação também seria corroborada, como vimos, pela direção do MPLA, que contava com Daniel Chipenda para negociar com os revoltosos.

Neste primeiro contato entre a Revolta Jiboia e Daniel Chipenda, houve a apresentação das razões pelas quais os revoltosos se manifestavam, fato que possibilitou que o dirigente do MPLA entrasse em contato com as reivindicações vindas das bases do Leste. Merece destaque o comentário de Daniel Chipenda acerca deste primeiro contato com os revoltosos:

---

<sup>392</sup> TALI, Jean-Michel Mabeko. *O MPLA perante si mesmo (1962-1977)*. Luanda: Nzila, 2001. Volume 1, p.136.

Os que eram mais conscientes da situação começaram a implementar a ideia de que havia uma discriminação no partido. Entretanto, eu disse: sim senhor, vamos conversar. Não era problema nenhum porque o camarada Neto estava em Brazzaville. Como era muito longe, não tínhamos aviões para mandar os camaradas do Leste a Brazzaville, disse-lhes que falassem comigo. Levei três dias para os convencer a falar comigo, mas eles insistiam que o problema não era comigo, que o problema era com o camarada Neto. Então, eu respondi-lhes: eu sei que não é comigo, mas vocês ponham os vossos problemas a mim e eu garanto-lhes que vou pôr ponto por ponto aquilo que vocês disserem ao camarada Neto. Depois de três dias lá consegui fazer com eles falassem. E falaram, então, abriram-se. Ora, eu verifiquei, da forma como eles puseram alguns dos problemas, que eram problemas a reter e a ver como podiam solucioná-los. (...) Bem, eu achei que as reivindicações eram justas, agora a forma como se manifestavam é que era imprópria no nosso Movimento; quando dissemos que não aceitávamos o tribalismo, aí houve, realmente, um quê de tribalismo.<sup>393</sup>

Destaca-se na fala de Daniel Chipenda a leitura feita por ele e pela direção do MPLA sobre a Revolta Jiboia, que buscava desqualificar a manifestação das bases do Leste a partir do argumento de que este era um movimento tribalista e, sendo assim, tinha como objetivo dividir as bases do MPLA e, conseqüentemente, toda a nação angolana que se pretendia construir. Mesmo que a direção do movimento considerasse justas as reivindicações dos revoltosos, o argumento sobre o tribalismo tirava a legitimidade da Revolta Jiboia e servia para que uma ação concreta de correção dos erros cometidos no Leste não fosse empreendida.

A partir deste contato inicial e da concordância de Daniel Chipenda com as reivindicações da Revolta Jiboia, levou-se a questão à direção do MPLA. Entretanto, a recepção destas críticas pela cúpula do MPLA não seria tão acolhedora quanto a de Daniel Chipenda, que, apesar de ver uma posição tribalista na ação da Revolta Jiboia, percebeu que havia de fato reivindicações plausíveis naquele movimento.

---

<sup>393</sup> Entrevista de Daniel Chipenda a JAIME, Drummond e BARBER, Helder. *Angola: Depoimentos para a história recente (1950-1976)*. S/I: Edição dos autores, 1999. p.146

Uma vez apresentadas as reivindicações da Revolta Jiboia à direção do MPLA e a posição de Daniel Chipenda sobre as mesmas, este seria acusado de trair o movimento e de planejar dar um golpe em Agostinho Neto. Daniel Chipenda, em todas as entrevistas que deu sobre o assunto, negou esta ideia, afirmando que somente buscava resolver as questões apontadas pelas bases do Leste.

Há que se mencionar que a adesão de Daniel Chipenda à Revolta Jiboia deu uma dimensão completamente distinta ao movimento, pois a revolta ganhou um caráter político inegável, subtraindo o aspecto estritamente localizado. Além disso, a Revolta do Leste passou a ganhar o contorno de uma aguda oposição entre dois dirigentes – Agostinho Neto e Daniel Chipenda -, possibilitando que este embate também ganhasse feições militares mais acentuadas.<sup>394</sup> Não tardaria para os confrontos armados ocorrerem, ocasionando então a segunda fase da Revolta do Leste, conhecida também por Revolta Chipenda.

Esta nova revolta foi, na verdade, uma continuação do movimento promovido por Jiboia, pois apresentava reivindicações e objetivos semelhantes. Contudo, havia diferenças entre elas, tais como o peso de seus líderes e o adensamento das reivindicações. Enquanto Jiboia era um comandante com autoridade somente no local de sua atividade, Daniel Chipenda era um dirigente do MPLA, o que lhe permitiu fazer repercutir com maior amplitude as críticas que eram feitas à direção do movimento.

Entretanto, capitaneada agora por Daniel Chipenda, a revolta do Leste ganhou uma nova dimensão quando houve a articulação dos temas já apontados na Revolta Jiboia com a questão racial e com as críticas aos intelectuais. Note-se que ambas as questões já haviam sido discutidas em outros momentos de crise e agora apareciam novamente como fator mobilizador. E estas questões ainda seriam retomadas em outras ocasiões em um futuro próximo.

Acusava-se, sobretudo, os mestiços e brancos de disporem de privilégios nas estruturas do MPLA, principalmente aqueles relativos à ocupação dos melhores cargos

---

<sup>394</sup> TALI, Jean-Michel Mabeko. *O MPLA perante si mesmo (1962-1977)*. Luanda: Nzila, 2001. Volume 1, p.140.

diretivos. Retomava-se também a crítica contra a postura assumida pelos intelectuais enquanto membros do movimento, que não se aproximavam das bases e ainda pretendiam impor a sua visão aos demais membros do MPLA. Neste caso da crítica aos intelectuais, o próprio Daniel Chipenda se incluía neste grupo, afirmando:

Nós, os intelectuais, que tudo dizemos saber, pensamos que podemos impor uma dada política... Cometemos erros porque pretendíamos ditar [impor nossas ideias]. Quando o povo apresenta reclamações, esses quadros não apoiam, mas quando há queijo e manteiga... eis a filosofia.<sup>395</sup>

O clima de tensão e de disputa na direção do MPLA ganhou palco no chamado Movimento de Reajustamento. Envolto em uma grave crise contestatária na frente Leste, o MPLA via sua atividade militar cada vez mais reduzida, o que, como vimos, também foi estimulado pelo novo investimento português na guerra em Angola. Neste contexto de grandes dificuldades, tanto internas ao movimento quanto em relação à guerra anticolonial, o MPLA acabaria perdendo parte importante de seus recursos quando, em 1971, a URSS suspendeu o financiamento das atividades do movimento. Sendo assim, a situação se tornava ainda mais grave, uma vez que boa parte dos armamentos de que o MPLA dispunha eram de origem soviética.

Vivendo, portanto, uma situação de grande dificuldade, o MPLA decidiu iniciar o Movimento de Reajustamento com a esperança de conseguir pacificar suas estruturas e restabelecer a guerra anticolonial, que vinha passando por um momento de grande imobilismo. A estratégia seguida no Movimento de Reajustamento foi delineada por um grupo de militantes angolanos que passaram por formação na China, sendo um dos seus principais articuladores Gentil Viana.<sup>396</sup>

---

<sup>395</sup> Entrevista de Daniel Chipenda em *Afrique Asie*. Citada por TALI, Jean-Michel Mabeko. *O MPLA perante si mesmo (1962-1977)*. Luanda: Nzila, 2001. Volume 1. p. 165.

<sup>396</sup> Gentil Ferreira Viana nasceu em 1935. Envolveu-se na luta anticolonial ainda quando estava em Portugal para cursar o ensino superior. Durante a sua permanência no MPLA, ocupou importantes cargos, mas sua história no movimento ficaria marcada pela sua participação na Revolta Ativa. Faleceu em 2008.

Há que se ressaltar que este Movimento de Reajustamento partiu dos quadros intermediários do MPLA, ou seja, de militantes que não ocupavam postos de destaque na política e nas estruturas militares do movimento. O objetivo central era o que se chamava à época de retificação ideológica, partindo principalmente do princípio da crítica e autocrítica muito forte na China, que passara há pouco por sua Revolução Cultural,<sup>397</sup> movimento que fora assistido pelos angolanos que faziam seus estágios naquele país.

Com esta proposta, o Movimento de Reajustamento fez com que os principais órgãos diretivos do MPLA fossem paralisados, restando somente a atividade da presidência. Em seguida, foi escolhida uma Comissão Provisória de Reajustamento, responsável por conduzir as discussões com as bases do movimento. Para que a estrutura militar não fosse prejudicada pela paralização dos órgãos diretores, criou-se um Estado-Maior.

A proposta central que estruturou o Movimento de Reajustamento foi formar assembleias para que se apresentassem todos os problemas presentes no MPLA. Para isso, o Movimento de Reajustamento contava com a participação de todos aqueles que pudessem apontar falhas, tais como os militantes de base, guerrilheiros, pioneiros e a população angolana.

Os debates ocorreriam de forma totalmente livre, sem haver qualquer coibição por parte da direção, o que conferiu ao Movimento de Reajustamento um caráter democrático até então desconhecido no MPLA. Joaquim Pinto de Andrade<sup>398</sup> recordou o Movimento de Reajustamento e a participação das bases da seguinte maneira:

---

<sup>397</sup> A Revolução Cultural Chinesa foi uma política cultural desenvolvida pelo governo de Mao Tsé-Tung com o objetivo divulgar as ideias e valores do maoísmo e de impedir que opositores entrassem em colisão com o Partido Comunista Chinês, principalmente aqueles que defendiam as teses revisionistas que ganhavam campo entre os marxistas influenciados pela URSS. Neste processo, uma depuração foi estabelecida no partido, de maneira que muitos opositores foram assassinados. Entre os principais alvos da Revolução Cultural Chinesa estavam os intelectuais, que eram potenciais inimigos do processo revolucionário então em curso.

<sup>398</sup> Joaquim Pinto de Andrade nasceu em Golungo Alto em 1926. Participou desde o início das articulações que dariam fruto ao MPLA. Foi padre e acabou preso pelas forças colonialistas durante a luta de libertação de Angola, sendo posteriormente eleito presidente de honra do movimento. Após a queda do salazarismo em Portugal, Joaquim Pinto de Andrade retornou a Angola e se envolveu diretamente na Revolta Ativa. Faleceu em 2008.

quem lança a ideia é Gentil Viana que tinha vindo da China influenciado por aquela técnica e terão lançado isso com o assentimento de Agostinho Neto, o movimento da crítica e autocrítica. Só que quando se começa a mexer muito nas bases, a panela aquece muito, não é? Já não são os do topo, os intelectuais ou os quadros, mas é já o povo miúdo que começa a mexer e, se essa coisa não é levada com muita seriedade e com muito tacto, pode criar problemas à Direcção.<sup>399</sup>

E a panela de fato aqueceu muito! As reuniões do Movimento de Reajustamento começaram em finais de 1972. A partir de então, delineou-se uma importante clivagem entre as forças do MPLA: de um lado, a direcção do MPLA, representada pelo poder e pelo prestígio de Agostinho Neto; de outro, Daniel Chipenda, que apontava para um caminho alternativo de novidades ao movimento. Este embate já era previsto e esperado para acontecer no Movimento de Reajustamento, como se este fosse o palco do confronto.

A situação se agravou ainda mais quando o MPLA iniciou as conversações com a FNLA para fazer um acordo de união entre os movimentos. E para compreender esta questão, é necessário que se analise brevemente o contexto regional que marcou a ocasião. O imobilismo da I Região Político-Militar era condicionado, entre outras questões, pela falta de contato com as demais áreas onde se fazia a guerra em Angola. Este isolamento da I Região Político-Militar tinha como uma de suas principais causas o fechamento do território do Zaire (o antigo Congo-Leopoldville) por Mobutu, que condicionava o acesso do MPLA ao Norte de Angola a um acordo com a FNLA. No início da década de 1970, então, a direcção do MPLA optou por reabrir as negociações para fazer a unidade com a FNLA e poder acessar a I Região Político-Militar. Como vimos, já se tentara construir a unidade entre os dois movimentos algumas vezes na década anterior, contudo sem qualquer sucesso.

---

<sup>399</sup> Entrevista de Joaquim Pinto de Andrade a JAIME, Drummond e BARBER, Helder. *Angola: Depoimentos para a história recente (1950-1976)*. S/I: Edição dos autores, 1999. p.96



A aproximação entre MPLA e FNLA entrou em uma fase decisiva no final de 1972, em Brazzaville, quando os presidentes do Zaire e do Congo-Brazzaville se reuniram com Agostinho Neto e Holden Roberto. Em um segundo encontro, realizado em Kinshasa, chegou-se a um acordo que criava um Supremo Conselho da Libertação de Angola, órgão onde a FNLA assumiria a parte política e o MPLA a parte militar, que juntos coordenariam a luta pela independência angolana. Portanto, ao menos em tese, o MPLA teria liberdade de passagem pelo território zairense para alcançar o Norte angolano.

Entretanto, nas primeiras tentativas de ultrapassar o isolamento da I Região Político-Militar, destacamentos do MPLA foram atacados por tropas da FNLA e muitos combatentes foram presos, ato que se tornou uma constante nas relações dos dois movimentos, apesar do acordo de unidade assinado entre as partes. Esta situação de beligerância fez com que Agostinho Neto escrevesse uma carta a Holden Roberto solicitando o cumprimento do acordo assinado entre os dois movimentos:

Assinámos em 13 de Dezembro de 1972 o já histórico acordo que lançou as primeiras bases para a unidade dinâmica das nossas duas organizações. Isso causou perturbação nas fileiras do inimigo e alegrou os corações de todo o nosso povo, dos nossos irmãos africanos e de todos os nossos amigos de todo o mundo. A esperança de uma próxima vitória brilhou nos olhos de todos os nossos corajosos militantes!

Mas o relativo êxito dos nossos encontros sobre a unidade cedeu o lugar à deterioração das nossas relações. E em tal medida que nenhum de nós pode com toda a honestidade arriscar-se a falar do SCLA, da UMC ou do PCA, órgãos supremos de unidade que em conjunto prometemos criar em resultado do acordo de 13 de Dezembro de 1972. Infelizmente chegámos mesmo à deplorável situação em que quadros de uma das nossas duas organizações – o MPLA – estão até hoje a definhar nas prisões da outra (a FNLA)!

Penso, caro compatriota, que, por amor ao nosso povo e à nossa terra, é tempo de vencer resolutamente todas as causas da recente deterioração e voltar sem reservas ao caminho que juntos percorremos de Dezembro de 1972 a Maio de 1973.<sup>400</sup>

---

<sup>400</sup> Carta de Agostinho Neto a Holden Roberto. Documento disponível em TALI, Jean-Michel Mabeko. *O MPLA perante si mesmo (1962-1977)*. Luanda: Nzila, 2001. Volume 1. p.345-346.

De nada adiantaria o apelo de Agostinho Neto para a libertação dos membros do MPLA. Sendo assim, mesmo com o acordo assinado pelos movimentos e com a criação do Conselho Supremo da Libertação de Angola, a unidade entre MPLA e FNLA continuou sem se concretizar, permanecendo a I Região Político-Militar em isolamento.

O que importa destacar aqui é a repercussão que o acordo de unidade entre MPLA e FNLA teve no Leste angolano. Vivendo um momento de crise, esta região não viu com bons olhos a aproximação entre os movimentos, pois esta foi entendida como um acordo entre as populações do Norte para libertar a sua região. Esta ação, segundo as bases revoltadas, impediria que a guerra de libertação avançasse no Leste, o que mostrava a continuidade da predileção da direção do MPLA pelo Norte angolano.

Esta preocupação foi notada pelos órgãos dirigentes do MPLA, como pode ser visto em uma carta escrita pelo Departamento de Relações Exteriores do MPLA aos Comitês Preparatórios do Movimento de Reajustamento e aos representantes do exterior:

Reafirmando o nosso desejo de unidade das forças combatentes, tarefa em que sempre trabalhamos desde a fundação do nosso Movimento e em que ainda hoje trabalhamos, verificámos que o problema da unidade entre o MPLA e a FNLA foi recentemente recordado pelo Secretário Executivo do Comité de Libertação para a África na sua carta aos Ministros dos Negócios Estrangeiros dos países membros da Comissão Presidencial, ou seja, o Congo, a Tanzânia, o Zaíre e a Zâmbia.

Este ato do Secretário Executivo do Comité de Libertação para a África deve preocupar-nos a todos.

É por isso que pedimos ao CPRFL/FN e a todos os nossos representantes que:

1. Analisem atentamente este problema.
2. Sondem a opinião acerca desta mudança que consiste em chamar de novo à ordem do dia o problema da unidade.
3. Será isto uma manobra destinada a dividir-nos ainda mais, a debilitar-nos para finalmente nos liquidar?
4. Nos enviem impressões e sugestões das pessoas que tiverem contactado, bem como vossas próprias impressões e sugestões.<sup>401</sup>

Criticava-se também o acordo com a FNLA a partir da lógica de que este movimento sempre fora considerado pelo MPLA um fantoche do imperialismo e um grupo de bases étnicas baongo muito nítidas, o que tornava complicada a construção da unidade entre os signatários do acordo, já que havia contradições fundamentais entre o que se considerava que a FNLA representava e os princípios defendidos pelo MPLA.<sup>402</sup> A aproximação entre os movimentos, portanto, serviu como combustível às críticas que já vinham sendo feitas no Leste contra a direção do movimento.

A partir deste clima de tensão, os grupos opositores dentro do MPLA passaram a tomar forma cada vez mais nítida, de maneira que a oposição entre Agostinho Neto e Daniel Chipenda se tornou latente e irreconciliável. Entretanto, um detalhe se tornaria bastante importante na condução desta disputa no interior do MPLA: o

---

<sup>401</sup> Carta do Departamento de Relações Exteriores do MPLA aos Comitês Preparatórios do Movimento de Reajustamento e aos representantes do exterior. Documento disponível em TALI, Jean-Michel Mabeko. *O MPLA perante si mesmo (1962-1977)*. Luanda: Nzila, 2001. Volume 1. p.348 Anexo 8

<sup>402</sup> TALI, Jean-Michel Mabeko. *O MPLA perante si mesmo (1962-1977)*. Luanda: Nzila, 2001. Volume 1. p.142.

Movimento de Reajustamento se iniciou na Sub-Região Norte da III Região Político-Militar, local onde Agostinho Neto tinha mais apoio popular em função de filiações de caráter étnico-regional. Já na Sub-Região Sul da III Região Político-Militar, o grupo liderado por Daniel Chipenda era mais forte. Pepetela, em entrevista a Marcelo Bittencourt, explicou a questão:

O problema é que, quando há o Reajustamento na parte Norte, a partir de 72, o Chipenda perde posições para os *tchokwe*, [que] se ligam mais ou menos aos chamados *kambokoyo*, (...) porque aí apareceu (...) a grande rivalidade étnica existente entre os *tchokwe* e os *ovimbundu*. (...) Os *tchokwe* sempre acusaram os *ovimbundu*, de [terem trazido] (...) os portugueses para a Lunda. (...). E, então, como o Chipenda era *umbundu*... (...) Os *tchokwe* começam a atacar o Chipenda, [que] começa a defender-se mal e (...) [a se] afastar desse grupo, sai[ndo] do Reajustamento e começa[ndo] a ser contra o processo que ele próprio ajudou a desencadear. (...) Se o Reajustamento tivesse começado no sul [da 3ª Região], a coisa teria sido completamente diferente.<sup>403</sup>

Por ter começado em uma área de maior alinhamento das populações com Agostinho Neto, a direção do MPLA foi favorecida na montagem da Comissão Provisória de Reajustamento e do Estado-Maior, que passou a ser dominada pelos partidários do presidente. Este fato seria determinante para o desenvolvimento das atividades do Movimento de Reajustamento, pois, quando este chega à Sub-Região Sul da III Região Político-Militar, virar o jogo a favor de Daniel Chipenda já era não era mais possível, apesar deste dirigente só iniciar a sua contestação mais aberta à direção em meados de 1973.

Por isso, a força política de Daniel Chipenda no Movimento de Reajustamento foi minimizada, de maneira que este não assumiu qualquer cargo de importância na formação das comissões. A direção do MPLA também conseguiu minar

---

<sup>403</sup> Entrevista de Pepetela a Marcelo Bittencourt. Citado por BITTENCOURT, Marcelo. *Estamos Juntos! O MPLA e a luta anticolonial (1961-1974)*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2002. p.,619.

a influência de Daniel Chipenda através da aliança com algumas lideranças do Leste, principalmente com Paulo Mangungu, mais conhecido pela alcunha de Dangereoux. Nesta conjuntura, Daniel Chipenda decidiu romper definitivamente com o Movimento de Reajustamento.

Entre os meses de março e julho de 1973, a situação de beligerância no interior do MPLA ganhou vulto através de alguns incidentes armados entre netistas e chipendistas. Em abril, a direção do MPLA declarou que havia descoberto um plano elaborado por Daniel Chipenda para assassinar o presidente Agostinho Neto. Conseqüentemente, a direção do MPLA iniciou uma perseguição a Daniel Chipenda para prendê-lo e julgá-lo segundo a prática corrente no movimento. A possibilidade de uma sentença de traição ao MPLA sugeria que Daniel Chipenda seria fuzilado pelos órgãos dirigentes do movimento.

Ao ser avisado pelos membros do MPLA que deveria se apresentar à comissão de inquérito formada para seu julgamento, Daniel Chipenda se internou em um hospital de Lusaka para tratar do nível de açúcar em seu sangue, pois sofria de diabetes. Sabendo do risco que corria caso se apresentasse às autoridades do MPLA, Daniel Chipenda aceitou a proteção militar oferecida pelo presidente da Zâmbia.

Enquanto isso, nas bases militares do MPLA, vigorava cada vez mais um clima de revolta, partindo principalmente das bases do Leste. Influenciaram o agravamento das tensões os assassinatos de quatro comandantes da etnia mbundo acusados de conspiração contra a direção do MPLA e, principalmente, contra Agostinho Neto. Sendo assim, ganhava força a figura de Daniel Chipenda, que, mesmo não sendo originário da região leste, era um dos poucos dirigentes que não era do Norte que ousava contestar os erros da direção do MPLA e que dava voz às reivindicações das bases do Leste. A constante recusa de Daniel Chipenda em comparecer às bases do MPLA para que fosse julgado pela direção proporcionou a sua suspensão do movimento em junho de 1973.

Em agosto de 1973, registraram-se os primeiros conflitos armados entre os grupos liderados por Daniel Chipenda e Agostinho Neto. Nesta fase inicial de conflitos, foram muito comuns as emboscadas preparadas para os inimigos. O grupo dos

contestatários contou com a colaboração de Jiboia, agora conhecido pela alcunha de Katuwa Mitwe, celebrando a aliança feita com Daniel Chipenda no início da Revolta do Leste.

Os incidentes mais graves entre as partes beligerantes do MPLA ocorreram na capital da Zâmbia, onde netistas e chipendistas entraram em confronto pelo domínio do depósito de armas do movimento no país, alvo estratégico para ambas as partes. A solução desta querela ocorreu somente quando o governo zambiano decidiu intervir, cercando o depósito de armas e ameaçando desarmar totalmente o MPLA na Zâmbia e impedir o trânsito de armas do movimento caso os conflitos não cessassem. A partir de então, a divisão do MPLA em duas correntes se tornou inconciliável, de maneira que ambas as partes publicaram documentos apresentando suas defesas e atacando seus oponentes.

Em junho de 1973, o MPLA publicou uma nota de esclarecimento sobre a crise que vivia no seu interior. Destinada ao governo da Zâmbia, país que era um importante parceiro na luta anticolonial, este documento insistia na afirmação de que o movimento liderado por Daniel Chipenda era uma revolta tribalista organizada pelos ovimbundo com o objetivo de enfraquecer a aliança estabelecida entre o MPLA e a FNLA. Destaca-se também repetidamente a ambição pessoal de Daniel Chipenda, que intentava, de fato, assumir a presidência do movimento. Com este intuito, Daniel Chipenda e seus aliados teriam orquestrado tentativas de assassinar os líderes do movimento, o que resultou na prisão e expulsão de militantes do MPLA. Por fim, o documento escrito pela direção do movimento ainda acusa Daniel Chipenda de estabelecer uma aliança com a UNITA, o que teria motivado o grupo por ele liderado a ceder armas do MPLA para o movimento de Jonas Savimbi.<sup>404</sup>

Em setembro de 1973, o MPLA publicou um novo documento, intitulado *Declaração do MPLA sobre a conspiração contra-revolucionária em nossas fileiras*,

---

<sup>404</sup> Ver MARCUM, John. *The Angolan Revolution. Exile politics and guerrilla warfare (1962-1976)*. Cambridge: The Massachusetts Institute of Technology. 1978. p.201-203

onde aprofundava as críticas à Revolta do Leste e a relacionava a uma possível aliança estabelecida com as forças colonialistas:

Actualmente, os colonialistas estão tentando a última manobra; infiltrar agentes em nossas fileiras e no seio do povo, lançar a semente da confusão e da discórdia, desacreditar o nosso Movimento e montar pérfidas conspirações contra os nossos dirigentes e contra a nossa luta. (...)

A estratégia colonialista é parte integrante do plano colonialista que visa “conceder” independência política a Angola e aumentar a actual dependência econômica do nosso país. (...) A conspiração, recentemente organizada pelo contra-revolucionário Daniel Chipenda, com ajuda de agentes colonialistas e em colusão com a “UNITA”, seguramente será esmagada pelo braço forte dos nossos militantes e povo.<sup>405</sup>

E ainda repetia a crítica sobre a participação de Daniel Chipenda na direção do MPLA:

Durante todo o tempo em que Daniel Chipenda foi responsável da Logística do MPLA, a “UNITA” recebeu várias das nossas armas através da rede subversiva, de carácter tribal, organizada pelo mesmo Daniel Chipenda.<sup>406</sup>

Ainda é importante destacar que o MPLA sempre mencionava uma possível aliança étnica entre Daniel Chipenda e a UNITA, buscando, uma vez mais, deslegitimar

---

<sup>405</sup> Declaração do MPLA sobre a conspiração contra-revolucionária em nossas fileiras. Documento disponível em TALI, Jean-Michel Mabeko. *O MPLA perante si mesmo (1962-1977)*. Luanda: Nzila, 2001. Volume 1., p.340-341.

<sup>406</sup> Declaração do MPLA sobre a conspiração contra-revolucionária em nossas fileiras. Documento disponível em TALI, Jean-Michel Mabeko. *O MPLA perante si mesmo (1962-1977)*. Luanda: Nzila, 2001. Volume 1. p.340-341

o movimento contestatário que ocorria no Leste a partir do argumento do divisionismo da nação angolana que se pretendia construir.

Esta é uma questão importante ao MPLA, pois, na maioria das vezes que uma contestação interna surgia, o argumento do tribalismo era acionado para tirar a legitimidade do mesmo. Entretanto, com frequência, esta argumentação acabava impedindo que a direção realmente refletisse sobre as causas da crise interna e analisasse efetivamente os problemas apontados. Certamente, esta postura da direção do MPLA não era inocente no sentido de considerar de fato que não havia qualquer problema interno além das manifestações étnicas que dividiriam a nação. Esta argumentação baseada no tribalismo serviu, novamente, como um capital político que era acionado nos momentos em que a direção se sentia pressionada e ameaçada, marcando também uma opção por não abrir um espaço para a discussão das questões problemáticas apontadas pelas bases.

Isto pode ser observado em uma fala de Lúcio Lara a respeito das causas da Revolta do Leste:

As origens, no fundo, são estas: os comandantes em geral tinham vindo do Norte – isso ainda hoje acontece, - até abusaram, alguns abusaram, porque, por exemplo em Cabinda, - e eu em Cabinda, quando ia para a mata em operação, carregava a minha mochila com os obuses e tal -; no Leste, fui encontrar outra coisa que se criou lá também: nas marchas os chefes iam à vontade e os guerrilheiros carregavam as mochilas dos chefes – isto é um exemplinho pequenino, que nem sequer foi muito grave.

Mas, além disso, havia, por exemplo, a comida. Vinha a logística e, muitas vezes, a melhor parte era para os chefes e algumas regalias na mata, que são mínimas (...) realmente havia, digamos assim, um favorecimento dos chefes em favor dos guerrilheiros, e esse tipo de tratamento acumulado juntou as razões que, já muito mais tarde, fizeram nascer a tal revolta do Leste, o princípio da revolta do Leste.<sup>407</sup>

---

<sup>407</sup> Entrevista de Lúcio Lara. Disponível em JAIME, Drummond e BARBER, Helder. *Angola: Depoimentos para a história recente (1950-1976)*. S/l: Edição dos autores, 1999, p.41.



Com a análise de Lúcio Lara elaborada posteriormente sobre as causas da Revolta do Leste, é possível notar uma incongruência com as análises do MPLA apresentadas à época do evento. Enquanto a direção do movimento enfatizava o caráter tribal da Revolta do Leste, trinta anos após a eclosão deste movimento, Lúcio Lara não mencionou sequer em um momento este aspecto da revolta. O que se nota na fala do ex-dirigente do MPLA é, na verdade, uma análise um pouco mais profunda da crise que se iniciou em 1969 e se estendeu até 1974, pois Lúcio Lara enfatizou os problemas apontados pelas bases do movimento e não o argumento do tribalismo utilizado pela direção do MPLA para deslegitimar a Revolta do Leste.

Conclui-se, portanto, que o argumento identitário se tornou um importante capital político à direção do MPLA, que afirmava ser a Revolta do Leste um movimento de bases étnicas e, em função disso, não merecia uma análise mais profunda sobre suas causas. Desta maneira, a solução de muitos dos problemas apontados pelas bases do Leste se tornava mais complexa, uma vez que, mesmo com a adesão de um importante dirigente à causa dos revoltosos, não houve uma preocupação em corrigir os erros na gestão da guerrilha da Frente Leste.

Por sua vez, Daniel Chipenda também emitiu sua defesa em forma de uma *Carta Aberta aos Militantes do MPLA* em julho de 1973, onde ainda não assumia explicitamente a sua dissidência e afirmava ser injustiçado pelas especulações recorrentes em torno de seu nome. Entretanto, mesmo sem se colocar como uma via alternativa à presidência de Agostinho Neto, Daniel Chipenda não poupou a direção do MPLA das críticas que considerava cabíveis, sendo todas elas gestadas durante o período de crescente insatisfação iniciado em 1969 com a Revolta Jiboia e adensado nos anos seguintes.<sup>408</sup>

Neste documento, Daniel Chipenda negava qualquer participação em planos de assassinar Agostinho Neto para dar um golpe na direção do MPLA e assumir a presidência. Como a direção havia prendido alguns militantes que afirmavam a sua

---

<sup>408</sup> BITTENCOURT, Marcelo. *Estamos Juntos! O MPLA e a luta anticolonial (1961-1974)*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2002. p,636.

participação neste tipo de plano, Daniel Chipenda pedia que o MPLA fizesse uma acareação entre aqueles que o haviam denunciado, mas afirmava, em seguida, que isto seria impossível, uma vez que todos os dissidentes do MPLA eram assassinados pela direção do movimento. Por esta razão, Daniel Chipenda afirmava aceitar se apresentar ao julgamento do MPLA, desde que este ocorresse em Lusaka, já que, se apresentando às bases do MPLA, havia um grande risco de também o fuzilarem sob acusação de traição ao movimento. Por fim, Daniel Chipenda negava também, em *Carta Aberta aos Militantes do MPLA*, que a Revolta do Leste era um movimento tribalista e apresentava de forma sucinta as críticas elaboradas às formas como a direção do movimento vinha agindo<sup>409</sup>

Em função da ameaça proferida pela direção do MPLA, Daniel Chipenda se manteve em Lusaka. Diante da situação de crise aguda dentro do MPLA, o governo zambiano interveio na questão e, tomando partido de Daniel Chipenda, impôs à direção do MPLA uma reunião com as partes que entravam em choque dentro do movimento. A ideia era apaziguar a situação interna do movimento através de uma solução negociada para a contenda sob a tutela do governo zambiano.

Antes de analisar, contudo, este encontro entre os grupos em conflito dentro do MPLA, é necessário que nos debruçemos também sobre um outro evento de contestação interna surgido a partir da região Norte que ficou conhecido como Revolta Ativa.

---

<sup>409</sup> BITTENCOURT, Marcelo. *Estamos Juntos! O MPLA e a luta anticolonial (1961-1974)*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2002. p,637.

### **3.3. A Revolta Ativa**

A Frente Norte foi o primeiro foco da guerra de libertação promovida pelo MPLA. Entretanto, apesar do investimento feito na abertura das I e II Regiões Político-Militares, a guerra pouco avançou durante a década de 1960, fato que estimulou também a abertura da Frente Leste apresentada na secção anterior deste trabalho.

Um dos agravantes que fizeram com que a luta anticolonial pouco progredisse na Frente Norte foi o isolamento em que os guerrilheiros viviam, já que as I e II Regiões Político-Militares estavam separadas geograficamente, pois Cabinda é um enclave no território zairense. As condições da guerrilha no Norte eram, em geral, de grande penúria, faltando armamentos, vestimentas militares e condições mínimas para fazer a luta anticolonial avançar, de maneira que o imobilismo e o desânimo marcaram as atividades na região durante boa parte da década de 1960.

No Congo Brazzaville, local onde ainda se encontrava parte dos dirigentes do MPLA, formou-se uma comunidade de angolanos ligados ao movimento. Esta comunidade teve como matrizes três grupos principais: (i) uma comunidade baongo residente no Norte angolano e em Cabinda; (ii) uma comunidade formada por indivíduos originários da região centro-norte, principalmente de Nambuangongo, Dembos, Catete e combatentes transferidos da frente Leste por motivos diversos; e (iii) mestiços e brancos.

Entretanto, apesar de se identificar como um grupo de angolanos residentes em Brazzaville, esta comunidade tinha as suas divisões internas, sendo a questão racial um dos fatores que a dividiam. Segundo Jean Michel Mabeko Tali, a comunidade negra de angolanos residentes em Brazzaville vivia mais próxima dos meios populares congolezes, tendo pouco contato com os meios oficiais e com a elite política do país. Em contrapartida, os indivíduos mestiços e brancos desta comunidade costumavam circular nos meios oficiais congolezes misturados com a elite e com os meios intelectuais do país. Em função desta proximidade, brancos e mestiços tinham melhores possibilidades de desfrutar de algumas facilidades, como a obtenção de passaportes e a proteção diplomática. Nota-se que a representação do MPLA em Brazzaville passou a ser

dominada por este terceiro grupo composto de brancos e mestiços no final da década de 1960.<sup>410</sup>

Em pouco tempo, os benefícios usufruídos por mestiços e brancos da comunidade angolana residente em Brazzaville sofreu críticas das bases do MPLA instaladas no Norte angolano. Somava-se a esta questão a situação de extrema dificuldade vivida na guerrilha nas I e II Regiões Político-Militares do movimento, o que também seria um estímulo para uma manifestação das bases contrárias à política empreendida pela direção do MPLA durante aquele período de crise.

Neste clima de tensão ocasionado pelas dificuldades encontradas na guerrilha, pelo domínio de brancos e mestiços no MPLA e pela ausência dos dirigentes nas frentes de batalha, um movimento interno se organizou para contestar os rumos que o MPLA seguia. O ato inicial deste movimento foi o sequestro de Lúcio Lara em 14 de março de 1972, a partir do qual os revoltosos apresentaram como reivindicação uma reunião com a direção do movimento para expor suas posições sobre os problemas internos do MPLA.

Em *Manifestação Político-Militar dos Militantes da II Região*, texto publicado logo após o sequestro de Lúcio Lara, o grupo de manifestantes expôs as motivações para iniciar este movimento contestatário. Inicialmente, acusavam a direção do MPLA, mais especificamente o presidente Agostinho Neto, de praticar uma política que dava pouca voz às bases:

---

<sup>410</sup> TALI, Jean-Michel Mabeko. *O MPLA perante si mesmo (1962-1977)*. Luanda: Nzila, 2001. Volume 1, p. 173

Os manifestantes exprimem com profundo sentimento a grave atitude do camarada presidente do MPLA, que oculta os direitos e os deveres [de cada um] em poder exprimir os seus sentimentos, pelo contrário ameaça-os porque ele pensa que este ou aquele militante só irá expor problemas pessoais de calça ou camisa, segundo ele. Todas as vezes que o camarada presidente convoca uma reunião de militantes, os aspectos dessa reunião parecem aos militantes ser “mitings” porque só tem a palavra o presidente e os militantes são obrigados a escutá-lo; no fim vão as palavras de ordem. Este método, não parece aos militantes como sendo um princípio correcto.<sup>411</sup>

Ao apresentarem esta crítica à direção do movimento, os manifestantes da II Região Político-Militar também articulavam esta questão à deslegitimação das reivindicações das bases a partir do argumento do tribalismo e do regionalismo, o que reforçava ainda mais a ideia de que a direção do MPLA praticava uma gestão autoritária em que os combatentes não tinham voz ativa:

Frequentes vezes certos dirigentes, tomam como sendo atitudes tribais ou regionais, a todos os combatentes que vêm da I Região, quando exigem a solução dos problemas relacionados à região em referência. Continuando ainda, dizem que estes militantes sentem-se orgulhosos e pensam ser mais combatentes que os outros; esta atitude tem desmoralizado vários combatentes. Mas, analisando a questão atentamente, nós concluímos que, estas posições são também processos de sabotagem; e nós estamos determinados a suportar quaisquer outros títulos que nos sobrevierem, porquanto em todas as Regiões do MPLA, encontram-se espalhados combatentes da I Região, combatendo duramente e por vezes dando as suas vidas sem ter em conta, a questão de origem regional ou tribal.<sup>412</sup>

---

<sup>411</sup> *Manifestação Político-Militar dos Militantes da II Região*. Documento disponível em TALI, Jean-Michel Mabeko. *O MPLA perante si mesmo (1962-1977)*. Luanda: Nzila, 2001. Volume 1, p. 337.

<sup>412</sup> *Manifestação Político-Militar dos Militantes da II Região*. Documento disponível em TALI, Jean-Michel Mabeko. *O MPLA perante si mesmo (1962-1977)*. Luanda: Nzila, 2001. Volume 1, p.338.

Além desta dura crítica e de uma leitura perspicaz sobre a deslegitimação das vontades expressas pelas massas sob a acusação de tribalismo, a questão sobre a participação dos mestiços voltava a repercutir nas discussões internas do MPLA e nas críticas elaboradas pelos militantes da II Região Político-Militar. A crítica desta vez era bem mais dura do que fora na crise de 1962-1964 apresentada anteriormente, pois colocava em dúvida a real disposição dos mestiços em se engajarem na luta pela independência de Angola.

Porquê que se encontra em minoria os mestiços nas zonas de combate, com armas na mão? Se os deveres são iguais, porque é que não haja igualdade? São apenas os angolanos obrigados a ir em frente do canhão, enquanto que estes ocupam os postos de retaguarda sobretudo os centros dos mestiços em Brazzaville. Este aspecto visa precisamente para conservar suas vidas, para apenas amanhã serem chamados nas cadeiras dos Ministérios; porque na verdade eles não estão dispostos a dar suas vidas pela causa da Pátria, esperando que tudo se faça pelo sacrifício de alguém. Esta posição é oportunista.<sup>413</sup>

Chama a atenção neste trecho destacado que, além de criticar a ação dos mestiços dentro do movimento, a questão racial ainda continuava a ser importante nos debates ocorridos dentro do MPLA, especialmente nos momentos de crise como o que se aqui. É interessante notar também que os mestiços não pareciam ser considerados angolanos legítimos, uma vez que somente os verdadeiros angolanos, isto é, os negros, participavam da luta anticolonial nas frentes de batalha, ao passo que os mestiços ficavam na retaguarda e ocupavam os postos burocráticos e decisórios do MPLA. Os manifestantes indagavam ainda sobre a sua possível participação na Angola independente, pois, se os mestiços dominavam o MPLA, provavelmente o mesmo

---

<sup>413</sup> *Manifestação Político-Militar dos Militantes da II Região*. Documento disponível em TALI, Jean-Michel Mabeko. *O MPLA perante si mesmo (1962-1977)*. Luanda: Nzila, 2001. Volume 1, p.339.

ocorreria após o fim da luta de libertação nacional, de maneira que os negros angolanos continuariam excluídos do governo.

Os manifestantes ainda apontavam à presença de uma estrutura racista vigorando dentro do movimento, acusando a pouca integração entre os mestiços e os negros, o que revelaria a existência de um sentimento racista:

E quando se fala em racismo no MPLA; esta questão é a mais clara e simples. Desde quando o nosso povo conheceu o racismo? É exatamente depois da chegada doutra raça em Angola que começou por inferiorizar a raça encontrada. Também hoje isso acontece no MPLA. Mas a isso segue a seguinte pergunta: quantos são os mestiços que se encontram no MPLA, casados com pretas angolanas?<sup>414</sup>

As críticas à direção do MPLA e, principalmente, aos mestiços não se encerravam por aí, pois os manifestantes ainda acusavam a direção do movimento de ser dominada pelos mestiços, enquanto os “*próprios angolanos*” ocupavam posições subalternas dentro da organização:

---

<sup>414</sup> *Manifestação Político-Militar dos Militantes da II Região*. Documento disponível em TALI, Jean-Michel Mabeko. *O MPLA perante si mesmo (1962-1977)*. Luanda: Nzila, 2001. Volume 1, p.338.

O povo angolano conhece os seus genuínos filhos a quem direito lhes pertence porque lhes fôra dado pelo seu povo; infelizmente, não gozamos destes direitos. No quadro da administração, os principais departamentos do Movimento assim como algumas secções de trabalho, não são ocupados pelos próprios angolanos; os angolanos são nomeados em segundo e terceiro lugar; quem são os chefes? São exatamente os mestiços e um certo número de portugueses que dirigem e controlam pelas atividades dos organismos do Movimento. Os angolanos escolhidos a trabalhar nestes organismos com mais capacidade que tenha, estão sob orientação destes; isto significa, a perda dos bocados dos nossos direitos. Nós militantes, filhos de origem da camada mais explorada, pedimos a substituição imediata de todos os mestiços, ao nível da direcção do Movimento, assim como em outros departamentos que constituem a segurança e a vida do Movimento e da Luta.<sup>415</sup>

Sendo, portanto, a direcção do movimento dominada pelos mestiços, que teriam uma atuação um tanto quanto elitista e que não dariam a importância necessária às reivindicações das bases, este órgão, segundo as ideias dos manifestantes, acabaria dando um tratamento diferenciado aos mestiços, como fica exemplificado na seguinte acusação:

---

<sup>415</sup> *Manifestação Político-Militar dos Militantes da II Região*. Documento disponível em TALI, Jean-Michel Mabeko. *O MPLA perante si mesmo (1962-1977)*. Luanda: Nzila, 2001. Volume 1, p.339.



O MPLA, dispõe-se de muitos quadros angolanos formados nos países socialistas; em certos casos, alguns destes, depois de formados ganham a consciência e pensam regressar, com o fim de continuar dar sua contribuição na luta. Mas acontece, que estes quadros trazem consigo compromissos, quer dizer que eles regressam casados com estrangeiras e, propõe à direcção do movimento a estabilidade de sua família para poder engajar-se melhor na luta. Estes militantes não são, porém, acolhidos, porque teria se casado sem a permissão da Direcção, do Movimento, por um lado, odeiam-no por ter casado com uma branca. Enquanto verifica-se que os mestiços que vêm da França, Argel e diversos pontos da Europa, mesmo casados sem autorização do Movimento, são acolhidos imediatamente e sem mais preocupação. Estas atitudes parecem aos militantes injustas, na medida em que se vai reduzindo os direitos dos filhos puros de Angola.<sup>416</sup>

Por fim, a Manifestação Político-Militar dos Militantes da II Região ainda destacava uma outra questão importante dentro do MPLA, qual seja a atuação dos intelectuais nas estruturas do movimento. Novamente, os manifestantes articulavam este tema também à questão da participação dos mestiços no movimento.

Existe mais privilégios para os intelectuais mestiços, em busca ou em visita dos seus familiares, em França, em Argel, etc., etc. São aceites em constituir famílias com estrangeiros, direitos esses que os puros filhos Angolanos não os têm. O que é grave. (...) Por conseguinte, os militantes exigem que no MPLA, se respeite a dignidade e os direitos individuais de todos os angolanos, independentemente do seu nível intelectual ou do seu meio social, a que este pertence, seguindo assim os princípios legislativos do MPLA.<sup>417</sup>

---

<sup>416</sup> *Manifestação Político-Militar dos Militantes da II Região*. Documento disponível em TALI, Jean-Michel Mabeko. *O MPLA perante si mesmo (1962-1977)*. Luanda: Nzila, 2001. Volume 1, p.339.

<sup>417</sup> *Manifestação Político-Militar dos Militantes da II Região*. Documento disponível em TALI, Jean-Michel Mabeko. *O MPLA perante si mesmo (1962-1977)*. Luanda: Nzila, 2001. Volume 1, p. 338.

Por fim, os manifestantes também apontavam a presença de indivíduos brancos no movimento como um problema, considerando-os portugueses e não angolanos. Por esta razão, os brancos não deveriam ser aceites no MPLA.

Por outro lado, pede-se a retirada para fora do nosso movimento, todos os portugueses considerados como militantes. Estes devem enquadrar-se activamente nas organizações revolucionárias portuguesas a fim de encerrarmos fileiras para pôr fim o fascismo em Portugal e o colonialismo nos territórios ocupados. É o MPLA e o seu povo, os responsáveis pela administração no seu país; é o povo angolano, sob a direcção de seus próprios filhos que irão conhecer o seu próprio destino.<sup>418</sup>

Uma vez analisado os discursos iniciais elaborados pelos manifestantes do norte angolano, é possível indagar até que ponto a questão identitária ainda permeava as discussões políticas no interior do MPLA. É interessante destacar que a definição identitária elaborada pelos manifestantes era absolutamente incongruente com o discurso oficial elaborado pelo movimento, já que estes se consideravam como genuínos filhos de Angola, enquanto os mestiços e, principalmente, os brancos eram excluídos desta categoria. Sendo assim, aquele ideal de união entre todos os povos angolanos sem distinções de raça, etnia, ideologia etc. era sobreposto pelo discurso dos manifestantes do norte, quando estes se baseavam no critério da cor da pele para definir o pertencimento à identidade nacional angolana.

O tom crítico e bastante enfático do *Manifesto Político-Militar dos Militantes da II Região* não se desfez durante a reunião que se seguiu à sua publicação. As reivindicações dos militantes da II Região ainda ganharam maior importância em função da concordância de muitos dos chefes militares da I Região, que, liderados por Monstro Imortal, também engrossaram as críticas à direcção do MPLA.

---

<sup>418</sup> *Manifestação Político-Militar dos Militantes da II Região*. Documento disponível em TALI, Jean-Michel Mabeko. *O MPLA perante si mesmo (1962-1977)*. Luanda: Nzila, 2001. Volume 1, p.340.

A questão do sequestro de Lúcio Lara foi resolvida a partir da intervenção do governo do Congo-Brazzaville, que, ao ser contactado pela direção do MPLA, apaziguou os ânimos, sendo o dirigente do movimento libertado logo em seguida. Entretanto, a direção do MPLA manteve a proposta de realização de uma assembleia extraordinária, que se realizou em Dolisie entre 9 e 16 de abril de 1972.

A resolução final desta assembleia extraordinária, certamente influenciada pelas acusações dos manifestantes contrários à direção do MPLA, exprimiu

a necessidade dos mestiços e intelectuais em geral de participarem de modo mais efectivo nas frentes de combate no interior do paiz, evitando atitudes oportunistas que os retenham na rectaguarda sem razões válidas.

Embora se considere que os mestiços beneficiam em geral maiores facilidades económicas e de educação, a assembleia considera que estes angolanos têm o dever e o direito de participar inteiramente na luta de libertação nacional. Notou-se porém a sua fraca presença nas frentes de combate ou no Internato 4 de Fevereiro. Por vezes gozam privilégios dentro da Organização...<sup>419</sup>

Além de ceder às pressões dos manifestantes e admitir que os mestiços dispunham de privilégios dentro do movimento e que estes não participavam efetivamente da guerra anticolonial, o comunicado final da reunião defendia que os mestiços tinham os mesmos direitos e os mesmos deveres de todos os angolanos, sendo, portanto, aceites no movimento. Percebe-se também nesta resolução que a direção do MPLA assumiu uma postura diferente em relação à participação dos brancos no MPLA, entrando em contradição com o que os estatutos do movimento defendiam:

---

<sup>419</sup> *Manifestação Político-Militar dos Militantes da II Região*. Documento disponível em TALI, Jean-Michel Mabeko. *O MPLA perante si mesmo (1962-1977)*. Luanda: Nzila, 2001. Volume 1, p.340.

No que respeita aos indivíduos de côr branca, a assembleia é de opinião que estes nunca devem exercer funções directivas nem ter acesso aos documentos ou problemas confidenciais e vitais para nossa organização.<sup>420</sup>

A partir desta resolução da direção do MPLA, é possível ver que, mesmo ainda defendendo a participação dos brancos no movimento, o tratamento reservado a estes era diferenciado daquele dado aos mestiços. Enquanto a estes somente era recomendada uma participação mais efetiva no movimento, aos brancos cabia uma desconfiança geral, o que deveria lhes limitar na ascensão aos cargos mais importantes nas estruturas diretivas do MPLA e lhes impedir o acesso às informações capitais do movimento.

Nota-se, portanto, que as críticas surgidas na região Norte de Angola acabaram sendo, de certa forma, aceitas pela direção do MPLA, apesar de pouco ter mudado na estrutura do movimento. Mesmo assumindo em discurso que os mestiços deveriam se engajar mais na luta armada contra o colonialismo e afirmar que os brancos do MPLA não deveriam assumir cargos diretivos, nada foi mencionado sobre as críticas desferidas contra a gestão autoritária do movimento.

Tampouco se fez qualquer consideração, ao menos na documentação a que tivemos acesso, a respeito da acusação de que os argumentos do tribalismo e do regionalismo eram utilizados pela direção do movimento para deslegitimar as reivindicações das bases do MPLA.

É possível perceber que as questões levantadas ainda na crise de 1962 apareceram novamente no interior do MPLA, principalmente aquela que se refere à participação dos mestiços no movimento. Sendo assim, é interessante apontar que o MPLA, em nenhum momento, se dispôs a mudar as suas estratégias em função das reivindicações das bases. Desta forma, passando por cima daquilo que os militantes do

---

<sup>420</sup> *Manifestação Político-Militar dos Militantes da II Região*. Documento disponível em TALI, Jean-Michel Mabeko. *O MPLA perante si mesmo (1962-1977)*. Luanda: Nzila, 2001. Volume 1, p.340.

movimento apontavam como problemas, foi recorrente o retorno das mesmas questões nos momentos de crise interna pelos quais o MPLA passou.

É interessante notar também que, mesmo que os problemas desencadeadores da crise fossem já velhos conhecidos da direção do MPLA, as respostas dadas a eles variaram conforme a conjuntura política vivenciada, principalmente porque os argumentos relacionados à identidade nacional eram frequentemente instrumentalizados para manter no poder aqueles que já ocupavam os cargos diretivos no movimento.

No caso específico das críticas surgidas no Norte de Angola, a direção do movimento conseguiu se manter no poder justamente pela força política de que Agostinho Neto desfrutava. Contra a argumentação de que os mestiços dominavam as estruturas diretivas do MPLA, o presidente tinha sua pele negra para argumentar contrariamente. O mesmo argumento era levado em consideração quando se fazia críticas aos intelectuais, já que o próprio Agostinho Neto também era um intelectual, entretanto era um intelectual negro, o que lhe conferia maior legitimidade frente a questão que se discutia. Ao mesmo tempo, por ser originário da região Norte e da mesma etnia que os principais manifestantes, Agostinho Neto conseguiu capitanear as discussões e se manter no poder junto com seus principais aliados, ainda que estes fossem mestiços.

Baseado, então, na força que tinha dentro do MPLA, em sua cor e em sua origem, Agostinho Neto ameaçou se demitir da presidência caso sofresse pressões para reformular a direção do movimento. Desta forma, o presidente conseguia defender seus aliados políticos mestiços, entre eles Lúcio Lara e Iko Carreira,<sup>421</sup> contornando momentaneamente a crise que havia se deflagrado no Norte.

Para a resolução de mais esta crise interna pela qual o MPLA passava, decidiu-se, em 1973, por estender o Movimento de Reajustamento também para a Frente

---

<sup>421</sup> Henrique Teles Carreira nasceu em 1933. Durante a juventude, entrou em contato com a causa anticolonial e ingressou no MPLA, organização na qual desempenhou importantes funções, sempre ligadas ao comando militar. Entre 1975-1980, Iko Carreira ocupou o cargo de ministro da Defesa de Angola. Faleceu em 2000.

Norte. Neste ponto, a documentação encontrada nesta pesquisa é vasta, o que nos permite acompanhar minuciosamente o desenvolvimento da crise que levaria à Revolta Ativa.

Otimistas com a extensão do Movimento de Reajustamento para a Região Norte, os militantes que vinham criticando a direção acabaram surpreendidos pelo desenvolvimento do processo de crítica e autocrítica que se propunha. Ao contrário do que se fizera na Frente Leste, a formação do grupo que iniciaria os trabalhos do Movimento de Reajustamento foi assumida diretamente pela direção do MPLA, subtraindo-se assim o caráter democrático que se esperava de tal acontecimento.

Sobre a formação do grupo que iniciaria o levantamento das questões problemáticas apontadas pelas bases do Norte, Adolfo Maria<sup>422</sup> relatou que a assembleia que decidiria os nomes dos militantes que comporiam a Comissão Preparatória do Reajustamento fora marcada por um clima de extrema vigilância por parte da direção, que submeteu os participantes a uma revista minuciosa na ocasião, principalmente aqueles que eram considerados contestatários. Esperando que o relatório sobre as informações colhidas nas bases fosse discutido, Adolfo Maria se surpreendeu com o atropelo dos trâmites previstos, já que não houve qualquer discussão e a direção logo se apressou em eleger os elementos que deveriam integrar a futura Comissão de Reajustamento na Frente Norte.<sup>423</sup>

Contudo, nem mesmo esta eleição ocorreria dentro dos padrões da normalidade democrática que se esperava que vigorassem no movimento, pois, segundo relato de Adolfo Maria, Agostinho Neto e seus pares não permitiram a repetição do que se

---

<sup>422</sup> Sendo um dos primeiros militantes do MPLA, Adolfo Maria circulou no alto escalão deste movimento. Dirigiu o programa radiofônico Angola Combatente e o Departamento de Informação e Propaganda. Em 1974, entrou em choque com a direção do MPLA no movimento conhecido como Revolta Ativa, sendo um dos membros mais influentes deste movimento. Perseguido após a independência, acabou sendo exilado em Portugal.

<sup>423</sup> PIMENTA, Fernando Tavares Pimenta. Angola no Percurso de um Nacionalista – conversas com Adolfo Maria. Porto (Portugal). Edições Afrontamento, 2006. p.108.

(...) fizera no movimento de reajustamento da Frente Leste. Propôs que os presentes indicassem nomes. Qualquer militante poderia propor nomes, registados num quadro preto, aos quais seriam acrescentados os votos obtidos. Curiosamente, Lâmvu e elementos fiéis à direcção, incluindo elementos da segurança, começaram a propor nomes como Gentil Viana, Maria do Céu Carmo Reis e Manuel Jorge (três contestatários), a par de outros nomes já esperados, como Lara e Pedalé; uma meia surpresa, José Eduardo dos Santos (até ali pouco “visível”), e uma grande surpresa, Miranda Marcelino, que dois anos antes fora destituído da Comissão Directiva da 2ª. Região por desvio de fundos (afinal as combinações de bastidores tinham ido demasiado longe!). Outros nomes foram surgindo, mas os sete primeiros nomes recolheram o maior número de votos naquela orquestrada assembleia. Neto pretendia uma comissão dirigente que integrasse quatro elementos cuja a fidelidade lhe estava assegurada e mais três elementos conotados como contestatários. Estes, estando em minoria e alguns deles exercendo funções no exterior, ficavam praticamente impedidos de agir.<sup>424</sup>

O que se seguiu foi a recusa dos contestatários de participar da assembleia em questão, uma vez que os princípios que deveriam dar base ao Movimento de Reajustamento não foram seguidos pela direcção do MPLA. Sendo assim, para o grupo de contestatários que vinha ganhando força no Norte de Angola, houve, segundo Adolfo Maria,

---

<sup>424</sup> PIMENTA, Fernando Tavares Pimenta. Angola no Percurso de um Nacionalista – conversas com Adolfo Maria. Porto (Portugal). Edições Afrontamento, 2006. p.108.

o esvaziamento de uma discussão política, que era tão necessária e fundamental no seio do MPLA; completa apropriação dos órgãos directivos político e militar pelo Presidente Neto, através do aliciamento de alguns elementos para integrarem esses órgãos; manutenção de alguns elementos incapazes ou corruptos na direção política e militar da 2ª. Região. Enfim, era a definitiva liquidação do espírito e princípios do movimento de reajustamento no qual alguns ainda tinham depositado esperanças.<sup>425</sup>

A partir desta primeira reunião, delineou-se um conflito mais nítido entre a direção do MPLA e os críticos de suas ações no Norte. Neste processo de intensificação dos choques entre as partes, a figura de Agostinho Neto passou a ser cada vez mais contestada e responsabilizada por grande parte dos problemas pelos quais o MPLA passava àquela altura, como pode ser visto pelas críticas tecidas por Joaquim Pinto de Andrade, que ressaltou a atitude antidemocrática que marcara o Movimento de Reajustamento na Frente Norte:

Foi isso que Agostinho Neto constatou, que um movimento de crítica e autocrítica, vindo das bases, toda a gente via e dizia, apontava, desde o mais pequeno pormenor, porque às vezes são os pormenores que impressionam mais as massas, essa crítica e autocrítica chegou a um ponto em que Agostinho Neto teve de dizer: “basta” e parou com o movimento de crítica e autocrítica, ficou abortado. Aí os quadros, que depois formaram a Revolta Activa, mais se convencem que, realmente, com Agostinho Neto não há discussão possível e que quando a coisa está a chegar a um ponto, ele corta.<sup>426</sup>

Sendo assim, o Movimento de Reajustamento no Norte não teve os efeitos esperados pelas bases contestatárias. Logo à partida, a demissão e a consequente ruptura

---

<sup>425</sup> PIMENTA, Fernando Tavares Pimenta. *Angola no Percurso de um Nacionalista – conversas com Adolfo Maria*. Porto (Portugal). Edições Afrontamento, 2006. p.109-110.

<sup>426</sup> Entrevista com Joaquim Pinto de Andrade. Disponível em JAIME, Drummond e BARBER, Helder. *Angola: Depoimentos para a história recente (1950-1976)*. S/I: Edição dos autores, 1999.p. 96 97



de muitos militantes que esperavam que as críticas das bases corrigissem os erros do MPLA impediram que o reajustamento cumprisse a sua função primordial.

Ao contrário do que ocorrera no Leste, houve pouquíssima participação das bases no Norte, como afirmava o balanço do MPLA sobre o Movimento de Reajustamento naquela região:

Dos 125 militantes recenseados em Brazzaville, apenas pouco mais de 50 tomaram parte no início do Reajustamento e, à medida que o Reajustamento se aproximava do fim, o número de participantes diminuiu gradualmente de tal modo que apenas se pôde registrar a presença de um pouco mais de 10 militantes nas sessões. (...) De uma maneira geral, foram tratadas todas as questões. Algumas delas, porém, apenas foram enunciadas. De facto, e atendendo, em particular, à situação que o nosso movimento atravessa, houve pouco interesse geral por parte dos militantes. O maior interesse incidiu nos problemas sociais, da educação e da assistência médica. Poucos militantes se interessaram pelos documentos do reajustamento, com exceção dos que diziam respeito ao seu carácter democrático.<sup>427</sup>

A sensação de frustração em razão dos poucos progressos alcançados pelo Movimento de Reajustamento na Frente Norte era latente, de maneira que os responsáveis por tal apontaram como os principais problemas que influenciaram o fracasso do movimento:

---

<sup>427</sup> Documento disponível em TALI, Jean-Michel Mabeko. *O MPLA perante si mesmo (1962-1977)*. Luanda: Nzila, 2001. Volume 1, p.81

- a) falta de aprofundamento geral das questões;
- b) falta de participação geral nos debates;
- c) falta de análises globais;
- d) desvios nas discussões dos problemas;
- e) falta de propostas importantes.<sup>428</sup>

A incômoda pequena participação popular no Movimento de Reajustamento na Frente Norte também foi discutida nas resoluções finais, onde a direção do MPLA afirmava:

Não pudemos alcançar o objectivo de democracia por causa do receio generalizado de falar por parte dos militantes, desconfiança devida à maneira como foi formado o grupo activo, pela fraca participação dos intervenientes nos debates. Além disso, o próprio conceito de democracia não é claro para todos os militantes, que não têm as mesmas ideias sobre o assunto.<sup>429</sup>

Desta maneira, encerrava-se o Movimento de Reajustamento na Frente Norte. Apesar de se queixar da pequena participação popular no evento, considerado um espaço aberto para as discussões dos problemas do MPLA, os responsáveis da direção acabaram apontando causas para o fracasso do reajustamento que não se baseavam nas críticas feitas pelas bases. A ação antidemocrática denunciada pelos contestatários sequer foi mencionada como uma das causas do malogro do Movimento de Reajustamento. Sem esta autocrítica necessária, a direção do MPLA acabou se afastando cada vez mais das suas bases no Norte e o movimento saiu mais fragilizado ainda do reajustamento do que entrara, pois o grupo de contestatários iniciaria, a partir daquele momento, uma mobilização contrária à direção.

---

<sup>428</sup> TALI, Jean-Michel Mabeko. *O MPLA perante si mesmo (1962-1977)*. Luanda: Nzila, 2001. Volume 1. p.182

<sup>429</sup> Documento disponível em TALI, Jean-Michel Mabeko. *O MPLA perante si mesmo (1962-1977)*. Luanda: Nzila, 2001. Volume 1. p.182

Ressalte-se que o MPLA passava, no início da década de 1970, por uma gravíssima crise em seu interior: motivada pelo avanço das tropas portuguesas, a guerrilha estava praticamente imobilizada; na Frente Leste, após um rápido e empolgante avanço inicial, as bases contestavam as ações da direção, o autoritarismo nas frentes de batalha e os privilégios desfrutados pelos comandantes do Norte; e, a partir de 1973, somavam-se a estes problemas as críticas das bases do Norte à direção. Este ambiente de grave crise interna motivou também que as contestações surgidas na Frente Norte ganhassem vulto e estimulassem o surgimento de uma importante revolta interna.

Uma vez exposta a ruptura com a direção do MPLA na reunião para eleição dos membros da Comissão Preparatória do Movimento de Reajustamento, um grupo de contestatários, que em sua maioria passou a residir em Brazzaville, iniciou conversações para pôr termo aos problemas que, a seu ver, impediam o avanço do movimento. Segundo relatos dos membros da Revolta Ativa, já em finais de 1973 o grupo se reuniu para a elaboração de um documento que analisaria as condições internas do MPLA e proporia mudanças na forma de gestão política do movimento.<sup>430</sup>

Entretanto, no íterim entre a ruptura dos contestatários com a direção do MPLA e a elaboração do documento, a queda do salazarismo, em 25 de Abril de 1974, alterou radicalmente as perspectivas para o nacionalismo angolano. O Movimento das Forças Armadas (MFA), que participara ativamente das guerras nas colônias portuguesas (Angola, Moçambique e Guiné-Bissau), se pronunciou a favor do direito de autodeterminação dos povos colônias. Portanto, derrubado definitivamente o salazarismo, os movimentos de libertação das colônias portuguesas entendiam que, mais cedo ou mais tarde, as independências estavam se aproximando e, sendo assim, precisavam se preparar para tal acontecimento, já que esta era a grande causa da luta política e militar que fora desencadeada ainda no início da década de 1960.

Esta expectativa de concretização da independência das colônias portuguesas foi ainda mais intensa para o MPLA, em Angola, para a FRELIMO, em Moçambique, e para o PAIGC, na Guiné-Bissau, pois o MFA declarou que estes eram os legítimos

---

<sup>430</sup> Ver entrevista com Adolfo Maria em PIMENTA, Fernando Tavares Pimenta. *Angola no Percurso de um Nacionalista – conversas com Adolfo Maria*. Porto (Portugal). Edições Afrontamento, 2006. p.109-110.

representantes políticos das colônias portuguesas e, portanto, deveriam assumir os Estados após a independência. O MPLA, então, sentia os ventos da História soprarem a seu favor e, na medida do possível, esquecia os problemas internos pelos quais passava. O momento deveria ser de união absoluta dentro do movimento.

Contudo, mesmo com a independência se aproximando, a guerra não estava ganha em Angola, ao contrário do que ocorria em Moçambique e na Guiné-Bissau. Sendo assim, o 25 de Abril acabou iniciando um período de novos ataques por parte dos movimentos de libertação angolanos, pois todos eles queriam pressionar os novos governantes portugueses a acelerar o processo de independência.

A queda do salazarismo em Portugal promoveu um grande relaxamento nas estruturas de controle e repressão da PIDE, o que certamente beneficiou a ação dos movimentos de libertação. Neste contexto, diversos presos políticos foram libertados em Portugal, tal como Joaquim Pinto de Andrade, presidente de honra do MPLA, que estava sob prisão domiciliar.

Desfrutando da liberdade e da expectativa da independência, Joaquim Pinto de Andrade restabeleceu contatos com muitos nacionalistas angolanos e acabou se transferindo para Brazzaville. Em pouco tempo, a aproximação com o grupo de contestatários do Norte já era sólida, sendo que Joaquim Pinto de Andrade foi apontado como um dos colaboradores do documento intitulado *Apelo a Todos os Comandantes e quadros do Movimento Popular de Libertação de Angola*,<sup>431</sup> que esteve na origem do movimento que se convencionou chamar de Revolta Ativa.

A questão central apontada neste documento era a forma de gestão autoritária empreendida por Agostinho Neto. Sendo assim, a principal proposta dos contestatários era a alteração desta estrutura de poder, pois, no MPLA,

---

<sup>431</sup> Este documento também ficou conhecido como *Apelo dos Dezenove* e como *Manifesto da Revolta Ativa*. É possível consultar este documento de diversas maneiras, como no Arquivo Mário de Andrade da Fundação Mário Soares, onde se encontram cópias em português e em francês ([casacomum.org/cc/visualizador?pasta-10200.003.003](http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta-10200.003.003)), em TALI, Jean-Michel Mabeko. *O MPLA perante si mesmo (1962-1977)*. Luanda: Nzila, 2001. Volume 1. p.352-373. e em PIMENTA, Fernando Tavares Pimenta. *Angola no Percurso de um Nacionalista – conversas com Adolfo Maria*. Porto (Portugal). Edições Afrontamento, 2006. p.220-235

as instâncias da organização encontram-se [encontravam-se] praticamente inutilizáveis, porque o decreto presidencial – a *Ordem de Serviço* – rege tudo. Os Membros do Comité Director, os do Grupo Activo do Movimento de Reajustamento, os postos superiores políticos e militares, são [eram] objecto de designações presidenciais exclusivas e arbitrárias. Mesmo as mais pequenas questões de intendência são [eram] objecto de decreto presidencial.<sup>432</sup>

A estrutura autoritária do movimento, segundo os signatários do *Apelo*, traria problemas internos muito graves, já que “*tal poder paralisa [paralisava] os quadros e os militantes, destrói [destruía] as estruturas, desorganiza [desorganizava] a planificação das tarefas e a correspondente execução.*”<sup>433</sup>

O presidencialismo absoluto, termo bastante recorrente nas críticas elaboradas pela Revolta Ativa à direção do MPLA, também seria um problema grave relativo à gestão dos recursos económicos e materiais de que o movimento dispunha. O *Apelo* criticava esta questão apontando que

entre toda a massa de militantes e quadros, só uma pessoa, o Presidente, conhece [conhecia] a proveniência e o montante de fundos da Organização e dispõe [dispunha] dele sem qualquer controle legal.<sup>434</sup>

A centralização dos recursos do MPLA nas mãos de Agostinho Neto era apontada pelos revoltosos como um dos instrumentos que, além de dar um poder

---

<sup>432</sup> *Apelo a Todos Comandantes e Quadros do Movimento Popular de Libertação de Angola*. Documento disponível em TALI, Jean-Michel Mabeko. *O MPLA perante si mesmo (1962-1977)*. Luanda: Nzila, 2001. Volume 1. p. 365

<sup>433</sup> *Apelo a Todos Comandantes e Quadros do Movimento Popular de Libertação de Angola*. Documento disponível em TALI, Jean-Michel Mabeko. *O MPLA perante si mesmo (1962-1977)*. Luanda: Nzila, 2001. Volume 1. P.364

<sup>434</sup> TALI, Jean-Michel Mabeko. *O MPLA perante si mesmo (1962-1977)*. Luanda: Nzila, 2001. Volume 1. p.364

desmedido ao presidente, também reforçava o mito que se criara sobre ele. As palavras de Maria do Céu Carmo Reis ilustram bem a questão:

A gestão de recursos dava imenso prestígio ao homem. (...) Havia crises imensas, fomes etc., vinha o Neto e diziam: Pronto, aí vem o que vai resolver o nosso problema, o camarada presidente, e realmente ele é quem vinha, porque ele ia buscar os fundos, chegava e fazia uma redistribuição. Em última instância, era ele quem podia resolver determinados problemas.<sup>435</sup>

Portanto, a centralização dos recursos e o poder sobre eles desfrutado por Agostinho Neto também era uma das consequências perigosas do presidencialismo absoluto que caracterizava a estrutura de poder autoritária do MPLA.

Vista a proximidade da independência que a queda do salazarismo sugeria, a Revolta Ativa defendia a formação de uma frente que unisse todos os nacionalistas angolanos para que se chegasse de fato à libertação de Angola. Entretanto, a frente que a Revolta Ativa propunha não defendia a aglutinação entre MPLA, FNLA e UNITA, mas uma gestão conjunta que desse mais força à causa da independência. Contudo, o presidencialismo absoluto era visto como um obstáculo a ser superado, pois

---

<sup>435</sup> Entrevista de Maria do Céu Carmo Reis a Marcelo Bittencourt em 1999. Citada em BITTENCOURT, Marcelo. *Estamos Juntos! O MPLA e a luta anticolonial (1961-1974)*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2002. p.651.

Nenhuma Frente pode [poderia] formar-se e desenvolver-se sem um motor. Sem democracia política, sem democracia militar e sem democracia económica que estabeleçam [estabelecessem] a necessária igualdade de todos os seus membros, a Frente não poderá [poderia] desenvolver-se nem consolidar-se: ocorrerá [ocorreria] sempre o risco de ruptura, seja por dificuldades criadas no seu seio, seja por pressões exteriores.<sup>436</sup>

Com esta proposta, a Revolta Ativa propunha uma gestão democrática da frente que seria formada entre os movimentos de libertação angolanos, o que impediria que o autoritarismo vigorasse. Desta maneira, a Revolta Ativa se prevenia da ascensão de qualquer um dos líderes dos movimentos de libertação que formariam a frente, já que, assim como Agostinho Neto, Holden Roberto e Jonas Savimbi também demonstravam características autoritárias na gestão da FNLA e da UNITA, respectivamente.

Para a formação desta frente que uniria os movimentos de libertação angolanos, a Revolta Ativa identificava um problema que já fora discutido em outros momentos, qual seja a coabitação de diferentes grupos em um só movimento político que lideraria a independência, sem que houvesse qualquer prática discriminatória em seu interior.

Entretanto, a Revolta Ativa precisava apontar um aspecto aglutinador destes grupos diversos que comporiam a frente, já que somente o anseio pela independência não era suficiente para a união dos movimentos de libertação, como já ficara evidenciado nas diversas tentativas frustradas de aproximação entre as partes. Para a Revolta Ativa,

---

<sup>436</sup> *Apelo a Todos Comandantes e Quadros do Movimento Popular de Libertação de Angola*. Documento disponível em TALI, Jean-Michel Mabeko. *O MPLA perante si mesmo (1962-1977)*. Luanda: Nzila, 2001. Volume 1. p.361.

O facto de resistir à colonização cimentou a Nação em construção. Constituiu um dever sagrado de todos os nacionais independentemente de sua ideologia política, local de nascimento, sexo, origem racial ou étnica, da sua religião ou da nacionalidade dos seus antepassados, lutar pela construção de uma Angola definitivamente liberta do flagelo colonial.

É cumprindo inteiramente este dever primordial para com a Pátria, o nosso continente e o mundo, que nos tornamos realmente cidadãos nacionais angolanos, um povo digno do respeito dos demais povos do mundo.<sup>437</sup>

Tal como os movimentos de libertação nacional angolanos expuseram em seus documentos oficiais, a Revolta Ativa elaborava uma definição de nação em seu *Apelo* valendo-se do argumento de que todos aqueles que lutaram pela independência de Angola seriam bem-vindos e fariam parte da nação que estava por se formar. Novamente, percebe-se que o discurso sobre a construção da identidade nacional angolana partia de um princípio generalista, sem que as distinções entre os povos que partilhavam desta identidade fossem um critério para a definição da cidadania angolana. Retomava-se, pois, a definição original defendida nos documentos fundadores do MPLA.

Vale ressaltar que este discurso generalista elaborado pela Revolta Ativa sobre a identidade nacional angolana constituiu-se também em uma resposta à ação do MPLA no Norte, principalmente àquela referente à assembleia da II Região em que se decidiu que os brancos não poderiam participar das estruturas diretivas do movimento. Esta ação da Revolta Ativa certamente era influenciada pela composição racial do grupo inicial de signatários do *Apelo*, já que muitos deles eram mestiços ou brancos.

Continuando com a questão da formação de uma frente que, de certa maneira, seria um símbolo da união dos povos angolanos e base, portanto, da identidade nacional, os membros da Revolta Ativa aproveitaram este mote para tecer mais uma dura crítica a uma prática corrente da direção do MPLA, que permitiu que

---

<sup>437</sup> *Apelo a Todos Comandantes e Quadros do Movimento Popular de Libertação de Angola*. Documento disponível em TALI, Jean-Michel Mabeko. *O MPLA perante si mesmo (1962-1977)*. Luanda: Nzila, 2001. Volume 1.p., 360



(...) o corpo social da nossa Organização [o MPLA] foi [fosse] profundamente minado pelo vírus do racismo, do tribalismo e do regionalismo – o que pisoteou o princípio segundo o qual só o povo de todos os distritos é o verdadeiro autor e beneficiário da luta de libertação nacional. Adoptando, erradamente, o método da dosagem étnica na formação dos quadros e na escolha e composição das equipas dirigentes à escala nacional e regional, a “Direcção” do MPLA abriu, amplamente, o campo das concessões ao oportunismo político.<sup>438</sup>

Prejudicada, portanto, pelo presidencialismo absoluto e pelos privilégios étnicos e regionais, as bases do MPLA teriam cada vez mais se afastado dos dirigentes e paralisado o seu pensamento crítico e contestatário em função da atmosfera de medo, cinismo e hipocrisia instalada no interior do movimento.

Uma vez apresentado o quadro de degeneração da direcção do MPLA os signatários do *Apelo* conclamavam os militantes do movimento a fazer uma revolta contra as estruturas que vigoravam nos órgãos diretivos. Entretanto, mesmo tecendo críticas extremamente ácidas à direcção do MPLA, a Revolta Ativa não pretendia tomar o poder no movimento ou se afastar do mesmo. Esta colocação da Revolta Ativa como uma tendência interna do MPLA pode ser percebida na entrevista de Adolfo Maria, em 1974, ao jornal *Semana Ilustrada*:

---

<sup>438</sup> *Apelo a Todos Comandantes e Quadros do Movimento Popular de Libertação de Angola*. Documento disponível em TALI, Jean-Michel Mabeko. *O MPLA perante si mesmo (1962-1977)*. Luanda: Nzila, 2001. Volume 1. p.364.

os militantes e quadros se deram conta de que era impossível e não havia já instituições onde pôr os problemas e começaram a dizer entre eles: isto aqui só um problema de revolta, não há mais nada a fazer se não revoltar, mas revoltar como? Revoltar contra o MPLA não, nós somos o MPLA e defendemos o MPLA a todo o preço; revoltar sim mas contra um sistema errado que fez atrasar a luta que tem trazido a organização para uma situação perigosa e que não dá perspectivas para a condução futura da luta, pelo menos adequadas ao programa do MPLA.<sup>439</sup>

Portanto, buscando elaborar uma crítica à direção sem, contudo, se desvincular do MPLA, a Revolta Ativa propunha como um caminho para a solução dos problemas apontados em seu *Apelo* a realização de um congresso que unisse as três principais tendências internas do movimento. Afirmava-se, então, que somente no momento em que a direção, a Revolta do Leste e a Revolta Ativa sentassem para dialogar seria possível ao MPLA retomar o rumo correto para alcançar rapidamente a independência de Angola.

Há que se ressaltar que a direção do MPLA já vinha postergando a realização de seu primeiro congresso desde 1971, o que acabava corroborando a tese de que a direção não aceitava dialogar com tendências divergentes que se opunham aos seus atos e à forma de gestão do movimento.

Entretanto, mesmo pressionada internamente pela Revolta do Leste e pela Revolta Ativa, a direção do MPLA também emitiu as suas opiniões sobre o movimento que surgiu no Norte angolano, contestando praticamente todos os pontos apontados como falhas por ela cometidas na gestão do movimento.

A questão central apontada pelo *Apelo* da Revolta Ativa, ou seja, o presidencialismo absoluto praticado por Agostinho Neto, foi rebatido a partir da

---

<sup>439</sup> PIMENTA, Fernando Tavares Pimenta. Angola no Percurso de um Nacionalista – conversas com Adolfo Maria. Porto (Portugal). Edições Afrontamento, 2006. p.291.

evidenciação de que a condução da guerra anticolonial e a gestão de um movimento eram tarefas extremamente complexas, de maneira que

Num Movimento, cuja Direcção está repartida sobre tão numerosas zonas de acção, não se pode deixar de compreender que é necessário um organismo reduzido que possa assumir a coordenação dos múltiplos problemas da luta. A dinâmica desta luta nem sempre permitiu encontrar-se a fórmula ideal para uma tal coordenação, o que evidentemente sobrecarrega o Presidente. Esta carência, de que o MPLA não é a única organização política a sofrer, é um dos problemas que o Congresso deverá estudar profundamente. O facto de se constatar não autorisa concluir-se que é praticado um pretensão presidencialismo (...).<sup>440</sup>

Desta maneira, a direcção do MPLA se eximia dos erros cometidos em sua gestão, principalmente porque a concentração dos poderes nas mãos de uma cúpula política não seria exatamente o que se pretendia, mas uma consequência da amplitude da luta anticolonial. Sendo assim, a direcção do MPLA respondia também à questão apontada sobre a gestão dos recursos e materiais do movimento. Contudo, esta questão ainda seria retomada um pouco mais adiante, sendo o estopim da ruptura da direcção com o Congresso do movimento que se realizaria em Lusaka.

Continuando a contestação da ideia de que era praticado um presidencialismo absoluto no movimento que caracterizava, portanto, a falta de democracia em suas estruturas, o MPLA apontava que:

---

<sup>440</sup> *MPLA – Declaração*. (1974). p.4. Documento disponível no Arquivo Mário Pinto de Andrade no Arquivo Mário Soares. Disponível também no Arquivo Casa Comum. <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04339.002.005> . Consulta em 25 de janeiro de 2016.

A Direcção colectiva continua [continuava] a ser um princípio sagrado do Movimento, como o é [era] também a consulta democrática das largas massas militantes, que foi [fora] feita em cada momento importante da luta (Conferência Nacional em 1962, Conferência Nacional de Quadros em 1964, Reunião alargada dos quadros dirigentes em 1966, Assembleia Geral da 3ª. Região em 1968, Assembleia Geral da 1ª. e 2ª. Regiões em 1968, Assembleia Regional da 1ª. Região em 1970, Reunião Plenária do Comité Director e dos quadros militares em 1970, Movimento de Reajustamento na Frente Leste em 1972-74, Movimento de Reajustamento na Frente Norte em 1973-74).<sup>441</sup>

A direcção do MPLA se valeu da ideia de formação de uma frente que congregasse os movimentos de libertação angolanos para levantar críticas à Revolta Ativa. A primeira delas se referia à composição do grupo de signatários do *Apelo*, que, de acordo com a direcção do MPLA, era comandada por intelectuais e pequenos burgueses. Note-se que a menção aos intelectuais voltava à tona no movimento depois de outras contestações internas já a terem colocado em pauta, tal como a crise de 1962-1964. Portanto, a direcção do MPLA acionava capitais políticos já utilizados em sua história para deslegitimar também a Revolta Ativa.

O *Balanço do Reajustamento em Brazzaville* lançava ainda as seguintes questões para diminuir a importância e questionar a legitimidade dos revoltosos:

É PRECISO SER INTELLECTUAL PARA DEFENDER O PAÍS DO TUGA?  
É PRECISO SER DOUTOR PARA PEGAR NA ARMA E CORRER COM ELE?  
É PRECISO SABER LER PARA LIBERTAR O NOSSO POVO DA MISÉRIA?  
Todos nós sentadinhos na cidade de Brazza, éramos capazes, por mais intelectuais que fossemos, caçar e correr com este criminoso?<sup>442</sup>

---

<sup>441</sup> *MPLA – Declaração*. (1974). p.4. Documento disponível no Arquivo Mário Pinto de Andrade no Arquivo Mário Soares. Disponível também no Arquivo Casa Comum. <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04339.002.005> . Acesso em 25 de janeiro de 2016.

<sup>442</sup> *Balanço do Reajustamento em Brazzaville*. Documento disponível em TALI, Jean-Michel Mabeko. *O MPLA perante si mesmo (1962-1977)*. Luanda: Nzila, 2001. Volume 1. p.188

Sendo tão marcada pela presença de intelectuais e pequenos burgueses, a Revolta Ativa não seria, segundo a direção do MPLA, representante legítima do povo angolano e, conseqüentemente, a independência que propunham não seria também aquela que se esperava:

A independência do Povo Angolano não é uma independência só para intelectuais, não é uma independência só para uma classe, família ou elite. É uma independência para todo o Povo, para os operários, para os trabalhadores, para os camponeses. Para todo o Povo sem qualquer discriminação. É necessária mais do que nunca a união entre todos nós. Só com unidade alcançaremos a Liberdade que tanto almejamos.<sup>443</sup>

A partir deste tipo de texto e pronunciamento, a direção do MPLA buscava se aproximar das bases do movimento e, ao mesmo tempo, evidenciar que os promotores da Revolta Ativa não eram parte do povo angolano, mas sim um segmento social destacado e privilegiado.

Neste mesmo conjunto de críticas, a direção do MPLA ainda colocava em causa a participação anterior de membros da Revolta Ativa no movimento, acusando muitos deles, como Mário Pinto de Andrade, de ter abandonado o MPLA em momentos de dificuldade. Acusava-se ainda outros revoltosos de terem se valido da estrutura do MPLA para cursar o ensino superior em diferentes países europeus sem se comprometerem, posteriormente, com o movimento.<sup>444</sup>

---

<sup>443</sup> *Atenção Povo Angolano*. 1974, p.1. Documento disponível no Arquivo Mário Pinto de Andrade da Fundação Mário Soares. Disponível também no Arquivo Casa Comum. <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04339.002.036>. Acesso em 25 de janeiro de 2016.

<sup>444</sup> *Atenção Povo Angolano*. 1974. Documento disponível no Arquivo Mário Pinto de Andrade da Fundação Mário Soares. Disponível também no Arquivo Casa Comum. <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04339.002.036>. Acesso em 25 de janeiro de 2016.

É importante destacar que a ideia de formação de uma frente que agregasse os movimentos de libertação sem quaisquer distinções, tais como raça, etnia, região, posicionamento político, não fez com que o MPLA entrasse na discussão racial com o grupo liderado pela Revolta Ativa. Mesmo que muitos dos revoltosos fossem brancos e mestiços, a questão racial não foi acionada oficialmente pela direção em função da presença de mestiços em sua própria formação, o que tornaria contraditória a argumentação naquele momento.

Entretanto, esta postura oficial da direção do MPLA não impediu que o debate racial fosse acionado em outras vias, como pode ser observado em um panfleto anônimo divulgado por um grupo que apoiava a direção, onde se sugere que os membros da Revolta Ativa haviam afirmado “*Nós, os dissidentes, além de sermos MESTIÇOS na nossa maioria, somos muito civilizados*”.<sup>445</sup> Percebe-se novamente, neste documento, a articulação do argumento racial com a crítica aos intelectuais, tidos como mais civilizados.

Outra crítica levantada a partir da ideia de formação de uma frente que aglutinasse os movimentos de libertação angolanos se referia principalmente à possível ligação da Revolta Ativa com outros países interessados em implantar um sistema neocolonialista em Angola após a independência.

Esta acusação se valia do fato de o *Apelo* da Revolta Ativa ter circulado primeiramente no Congo Brazzaville e não entre as bases do movimento como seria mais esperado. Aos olhos da direção do MPLA, este fato comprovava que a Revolta Ativa era, na verdade, um porta-voz dos interesses externos ao movimento e, portanto, contrária aos princípios de liberdade e independência que guiavam o projeto de libertação de Angola.<sup>446</sup> Mais adiante, na realização do Congresso de Lusaka, este argumento seria explicitado com mais clareza e contundência.

---

<sup>445</sup> *Panfleto Anônimo*. Documento disponível em TALI, Jean-Michel Mabeko. *O MPLA perante si mesmo (1962-1977)*. Luanda: Nzila, 2001. Volume 1. p.375

<sup>446</sup> Declaração do Comité Director. 1974. Documento disponível no Arquivo Mário Pinto de Andrade da Fundação Mário Soares. Documento disponível também no Arquivo Casa Comum. <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04339.002.005>. Acesso em 25 de janeiro de 2015.

Sendo, pois, um fantoche nas mãos dos interesses imperialistas, a Revolta Ativa, para Lúcio Lara e para o MPLA

cheirava a petróleo. Dissemos isso porquê? Porque houve o 25 de Abril, a independência de Angola já não era uma incógnita, já era para mais mês, menos mês, mais ano, menos ano, portanto um dos objectivos do nosso programa já estava à vista. E nós dissemos: essa malta faz isso agora, isto cheira a petróleo, querem negociar o petróleo de Angola.<sup>447</sup>

Por fim, a direção do MPLA ainda acusava a Revolta Ativa de ser oportunista, pois, além de, em um passado não muito distante, seus promotores terem se valido das estruturas do movimento para cursar o ensino superior na Europa, se afastando da causa anticolonial, o momento da publicação do *Apelo* teria sido o pior possível:

Este apelo poderia ser considerado como um passo positivo dos seus signatários, se não estivesse envolvido em vícios de forma e de fundo, que fazem duvidar das reais intenções dos seus autores. (...)

É pois incompreensível que os militantes no activo signatários do Apelo, alguns dos quais tinham participado do MR [Movimento de Reajustamento] na Frente Norte, cuja primeira fase terminou em fevereiro de 1974, não tenham nunca utilizado o seu direito de expressão para apresentarem as suas críticas e venham agora fazê-lo em público, contra todas as normas de uma organização política, numa tentativa de alcançar o descrédito sobre o MPLA, no momento preciso em que a força do nosso Movimento se revelou aos olhos do mundo.<sup>448</sup>

---

<sup>447</sup> Entrevista com Lúcio Lara . Disponível em JAIME, Drummond e BARBER, Helder. *Angola: Depoimentos para a história recente (1950-1976)*. S/I: Edição dos autores, 1999.p.42

<sup>448</sup> *Declaração do Comité Director*. 1974. p.3. Documento disponível no Arquivo Mário Pinto de Andrade da Fundação Mário Soares. Documento disponível também no Arquivo Casa Comum. <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04339.002.005>. Acesso em 25 de janeiro de 2015.

Esta crítica ao oportunismo dos membros da Revolta Ativa considerava que, em função da queda do salazarismo em Portugal, a independência se aproximava e, por isso, muitos dos intelectuais e pequenos burgueses que haviam deixado o MPLA em momentos de crise acabaram reingressando no movimento somente com o interesse de ocupar os espaços políticos que seriam abertos pela independência de Angola. Faltaria, então, aos membros da Revolta Ativa a legitimidade necessária para fazer avançar a luta anticolonial, já que muitos deles seriam movidos somente pelos interesses pessoais.

A troca de acusações e as propostas conflitantes apresentadas pela direção e pela Revolta Ativa evidenciavam a situação de extrema fragmentação dentro do MPLA. A ação da direção do movimento para barrar o avanço das propostas dos revoltosos, segundo os membros da Revolta Ativa, ainda contou com a ação repressiva e autoritária comandada por Agostinho Neto. Além da prisão de militantes envolvidos na Revolta Ativa, a direção do movimento usava da seguinte estratégia para atralhar os progressos das propostas revoltosas:

1º. Fazem as ameaças para criar um ambiente de excitação e instinto de defesa de modo a que existam condições para que as provocações se transformem em desordem física, e possam então os tais “dirigentes” ir intrigar junto das autoridades congolezas que a revolta activa é perturbadora da ordem, é destrutiva na própria sede do Movimento;

2º. E ao insistirem em participar nas reuniões entre os militantes e a Revolta Activa, o que querem é amedrontar os militantes para que ninguém fale o justo e estarem prontos a fazer barragem às verdades ditas pela Revolta Activa.

Então nós perguntamos: mas se os militantes do MPLA não são crianças pequenas, porque é que não podem ouvir sozinhos, individualmente ou em reunião, os pontos de vista da Revolta Activa?<sup>449</sup>

---

<sup>449</sup> *Lutemos corajosamente contra as ordens presidenciais que sacrificam tudo e todos para manter a tirania no poder.* 1974, p.1. Documento disponível no Arquivo Mário Pinto de Andrade da Fundação Mário Soares. Documento disponível também no Arquivo Casa Comum. <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04337.002.001>. Acesso em 25 de janeiro de 2016.



Em função destas ações que a direção do MPLA empreendia contra a Revolta Ativa, seus membros concluíram que “*Os tais ‘dirigentes’ têm [tinham] realmente medo da verdade.*”<sup>450</sup>

Entretanto, apesar dos diversos ataques e críticas lançados contra a direção do MPLA, atingir a figura de Agostinho Neto era um desafio extremamente complicado, pois o mito que se vinha construindo e reforçando sobre sua imagem desde a década de 1950 tinha um peso importante no momento imediatamente anterior à independência. A projeção que o nome de Agostinho Neto ganhou o fez uma importante liderança anticolonial no continente africano e sua trajetória era diretamente vinculada ao MPLA. Portanto, mesmo que as acusações elaboradas pela Revolta do Leste e pela Revolta Ativa fizessem sentido, no momento em que o colonialismo estava prestes a ruir, a força que Agostinho Neto conquistara dificilmente seria extinta.<sup>451</sup>

Em mais esta crise interna, como vimos, diversos fatores relacionados à discussão identitária foram novamente mobilizados. Entretanto, por muitos dos membros da Revolta Ativa serem brancos e mestiços, este movimento não parecia querer entrar na discussão racial com a direção do MPLA, de maneira que o seu principal questionamento era o presidencialismo absoluto praticado por Agostinho Neto.

Também é interessante notar que a Revolta Ativa foi contra-atacada a partir da questão racial, de maneira que a direção do MPLA, ainda que indiretamente, criticou o movimento contestatário por este ser desenvolvido majoritariamente por mestiços e brancos.

Fazendo uma análise retrospectiva da discussão racial promovida pela direção do MPLA, vê-se que o ataque à Revolta Ativa contradizia justamente a ação de Agostinho Neto e seus aliados durante a crise de 1962-1964, pois, neste evento, o presidente entrou

---

<sup>450</sup> *Lutemos corajosamente contra as ordens presidenciais que sacrificam tudo e todos para manter a tirania no poder.* 1974, p.1. Documento disponível no Arquivo Mário Pinto de Andrade da Fundação Mário Soares. Documento disponível também no Arquivo Casa Comum. <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04337.002.001>. Acesso em 25 de janeiro de 2016.

<sup>451</sup> BITTENCOURT, Marcelo. *Estamos Juntos! O MPLA e a luta anticolonial (1961-1974)*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2002. p.681.

em rota de choque com Viriato da Cruz justamente para defender a manutenção de mestiços na direção do movimento.

Conclui-se, pois, que os elementos que definiam a identidade nacional nos documentos oficiais do MPLA, tais como raça, etnia, cultura, ideologia, região, percurso durante o colonialismo etc. serviram sempre aos propósitos da direção de se manter no poder sem dar voz às bases do movimento. A todo o momento de crise interna, portanto, a ideia de identidade nacional se tornava um instrumento para tirar a legitimidade das contestações dos oponentes da direção.

A fragmentação e o impasse em que o MPLA se encontrava estimularia ainda a realização de um congresso que reuniria as três tendências internas do movimento, isto é, a direção, a Revolta do Leste e a Revolta Ativa, onde as questões propostas por cada uma destas tendências seriam discutidas para se tentar alcançar um acordo que permitisse a estabilização do movimento.

### **3.4. O Congresso de Lusaka**

Além da pressão interna promovida pela Revolta do Leste e pela Revolta Ativa, a direção do MPLA também passou a ser pressionada internacionalmente após a queda do salazarismo em Portugal. Assim como os movimentos de libertação das colônias portuguesas, o cenário internacional, especialmente o africano, se preparou para as independências e, por entenderem que estes eventos se aproximavam cada vez mais, os contatos internacionais com os movimentos de libertação se intensificaram.

No que tange ao MPLA, a pressão internacional foi exercida no sentido de fazer findar a divisão que marcava o movimento desde o surgimento da Revolta do Leste e da Revolta Ativa. Entendia-se que o MPLA necessitava de mais coesão interna para conseguir se impor sobre os demais movimentos de libertação e conduzir as negociações com a metrópole para se alcançar definitivamente a independência de Angola.

A realização de um congresso do MPLA, portanto, era apontada, tanto por revoltosos quanto pelas potências africanas, como a única forma de se alcançar a coesão necessária para o desfecho da luta anticolonial, pois, somente assim, seria possível que as três tendências internas do movimento se reconcilhassem.

Sendo assim, a diplomacia dos países mais interessados na conclusão do processo de independência de Angola, ou seja, Congo, Zaire, Zâmbia e Tanzânia, se mobilizou para pressionar o MPLA a fazer um congresso que pusesse fim à fragmentação pela qual o movimento passava. Além da proposta de apaziguamento no interior do MPLA, estes países também passaram a pressionar por um acordo entre Agostinho Neto e Holden Roberto, de maneira que esta aliança tornasse o caminho para a independência mais curto ainda. A ideia, em suma, era facilitar a conciliação entre os angolanos para acelerar a conclusão da luta anticolonial.

Portanto, pressionada interna e externamente, a direção do MPLA teve que ceder e realizar o congresso que prometia desde 1971. A realização deste encontro para conciliar internamente o movimento não contava com a boa vontade dos dirigentes, pois o momento para a realização do congresso não era oportuno para os seus interesses, uma vez que as alas contestatárias teriam um espaço legal para se pronunciar e expressar seus descontentamentos. Contudo, de nada adiantou a resistência da direção do MPLA, que foi, de certa maneira, obrigada a aceitar a realização do congresso. E, mesmo aceitando que tal evento ocorresse, a direção do MPLA ainda tentaria colocar empecilhos ao bom desenvolvimento do congresso.

Realizado em Lusaka, entre os dias 12 e 28 de agosto de 1974, este Primeiro Congresso do MPLA reuniu as três tendências internas do movimento e contou com a participação de 400 delegados, sendo que a direção e a Revolta do Leste tinham, cada uma, 165 representantes e a Revolta Ativa contava apenas com os 70 delegados restantes.

Naquele contexto, a direção do MPLA contava com o apoio do MFA e com uma considerável força militar espalhada pelo território angolano. Vale ressaltar que a criação das Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (FAPLA), mesmo sendo uma estratégia para conferir ao MPLA uma imagem de maior organização militar e peso político, não foi feita por acaso no início do Congresso de Lusaka. A intenção da direção

do MPLA era impressionar seus oponentes e os observadores internacionais para conferir ao movimento um peso político e militar maior do que efetivamente este dispunha naquela situação.

Por seu turno, a Revolta do Leste tinha como capital político que legitimava as suas posições no congresso a sua força militar. Àquela altura, Daniel Chipenda e seus aliados já dominavam muitas bases do MPLA na Região Leste e seu grupo ganhava cada vez mais um caráter de facção militar.

Por fim, a Revolta Ativa contava basicamente com a sua força política, que se baseava muito no prestígio que muitos dos seus apoiadores tinham em função de sua participação histórica na luta anticolonial, tal como Mário Pinto de Andrade e Joaquim Pinto de Andrade. Entretanto, militarmente, a Revolta Ativa era insignificante, já que não contava com um braço armado e, tampouco, pretendia contar, já que não se colocava como um movimento que se opunha ao MPLA, mas somente às práticas desempenhadas pela direção.

Uma Comissão Preparatória do Congresso, composta pelas três tendências internas do MPLA e sob o olhar atento das autoridades congolezas e zambianas, foi formada para determinar as bases que seriam seguidas no Congresso fossem estabelecidas.

A 12 de agosto de 1974, iniciaram-se as discussões no Congresso de Lusaka. Logo à partida, as três tendências tomaram a palavra e declararam a necessidade de estabelecer um diálogo franco para se alcançar a conciliação interna. Através do discurso de abertura da Revolta Ativa, é possível saber quais eram os princípios estabelecidos pela Comissão de Preparação do Congresso que deveriam ser seguidos, como a

não dominação de nenhuma tendência sobre a outra, procura da coesão no seio da Organização, não recurso, pelo menos de momento, ao processo de culpas de qualquer das tendências, trabalhar com espírito prático, militante e de perseverança, fazendo prevalecer a unidade.<sup>452</sup>

Contudo, logo à partida, as três tendências internas do MPLA acabaram com o clima de conciliação que deveria reger o Congresso de Lusaka. A querela se deu em função das diferentes propostas de pauta de discussão apresentadas pelos delegados. A direção do MPLA defendia que se discutisse a questão da unidade do movimento, a definição de sua política externa, a reiteração da luta pela independência imediata e o pedido de libertação dos prisioneiros. Atente-se que, em nenhum momento, a direção do MPLA propôs a escolha de novos nomes para compor uma nova direção. Por sua vez, os delegados da Revolta do Leste e da Revolta Ativa propunham a discussão das regras internas do MPLA, baseadas principalmente na ideia de que se deveria fazer eleições para a composição de uma nova direção.<sup>453</sup>

A confusão se instaurou, sendo que um acordo entre Revolta Ativa, Revolta do Leste e direção do MPLA se tornava cada vez mais improvável com o passar dos dias. Sem chegar a um acordo sobre a questão, outros problemas logo apareceriam no Congresso de Lusaka, que, cada vez mais, tomara rumos inesperados para aqueles que acreditavam no compromisso de conciliação entre as três tendências.

Neste momento de tanta agitação que marcaria o Congresso de Lusaka, houve ainda a intervenção de alguns agentes externos que pretendiam exercer sua influência para garantir algum benefício no período posterior à independência de Angola. Sabendo, pois, do caos em que se encontrava o MPLA, Zâmbia e Zaire se aproximaram da Revolta do Leste, o que acabou, conseqüentemente, estabelecendo uma aliança entre Daniel

---

<sup>452</sup> *Discurso do MPLA em Revolta Activa na sessão de abertura do I Congresso do MPLA*. 1974, p.2. Documento disponível no Arquivo Mário Pinto de Andrade da Fundação Mário Soares. Disponível também no Arquivo da Casa Comum. <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04339.004.005>. Acesso em 25 de janeiro de 2016.

<sup>453</sup> BITTENCOURT, Marcelo. *Estamos Juntos! O MPLA e a luta anticolonial (1961-1974)*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2002. p.688

Chipenda e a FNLA. É necessário ressaltar que esta aliança entre a Revolta do Leste e a FNLA contrariava radicalmente a reivindicação básica que dera origem ao movimento, ou seja, a supremacia dos comandantes vindos da região norte no processo de luta anticolonial.

Nos bastidores do Congresso de Lusaka, as pressões internacionais também caíam sobre a direção do MPLA que, acuada pelos rumos que as alianças tomavam, já mostrava sinais de que as conversações malograriam. Entretanto, afirmava-se que, caso não houvesse um acordo entre as lideranças do movimento, as fronteiras do Congo-Brazzaville e da Zâmbia seriam fechadas aos militantes que apoiavam a direção do MPLA.

Já a Revolta Ativa, desfrutaria, desde o início de sua mobilização, do apoio do governo do Congo-Brazzaville, que, além da proteção aos seus membros, também oferecia um apoio diplomático substancial ao grupo.

Um fato importante que deve ser mencionado para se compreender o relativo fortalecimento da direção do movimento durante o encontro de Lusaka foi a presença de Lopo do Nascimento<sup>454</sup> e Nito Alves<sup>455</sup> como delegados. Um acontecimento marcante no atribulado Congresso de Lusaka foi um discurso proferido por Nito Alves, que atacava veementemente a Revolta Ativa e a Revolta do Leste, além de defender a direção do MPLA de todas as críticas que foram feitas às suas ações.<sup>456</sup>

O principal problema surgido no Congresso de Lusaka se iniciou com o pedido dos dois grupos insurgentes para que a direção do MPLA apresentasse um

---

<sup>454</sup> Lopo Fortunato Ferreira do Nascimento nasceu em Luanda em 1942. Participou da luta de libertação angolana e ocupou o cargo de primeiro-ministro de Angola entre 1975 e 1978. Foi também secretário-geral do MPLA.

<sup>455</sup> Nito Alves nasceu em 1945. Ingressou nas fileiras do MPLA e logo se destacou como comandante e dirigente. Após a conquista da independência de Angola, ocupou o cargo de ministro do Interior. Em 1977, Nito Alves promoveu um dos mais marcantes movimentos de contestação interna à direção de Agostinho Neto no MPLA, pregando a radicalização da construção do socialismo em Angola. O desfecho deste movimento se deu com um massacre dos revoltosos, entre eles Nito Alves.

<sup>456</sup> Este discurso marcou a ascensão do jovem comandante Nito Alves no MPLA. Apresentando uma fala marcada por referenciais teóricos confusos que acabavam unindo as teorias leninista e maoísta, a intervenção de Nito Alves causou impacto no Congresso de Lusaka. Uma cópia do discurso proferido por Nito Alves se encontra no Arquivo Mário Pinto de Andrade da Fundação Mário Soares. Disponível em [casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04339.002.027](http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04339.002.027). Acessado em 17 de fevereiro de 2016.

relatório de atividades e um balanço das contas do movimento. Este pedido da Revolta do Leste e da Revolta Ativa dava continuidade à crítica surgida pelos revoltosos ativos sobre a centralização dos recursos nas mãos do presidente Agostinho Neto sem que houvesse qualquer forma de controle por um colegiado. Sendo assim, além de colocar em questão a arbitrariedade da forma de gestão econômica e política praticada no movimento, os revoltosos ainda sugeriam que a corrupção havia se instalado no interior do MPLA.

Negando-se a apresentação do balanço, Agostinho Neto e os delegados que representavam a direção se retiraram do Congresso de Lusaka, pois consideravam que aquela imposição das duas alas que compunham o MPLA era uma humilhação a que o movimento não deveria passar. Mesmo tentando restabelecer as conversações, a Revolta Ativa e a Revolta do Leste não conseguiram fazer com que o Congresso de Lusaka continuasse. Um dia após a retirada da delegação que representava a direção do MPLA, a Revolta Ativa também se retirou do Congresso.

Contudo, ao contrário do que se esperava, a Revolta do Leste deu continuidade ao Congresso de Lusaka, mesmo sem a participação da direção do movimento e da Revolta Ativa. Inclusive, tomou-se medidas que alterariam a gestão do movimento, criando-se um novo bureau político para as funções executivas e um comitê central. Daniel Chipenda seria ainda eleito presidente do MPLA.<sup>457</sup> Entretanto, apesar da insistência da Revolta do Leste em continuar com os trabalhos do Congresso de Lusaka, este não obteve o reconhecimento da OUA e da Zâmbia, o que acabou lhe tirando mais ainda a legitimidade.

Dias após a retirada da direção e seus delegados do Congresso de Lusaka, veio a público um documento assinado por Agostinho Neto, onde se fazia um balanço sobre o evento e seu fracasso. Afirmando que a direção havia feito diversas concessões às tendências revoltosas que lhe questionavam, revela também a descrença de que o Congresso pudesse corrigir os problemas internos do MPLA:

---

<sup>457</sup> Ver Resoluções do Congresso de Lusaka em TALI, Jean-Michel Mabeko. *O MPLA perante si mesmo (1962-1977)*. Luanda: Nzila, 2001. Volume 1. p.402-406.

A experiência histórica do MPLA nomeadamente ao que se refere ao período de 1963-1964, bem como dos movimentos de libertação dos países irmãos, já nos tinha mostrado a impossibilidade de resolver tal problema por simples fusão de grupos fraccionários. Quando as contradições atingem o nível de ruptura, é difícil, senão impossível, reduzir esta ruptura enquanto persistirem as contradições que, muitas vezes, são reflexos de poderosos interesses externos.<sup>458</sup>

Além de revelar que já esperava um fracasso do Congresso de Lusaka antes mesmo de seu início, Agostinho Neto ainda apontava as causas do malogro do evento, mencionando que, após as diversas concessões que foram feitas pela direção, apareceram anomalias insolúveis que prejudicariam o bom andamento dos trabalhos, tais como:

logo na verificação de mandatos, no dia 13 de agosto, se descobrem 14 elementos da FNLA integrados na delegação da dita “Revolta do Leste”. Um outro elemento da mesma facção viria declarar-se da FNLA na Plenária de 21 de Agosto. Apesar da rigorosa exigência da realização do Congresso à porta fechada, assiste-se a um pulular de notícias tendenciosas, difundidas por determinadas agências de informação, aparentemente sem contacto com o Congresso. Desde a abertura do Congresso, assiste-se a orquestração de um espírito de “feira” que tolhe toda a solenidade e a seriedade a um acontecimento desta natureza. Apesar das concessões acima descritas, apesar do nosso espírito de conciliação, que se reflectiu na nossa proposta de aprovação das decisões fundamentais por uma maioria agravada de 2/3, que estabelecesse o consenso e evitasse a sobreposição de uma parte sobre a outra, e mais, possibilitasse a coesão real do Movimento, as duas facções aproveitaram-se do facto de, coligadas, estarem em maioria para tentarem, a todo o momento, espezinhar a direcção e com ela todo o Movimento, com o objectivo de mais tarde lhe impor soluções, em absoluto contrárias aos interesses do nosso povo.<sup>459</sup>

---

<sup>458</sup> *Declaração de Agostinho Neto*. Publicada originalmente no jornal Diário de Lisboa, em 28 de agosto de 1974. Há uma cópia do documento no Arquivo Mário Pinto de Andrade da Fundação Mário Soares. <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04339.004.011>. Acesso em 25 de janeiro de 2016.

<sup>459</sup> *Declaração de Agostinho Neto*. Publicada originalmente no jornal Diário de Lisboa, em 28 de agosto de 1974. Há uma cópia do documento no Arquivo Mário Pinto de Andrade da Fundação Mário Soares. <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04339.004.011>. Acesso em 25 de janeiro de 2016.



Assim como a direção do MPLA publicou um comunicado referindo-se ao desfecho do Congresso de Lusaka, a Revolta Ativa também o fez, colocando a culpa do malogro do evento nos partidários de Agostinho Neto:

A Direcção presidencialista cessante mostrou-se incapaz de avaliar a situação grave do País e do Movimento e agir em consequência com o necessário espírito prático. Só a ambição cega do poder prevaleceu na facção presidencialista. Preferiu a consagração da divisão do MPLA e do Povo, o enfraquecimento do nosso Movimento, no País, no plano africano internacional.<sup>460</sup>

Além de ressaltar novamente a atitude antidemocrática da direção do MPLA, a Revolta Ativa ainda concluía que as críticas que deram origem ao movimento contestatário foram corroboradas pela atitude da direção no Congresso de Lusaka, que dera mais uma prova de seu caráter antidemocrático e centralizador.

Sendo assim, o desfecho do Congresso de Lusaka foi o aprofundamento das divisões internas do MPLA. A direção ainda realizaria, um pouco mais adiante, um novo congresso e continuaria a dominar o movimento. A Revolta Ativa acabou perdendo força e se dispersando.<sup>461</sup> Por sua vez, Daniel Chipenda se aliou definitivamente à FNLA, colocando um fim às contestações que deram base à Revolta do Leste.

Sem uma conciliação das três tendências, restava, ao fim do Congresso de Lusaka, trabalhar para a conclusão da luta anticolonial que se aproximava.

---

<sup>460</sup> *Informação da Revolta Ativa sobre o Congresso do MPLA*. Documento disponível no Arquivo Mário Pinto de Andrade da Fundação Mário Soares. <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04308.001.003>. Acesso em 25 de janeiro de 2016.

<sup>461</sup> A Revolta Ativa ainda foi para Luanda como uma facção interna do MPLA em fins de 1974, momento em que os movimentos de libertação começavam a chegar na capital. Entretanto, após a independência de Angola, os membros da Revolta Ativa passaram a ser perseguidos e presos pela política de Angola, liderada pelo MPLA.

## Conclusão

Como vimos no primeiro capítulo deste trabalho, a construção de uma ideia de identidade nacional foi feita principalmente através dos movimentos culturais que surgiram em Luanda durante a década de 1950. Nos anos seguintes, os movimentos de libertação nacional angolanos investiram, com graus de empenho muito diferenciados, em seus próprios projetos, sendo que o MPLA buscou se aproximar, quando não se apropriar, da ideia de identidade nacional criada pelos movimentos culturais luandenses, até porque muitos de seus dirigentes haviam participado daquela efervescência cultural. No segundo capítulo desta dissertação, defrontamo-nos com os documentos fundadores dos três principais movimentos de libertação nacional, onde pôde-se notar a existência de referências claras a uma concepção de identidade nacional angolana generalizante, que não fazia distinções étnicas, raciais, regionais, ideológicas, religiosas etc.

Neste terceiro capítulo, buscou-se apresentar os principais momentos de crise interna vividos pelo MPLA durante o período em que a guerra de libertação nacional ocorreu. Entretanto, além de promover o conhecimento de três crises importantes ao MPLA – crise de 1962-1964, Revolta do Leste e Revolta Ativa -, buscava-se também perceber como a questão identitária, tema central deste trabalho, apareceu em cada um destes eventos. É interessante notar que, em todos os momentos de crise interna analisados neste terceiro capítulo, a questão da identidade nacional angolana permeou as discussões, fornecendo um poderoso arsenal político às partes em conflito.

O que se pôde perceber a partir da análise da documentação disponível sobre a crise de 1962-1964, a Revolta do Leste e a Revolta Ativa é que a concepção de identidade nacional fundada pelos movimentos culturais luandenses da década de 1950 foi apropriada pelo MPLA ao nível do discurso e serviu, em diversas ocasiões, como um importante capital político.

O constante conflito com a FNLA mostrou como a direção do MPLA se valeu da questão identitária para deslegitimar seu oponente, já que a acusação de que o movimento liderado por Holden Roberto era um movimento marcadamente étnico evidenciava uma limitação identitária. Desta maneira, o MPLA deslegitimava a FNLA no desenvolvimento da luta anticolonial, já que a sua proposta identitária oficial apontava

para a necessidade de se englobar todas as etnias dentro de somente uma identidade nacional.

Entretanto, a mesma argumentação era utilizada pela FNLA para tirar a legitimidade do MPLA, uma vez que este era acusado pelo movimento de Holden Roberto de ser liderado por mestiços e pequenos burgueses, de maneira que o verdadeiro povo angolano não estaria representado naquele movimento de libertação. Nota-se, pois, que a argumentação identitária foi utilizada como capital político tanto dentro do MPLA quanto na relação deste com os demais movimentos de libertação nacional angolanos.

Da mesma forma como MPLA e FNLA se apropriaram do discurso identitário para diminuir a importância de seus oponentes, houve a utilização da mesma estratégia nos momentos de contestação interna. A acusação de que os contestatários eram tribalistas ou de que não representavam o povo angolano em função da composição racial dos manifestantes acabava servindo também ao propósito de tirar a legitimidade dos movimentos que criticavam a direção do MPLA.

Os exemplos que comprovam como a direção do MPLA se valeu do discurso identitário abundam quando analisamos o período da guerra de anticolonial. A crise de 1962-1964, como vimos, foi motivada inicialmente pelo problema da representação dos negros no Comitê Diretor do MPLA. Naquela ocasião, a direção do movimento recusou uma remodelação proposta por Viriato da Cruz que colocasse os negros na linha de frente, enquanto os mestiços passariam atuar em um segundo plano. A argumentação da direção se baseava, sobretudo, na ideia de que a identidade nacional angolana não podia se limitar somente aos negros, havendo, então, espaço para mestiços e brancos também conviverem dentro do movimento e, posteriormente, na Angola independente. Sendo assim, a ideia de identidade nacional angolana serviu como um argumento contrário aos interesses políticos da direção, que não queria privar seus aliados da participação na cúpula política do MPLA.

Da mesma maneira que o argumento da identidade nacional angolana foi mobilizado durante a crise de 1962-1964, a caracterização da Revolta do Leste como um movimento tribalista também serviu aos interesses da direção do MPLA. Ao fazê-lo, acreditava-se desmerecer de tal forma a contestação interna que pouco daquilo que os

revoltosos apontavam como problemas poderia realmente ser discutido. Sendo assim, por não se adequar ao propósito de união de todos os povos angolanos em somente uma identidade nacional, a Revolta do Leste perdia a legitimidade de contestação aos olhos da direção do MPLA, já que seu objetivo principal seria a fragmentação do povo angolano. O desfecho de tal revolta, como foi apresentado, não teve como efeito uma análise mais profunda por parte da direção dos problemas apontados pelas bases do movimento.

Entretanto, a direção do MPLA não se importava demasiadamente com o fato de que suas ações que pudessem entrar em choque com a sua definição de identidade nacional, como ocorreu no caso da formação da FDLA, quando houve o estabelecimento de alianças com alguns movimentos considerados pela própria direção como tribalistas. Um outro momento em que esta contradição pôde ser notada foi quando a direção do MPLA cedeu às críticas surgidas no Norte e parou de aceitar, ao menos em discurso, que brancos e mestiços ocupassem os cargos de direção. Ora, se o discurso da identidade nacional englobava todas as raças, por que impedir que brancos e mestiços assumissem cargos diretivos? Por fim, resta mencionar ainda as sucessivas tentativas de aproximação com a própria FNLA, movimento que era constantemente criticado em função de suas bases étnicas serem mais marcantes do que o interesse pela união de todas as etnias.

É importante ressaltar que estas possíveis contradições entre as ações do MPLA e suas afirmações no que se refere ao discurso identitário angolano não eram, de forma alguma, uma exclusividade deste movimento. A utilização de discursos identitários para legitimar suas posições e se defender de contestações internas se inseria na lógica de uma luta política com muitas variáveis. Não se trata aqui, portanto, de apontar as incongruências entre discursos e práticas da direção do movimento, mas principalmente de mostrar como o argumento identitário foi utilizado como um importante capital político pelo MPLA.

Como foi demonstrado neste terceiro capítulo, os movimentos contestatários à direção do MPLA também se valiam de argumentos identitários para se fortalecer, tal como a Revolta do Leste o fez ao articular as críticas à gestão da guerrilha e os privilégios dos comandantes às questões étnica, regional e racial. Acusando as etnias do Norte e os mestiços de serem privilegiadas na gestão do MPLA, a Revolta do Leste buscava também fortalecer o seu argumento de que a nação que se construía já nascia fragmentada e com

diferenciações internas. Portanto, houve também, neste caso, a utilização do argumento de uma identidade nacional angolana para o favorecimento de uma contestação à direção do movimento. Sendo assim, é possível referir que a questão identitária também foi um capital político para movimentos contestadores surgidos no seio do MPLA.

Por fim, é possível indagar, a partir do estudo das crises internas do MPLA estudadas no terceiro capítulo, até que ponto o discurso da identidade nacional angolana defendido pelo movimento repercutiu na consciência popular. Apesar da dificuldade de se mensurar a adesão das populações ao discurso identitário, pelo menos é possível sugerir um caminho de análise para a questão.

O surgimento de críticas com base na questão racial muito recorrente nos movimentos de crítica à direção do MPLA estudados neste terceiro capítulo, sugere que a concepção de identidade nacional generalizante que o movimento defendia não teve, até o fim da luta de libertação nacional, uma inserção muito forte na consciência das populações angolanas. Afirma-se isso pois a recorrência das reclamações sobre a participação de brancos e mestiços no movimento apontados em muitos momentos de crise demonstravam que as massas ainda relacionavam a questão racial à questão da identidade nacional angolana. Sendo assim, os negros seriam de fato aqueles que mereciam ser representados na identidade nacional, o que sugere a limitação da penetração do discurso identitário generalista entre as populações angolanas.

Por fim, resta ainda apontar que todos os debates do nacionalismo angolano ocorridos interna e externamente levavam consigo algum grau de interesse pessoal pelo poder angolano. Não se pode negar que os principais nacionalistas angolanos, tais como Agostinho Neto, Holden Roberto, Jonas Savimbi, Viriato da Cruz e Daniel Chipenda, tinham também um projeto de poder bastante influente em suas ações, o que determinou choques, alianças e conciliações entre eles. A ideia de identidade nacional angolana, portanto, foi somente mais um argumento mobilizado para a concretização dos projetos pessoais de poder de cada uma destas lideranças, o que não tira a importância da discussão identitária em Angola.

A construção da identidade nacional, enfim, ainda estava por se fazer. O período posterior à independência de Angola revelaria, então, novas possibilidades para

a construção identitária de que o novo país necessitava, já que o MPLA disporia dos recursos do Estado para tentar promover a identidade nacional angolana. Entretanto, este é um assunto para uma próxima pesquisa.

## Conclusão

Ao analisarmos o tema da construção da identidade nacional angolana durante este vasto período estudado nesta dissertação, é possível, enfim, elaborar respostas às questões que motivaram esta pesquisa.

Na primeira parte deste trabalho, dedicamo-nos à análise dos movimentos culturais luandenses que deram base à ideia de identidade nacional angolana, iniciando este estudo a partir das primeiras manifestações identitárias elaboradas pelos filhos da terra. Como vimos, a decadência impingida a este grupo social estimulou que seus membros elaborassem discursos literários e jornalísticos que valorizavam elementos culturais que eles próprios consideravam legitimamente angolanos. A particularidade destes discursos consistia na valorização da condição intermediária entre portugueses e angolanos, sendo a cultura uma forma de expressão deste lugar específico ocupado pelos filhos da terra.

É importante ressaltar aqui que, como vimos na primeira parte desta dissertação, a identidade deve ser compreendida como uma seleção elaborada com algumas intenções primordiais. No caso angolano aqui analisado, deve-se ter em mente que a construção da identidade nacional se relacionou diretamente com o recrudescimento do colonialismo no final do século XIX. Sendo assim, a elaboração deste discurso identitário obedeceu à função de valorizar a cultura dos filhos da terra, apresentando suas particularidades para defender o local social que estes ocupavam.

Em meados do século XX, novos discursos identitários seriam elaborados, mas agora sob a influência do início do processo de luta anticolonial. Neste processo, a construção da soberania cultural influenciou e também foi influenciada pelo anseio de se conquistar a independência de Angola.

Neste caso, os discursos identitários elaborados pelos filhos da terra serviram de base para as propostas do Movimento dos Novos Intelectuais de Angola, que surgiu no final da década de 1940 em Luanda. A intenção dos Novos Intelectuais de Angola era, basicamente, a valorização de uma cultura considerada autenticamente angolana e, ao contrário do que ocorria entre filhos da terra, promover um distanciamento da cultura

portuguesa. Intentava-se, em suma, construção de uma soberania cultural. A ideia de identidade formulada, então, pelos Novos Intelectuais de Angola se baseava muito na questão da resistência à imposição dos valores culturais portugueses. Sendo assim, interessava, sobretudo, o resgate de tradições culturais que estes intelectuais consideraram genuinamente angolanas.

Uma das grandes preocupações dos Novos Intelectuais de Angola era a necessidade de união dos povos angolanos em torno de somente uma identidade nacional, o que gerava a necessidade de empreender uma homogeneização cultural e a união de todos os povos residentes em Angola em torno de somente uma identificação, tarefa esta que teria repercussões importantes durante a luta de libertação nacional.

Estas ideias dos Novos Intelectuais de Angola também estiveram conectadas, mesmo que indiretamente, ao surgimento de uma música de cunho nacionalista nos musseques luandenses. Em função da intensa coabitação entre os mais diversos grupos sociais na capital de Angola, elaborou-se ali também um discurso cultural que buscava valorizar aspectos culturais que os músicos identificavam como sendo autenticamente angolanos. Como vimos, os musseques de Luanda foram os espaços onde a soberania cultural foi vivenciada com mais intensidade pelos angolanos na década de 1950. Ao cantarem sobre o sofrimento, os sonhos, as esperanças e os problemas dos moradores dos musseques, uma mensagem de união nacional passou a ser veiculada através das rádios e das festas em que se tocavam os ritmos desta música nacionalista.

Ao mesmo tempo em que esta efervescência cultural ganhava fôlego em Luanda, iniciou-se o processo de formação dos movimentos de libertação nacional angolanos. Se em um primeiro momento as organizações eram extremamente numerosas e frágeis, um pouco mais adiante o nacionalismo angolano seria dividido em três movimentos principais: a UPA/FNLA, o MPLA e a UNITA. No segundo capítulo deste trabalho, intentamos expor como se deu o surgimento destes três movimentos de libertação, analisando as suas propostas principais para a Angola independente e também a sua abordagem sobre a questão da identidade nacional angolana.

A partir deste estudo, podemos notar algumas semelhanças entre UPA/FNLA, MPLA e UNITA: (i) inicialmente, todos eles faziam referências ao marxismo como



orientação ideológica, apesar desta orientação ser abandonada posteriormente; (ii) no que se refere à questão identitária, estes movimentos tinham propostas muito semelhantes, baseando-se principalmente na ideia de união nacional através da construção de uma identidade nacional angolana; (iii) por fim, nota-se que, mesmo defendendo a união nacional, os três movimentos de libertação estudados utilizavam a argumentação identitária para deslegitimar os seus oponentes no campo do nacionalismo angolano.

A questão identitária, então, começava a se tornar um elemento de grande importância na luta política angolana, já que esta passou a ser utilizada pelos movimentos de libertação como um elemento para tirar a importância de seus oponentes. Baseados, pois, na necessidade de unir todos os povos angolanos para construir a nação após a independência, os movimentos de libertação nacional perceberam que era possível utilizar a questão identitária como fator mobilizador de militantes. Por isso, as acusações de que os oponentes não representavam todo o povo angolano mas somente uma pequena parcela (étnica, racial ou regional) se tornaram muito comuns na relação entre os movimentos de libertação angolanos. É importante ressaltar que, além de ser um forte argumento político, esta questão também tinha importância aos olhos das massas, não sendo, portanto, somente mais um discurso limitado ao universo da política institucional.

No terceiro capítulo, evidenciamos como esta questão identitária angolana também influenciou nos debates internos do MPLA, principalmente no que diz respeito às crises enfrentadas pelo movimento nas décadas de 1960 e 1970. Para isso, analisamos três momentos de ruptura vividos pelo MPLA: a crise de 1962-1964, a Revolta do Leste e a Revolta Ativa. Em todos estes episódios, os fatores que definiam a identidade nacional foram mobilizados, principalmente as questões étnica, racial e regional.

Na crise de 1962-1964, Viriato da Cruz levantava a questão da participação dos mestiços no Comitê Diretor do MPLA, o que acabou por estender esta discussão para um âmbito maior do que somente os cargos diretivos do movimento. Defendendo que os negros deveriam ter um protagonismo no MPLA, Viriato da Cruz entrou em confronto com Agostinho Neto, presidente do movimento e figura mais destacada do nacionalismo angolano àquela altura.

A resposta da direção do MPLA para as acusações feitas por Viriato da Cruz se baseou na argumentação identitária defendida pelo MPLA, ou seja, na ideia de que todos os angolanos deveriam compor a nação, sem que houvesse distinções baseadas nos aspectos étnico, racial, ideológico, regional etc. Sendo assim, Agostinho Neto e seus aliados acusavam Viriato da Cruz como uma força desagregadora da nação angolana, já que ele, teoricamente, pretendia dar protagonismo aos negros e afastar mestiços e brancos do movimento.

Viriato da Cruz, então, expandiu suas críticas à direção do MPLA e apontou os seus membros como indivíduos que se beneficiaram do colonialismo através de uma relação privilegiada com os portugueses, da ocupação de cargos importantes na administração colonial e do estudo nas universidades da metrópole. Para Viriato da Cruz, este grupo de assimilados-destinados se diferenciava radicalmente dos interesses das massas angolanas, não tendo, portanto, a legitimidade necessária para conduzir o processo de independência de Angola.

A crise de 1962-1964 foi concluída sem que se chegasse a um acordo entre as partes envolvidas. Viriato da Cruz, então, acabou se afastando do MPLA e seguiu um caminho político alternativo, aliando-se a Holden Roberto e à FNLA. Esta aliança causava estranheza, pois este movimento era constantemente acusado pelo MPLA e inclusive por Viriato da Cruz de ser baseado em bases étnicas, portanto limitado no sentido de formar um movimento de bases nacionais.

Um pouco mais adiante, o MPLA também concretizaria uma aliança incongruente com a concepção de identidade nacional que defendia, pois se uniu com alguns pequenos partidos de bases étnicas e de orientação conservadora para formar a FDLA.

Nota-se, então, que nem sempre a argumentação com base na identidade nacional era vista com tanta importância pelos nacionalistas angolanos. A questão identitária, em geral, era acionada nos momentos em que a conjuntura política carecia de argumentos contrários às forças oponentes. Entretanto, quando se tratava de uma questão interna, concessões podiam ser feitas, mesmo que não houvesse coerência com o discurso identitário defendido pelos nacionalistas angolanos.

A segunda crise interna do MPLA analisada no terceiro capítulo deste trabalho foi a Revolta do Leste, movimento que deu seus passos iniciais em função dos problemas na gestão da guerrilha, onde o autoritarismo e o privilégio aos comandantes originários do norte angolano eram uma constante. Iniciada na Revolta Jiboia, este movimento contestatário ganhou maiores proporções quando Daniel Chipenda, importante dirigente do MPLA, aderiu às reivindicações das bases do Leste e somou às suas manifestações uma argumentação de caráter étnico e regional. Acusava-se a direção do movimento de privilegiar as etnias do norte de Angola, enquanto as demais populações angolanas não conseguiam ascender nas estruturas políticas e militares do MPLA.

Novamente, a resposta dada pela direção do MPLA foi a caracterização da Revolta do Leste como um movimento étnico que buscava dividir as forças do MPLA e fracionar a nação angolana. Nota-se que, uma vez mais, a argumentação identitária serviu à direção do MPLA para tirar a legitimidade das críticas que recebia da Revolta do Leste, assim como foi feito na crise desencadeada por Viriato da Cruz. Havia, então, a instrumentalização da argumentação identitária de acordo com as necessidades políticas da direção do MPLA. É importante ressaltar que a tirada da legitimidade das críticas através do argumento da identidade nacional permitia ainda que o MPLA não se dedicasse a solucionar os problemas apontados pelas bases do Leste.

Por fim, a terceira e última crise interna analisada no terceiro capítulo ganhou contornos a partir das manifestações das bases militares do norte angolano, que acusavam mestiços e brancos de não estarem nas frentes de batalha contra o colonialismo português e de desfrutarem de privilégios dentro do MPLA. Nesta ocasião, a direção do movimento elaborou uma nova abordagem, afirmando que os brancos não deveriam ocupar os cargos diretivos do MPLA, deixando cair sobre aqueles militantes uma suspeita em relação às suas reais intenções na participação do movimento.

Uma vez mais é possível apresentar a contradição das ações da direção do MPLA, pois, ao contrário do que se argumentou durante a crise de 1962-1964, houve um recuo na discussão da questão racial em Angola. Se em um primeiro momento os mestiços foram defendidos pela direção, nesta ocasião ocorreu exatamente o contrário, justamente para tentar cooptar as bases e ganhar seu apoio. Sendo assim, mesmo que não tenha havido de fato o afastamento dos mestiços e dos brancos dos cargos de direção, a nível

discursivo havia uma contradição com os princípios identitários defendidos pelo MPLA em seus documentos fundadores.

Aos poucos, estas críticas surgidas no norte angolano deram base a análises mais profundas sobre os problemas do MPLA, principalmente às ações da direção, que cada vez mais eram caracterizadas pelo autoritarismo. Estas questões surgidas no norte angolano acabaram dando base à Revolta Ativa, movimento que se caracterizou pela contundente crítica ao presidencialismo absoluto praticado por Agostinho Neto.

A ação da direção do MPLA para combater a Revolta Ativa novamente se baseou na questão da necessidade de unir os povos angolanos, sendo qualquer tentativa de contestação interna caracterizada como uma tentativa de fracionar a nação que se construía. Sendo assim, o ideal de união nacional serviu mais uma vez para fazer cessar as críticas internas.

Reunidas no Congresso de Lusaka, a direção do MPLA, a Revolta do Leste e a Revolta Ativa não chegaram a nenhum resultado que harmonizasse o movimento. Fracassado, o Congresso de Lusaka acabou afastando definitivamente as três tendências internas, possibilitando que a direção do MPLA se mantivesse no poder.

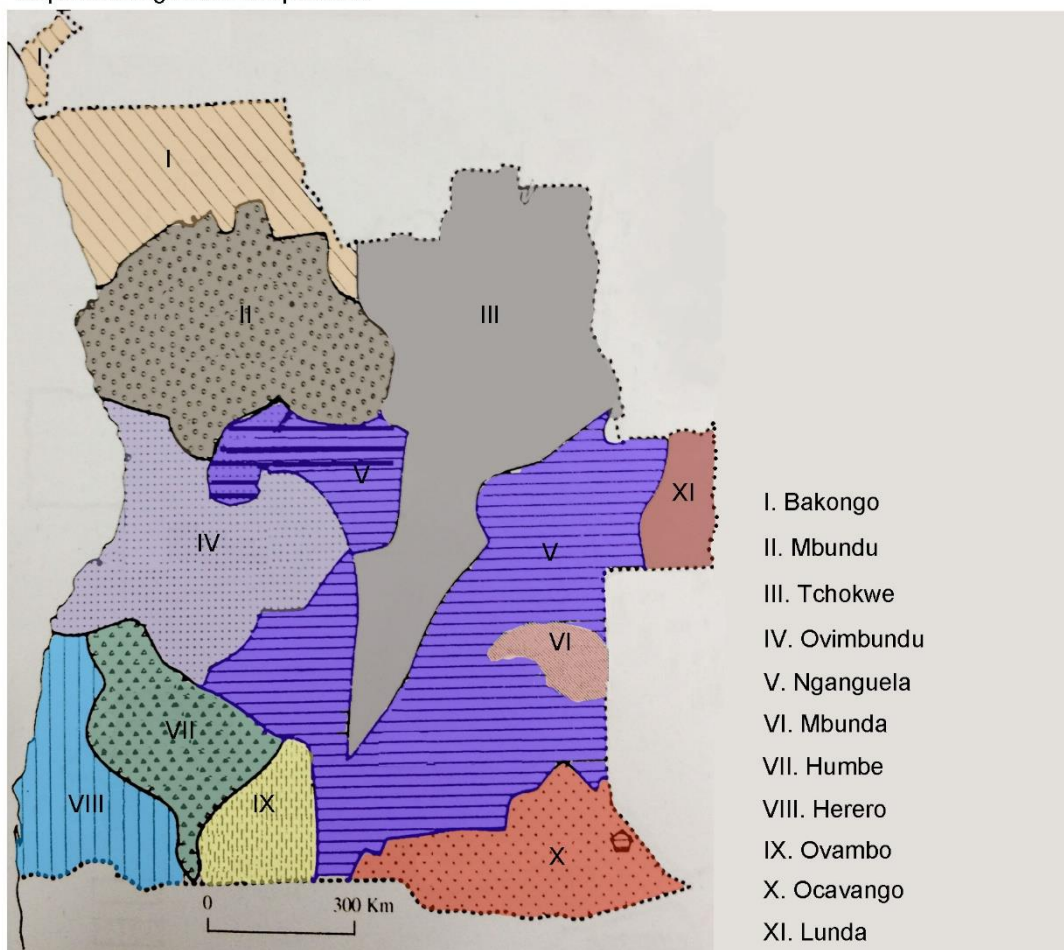
Portanto, como já nos referimos muitas vezes ao longo deste trabalho, é possível perceber que a identidade nacional angolana serviu de base para que a direção do MPLA se mantivesse no poder, já que esta instrumentalizou a definição da identidade nacional para conter as críticas internas e combater os movimentos oponentes.

## Anexos

### Anexo 1

#### Mapa etnolinguístico de Angola<sup>462</sup>

Mapa etnolinguístico simplificado



<sup>462</sup> Apud TALI, Jean-Michel Mabeko. Dissidências e Poder de Estado – o MPLA perante si próprio (1962-1977). Volume 1, p. 124.

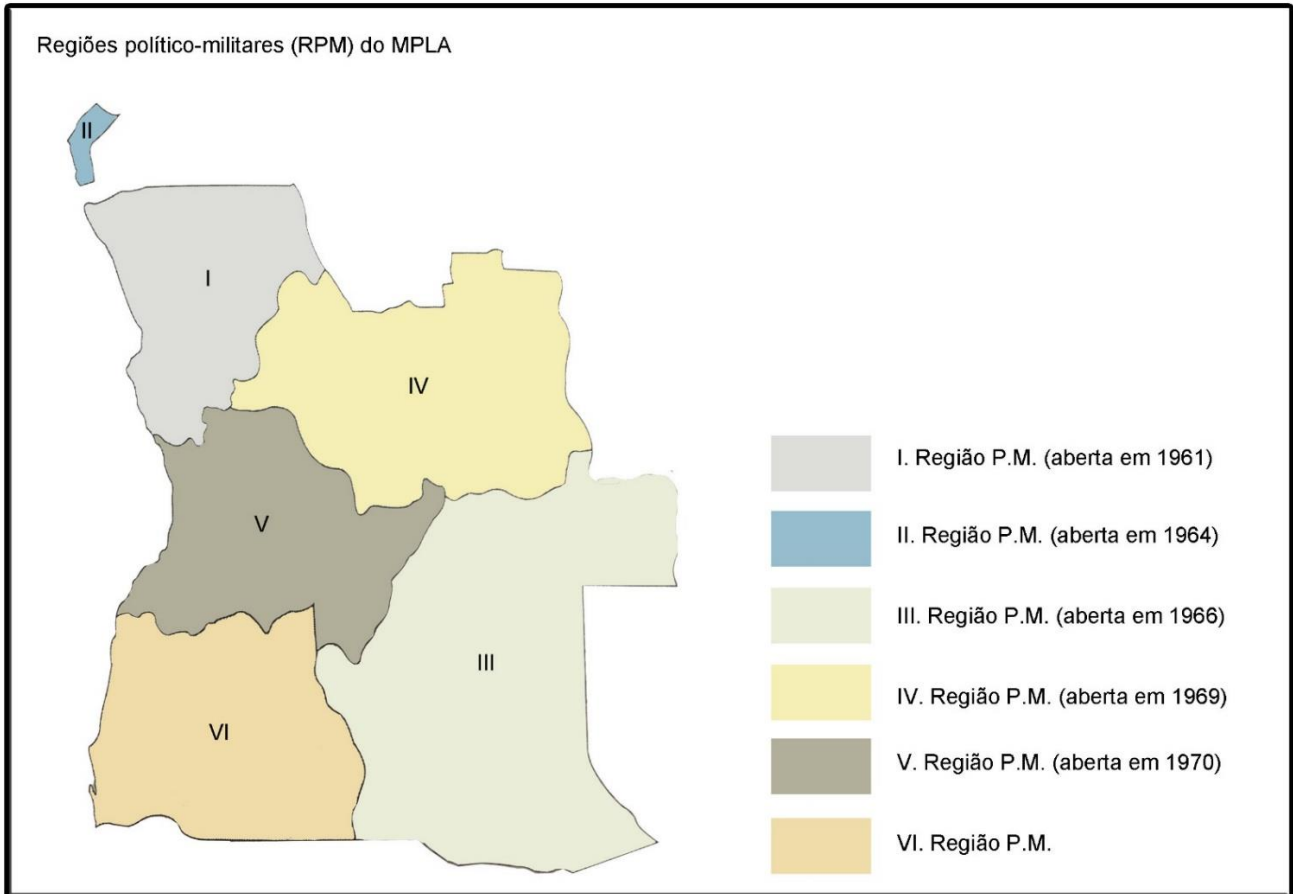
## Anexo 2

### Mapa de Angola com destaque ao enclave de Cabinda



### Anexo 3

#### Mapa das Regiões Político-Militares do MPLA<sup>463</sup>



<sup>463</sup> Apud TALI, Jean-Michel Mabeko. Dissidências e Poder de Estado – o MPLA perante si próprio (1962-1977). Volume 1, p. 121.

## **Lista de Fontes**

### **1. Literatura**

ASSIS Jr. António. O Segredo da Morta (romance de costumes angolenses). 2ª. Edição. Lisboa, Edições 70, 1979.

FERREIRA, José Silva Maia. Espontaneidades da minha terra – às senhoras angolanas. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 2002. Coleção Escritores dos Países de Língua Portuguesa, volume 30.

SOROMENHO. Viragem. São Paulo, Arquimedes, 1967.

SOROMENHO. Terra Morta. Luanda, União dos Escritores Angolanos, 1985

### **2. Periódicos**

BOLETIM – Casa dos Estudantes do Império. Ano 1, número 6. Sem Data.

BOLETIM – Casa dos Estudantes do Império. Ano 2, número 8. Sem data.

BOLETIM – órgão mensal da Casa dos Estudantes do Império. Número 5. Abril de 1958

MENSAGEM ANGOLANA – Edição da Casa dos Estudantes do Império (secção Angola). Outubro de 1948

MENSAGEM – Circular da Casa dos Estudantes do Império. Ano II, número 11. Maio a dezembro de 1949

MENSAGEM – Circular dos serviços de cultura da Casa dos Estudantes do Império, número 1. Janeiro de 1948

MENSAGEM – Circular dos serviços de cultura da Casa dos Estudantes do Império, número 2. Setembro de 1948.



MENSAGEM – Circular dos serviços de cultura da Casa dos Estudantes do Império, ano 1, número 7. Janeiro de 1949

MENSAGEM – Circular dos serviços de cultura da Casa dos Estudantes do Império, ano 3, número 12. Janeiro a julho de 1951

MENSAGEM – Circular dos serviços de cultura da Casa dos Estudantes do Império, ano 3, número 13,. Janeiro 1952

MENSAGEM, Boletim da Casa dos Estudantes do Império. Ano 2, número 3

MENSAGEM, Boletim da Casa dos Estudantes do Império. Ano 3, número 1

MENSAGEM, Boletim da Casa dos Estudantes do Império. Ano 3, número 2

MENSAGEM. Ano 3, número 2. Março a abril de 1960

MENSAGEM. Ano 3, número 4/5. Sem data.

REVISTA MENSAGEM– a voz dos naturais de Angola. Número 1. 1951.

REVISTA MENSAGEM– a voz dos naturais de Angola. Número 2. 1951.

### **3. Discografia**

LP Soul Of Angola – Anthologie de la Musique Angolaise (1965-1975).

LP Conjunto N'Gola Ritmos, 1960

LP Folclore de Angola (ao vivo RTP), 1965

#### **4. Filmografia**

OLE, António. O Ritmo do N'Gola Ritmos.

#### **5. Documentos da UPA/FNLA**

FRONT NATIONAL DE LIBÉRATION D'ANGOLA. Convention. 27 de março de 1962. p.1 Documento disponível no arquivo de Mário Pinto de Andrade da Fundação Mário Soares. Ver [http://www.fmsoares.pt/aeb\\_online/visualizador.php?bd=Documentos&nome\\_da\\_pasta=04308.002.009&numero\\_da\\_pagina=1](http://www.fmsoares.pt/aeb_online/visualizador.php?bd=Documentos&nome_da_pasta=04308.002.009&numero_da_pagina=1). Acesso em 4 de agosto de 2015.

Plate-forme et Programme du Front national du Libération d'Angola. GRAE, 1966. Documento disponível no arquivo de Mário Pinto de Andrade da Fundação Mário Soares. Ver [http://www.fmsoares.pt/aeb\\_online/visualizador.php?nome\\_da\\_pasta=04308.002.001&bd=Documentos](http://www.fmsoares.pt/aeb_online/visualizador.php?nome_da_pasta=04308.002.001&bd=Documentos). Acesso em 4 de agosto de 2015.

#### **6. Documentos do MPLA**

Acta da sessão de 21 de maio (acta 2) da reunião do Comitê Diretor. Documento disponível em TALI, Jean-Michel Mabeko. O MPLA perante si mesmo (1962-1977). Luanda: Nzila, 2001. Volume 1, p.312.

Acta da reunião realizada na sede do MPLA, em Léopoldville, no dia 12 de outubro de 1962. Documento disponível no Arquivo Mário Pinto de Andrade, da Fundação Mário Soares: [http://www.fmsoares.pt/aeb\\_online/visualizador.php?bd=Documentos&nome\\_da\\_pasta=04356.001.013&numero\\_da\\_pagina=5](http://www.fmsoares.pt/aeb_online/visualizador.php?bd=Documentos&nome_da_pasta=04356.001.013&numero_da_pagina=5).

ANDRADE, Mário Pinto de. Carta de demissão. Documento disponível em LARA, Lúcio. Um amplo movimento... – itinerário do MPLA através de documentos de Lúcio Lara. Volume III (1963-1964). Edição Lúcio Lara: Luanda, 2008.P.267

Atenção Povo Angolano. 1974, p.1. Documento disponível no Arquivo Mário Pinto de Andrade da Fundação Mário Soares. Disponível também no Arquivo Casa Comum. <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04339.002.036>. Acesso em 25 de janeiro de 2016.

Balanço do Reajustamento em Brazzaville. Documento disponível em TALI, Jean-Michel Mabeko. O MPLA perante si mesmo (1962-1977). Luanda: Nzila, 2001. Volume 1. p.188

Carta do Departamento de Relações Exteriores do MPLA aos Comitês Preparatórios do Movimento de Reajustamento e aos representantes do exterior. Documento disponível em TALI, Jean-Michel Mabeko. O MPLA perante si mesmo (1962-1977). Luanda: Nzila, 2001. Volume 1. p.348 Anexo 8

Comunicado. 06/07/1963 Disponível em ROCHA, Edmundo, SOARES, Francisco, FERNANDES, Moisés (organizadores). Viriato da Cruz – o homem e o mito – Porto Amboim (Angola), 1928 – Beijing (China) 1973. Luanda, Caxinde, 2008, p.404.

Comunicado sobre as definições após a Primeira Conferência Nacional do MPLA. Documento disponível em SILVA, Agostinho Alexandre Joaquim da. Angola: dinâmicas internas e externas na luta de libertação (1961-1975). Tese de doutorado apresentada à Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Lisboa, 2014. p.355

CRUZ, Viriato. Aos Camaradas Militantes do MPLA e do EPLA. Documento disponível em ROCHA, Edmundo, SOARES, Francisco, FERNANDES, Moisés (organizadores). Viriato da Cruz – o homem e o mito – Porto Amboim (Angola), 1928 – Beijing (China) 1973. Luanda, Caxinde, 2008, p.400-401.

Declaração do MPLA sobre a conspiração contra-revolucionária em nossas fileiras. Documento disponível em TALI, Jean-Michel Mabeko. O MPLA perante si mesmo (1962-1977). Luanda: Nzila, 2001. Volume 1., p.340-341.

Declaração. (1974). p.4. Documento disponível no Arquivo Mário Pinto de Andrade no Arquivo Mário Soares. Disponível também no Arquivo Casa Comum. <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04339.002.005> . Consulta em 25 de janeiro de 2016.

Declaração do Comité Director. 1974. Documento disponível no Arquivo Mário Pinto de Andrade da Fundação Mário Soares. Documento disponível também no Arquivo Casa Comum. <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04339.002.005>. Acesso em 25 de janeiro de 2015.

Declaração de Agostinho Neto. Publicada originalmente no jornal Diário de Lisboa, em 28 de agosto de 1974. Há uma cópia do documento no Arquivo Mário Pinto de Andrade da Fundação Mário Soares. <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04339.004.011>. Acesso em 25 de janeiro de 2016.

Discurso do presidente do MPLA – Mário de Andrade na abertura da I Conferência Nacional do MPLA. Documento disponível em História do MPLA, volume 1, p.482

Documento que estaria na origem da FDLA. Documento disponível em LARA, Lúcio. Um amplo movimento... – itinerário do MPLA através de documentos de Lúcio Lara. Volume III (1963-1964). Edição Lúcio Lara: Luanda, 2008., p.173

Documento final da Conferência Nacional de Quadros do MPLA. Citado por TALI, Jean-Michel Mabeko. O MPLA perante si mesmo (1962-1977). Luanda: Nzila, 2001. Volume 1 p.109.

LARA, Lúcio. Um amplo movimento... – itinerário do MPLA através de documentos de Lúcio Lara. Volume I (até fevereiro de 1961) Edição Lúcio e Ruth Lara: Luanda, 1997.

LARA, Lúcio. Um amplo movimento... – itinerário do MPLA através de documentos de Lúcio Lara. Volume II (1961-1962) Edição Lúcio Lara: Luanda, 2006.

LARA, Lúcio. Um amplo movimento... – itinerário do MPLA através de documentos de Lúcio Lara. Volume III (1963-1964). Edição Lúcio Lara: Luanda, 2008.

Manifestação Político-Militar dos Militantes da II Região. Documento disponível em TALI, Jean-Michel Mabeko. O MPLA perante si mesmo (1962-1977). Luanda: Nzila, 2001. Volume 1, p. 337.

Manifesto do MPLA, 1956. In História do MPLA, Centro de investigação Histórica do Comitê Central do MPLA, Luanda, 2008 (volume 1). p.401

Manifesto do Movimento Anti-Colonialista, p.16. Disponível no arquivo de Mário Pinto de Andrade da Fundação Mário Soares. É possível consultar o documento em [http://www.fmsoares.pt/aeb\\_online/visualizador.php?bd=Documentos&nome\\_da\\_pasta=04357.001.001&numero\\_da\\_pagina=17](http://www.fmsoares.pt/aeb_online/visualizador.php?bd=Documentos&nome_da_pasta=04357.001.001&numero_da_pagina=17). Acesso em 28 de julho de 2015.

Programa mínimo do MPLA. In História do MPLA, Centro de investigação Histórica do Comitê Central do MPLA, Luanda, 2008 (volume 1), p.472.

Programa Maior do MPLA, In História do MPLA, Centro de investigação Histórica do Comitê Central do MPLA, Luanda, 2008 (volume 1), p.473.

Relato dos acontecimentos no MPLA. Disponível em ROCHA, Edmundo, SOARES, Francisco, FERNANDES, Moisés (organizadores). Viriato da Cruz – o homem e o mito – Porto Amboim (Angola), 1928 – Beijing (China) 1973. Luanda, Caxinde, 2008, p.405.

## **7. Documentos da UNITA**

Angola – Pátria, Liberdade, Unidade – Unita Central Committee, 1968. p.25. Documento disponível no arquivo de Mário Pinto de Andrade da Fundação Mário Soares. É possível consultar o documento em [http://www.fmsoares.pt/aeb\\_online/visualizador.php?bd=Documentos&nome\\_da\\_pasta=04357.006.007&numero\\_da\\_pagina=25](http://www.fmsoares.pt/aeb_online/visualizador.php?bd=Documentos&nome_da_pasta=04357.006.007&numero_da_pagina=25). Acesso em 9 de agosto de 2015.

Why we quitted the UPA and the GRAE of mr. Holden Roberto – Roberto detrays both the revolution and the masses. Documento disponível no arquivo de Mário Pinto de Andrade da Fundação Mário Soares. É possível consultar o documento em [http://www.fmsoares.pt/aeb\\_online/visualizador.php?bd=Documentos&nome\\_da\\_pasta=04308.002.013&numero\\_da\\_pagina=1](http://www.fmsoares.pt/aeb_online/visualizador.php?bd=Documentos&nome_da_pasta=04308.002.013&numero_da_pagina=1) . Acesso em 31 de julho de 2015.

## **8. Entrevistas**

ANDRADE, Joaquim Pinto de. Entrevista concedida a Marcelo Bittencourt. Luanda, 27 de Agosto de 1997.

ANTUNES, José Freire. A guerra em África (1961-1974). Lisboa: Círculo de Leitores, volume I e II, 1995.

JAIME, Drummond e BARBER, Helder. Angola: Depoimentos para a história recente (1950-1976). S/I: Edição dos autores, 1999.

LARA, Lúcio. Entrevista concedida a Marcelo Bittencourt. Luanda, 7 e 14 de Fevereiro de 1995.

PEPETELA. Entrevista concedida a Marcelo Bittencourt. Luanda, 6 de Fevereiro de 1995.

## **9. Outros**

Apelo dos Dezenove e como Manifesto da Revolta Ativa. É possível consultar este documento de diversas maneiras, como no Arquivo Mário de Andrade da Fundação Mário Soares, onde se encontram cópias em português e em francês ([casacomum.org/cc/visualizador?pasta-10200.003.003](http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta-10200.003.003)), em TALI, Jean-Michel Mabeko. O MPLA perante si mesmo (1962-1977). Luanda: Nzila, 2001. Volume 1. p.352-373. e em PIMENTA, Fernando Tavares Pimenta. Angola no Percurso de um Nacionalista – conversas com Adolfo Maria. Porto (Portugal). Edições Afrontamento, 2006. p.220-235

Carta de Viriato da Cruz a Edmundo Rocha, Carlos Rocha Dilolwa e Luiz d'Almeida citada por ROCHA, Edmundo, SOARES, Francisco, FERNANDES, Moisés (organizadores). Viriato da Cruz – o homem e o mito – Porto Amboim (Angola), 1928 – Beijing (China) 1973. Luanda, Caxinde, 2008, p.160-161

CRUZ, Viriato. O problema racial dentro das organizações nacionalistas africanas. Documento disponível em ROCHA, Edmundo, SOARES, Francisco, FERNANDES, Moisés (organizadores). Viriato da Cruz – o homem e o mito – Porto Amboim (Angola), 1928 – Beijing (China) 1973. Luanda, Caxinde, 2008, p.387.

CRUZ, Viriato. Angola: que independência... Documento disponível em ROCHA, Edmundo, SOARES, Francisco, FERNANDES, Moisés (organizadores). Viriato da Cruz – o homem e o mito – Porto Amboim (Angola), 1928 – Beijing (China) 1973. Luanda, Caxinde, 2008, p.416-426. Este texto foi publicado originalmente em francês (Angola: quelle Independance...) em REVOLUTION, número 6, p.5, 1964, Paris. O documento original está disponível também na Fundação Mário Soares. Documento do arquivo Mário Soares: 435.8.008, m35.

CRUZ, Viriato. Proclamação aos Membros do Movimento Popular de Libertação de Angola. ROCHA, Edmundo, SOARES, Francisco, FERNANDES, Moisés (organizadores). Viriato da Cruz – o homem e o mito – Porto Amboim (Angola), 1928 – Beijing (China) 1973. Luanda, Caxinde, 2008, p.402.

CRUZ, Viriato. Das responsabilidades do intelectual negro. IN ROCHA, Edmundo, Discurso do MPLA em Revolta Activa na sessão de abertura do I Congresso do MPLA. 1974, p.2. Documento disponível no Arquivo Mário Pinto de Andrade da Fundação Mário Soares. Disponível também no Arquivo da Casa Comum. <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04339.004.005>. Acesso em 25 de janeiro de 2016.

GRAE. O MPLA dirigido por Viriato se une à FNLA. 20/04/1964. Documento disponível em ROCHA, Edmundo, SOARES, Francisco, FERNANDES, Moisés (organizadores). Viriato da Cruz – o homem e o mito – Porto Amboim (Angola), 1928 – Beijing (China) 1973. Luanda, Caxinde, 2008, p. 414.

Informação da Revolta Ativa sobre o Congresso do MPLA. Documento disponível no Arquivo Mário Pinto de Andrade da Fundação Mário Soares. <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04308.001.003>. Acesso em 25 de janeiro de 2016.

Lutemos corajosamente contra as ordens presidenciais que sacrificam tudo e todos para manter a tirania no poder. 1974, p.1. Documento disponível no Arquivo Mário Pinto de Andrade da Fundação Mário Soares. Documento disponível também no Arquivo Casa Comum. <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04337.002.001>. Acesso em 25 de janeiro de 2016.

Resoluções do Congresso de Lusaka em TALI, Jean-Michel Mabeko. O MPLA perante si mesmo (1962-1977). Luanda: Nzila, 2001. Volume 1. p.402-406.



## Referências Bibliográficas

ABRANCHES, Henrique. Identidade e património cultural. Porto (Portugal): Edições Asa/ União dos Escritores Angolanos, 1989.

ALENCASTRO, Luiz Felipe. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

ALVES, Amanda Palomo. *Angolano Segue em Frente: um panorama do cenário musical urbano de Angola entre as décadas de 1940 e 1970*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense. 2015.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas – reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo*. Lisboa: Edições 70, 1991.

ANDRADE, Joaquim Pinto de. *Liceu Vieira Dias: a viola como arma*. In Revista África Hoje, v. 32, 1996.

ANDRADE, Mário Pinto de. *Apontamentos sobre a poesia em Angola*. IN [http://casacomum.org/cc/arquivos?set=e\\_3944](http://casacomum.org/cc/arquivos?set=e_3944) s/d.

ANDRADE, Mário Pinto de. *Origens do Nacionalismo Africano*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1997.

ANDRÉ, Antônio Miguel. *A formação do Homem Novo – uma visão dos técnicos governamentais atuando hoje em Angola*. Tese de Doutorado apresentada na Faculdade de Educação da UNICAMP, 2004.

ANDRÉ, Rebeca Helena. “*O Ensino de História em Angola: balanço (1975-2009) e prospectiva*”. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade do Porto. Porto, 2010.

ANTUNES, José Freire. *A guerra em África (1961-1974)*. Lisboa: Círculo de Leitores, volume I e II, 1995.

ARAÚJO, Kelly Cristina Oliveira de. *Um só povo e uma só nação – o discurso do Estado para a formação do homem novo em Angola (1975-1979)*. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005 (a).

ARAÚJO, Kelly Cristina de Oliveira. *Buanga Fele ou Mário Pinto de Andrade. Entre a vanguarda militante e o pensar intelectual*. Disponível em: [http://www.portalangop.co.ao/motix/pt\\_pt/especiais/historico/angola-30anos/2005/4/19/Programa-coloquiosobre-luta-independencia-nacional,b855b860-5535-4cdb-bcf8-68a6fe666095.html](http://www.portalangop.co.ao/motix/pt_pt/especiais/historico/angola-30anos/2005/4/19/Programa-coloquiosobre-luta-independencia-nacional,b855b860-5535-4cdb-bcf8-68a6fe666095.html). 2005 (b).

ARRIGHI, Giovanni. *La crisis africana. Aspectos derivados del sistema-mundo y aspectos regionales*. Disponível em: <[www.uruguaypiensa.org.uy/imgnoticias/897](http://www.uruguaypiensa.org.uy/imgnoticias/897)>. Acesso em: 1 set.2009.

ASSIS Jr. António. *O Segredo da Morta (romance de costumes angolenses)*. 2ª. Edição. Lisboa, Edições 70, 1979.

BÉDARIDA, François. *Sur le concept de Résistance*. In Jean-Marie Guillon e Pierre Labourie (dir.). *Mémoire et Histoire: la Résistance*. Toulouse, Eds. Privat, 1995, pp.45-50

BENDER, Gerald. Angola. *Mito y realidad de su colonización*. México: Siglo Veintiuno Editores, 1980.

BENOT, Yves. *Ideologias das Independências Africanas*. Lisboa: Sá da Costa Editora, 1981. 2bvolumes.

BETHENCOURT, Francisco e CHAUDHURI, Kirti (dir.). *História da Expansão Portuguesa*. Espanha: Círculo dos Leitores, Volume 5, 1999.

BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998

BIRMINGHAM, David. Angola. In: CHABAL, Patrick. *A history of postcolonial lusophone Africa*. Indiana, Indiana University Press: 2002. pp. 137-184.

BIRMINGHAM, David. *Alianças e conflitos. Os primórdios da ocupação estrangeira em Angola.1483-1790*. Luanda: Arquivo Histórico de Angola / Ministério da Cultura, 2004.

BITTENCOURT, Marcelo. A questão étnica e racial nas eleições angolanas. In: *Estudos Afro-Asiáticos*, nº 25. Rio de Janeiro, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 225-250, 1993.

BITTENCOURT, Marcelo. *Guerra, paz, eleições e economia em Angola*. Mimeo.

BITTENCOURT, Marcelo. *Estamos juntos! O MPLA e a luta anticolonial (1961-1974)*. Tese de doutorado defendida na Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002.

BITTENCOURT, Marcelo. *As linhas que formam o “EME” Um estudos sobre a criação do Movimento Popular de Libertação de Angola*. Dissertação de mestrado. Programa de pós-graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo. 1996.

BITTENCOURT, Marcelo. *Dos Jornais às armas. Trajetórias da contestação angolana*. Lisboa: Veja Editora, 1999.

BITTENCOURT, Marcelo. A resposta dos crioulos luandenses ao intensificar do processo colonial em finais do século XIX. In: *A África e a instalação do sistema colonial (c.1880 – c.1930)*. Atas da III Reunião Internacional de História da África (1999). Lisboa: IICT. Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, 2000 (b), p 655-671.

BITTENCOURT, Marcelo; MELO, Victor Andrade de; NASCIMENTO, Augusto (orgs.) *Mais do que um jogo: o esporte e o continente africano*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.

BOAHEN, Albert Abu. *História Geral da África (volume 7) – A África sob dominação colonial (1880-1935)*. Brasília: UNESCO, 2010.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BOSSLET, Juliana Cordeiro Farias. *A Cidade e a Guerra – relações de poder e subversão em São Paulo de Assunção de Luanda*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2014.

BRUNDSCHWIG, Henri. *A partilha da África Negra*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1993.

CARR, E. H. *Que é História? – Conferências George Macaulay Trevelyan proferidas por E.H. Carr na Universidade de Cambridge, janeiro-março de 1961*. 5ª. Edição. Paz e Terra. 1961

CASTELO, Cláudia. *O modo português de estar no mundo. O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa, 1933-1961*. Porto: Afrontamento, 1998.

CASTELO, Cláudia. A Casa dos Estudantes do Império: lugar de memória anticolonial. In *Memories of Colonialism: remembrance, resistance and transference in anti-colonial african narratives*. Disponível em <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/2244>

CASTELO, Cláudia. *Passagens para África: O povoamento de Angola e Moçambique com Naturais da Metrópole*. Porto: Edições Afrontamento, 2007.

CHAVES, Rita. *A Formação do Romance Angolano – entre intenções e gestos*. São Paulo: FBLP, Via Atlântica, 1999.

CHAVES, Rita. *Angola e Moçambique – experiência colonial e territórios literários*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2005.

CHAVES, Rita. MACÊDO, Tania. (organizadoras) *Marcas da Diferença – as literaturas africanas de língua portuguesa*. São Paulo: Alameda, 2006.

CHAVES, Rita. MACEDO, Tânia e SECCO, Carmem. *Brasil-África: como se o mar fosse mentira*. Maputo: Imprensa Universitária / Universidade Eduardo Mondlane, 2003

CORREIA, Pedro Pezarat. *Angola: do Alvor a Lusaka*. Lisboa: Hugin, 1996.

CHOMSKY, Noam. *Contendo a democracia*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003.

CLARENCE-SMITH, Gervase. *O III Império Português (1825-1975)*. Lisboa: Teorema, 1985.

CONCEIÇÃO NETO, Maria. *Ideologias, contradições e mistificações da colonização de Angola no século XX*. In: Lusotropie. Paris: Karthala, 1997, p.327-359.

CONCEIÇÃO NETO, Maria. *As fronteiras por dentro da nação*. Luanda: ADRA/CIDMA, 1992.

CONCEIÇÃO NETO, Maria. Entre Tradição e Modernidade: os ovimbundo do planalto central à luz da História. *Ngola, Revista de Estudos Sociais*: Luanda, 1997.

COOPER, Frederick. *Conflito e Conexão: repensando a história colonial da África*. Porto Alegre: Anos 90. V. 15, n.27. 2008.

CORREIA, Pedro Pezarat. *Angola. Do Alvor a Lusaka*. Lisboa: Hugin, 1996.

DARNTON, Robert. *Boemia Literária e Revolução – o submundo das letras no Antigo Regime*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

DERRIDA, Jacques. *A escritura e a diferença*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1995.

DIAS, Jill. *Uma questão de identidade: respostas intelectuais às transformações económicas no seio da elite crioula da Angola portuguesa entre 1870 e 1930*. Revista internacional de Estudos Africanos, Lisboa, no. 1, p.61 a 94, janeiro-junho de 1984.

DOMINGOS, Nuno. O futebol no subúrbio de Lourenço Marques IN *Futebol e colonialismo. Corpo e cultura popular em Moçambique*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2012

DUARA, Prasenjit. Historicizing national Identity, or who imagines what and when. IN Eleyand Suny, *Becoming National*, Oxford, Oxford University Press, 1996. p.p.150-177

EVERDOSA, Carlos. *Roteiro da literatura angolana*. 3 ed. Luanda, União dos Escritores Angolanos, 1985.

FAGE, J. *A evolução da historiografia da África*. In KI-ZERBO, Joseph (editor). *História Geral da África (vol. 1) – metodologia e pré-história da África*. Brasília: UNESCO, 2010.

FANON, Frantz. *Peles negras, mascaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FANON, Frantz. *Racismo e Cultura. Em Defesa da Revolução Africana*. Lisboa: Sá da Costa, 1980.

FERNANDO, Emídio. *Jonas Savimbi – no lado errado da História*. Dom Quixote, Alfragide (Portugal), 2012.

FERREIRA, Manuel Ennes. *A indústria em tempo de guerra (Angola, 1975-91)*. Lisboa: Edições Cosmos/Instituto da Defesa Nacional, 1999.

FERREIRA, José Silva Maia. *Esportaneidades da minha terra – às senhoras angolanas*. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 2002. Coleção Escritores dos Países de Língua Portuguesa, volume 30.

FERRO, Marc. *História das Colonizações. Das conquistas às independências – séculos XIII a XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

FONTE, Maria Manuela A. da. *Urbanismo e Arquitectura em Angola: de Norton de Matos à Revolução*. Doutoramento em Planemaneto Urbanístico. Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2007, p. 86. Citado por ALVES, Amanda Palomo. *Angolano Segue em Frente: um panorama do cenário musical urbano de Angola entre as décadas de 1940 e 1970*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense. 2015

FOUCAULT, Michel. *A palavra e as coisas – uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FREUDENTAL, Aida. *A Baixa de Cassanje: algodão e revolta*. *Revista Internacional de Estudos Africanos*, no. 18-22, 1995-1999. p. 245-283.

- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1933.
- FREYRE, Gilberto. *Aventura e Rotina – sugestões de uma viagem à procura das constantes portuguesas de caráter e ação*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora: 1980.
- FREYRE, Gilberto. *O Luso e o Trópico*. Lisboa: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1961.
- GAMBOA, Fernando M. “A independência de Angola: metamorfoses de um conceito num periódico oitocentista”, In: *Os periódicos como fonte de pesquisa histórica. A imprensa escrita de Angola no século XIX*. Luanda, Arquivo Histórico Nacional, 1993.
- GUERRA, João Paulo. *Savimbi – vida e morte*. Bertrand Editora, Chiado, 2002.
- GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005.
- HALL, Stuart. The emergence of Cultural Studies and the crisis of Humanities. In *The Humanities as Social Technology* (vol.53), 1990. pp.11-23
- HALL, Stuart. *Da Diáspora – identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.
- HOBBSBAWM, Eric. *A Era dos Extremos - O Breve Século XX – 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOBBSBAWM, Eric. “*Nações e Nacionalismos desde 1780 – programa, mito e realidade*”. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.
- HOBBSBAWM, Eric. *A Era dos Impérios (1875-1914)*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.
- HODGES, Tony. *Angola. Do afro-stalinismo ao capitalismo selvagem*. Cascais (Portugal): Principia, 2002.
- ILIFFE, John. *Os africanos. História dum continente*. Lisboa: Terramar, 1999.

JAIME, Drummond e BARBER, Helder. *Angola: Depoimentos para a história recente (1950-1976)*. S/l: Edição dos autores, 1999.

JORGE, Manuel. *Nação, Identidade e Unidade Nacional em Angola – conceitos, preceitos e preconceitos do nacionalismo angolano*. In: *Latitudes*, no. 28, 2006.

LABAN, Michel. *Angola – encontro com Escritores*, volume 1. Porto, Fundação Eng. António de Almeida, 1991

LARA, Lúcio. *Um amplo movimento... – itinerário do MPLA através de documentos de Lúcio Lara. Volume I (até fevereiro de 1961)* Edição Lúcio e Ruth Lara: Luanda, 1997.

LARA, Lúcio. *Um amplo movimento... – itinerário do MPLA através de documentos de Lúcio Lara. Volume II (1961-1962)* Edição Lúcio Lara: Luanda, 2006.

LARA, Lúcio. *Um amplo movimento... – itinerário do MPLA através de documentos de Lúcio Lara. Volume III (1963-1964)*. Edição Lúcio Lara: Luanda, 2008.

LOPO, Júlio de Castro. *Jornalismo de Angola. Subsídios para a sua história*. Luanda, Centro de Informações e Turismo de Angola, 1964, p.56-58 e 63.

MARIA, Adolfo. *Angola – sonho e pesadelo*. Edições Colibri: Lisboa, 2014.

MACQUEEN, Norrie. *A descolonização da África portuguesa. A revolução metropolitana e a dissolução do império*. Mem Martins (Portugal): Inquérito, 1998.

MARCUM, John. *The Angolan Revolution. Exile politics and guerrilla warfare (1962-1976)*. Cambridge: The Massachusetts Institute of Technology. 1978

MARZANO, Andrea. *Filhos da Terra: identidades e conflitos sociais em Luanda*. IN RIBEIRO, Alexandre; e GEBARA, Alexsander. *Estudos africanos: múltiplas abordagens*. Niterói: Editora da UFF, 2013

MATA, Inocência. PADILHA, Laura (organizadoras). *Mário Pinto de Andrade – um intelectual na política*. Lisboa: Edições Colibri, 1997.



MAZRUI, A. *História Geral da África. A África desde 1935, Volume VIII* (UNESCO), 2010.

MBAH, Jean Martial Arsene. *As rivalidades políticas entre a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) (1961-1975)*. Mayamba, Luanda, 2010.

MENEZES JÚNIOR, Carlos Teles. *O nacionalismo musical angolano*. Centro de Estudos Afro- Asiáticos – Universidade Cândido Mendes. (Mimeo.) 1998.

MESSIANT, Christine. *Social and political background to the democratization and the Peace process in Angola, Leiden*, African Studies Centre / Seminar Democratization in Angola, 18 de setembro de 1992.

MESSIANT, Christine. *A economia política de Angola – sistema político formal e sistema político real, 1980s-2004: a reconversão de uma dominação hegemônica*. Mimeo.

MESSIANT, Christine. *1961. L'Angole Colonial, Histoire et société. Les premises du mouvement nationaliste*. Tese de doutoramento. Paris: Ecole des Hautes Etudes em Sciences Sociales, 1983.

MELO, Aníbal João da Silva. *Comunicação, Poder e Identidade Nacional*. Dissertação de Mestrado em Comunicação e Cultura apresentada à Escola de Comunicação (ECO) da Universidade Federal do Rio de Janeiro em Julho de 1994. (mimeo).

MILHAZES, José. *Angola – o princípio do fim da União Soviética*. Lisboa: Nova Vega, 2009.

MILLER, Joseph. *Way of Death. Merchant Capitalism and the Angolan Slave Trade, 1730 - 1830*. Wisconsin: The University of Wisconsin Press, 1988.

MOORMAN, Marissa. *Semba é nossa bandeira: música e nação em Angola, 1961-1974*. In: III Encontro Internacional de História de Angola. Mimeo. s/d

MOORMAN, Marissa J. *Intonations: a social history of music and nation in Luanda, Angola, from 1945 to recent times*. Athens, Ohio: Ohio University Press, 2008.

MORENO, Helena Wakim. *Voz d'Angola Clamando no Deserto – protesto e reivindicação em Luanda (1881-1901)*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014.

MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque. *A sociedade angolana através da literatura*. São Paulo: Ática, 1978.

MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque. O contexto histórico cultural da criação literária em Agostinho Neto: memórias dos anos cinquenta. In: *África: Revista do Centro de Estudos Africanos*. USP- São Paulo, 14-15 (1), 1991-1992, p. 55-68.

MOURÃO, Fernando. *Continuidades e descontinuidades de um processo colonial através de uma leitura de Luanda: uma interpretação do desenho urbano*. São Paulo: Terceira Miragem, 2006.

NETO, António Agostinho. *Destruir o velho para construir o novo*. Luanda: Departamento de Informação e Propaganda, 1976. (Coleção Resistência, n. 5.)

N'GANGA, João Paulo. *O pai do nacionalismo angolano – as memórias de Holden Roberto (1923-1974)*. São Paulo: Editora Parma, 2008.

OLIVEIRA, Mario António Fernandes de. *“Luanda, ‘ilha’ crioula”*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1968.

OLIVEIRA, Mario Antonio Fernandes de. “Um João de Deus angolano”. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Lisboa, 1982.

PACHECO, Fernando. *A crise pós-eleitoral: Angola falha novo encontro com a História*. Luanda: Mimeo, 1992.

PACHECO, Carlos. *MPLA – Um nascimento polémico*. Vegas, Lisboa, 1997

PÉLISSIER, René. *La colonie du minotaure. Nationalisme et revoltes em Angola (1926-1961)*. Orgeval (França): Pélissier, 1978.

PEPETELA. *Luandando*. Porto: Elf Aquitaine, 1990.

PEPETELA. *A Gloriosa Família – o tempo dos flamengos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

PEPETELA. *Mayombe*. São Paulo: LeYa, 2013.

PEPETELA. *A Geração da utopia*. São Paulo: LeYa, 2013.

PEREIRA, José Maria Nunes. *Angola: uma política externa em contexto de crise (1975-1994)*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo, 1999.

PIMENTA, Fernando Manuel Tavares Martins. *Branços de Angola – autonomismo e nacionalismo (1900-1961)*. Coimbra: Edições Minerva, 2005.

PIMENTA, Fernando Tavares Pimenta. *Angola no Percurso de um Nacionalista – conversas com Adolfo Maria*. Porto (Portugal). Edições Afrontamento, 2006.

PINTO, Tatiana Pereira Leite. “*Etnicidade e racismo em Angola: da luta de libertação ao pleito eleitoral de 1992*”. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2012.

PIRES LARANJEIRA. *Literaturas africanas de expressão portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta, 1995.

POLLAK, Michel. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. In *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, volume 2, número 3, 1989. p. 3-15

POLLAK, Michel. *Memória e Identidade Social*. In *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, volume 5, número 10, 1992, p.200-212. Disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080>.

RANGER, Terence. *Iniciativas e resistência africanas em face da partilha e da conquista*. In BOAHEN, Albert Abu. *História Geral da África (volume 7) – A África sob dominação colonial (1880-1935)*. Brasília: UNESCO, 2010. P.54-55

RÉMOND, René. (organizador) *Por uma História Política*. 2ª. Edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

ROCHA, Edmundo, SOARES, Francisco, FERNANDES, Moisés (organizadores). *Viriato da Cruz – o homem e o mito – Porto Amboim (Angola), 1928 – Beijing (China) 1973*. Luanda, Caxinde, 2008.

ROCHA, Edmundo. *Angola: contribuição ao estudo da génese do nacionalismo angolano (período de 1950-1964) (testemunho e estudo documental)*. Dinalivro, Lisboa, 2009.

ROLLEMBERG, Denise. *Definir o conceito de resistência: dilemas, reflexões, possibilidades*. In QUADRAT, Samantha. e ROLLEMBERG, Denise (orgs.) *História e memória de ditaduras*. Rio de Janeiro, Ed. FGV, no prelo.

SAID, Edward. *Orientalismo – o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SAID, Edward. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SANTOS, Daniel dos. *Sociedade política e formação social angolana, 1975-1985*. In: Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro, UCAM/CEAA, n. 32, 1997, p. 209-220.

SARAIVA, José Flávio Sombra. *O lugar da África: a dimensão atlântica na política externa brasileira de 1946 aos nossos dias*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.

SARAIVA, José Flávio Sombra. *Um Momento especial nas relações Brasil-Angola: do reconhecimento da independência aos desdobramentos atuais*. In: *Angola e Brasil: nas rotas do Atlântico Sul*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

SERRANO, Carlos. *Angola – Nasce uma nação: um estudo sobre a construção da identidade nacional*. Luanda: Kilombelombe, 2008.

SERRANO, Carlos. *Angola: a Geração dos 50, os jovens intelectuais e a raiz das coisas*. Disponível no site da União dos Escritores Angolanos: <http://www.ueangola.com/criticas-e-ensaios/item/157-angola-a-gera%C3%A7%C3%A3o-de-50--os-jovens-intelectuais-e-a-raiz-das-coisas>. Acesso em 22 de julho de 2015.

SILVA, Agostinho Alexandre Joaquim da. *Angola: dinâmicas internas e externas na luta de libertação (1961-1975)*. Tese de doutorado apresentada à Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Lisboa, 2014.

SILVA, Elisete Marques. “O papel societal do sistema de ensino em Angola (1926-1974)”. *Revista Internacional de Estudos Africanos*. Instituto de Investigação Científica e Tropical; Centro de Estudos Africanos e Asiáticos, números 16-17, 1992-1994, pp. 114-115.

SIRINELLI, Jean-François. *Os intelectuais*. In RÉMOND, René. (organizador) *Por uma História Política*. 2ª. Edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SOARES, Felipe Paiva. *A Polifonia Conceitual – a resistência na História Geral da África (Unesco)*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2014.

SOROMENHO. *Viragem*. São Paulo, Arquimedes, 1967.

SOROMENHO. *Terra Morta*. Luanda, União dos Escritores Angolanos, 1985

TALI, Jean-Michel Mabeko. *O MPLA perante si mesmo (1962-1977)*. Luanda: Nzila, 2001. 2v.

THOMPSON, Edward Palmer. *As Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos*; organizadores: Antônio Luigi Negro e Sérgio Silva. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001

THOMPSON, Edward. *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VIDAL, Nuno e ANDRADE, Justino Pinto de. *O processo de transição para o multipartidarismo em Angola*. Lisboa: Edições Firmamento, 2006.